

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Programa de Pós-Graduação em Memória Social e
Patrimônio Cultural



Dissertação

**PAISAGENS NEGRAS:
Arqueologia da Escravidão nas Charqueadas de Pelotas
(RS, Brasil)**

ESTEFÂNIA JAÉKEL DA ROSA

Pelotas, 2012

ESTEFÂNIA JAÉKEL DA ROSA

**PAISAGENS NEGRAS:
Arqueologia da Escravidão nas Charqueadas de Pelotas
(RS, Brasil)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural.

Orientador: Prof. Dr. Lúcio Menezes Ferreira

Pelotas, 2012

Banca examinadora:

Prof. Dr. Lúcio Menezes Ferreira (Orientador)

Universidade Federal de Pelotas - UFPEL

Profª Dra. Beatriz Valladão Thiesen

Universidade Federal do Rio Grande - FURG

Prof. Dr. Cláudio Baptista Carle

Universidade Federal de Pelotas - UFPEL

***Ao meu filho Eduardo, grande companheiro e
razão da minha vida!***

AGRADECIMENTOS

Sem dúvida esta é a parte mais prazerosa e mais difícil de escrever, pois ao longo desses dois anos muitas pessoas estiveram ao meu lado e colaboraram para que este trabalho se tornasse possível. Por essa razão, esta dissertação foi escrita na primeira pessoa do plural, porque de fato é fruto de um trabalho coletivo, da composição de idéias e reflexões delineadas no trabalho em campo, nas pesquisas em arquivo, nas reuniões e leitura de textos no grupo de estudos, enfim, esta pesquisa é resultado do amadurecimento profissional que adquiri trabalhando junto ao projeto O Pampa Negro e ao Laboratório Multidisciplinar de Investigações Arqueológicas, o LÂMINA.

Em primeiro lugar agradeço ao meu orientador o Prof. Lúcio Menezes Ferreira, que me convidou para participar do projeto O Pampa Negro e me ensinou uma “nova maneira” de fazer arqueologia histórica em Pelotas. Agradeço por ter sido um orientador mais que presente, mas sim atuante do início ao fim desta pesquisa. Agradeço por todo o incentivo, por acreditar no meu trabalho, pelas oportunidades que me deu, pela amizade, enfim, é difícil demonstrar em poucas linhas todo apoio que recebi do meu orientador nesses dois anos de pesquisa, resta-me apenas um “Muito Obrigada”!

Aos professores pesquisadores do LÂMINA, em especial ao querido professor Claudio Carle, que me levou à charqueada Santa Bárbara pela primeira vez e me mostrou “uma luz no fim do túnel” em um momento em que tudo parecia não dar certo. Agradeço também pelos ensinamentos em campo e por estar presente na leitura deste trabalho.

Ao professor Jaime Mujica com quem aprendo muito em campo e em laboratório, pelo auxílio na qualificação e por me ensinar a olhar as paisagens com “outros olhos”.

Ao professor Pedro Sanches que “recita arqueologia” de uma forma agradável de aprender. Obrigada pelos ensinamentos em campo, em laboratório e pelas sugestões na qualificação. E ao professor Diego Ribeiro pelo auxílio e pelo aprendizado no trabalho de campo da charqueada.

Agradeço ao querido amigo Bruno Sanches, pela troca de experiências e pela força na revisão final deste trabalho.

A todos os alunos e estagiários do LÂMINA, em especial a Ana Paula Leal, Eurico Nunes, Lidorine Crispa, Letícia Maciel, Liza da Silva, Marta Rodrigues e Andressa Domanski pelo auxílio em campo, no laboratório e nos arquivos, e a Giullia dos Anjos, por me ajudar na pesquisa com os jornais, compartilhando seus dados de pesquisa. Agradeço também às minhas queridas amigas Luiza Spinelli, pelas prazerosas conversas sobre arqueologia histórica, e Anelize Santana, minha companheira de tantos momentos.

Agradeço em especial ao bolsista do projeto Gil Mattos, que elaborou os mapas em SIG, passando noites e finais de semana me apoiando e cujo auxílio foi fundamental nesses últimos meses de trabalho.

Agradeço à CAPES pelo auxílio financeiro ao longo do mestrado e pela oportunidade de passar 3 meses em Buenos Aires.

Agradeço aos professores e colegas de mestrado pelo grande aprendizado que tive ao longo desses dois anos. Pela rica experiência de fazer parte de um grupo multidisciplinar e pelos momentos muito agradáveis que compartilhei com todo o grupo. Em especial aos colegas Rogério Piva, pela amizade e pelos conselhos, e à Vanessa Bosenbecker que me auxiliou em vários momentos. E também, à querida amiga Nanci por toda ajuda que foi fundamental desde a seleção.

Agradeço aos meus grandes companheiros “menesundos” pelos maravilhosos 3 meses em Buenos Aires, ao querido Fernandinho Almeida, ao meu “irmão de coração” Jonathan Caino por todas as conversas e pelo companheirismo, à querida amiga Mari Zorzi e à amiga que eu admiro muito Ilza Carla Lima, por todo apoio e carinho nesses últimos meses. E ainda, a todos os amigos latino-americanos que tornaram minha estadia no “*La Menesunda*” tão rica e *re buena!*

Agradeço aos professores da UBA pelo apoio e auxílio no período que estive em Buenos Aires, em especial a minha co-orientadora Marisa Pineau pelo carinho e receptividade, por todo apoio ao longo do estágio e por me mostrar que “*hay negros en Argentina*”.

Agradeço aos professores Daniel Schávelzon, Patrícia Frazzi e Mário Silveira do *Centro de Arqueología Urbana* - CAU/UBA, pelos ensinamentos sobre a arqueologia histórica argentina.

Aos professores que trabalham com o tema da arqueologia da escravidão, que me auxiliaram nessa pesquisa, aos arqueólogos Gabino La Roza Corzo; José Lopez Mazz e Luis Claudio Symanski. Agradeço também à Prof^a. Beatriz Thiesen pelo apoio nesse momento final.

Aos queridos amigos arqueólogos Adriana Fraga e Artur Barcelos, pelas conversas divertidas e pelo apoio que sempre nos deram.

À minha grande amiga Graciela Silveira, que apesar da distância sempre esteve comigo.

Aos meus pais Dóris e Sidnei pelo apoio incondicional e pelos vários momentos que estiveram presentes. Por cuidar do Dudu com todo amor e carinho para que eu pudesse viajar e trabalhar nessa dissertação.

Ao meu amor, amigo, colega, meu grande companheiro André Loureiro, que tanto me ensina, me apóia e que torna minha vida tão feliz e especial. Obrigada meu amor por estar sempre ao meu lado e por trilhar esse caminho comigo!

E por último, a pessoa mais especial da minha vida, que mesmo tão pequeno me apóia, me ajuda e entende a minha ausência em tantos momentos, meu filho Eduardo, que é a razão de tudo que faço! Obrigada meu filho por todo amor que temos um pelo outro!

Resumo

Este trabalho apresenta um estudo arqueológico da escravidão nas charqueadas pelotenses do século XIX, no intuito de compreender sua dinâmica de funcionamento e a atuação da mão-de-obra escrava nesses estabelecimentos. Essas questões foram abordadas a partir da análise de cinco charqueadas preservadas na costa do arroio Pelotas e de um conjunto de prédios que integrava um complexo estancieiro-charqueador localizado às margens do antigo leito do arroio Santa Bárbara.

PALAVRAS-CHAVE: Arqueologia da Escravidão. Charqueadas Pelotenses. Charqueada Santa Bárbara. Escravos.

Abstract

The dissertation studies the plantations of jerked beef in Pelotas (Rio Grande do Sul, Brazil) from 19th in archaeology of slavery perspective. The aim is to understand how these plantations work out and the agency of the slaves. This is carried out through the archaeological study of five plantations of jerked beef preserves in the Pelotas River and a set of buildings which included a complex located on the banks of the stream Santa Bárbara.

Key-Words: Archaeology of Slavery. Plantations of jerked beef in Pelotas, Rio Grande do Sul, Brazil. Santa Bárbara Plantation. Slaves.

Lista de Figuras

Figura 1- Mapa com a distribuição espacial das charqueadas do Monte Bonito.....	55
Figura 2- Número de reses vendidas na Tablada no mês de janeiro de 1876	83
Figura 3- Número de gado abatido por safra nas charqueadas pelotenses	84
Figura 4- Produtos das charqueadas despachados no porto de Rio Grande em janeiro de 1876.....	86
Figura 5- Mapa das charqueadas remanescentes em Pelotas.....	90
Figura 6- Distribuição espacial das charqueadas e áreas amostrais.....	93
Figura 7- Sede da Charqueada São João	96
Figura 8- Profissões dos escravos da Charqueada São João (1872).	97
Figuras 9 e 10- Entrada da Charqueada São João..	99
Figuras 11 e 12- Sanga que faz divisa com a propriedade; estruturas da área de produção.	100
Figuras 13 e 14- Estruturas da área de produção, caixa d'água e chaminé..	100
Figuras 15 e 16- Sede da charqueada São João.....	100
Figura 17- Senzala dos escravos domésticos	101
Figuras 18 e 19- Tronco e oratório com imagens africanas	101
Figura 20- Croqui de implantação geral, levantamentos arquitetônico e arqueológico da charqueada São João.	102
Figura 21- Charqueada Costa do Abolengo.	103
Figura 22- Profissões dos escravos de Boaventura Rodrigues Barcellos	106
Figura 23 e 24- Origem dos escravos de Boaventura Rodrigues Barcellos	107
Figuras 25 e 26- Modificações na fachada dos fundos da sede.....	111
Figura 27 e 28- Fachada e espaço interno da charqueada Costa do Abolengo.....	111
Figuras 29 e 30- Limites das propriedades de Boaventura Rodrigues Barcellos, comparação entre o extrato de medição de terras e uma imagem de satélite atual, apontando as áreas preservadas.....	112
Figura 31- Imagem de satélite da área das antigas charqueadas de Boaventura Rodrigues Barcellos	113
Figura 32- Sobrado da charqueada do Barão de Butuí.....	114
Figura 33- Localidade onde os escravos residiam	115
Figura 34- Profissões dos escravos que viviam na cidade.....	119
Figuras 35 e 36- Sobrado da Charqueada Barão de Butuí antes da reforma	121
Figuras 37 e 38- Sobrado e pátio da Charqueada Barão de Butuí após a reforma.	121
Figura 39- Sobrado da Charqueada do Barão do Jarau.....	122
Figura 40- Divisão dos escravos por área de trabalho	123
Figuras 41 e 42- Sede da charqueada Barão do Jarau.....	126
Figuras 43 e 44- Pátio interno e prédios anexos da charqueada Barão do Jarau..	126
Figuras 45 e 46- Imagens de satélite de 2002 e 2011 evidenciando os impactos na paisagem da charqueada do Barão do Jarau.....	127
Figura 47- Passo dos Negros no Canal São Gonçalo (1820).....	128

Figuras 48 e 49- Paisagens do Canal São Gonçalo na Boca do arroio.	132
Figuras 50 e 51- Paisagens da Boca do arroio Pelotas.	132
Figuras 52 e 53- Centro de Treinamentos do CRPO/SUL, edificação combina elementos construtivos antigos e modernos.	133
Figuras 54 e 55- Detalhes da fachada da edificação evidenciando a mistura de elementos construtivos antigos e modernos.	133
Figuras 56 e 57- Detalhes da área interna da edificação evidenciando a mistura de elementos construtivos antigos e modernos.	133
Figuras 58 e 59- Detalhes da área interna da edificação evidenciando a mistura de elementos construtivos antigos e modernos	134
Figura 60- Localização do sítio arqueológico Charqueada Santa Bárbara.....	137
Figura 61- Prédio principal localizado à rua Barão de Santa Tecla.....	138
Figura 62- Prédio dos fundos (vista externa).....	139
Figura 63- Prédio dos fundos (Vista interna).	139
Figura 64- Topografia do terreno dos fundos da casa.....	140
Figura 65- Levantamento topográfico na área dos prédios	141
Figura 66- Vestígios arqueológicos em superfície.....	141
Figura 67- Localização da Estância Santa Bárbara em 1817.....	145
Figura 68- Estruturas do poteiro de Santa Bárbara, 1844.....	151
Figura 69- Estruturas do poteiro de Santa Bárbara, 1851.....	155
Figura 70- Estruturas da propriedade de José Vieira Vianna, 1844.	159
Figura 71- Planta da cidade de Pelotas com destaque à área da charqueada Santa Bárbara.	165
Figura 72- Prédio dos fundos (galpão 1) após coleta de superfície.....	167
Figura 73- Escavação das quadrículas 1 e 2 no interior do galpão 1.....	168
Figura 74- Ambiente da escavação na área do entorno da casa, pátio lateral.....	168
Figura 75- Cachimbo cerâmico encontrado na quadrícula 1, galpão 1.	169
Figura 76- Moeda Imperial (1869) encontrada no galpão 1.....	169
Figura 77- Origem dos escravos de Manoel Alves de Moraes.	172
Figura 78- Cor/Origem dos escravos de Rita Leocádia de Moraes e José Vieira Vianna.....	174
Figura 79- Origem dos escravos de Rita Leocádia de Moraes e José Vieira Vianna.....	175
Figura 80- Nações africanas e estados brasileiros citados nos inventários de Rita Leocádia de Moraes e de José Vieira Vianna.....	176
Figura 81- Divisão por sexo dos escravos de Rita Leocádia de Moraes e José Vieira Vianna.	177
Figura 82- Idade dos escravos de Rita Leocádia de Moraes e José Vieira Vianna.	178
Figura 83- Faixa etária dos escravos de Rita Leocádia de Moraes e José Vieira Vianna.....	180
Figura 84- Profissões dos escravos de Rita Leocádia de Moraes e José Vieira Vianna.....	181
Figura 85- Trabalho escravo nos serviços da charqueada.....	182

Lista de Tabelas

Tabela 1- Quadro profissional dos escravos das charqueadas pelotenses.	65
Tabela 2- Negociantes de escravos em Pelotas no século XIX.....	79
Tabela 3- Valor dos produtos das charqueadas em janeiro de 1876.....	85
Tabela 4- Artefatos de uso agrícola e animais presentes na relação de bens de Boaventura Rodrigues Barcellos – 1856.	105
Tabela 5- Animais existentes nas propriedades do Barão e Baronesa de Butuí	116
Tabela 6- Relação das idades dos escravos de Rita Leocádia de Moraes herdados por José Vieira Vianna.	179

SUMÁRIO

Resumo	8
Abstract.....	9
Lista de Figuras.....	10
Lista de Tabelas	12
SUMÁRIO	13
INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO I - A ARQUEOLOGIA DA ESCRAVIDÃO NO CONTINENTE AMERICANO: HISTÓRICO E ABORDAGENS	20
1.1 O Surgimento da Arqueologia da Escravidão nos Estados Unidos	20
1.2 A Arqueologia da Diáspora Africana no Caribe	25
1.3 A Arqueologia da Diáspora Africana na América do Sul	28
1.4. As Pesquisas Arqueológicas nos Contextos Escravos.....	35
1.4.1 Os contextos escravos: espaços de habitação, trabalho e sociabilidade.....	36
1.4.2 Os hábitos alimentares.....	40
1.4.3 A cultura material.....	43
CAPÍTULO II – CHARQUEADAS E ESCRAVIDÃO NO BRASIL MERIDIONAL	50
2.1 A escravidão no Rio Grande do Sul: O olhar da Historiografia Gaúcha.....	50
2.2 Surgimento e desenvolvimento das charqueadas pelotenses.....	53
2.2.1 O sistema produtivo das charqueadas.....	57
2.3 A escravidão nas charqueadas pelotenses	60
2.3.1 O perfil demográfico dos escravos e seus espaços de habitação nas charqueadas	61
2.3.2 O cotidiano dos escravos pelotenses	66
2.4 O Contexto Oitocentista Gaúcho: Apogeu da Economia do Charque.....	70
2.4.1 Período de safra das charqueadas	81
CAPÍTULO III. AS CHARQUEADAS REMANESCENTES EM PELOTAS: ESTRUTURAS MATERIAIS E ESCRAVIDÃO	88
3.1 A Charqueada São João.....	96
3.2 A charqueada de Boaventura Rodrigues Barcellos	103
3.3 A charqueada do Barão de Butuí	114
3.4 A Charqueada do Barão do Jarau	122
3.5 O passo dos Negros e as charqueadas da Boca do Arroio Pelotas	128
CAPÍTULO 4 – ÀS MARGENS DO ARROIO SANTA BARBARA: RESQUÍCIOS DE UMA CHARQUEADA QUE EMERGIU DO ESQUECIMENTO.....	136
4.1. Sesmaria, Estância e Charqueada: A história de uma propriedade escravista às margens do Arroio Santa Bárbara	143
4.1.1 Conflitos e disputas entre os herdeiros do Potreiro de Santa Bárbara ..	146

4.2 A distribuição espacial das estruturas do potreiro Santa Bárbara.....	150
4.2.1 A estância de Manoel Alves de Moraes, 1844	150
4.2.2 As terras de Rita Leocádia de Moraes, 1851	154
4.2.3 A charqueada de José Vieira Vianna, 1854	157
4.2.4 O declínio e a desestruturação da charqueada na década de 1860	161
4.2.5 As pesquisas arqueológicas do Lâmina na charqueada Santa Bárbara	166
4.3 A escravidão na charqueada Santa Bárbara	170
CONCLUSÃO	183
REFERÊNCIAS.....	188
ANEXOS	197

INTRODUÇÃO

Essa dissertação liga-se ao projeto *O Pampa Negro: Arqueologia da escravidão na Região Meridional do Rio Grande do Sul (1780-1888)*, coordenado pelo professor Lúcio Menezes Ferreira e desenvolvido pela equipe do Laboratório Multidisciplinar de Investigação Arqueológica (LÂMINA/ICH/UFPEL)¹. Iniciado em 2010, o projeto previu, em seus dois primeiros anos, duas metas interligadas. Em primeiro lugar, compulsar os arquivos históricos de Pelotas, Rio Grande e do Rio Grande do Sul (Porto Alegre) para estabelecer bancos de dados sobre as estâncias e charqueadas de Pelotas, contemplando informações diversas: perfis dos proprietários, origem e demografia dos escravos, produção econômica anual, produtos exportados e importados, dieta alimentar, modos de produção, procedências e variedades da cultura material, ocupações e profissões dos escravos etc. Em segundo lugar, realizar, com o auxílio de um Sistema de Informação Geográfica (GIS) (GIS – *Geographical Information System*), prospecções nas estâncias e charqueadas da região, mapeando-as em suas estruturas topográficas e analisando-as em suas inserções na paisagem. Esses dois objetivos iniciais do projeto *O Pampa Negro*, como veremos a seguir, estão materializados nessa dissertação. Ela resulta, pois, de minha participação como pesquisadora no projeto, ao qual estou integrada desde 2010.

Ora, a produção de carne salgada com vistas à exportação consistiu em um dos pilares da economia rio-grandense no século XIX. Nesse contexto, a cidade de Pelotas (RS) representou um dos principais centros de produção de charque, abrigando em seu território um grande número de estabelecimentos voltados a esta finalidade: as charqueadas. Estas eram sustentadas pela exploração do trabalho escravo africano, e por essa razão, são tomadas pelos historiadores como palco da

¹ A equipe do LÂMINA é formada pelos professores Dr. Jaime Mujica Sallés, Dra. Loredana Marise Ricardo Ribeiro, Dr. Pedro Luís Machado Sanches e Dr. Claudio Baptista Carle. Conta, ainda, com dez alunos de graduação dos cursos de Antropologia e Arqueologia, Museologia, Conservação e Restauro, Geografia e História do Instituto de Ciências Humanas da UFPEL.

consolidação do sistema escravista na região sul do Brasil (CARDOSO, 1977; MAESTRI, 1984; GUTIERREZ, 2001; 2004).

As charqueadas formavam um grande complexo industrial, composto por diversas estruturas ligadas ao abate e ao beneficiamento dos produtos bovinos. Compreendiam, ainda, hortas, pomares, olarias, atafonas, bem como outras atividades que subsidiavam a estrutura interna dessas propriedades. Em vista disso, as charqueadas ocupavam uma extensa porção de terras, as quais incluíam, também, as unidades residenciais dos atores sociais envolvidos nessa atividade, como a família charqueadora, os trabalhadores livres e os escravos.

Considerando que esses estabelecimentos constituíram o *locus* das relações sociais e culturais desses indivíduos, os lugares que atualmente preservam os resquícios dessas ocupações apresentam, indubitavelmente, um grande potencial para o desenvolvimento de pesquisas arqueológicas centradas na busca dos vestígios materiais que permearam esses grupos sociais.

Nesse sentido, este trabalho apresenta um estudo arqueológico da escravidão nos estabelecimentos charqueadores pelotenses do século XIX. O objetivo principal é compreender a dinâmica de funcionamento das charqueadas, no âmbito de suas relações internas e externas, bem como a inserção da mão-de-obra escrava nessas propriedades, explanando sobre suas condições de vida e suas estratégias cotidianas de resistência ao sistema escravista. Nessa perspectiva, buscamos compreender esses aspectos a partir da análise de algumas charqueadas cujos remanescentes arqueológicos se encontram preservados atualmente no município de Pelotas. Essas charqueadas consistem em cinco propriedades existentes na costa do arroio Pelotas, e, num conjunto de prédios que integrava um complexo estancieiro-charqueador localizado às margens do antigo leito do arroio Santa Bárbara.

Para isso, adotamos uma abordagem multidisciplinar fundamentada nos pressupostos teóricos e metodológicos da Arqueologia da Escravidão, uma linha de investigação da Arqueologia Histórica que combina fontes escritas, materiais, iconográficas e orais no estudo de sítios arqueológicos do período escravista (SINGLETON, 1995; SAMFORD, 1996). Dessa forma, analisamos as fontes documentais e os vestígios materializados na paisagem, em busca de indícios sobre a espacialidade das unidades residenciais e produtivas das charqueadas. Com base nesses dados, elaboramos mapas em SIGs (*Sistemas de Informação Geográfica*),

reconstituindo a estrutura interna desses antigos estabelecimentos e propiciando, assim, uma discussão sobre questões acerca do perfil demográfico e da vida cotidiana dos escravos que viviam nas charqueadas pelotenses no período oitocentista.

Uma das principais fontes utilizadas nessa pesquisa foram os inventários *post-mortem* dos proprietários dos estabelecimentos analisados. Esses documentos, produzidos com a finalidade de arrolar e avaliar os bens do falecido para serem partilhados entre os herdeiros (PESSI, 2011), consistem em fontes valiosas para os estudos arqueológicos, pois, apresentam descrições detalhadas sobre as propriedades, os móveis, os objetos e os escravos que pertenciam ao inventariado no momento de sua morte. Sabemos que esses documentos não são fontes inéditas para os estudos historiográficos sobre a escravidão nas charqueadas. Contudo, este trabalho coteja esses dados sob uma perspectiva diferente das abordagens historiográficas, uma vez que está balizado por objetivos específicos, calcados em problemas arqueológicos. Dessa forma, a análise das evidências escritas não está dissociada das evidências materiais. Pode-se dizer que para a arqueologia histórica os documentos escritos são parte do registro arqueológico, à medida que permitem o diálogo com os indícios materiais (GALLOWAY, 2006).

Em vista disso, a questão norteadora desta pesquisa é: *“como era a estrutura interna das charqueadas pelotenses e de que forma os escravos atuaram nesses estabelecimentos?”* Esse questionamento será deslindado ao longo do trabalho, perfazendo as discussões acerca do contexto histórico da produção saladeril na região, bem como a análise de suas unidades escravistas.

As charqueadas analisadas consistem em uma amostragem do conjunto de sedes que se mantêm preservadas no entorno das redes fluviais, que no passado serviram como principais vias de acesso das indústrias saladeris. Foi selecionada ponderando aspectos como a qualidade informativa das fontes documentais; indícios materiais da ocupação oitocentista; e, nível de preservação da paisagem e dos sítios arqueológicos existentes.

Dessa forma, das quinze charqueadas preservadas no município de Pelotas, elencamos seis para discorrer nesse trabalho. Dentre essas, as charqueadas: São João; Boaventura Rodrigues Barcellos; Barão de Butuí e Barão do Jarau. Esses estabelecimentos, situados às margens do arroio Pelotas, já foram estudados pela historiografia e compõem um dos principais roteiros turísticos da cidade. No entanto,

esse trabalho mostra que ainda existem algumas questões a serem discutidas, as quais são pertinentes à arqueologia da escravidão. Além desses, analisamos também a charqueada da boca do arroio Pelotas, que se localizava nas proximidades do Passo dos Negros, e que, hoje, guarda resquícios de uma antiga edificação que está ameaçada de destruição, como veremos no capítulo 3. E por fim, as edificações remanescentes da charqueada Santa Bárbara.

O estudo da charqueada Santa Bárbara é destacado neste trabalho, pois esta, até então, era desconhecida pelos pesquisadores locais. Descoberta no âmbito das pesquisas arqueológicas do projeto *O Pampa Negro*, o sítio Santa Bárbara consiste, hoje, na primeira charqueada pelotense escavada sob a perspectiva da Arqueologia da Escravidão.

O sítio arqueológico Santa Bárbara caracteriza-se por um conjunto arquitetônico de alvenaria em estilo colonial, composto por uma casa de moradia e galpões, disposto em um terreno de grandes extensões, situado na periferia urbana de Pelotas. Embora existam algumas informações historiográficas sobre essa unidade, sua localidade não havia sido identificada e seus prédios não eram reconhecidos como remanescentes do passado charqueador. Por essa razão, analisamos o sítio arqueológico Santa Bárbara no intuito de compreender, primeiramente, o processo de formação e de ocupação do complexo no qual estava inserido. Em seguida, discutimos a funcionalidade dos prédios remanescentes desse conjunto estancieiro-charqueador, bem como o perfil demográfico dos escravos da propriedade.

Nessa perspectiva, organizamos a dissertação em quatro capítulos. O primeiro apresenta uma discussão acerca dos referenciais teóricos e metodológicos utilizados para embasar essa pesquisa, atinentes à Arqueologia da Escravidão. Esse capítulo traz uma revisão dos principais estudos realizados nos Estados Unidos, no Caribe e na América do Sul, discorrendo sobre as descobertas e as abordagens desenvolvidas no âmbito dessa disciplina. Em seguida, apresentamos um panorama geral das pesquisas arqueológicas desenvolvidas nos contextos escravos das *plantations*, fazendas e engenhos, abordando aspectos como as configurações espaciais, a cultura material e os hábitos alimentares dos grupos escravos.

No segundo capítulo apresentamos uma revisão das obras historiográficas que abordam o tema da escravidão nas charqueadas pelotenses, analisando o surgimento e desenvolvimento dos estabelecimentos saladeris, bem como o perfil

demográfico dos escravos e sua vida cotidiana. Feitas essas considerações, mostramos o contexto histórico oitocentista e suas principais implicações no setor charqueador. Em seguida, analisamos o comércio de escravos em Pelotas e levantamos algumas questões pertinentes à produção e à economia saladeril.

O terceiro capítulo discorre sobre a situação atual das charqueadas, mostrando como estas passam a ser vistas como patrimônio cultural do município, integrando-se ao turismo e tornando-se alvo de ações de preservação patrimonial. Em vista disso, analisamos cinco estabelecimentos charqueadores preservados nas margens do arroio Pelotas. Desse modo, evidenciamos os “fragmentos” materiais que se preservam na paisagem e os indícios presentes nas fontes históricas, no intuito de compreender alguns aspectos do cotidiano da escravidão nesses estabelecimentos, como a constituição de famílias, as moradias e as ações de resistência contra o regime escravista. Este estudo individualizado das unidades, seguindo os enunciados de Patricia Samford (1996), visa a aclarar as variações e as especificidades do sistema escravista nas charqueadas.

No último capítulo analisamos o processo de ocupação e as divisões de terras da área onde está inserido o sítio charqueada Santa Bárbara. Através dessa análise discutimos a distribuição espacial das unidades domésticas e produtivas que existiram no estabelecimento, bem como as transformações que ocorreram nessa paisagem ao longo do tempo, no intuito de compreender a funcionalidade dos prédios remanescentes desse complexo produtivo. E por fim, apresentamos algumas questões acerca da escravidão na charqueada Santa Bárbara, com base no estudo do perfil demográfico dos grupos escravos que habitaram essa propriedade.

Em suma, esse trabalho apresenta uma discussão acerca da escravidão nas charqueadas pelotenses, por meio de uma análise arqueológica da paisagem saladeril e das fontes documentais, ensejando lançar alguns parâmetros para a realização de pesquisas arqueológicas posteriores.

CAPÍTULO I - A ARQUEOLOGIA DA ESCRAVIDÃO NO CONTINENTE AMERICANO: HISTÓRICO E ABORDAGENS

1.1 O Surgimento da Arqueologia da Escravidão nos Estados Unidos

A arqueologia da escravidão é uma linha de investigação da arqueologia histórica dedicada ao estudo dos espaços de habitação e dos vestígios materiais dos africanos e afro-descendentes que viveram no continente americano sob o regime escravista, o qual perdurou até o século XIX. De acordo com pesquisadores norte-americanos (SINGLETON, 1995; ORSER, 1998), a emergência da arqueologia da escravidão foi impulsionada por fatores sociais, políticos e intelectuais que eclodiram nos Estados Unidos anos de 1960, como o ativismo negro, a criação de uma legislação patrimonial, a participação comunitária e os estudos sobre etnicidade e história social (SINGLETON, 1995; ORSER, 1998).

O contexto social e político efervescente, acirrado pela luta dos negros por igualdade racial nos Estados Unidos, influenciaram as primeiras pesquisas arqueológicas em sítios escravos nas *plantations* norte-americanas (SINGLETON, 1995), uma vez que a arqueologia direcionada para o estudo da escravidão apresentava a possibilidade de resgatar evidências tangíveis do legado cultural afro-americano, o qual era reivindicado por esses grupos que não se sentiam representados na história nacional americana. Além disso, grande parte dos pesquisadores que se dedicaram ao tema estava engajada na militância política e atuando em movimentos sociais como o “*The U.S. Civil Rights movement*” (BLAKEY, 2001).

A criação do *National Historic Preservation Act*, em 1966, legalizou a preservação do patrimônio histórico e arqueológico nos Estados Unidos, fomentando o surgimento de empresas de consultoria especializadas na gestão dos recursos culturais (CRM- *Cultural Resource Management*). Com o crescimento das pesquisas

arqueológicas no âmbito privado, as escavações em sítios afro-americanos se difundiram, já que as empresas passaram a atender as crescentes demandas da arqueologia, sem se submeter às restrições do *establishment* arqueológico (SINGLETON, 1995; BLAKEY, 2001; ORSER, 2002; SINGLETON & SOUZA, 2009). Nesse ínterim, as pesquisas arqueológicas contaram, a partir dos anos 1990, com o apoio e a participação da comunidade por meio da arqueologia pública, o que favoreceu a popularização das pesquisas arqueológicas em sítios escravos, envolvendo diversos segmentos da sociedade (ORSER, 1998; 2002). A abertura de sítios para visita, as exposições de artefatos, o recrutamento de voluntariado nas escavações, as parcerias com grupos filiados culturalmente, entre outras ações, resultaram na colaboração e na participação pública de comunidades e agentes sociais nas análises e nas interpretações dos achados arqueológicos (SINGLETON, 1995; BLAKEY, 2001; FERREIRA, 2009).

Afora os fatores mencionados, os desígnios da arqueologia da escravidão também foram influenciados pelas inovadoras correntes teóricas das ciências humanas e sociais, as quais estavam rompendo as barreiras tradicionais do campo acadêmico, centrada no estudo das elites, para dar voz aos grupos subordinados. De acordo com Singleton (1995), os estudos sobre etnicidade e a nova história social, entre as décadas de 1960 e 1970, favoreceram o desenvolvimento das pesquisas arqueológicas sobre a escravidão, uma vez que a arqueologia podia contribuir com fontes alternativas de estudo, já que estes grupos deixaram poucos registros escritos. Os aportes teóricos dessas novas tendências vislumbravam, principalmente, uma mudança de foco nas investigações, dando ênfase aos grupos subordinados, marginalizados e silenciados pelas narrativas históricas dominantes (ORSER, 1998).

Nessa perspectiva, as pesquisas arqueológicas da escravidão transformaram o panorama da arqueologia histórica nos Estados Unidos. Desde o seu surgimento na década de 1930, esta disciplina havia se dedicado apenas ao estudo de sítios arqueológicos que enalteciam os brancos, ricos e famosos (SPEIGHT, 2002; ORSER, 1998), como as mansões das *plantations* do Sul e as treze colônias do Norte. Essas pesquisas estavam voltadas para a restauração arquitetônica de edifícios e monumentos que representavam a cultura material das elites, perpetuando uma visão eurocêntrica e promovendo a ideologia nacional americana (SINGLETON, 1995; ORSER, 1998). Apenas nos anos 1960 os estudos

arqueológicos assimilaram a diversidade das *plantations*, ponderando em suas análises a identificação dos demais grupos que viviam nesses estabelecimentos, bem como a dinâmica sócio-cultural da vida cotidiana nesses sítios. Dessa forma, a identificação dos espaços de habitação dos escravos e a evidência de seus vestígios materiais foram incorporadas aos objetivos das escavações arqueológicas norte-americanas.

Um dos pioneiros nessa nova linha de investigação foi o arqueólogo Charles Fairbanks na escavação da *plantation Kingsley*, na Flórida, em 1968. Fairbanks escavou as áreas de habitação dos escravos no intuito de identificar “africanismos” expressos na cultura material e nas antigas residências dos escravos, no entanto, ao se deparar com a falta de evidências materiais que atestassem essa continuidade cultural africana, Fairbanks percebeu que essas diferenças culturais podiam não estar tão claras no registro arqueológico (FOUNTAIN, 1995; ORSER, 1998). Após algumas décadas de pesquisas, os arqueólogos começaram a observar as diversas formas de organização e a distribuição espacial dos sítios escravos nas *plantations* (LANGE & HANDLER, 1985), bem como a cultura material que circulava nas áreas de descarte e nos poços escavados no interior das habitações (SAMFORD, 1996), descortinando novas informações sobre a vida material dos escravos e produzindo novas interpretações sobre aspectos econômicos, sociais, culturais e simbólicos dos grupos escravos.

A partir da década de 1980 a arqueologia da escravidão afro-americana consolidou-se, com seus próprios simpósios, reuniões, revistas, etc. (SPEIGHT, 2002), apresentando revisões e críticas dos trabalhos anteriores e propondo a aplicação de abordagens mais rigorosas nestes estudos (SINGLETON, 1995). Nessa perspectiva, uma grande diversidade de abordagens eclodiu neste período, ampliando as investigações e buscando compreender fatores como a vida cotidiana dos sítios escravos, a cultura material afro-americana, bem como a dispersão global da cultura africana. Essas novas abordagens, concebidas em um viés multidisciplinar, tornaram a arqueologia da escravidão um campo fecundo e promissor, compreendendo também a dinâmica dos sítios afro-americanos como um fenômeno global (ORSER, 1998).

Com o passar dos anos, a crescente produção das pesquisas arqueológicas sobre cultura afro-americana transcenderam o estudo da escravidão nas *plantations*, e assim, outros sítios tornaram-se alvo de análises como os quilombos, as

residências urbanas, os assentamentos de escravos e negros livres, as igrejas negras, enfim, todos os sítios relacionados com a experiência afro-americana no Novo Mundo (ORSER, 2002, p. 11). Por essa razão, a arqueologia da escravidão passou a ser chamada de arqueologia afro-americana (*African American Archaeology*).

A cultura afro-americana consiste em uma cultura nova, construída a partir da combinação de elementos africanos, indígenas e europeus (SPEIGHT, 2002). Dessa forma, a arqueologia afro-americana é definida como o estudo da cultura material para interpretar a vida afro-americana e envolve além dos sítios escravos, todos aqueles ocupados pelos afro-americanos (SINGLETON, 1995, p. 120). Entretanto, a designação arqueologia afro-americana não foi capaz, ainda, de abarcar a diversidade da experiência dos africanos e afrodescendentes na América e ao redor do mundo, e por essa razão, uma nova definição passou a ser adotada pelos arqueólogos dedicados ao tema: A arqueologia da diáspora africana.

O conceito de diáspora africana surgiu na década de 1970 junto aos movimentos Pan-Africanos e logo foi incorporado pelas ciências humanas e sociais para definir a dispersão mundial dos africanos e afrodescendentes fora da África, seja pela escravidão ou por outras migrações (SINGLETON & SOUZA, 2009). Contudo, este conceito tardou a ser adotado pelos arqueólogos, embora Posnansky já alertasse para sua importância desde a década de 1980 (POSNANSKY, 1984). Foi apenas nos anos 1990 que este conceito passou a ser adotado e difundido no âmbito da arqueologia no “Novo Mundo” (ORSER, 1998; SINGLETON & SOUZA, 2009).

Os estudos arqueológicos dos afrodescendentes na perspectiva da diáspora africana ganharam destaque nos últimos anos, visto que o discernimento da cultura afrodescendente depende primordialmente da análise e do entendimento do legado cultural africano. Com base nesta visão, as pesquisas empreendidas nos sítios arqueológicos afro-americanos inserem-se em um contexto mais amplo, submetendo as análises locais à noção global da diáspora africana (ORSER, 1998). Segundo a definição de Harris (1993 *apud* BLAKEY, 2001, p. 388) o conceito de diáspora africana consegue abarcar o caráter dinâmico de um processo contínuo e complexo que se estende ao longo do tempo e ao redor do mundo. A concepção de diáspora abrange a dispersão global (voluntária e involuntária) dos africanos na história, o surgimento de uma identidade cultural no exterior com base na origem e nas

condições sociais, bem como possibilita o retorno físico ou psicológico à África. (BLAKEY, 2001; ORSER, 1998; LEONE, LA ROCHE, & BARBIARZ, 2005).

Segundo Posnansky (1984) a noção de diáspora africana só ganha sentido por meio da cooperação e do diálogo mútuo entre arqueólogos americanos, caribenhos e africanos, pois esses estudos demandam abordagens multidisciplinares e interculturais envolvendo as regiões por onde estes grupos se fixaram, pois isso também proporciona a criação de tipos comparativos entre os diversos sítios marcados pela presença africana. De acordo com Orser (1998, p. 64), a diáspora Africana está profundamente enraizada na história e é um fenômeno verdadeiramente global, entretanto, a arqueologia da diáspora africana começou e, de certa forma, ainda permanece até hoje como uma arqueologia da escravidão no Novo Mundo, uma situação especialmente frustrante diante da riqueza e da variedade da experiência africana fora da África (ORSER, 1998).

De acordo com Lúcio Ferreira (2009) o caráter multicultural do conceito de diáspora africana suscita à arqueologia uma gama variada de temas de estudo, como as investigações em naufrágios de navios negreiros; a análise da variabilidade de estilos culturais dos escravos na América; os estudos bioarqueológicos nos sepultamentos escravos; e a abordagem crítica das noções de raça e racismo.

Em suma, o estudo arqueológico da diáspora africana permite delinear a diversidade de identidades culturais que os escravos forjaram na América. Permite, ainda, circunscrever os espaços de formação das comunidades escravas e os distintos universos multiculturais que construíram. As comunidades escravas da América, com efeito, não se formaram apartadas do mundo que as cercava, como se estivessem engolfadas num mar de pureza cultural. É assim que a arqueologia da diáspora africana se coaduna com os enunciados da teoria social, como, por exemplo, os lançados por Bhabha (1994) e Hall (1996): as identidades culturais são sempre posicionais e contextuais, híbridas e moventes, fazendo-se na diáspora. Afinal, nas identidades culturais, como diz Vertovec (2009), repousam sempre elementos transnacionais. (FERREIRA, Lúcio; 2009, p. 269)

Atualmente, pesquisas arqueológicas da diáspora africana já foram realizadas em quase todos os estados ex-escravistas dos Estados Unidos, principalmente na região sul onde se concentram as *plantations*, de forma que é impossível revisar em detalhes (SINGLETON & SOUZA, 2009) os estudos desenvolvidos pelos pesquisadores norte-americanos. Além dos Estados Unidos, a arqueologia da diáspora africana também é difundida em diversos países do Caribe e da América do Sul, conforme veremos a seguir.

1.2 A Arqueologia da Diáspora Africana no Caribe

As pesquisas arqueológicas em sítios da diáspora africana se iniciaram no Caribe a partir da década de 1960, com o trabalho pioneiro de Handler nas ilhas de Barbados e Antígua (DELLE, 2002; HAVISER, 1999). O foco da arqueologia histórica no Caribe era, inicialmente, os assentamentos indígenas e europeus, mas as fortes influências culturais africanas e afrodescendentes nas ilhas caribenhas incentivaram o desenvolvimento de pesquisas arqueológicas em sítios escravos, bem como nos assentamentos de negros livres. Nos anos 1970, a descoberta de sítios africanos e afrodescendentes nas diversas ilhas do Caribe lançaram novas perspectivas sobre arqueologia afro-caribenha, e assim, deram mais visibilidade ao tema e às populações afrodescendentes (HAVISER, 1999).

Segundo Delle (2002, p. 96) a arqueologia histórica no Caribe decolou nos anos 1980 devido aos estímulos da arqueologia afro-americana que buscava sítios associados com os membros da diáspora africana. Entre os sítios afro-caribenhos investigados destacam-se os povoados fortificados espanhóis, ingleses e holandeses, os assentamentos urbanos, as *plantations* de açúcar, algodão e café, as aldeias afrodescendentes e os quilombos (DELLE, 2002, p. 96).

De acordo com Kelly (2004), a arqueologia histórica cresceu exponencialmente no Caribe nos últimos 40 anos, abordando variados temas de investigação. Contudo, os principais sítios pesquisados têm centrado suas análises na arqueologia da diáspora africana. Pesquisas nas *plantations* escravistas, nas aldeias de afrodescendentes formadas após a abolição da escravidão e nos quilombos são conduzidas em Barbados, Jamaica, Montserrat, e outras ilhas caribenhas desde os anos 1970. As pesquisas realizadas têm como foco a análise das condições de vida e o trabalho escravo nas *plantations*, a criação e a manutenção de identidades afro-caribenhas através da arquitetura, do uso do espaço, dos hábitos alimentares e da cultura material, entre outras questões que são discutidas pela arqueologia afro-caribenha (KELLY, 2004).

Em sua síntese bibliográfica sobre a arqueologia afro-caribenha, Haviser (1999) discorre sobre diversas pesquisas publicadas entre os anos 1970 e 1990, divulgando os estudos realizados em diferentes ilhas do Caribe. Entre os principais

trabalhos publicados, Haviser (1999) destaca os desenvolvidos nas ilhas Virgens Americanas (Chapman, 1991), na Jamaica (Armstrong, 1990; 1992), em Guadalupe (Handler, Lange & Orser, 1979), em Montserrat (Pulsipher, 1977; 1993), em Cuba (Laviña, 1995), em Martinica (Roo Lemos, 1979), no Suriname (Price, 1973), nas Bahamas (Wilkie, 1994; 1997;), em Curaçao (Haviser & Simmons Brito, 1991; 1995), em Nevis (Olwing, 1990; 1993), em Martinica (England, 1992) na República Dominicana (Corzo, 1991), em Barbados (Handler, 1994), em Porto Rico (Joseph & Bryne, 1992), na Antigua (Nicholson, 1994; 1995), no Haiti (Smith, 1995), entre muitos outros trabalhos citados na introdução de seu livro *African sites: archaeology in the Caribbean*. (apud HAVISER, 1999, p. 2-7).

Em um panorama geral, Haviser (1999), Delle (2002) e Kelly (2004) discutem sobre os trabalhos desenvolvidos nas ilhas caribenhas, entre estes citaremos alguns dos mais relevantes para os estudos da arqueologia da diáspora africana. Na década de 1970, Jerome Handler e Frederico Lange iniciaram suas pesquisas arqueológicas no cemitério da *plantation Newton*, na ilha de Barbados, gerando as primeiras análises sobre a vida cotidiana dos escravos do Caribe. Nos anos 1980, Lydia Pulsipher e Conrad Goodwin descobriram vestígios nos jardins utilizados pelos escravos na *plantation Galways* em Montserrat. Logo em seguida, Douglas Armstrong analisou a organização espacial das aldeias de escravos das *plantations Drax Hall* e *Sevilha* no norte da Jamaica (DELLE, 2002). Na década de 1990, novos trabalhos surgiram nas *plantations* da Jamaica. Mathew Revees comparou a cultura material dos escravos de *plantations* de café e de açúcar, enquanto James Delle iniciou um projeto focado na análise espacial das *plantations* de café desta ilha (DELLE, 2002, p. 97). Jay Haviser escavou *plantations* em Montserrat e Norman Barka analisou a variedade de *plantations* de açúcar em Santo Eustáquio (DELLE, 2002).

Além desses trabalhos, Kelly (2004) discorre também sobre as pesquisas realizadas nas Antilhas francesas. Segundo o autor, as colônias inglesas do Caribe costumam receber mais atenção dos estudiosos, no entanto, a produção de café, açúcar, rum, anil e algodão nas colônias francesas superavam a produção das demais *plantations* das ilhas do Caribe. Martinica e Guadalupe chegaram a possuir mais de 200.000 escravos no século XVIII, enquanto São Domingos contou com uma população de mais de meio milhão de escravos. Dessa forma, Kelly (2004) comenta sobre o trabalho de Laurence Verrand e Nathalie Vidal na Martinica, no

qual foram descobertos fornos de cal em diversas *plantations*, o que sugere que este material, utilizado na produção de açúcar e também na construção, complementava a economia açucareira na ilha. Em Guadalupe destacam-se os estudos de Xavier Rousseau e Vragar Yolande sobre a produção de índigo², bem como o de Patrice Courtaud e Romon Thomas em um cemitério de africanos e afrodescendentes datado dos séculos XVIII e XIX (KELLY, 2002).

Outro país onde a arqueologia da diáspora africana ganhou destaque foi Cuba, o qual iniciou suas pesquisas no final dos anos 1960. Segundo a arqueóloga cubana Lourdes Dominguez (2005), o primeiro sítio da diáspora africana escavado na ilha foi o cemitério³ de escravos do engenho *Taoro*, localizado na cidade de *Cangrejas* na província de Havana (DOMINGUEZ, 2005, p. 62; SINGLETON & SOUZA, 2009). Posteriormente, entre 1972 e 1974, foram realizados trabalhos nas ruínas de cafezais na região de *Pinar del Río*, a oeste de Havana, sobre as quais afirma que havia uma configuração arquitetônica diferenciada dos demais cafezais cubanos; não foram identificadas senzalas porque os escravos viviam em suas próprias casas espalhadas pela propriedade, o que seria resultado da influência dos fazendeiros que fugiram da revolução haitiana (DOMINGUEZ, 2005).

Outros sítios pesquisados pelos arqueólogos cubanos são os assentamentos quilombolas, os chamados *palenques* e *cimarrones*, que consistiam em aldeias ou acampamentos temporários de escravos que fugiam das *plantations* e buscavam refúgio nas serras cubanas. Gabino La Rosa Corzo (2005; 2007) escavou diversos sítios quilombolas nas regiões montanhosas de Havana e Matanzas e discutiu questões como os padrões de subsistência destes grupos. Outro trabalho relevante realizado em Cuba foi a escavação no *Cafetal del Padre* desenvolvido pela arqueóloga americana Theresa Singleton, no qual a autora aborda temas como a dialética espacial escravista e a cultura material dos escravos (SINGLETON, 2001; 2007; SINGLETON & SOUZA, 2009). Este e outros trabalhos serão discutidos mais adiante.

As pesquisas citadas ilustram o panorama das pesquisas arqueológicas no Caribe, e nessa perspectiva, compreendemos que o Caribe, assim como os Estados Unidos, tem avançado suas pesquisas arqueológicas sobre a diáspora africana nas

² Planta da qual se extraía corante azul. As pesquisas arqueológicas nesses estabelecimentos evidenciaram os poços de alvenaria utilizados no processo de drenagem e decantação do corante.

³ Dominguez (2005) afirma que este foi o primeiro cemitério do tipo escavado no Caribe (DOMINGUEZ, 2005, p. 62; SINGLETON & SOUZA, 2009).

últimas décadas, proporcionando novos paradigmas para pensar a adaptação dos africanos no continente americano, as relações escravistas, a formação de uma nova cultura e de uma identidade afrodescendente, entre outras questões que estão sendo descortinadas pelas pesquisas arqueológicas afro-caribenhas.

1.3 A Arqueologia da Diáspora Africana na América do Sul

A arqueologia da diáspora africana é um tema ainda pouco discutido entre os arqueólogos da América do sul, embora estes países apresentem um grande potencial para o desenvolvimento destes estudos arqueológicos, já que exploraram amplamente a mão-de-obra escrava entre os séculos XVI e XIX. De acordo com Zarankin e Salerno (2007), a arqueologia histórica transformou-se em um campo especializado de estudos apenas nos anos 1980, pois as ditaduras militares nesses países impuseram entraves que impediram o pleno desenvolvimento da disciplina. Dessa forma, foi apenas com a consolidação dos governos democráticos, na década de 1990, que a arqueologia sul-americana experimentou um acelerado crescimento. Entretanto, no panorama atual da arqueologia histórica sul-americana apenas três países apresentam estudos sistemáticos na área: a Argentina, o Uruguai e o Brasil.

Para Funari (2002a), la falta de interés por la arqueología histórica en países como Perú, Ecuador, Bolivia y –hasta cierto punto- Venezuela encuentra explicación en que en esos contextos la arqueología fue comúnmente empleada como una herramienta para la construcción de identidades basadas en la búsqueda del esplendor de civilizaciones pre-coloniales. (ZARANKIN & SALERNO, 2007, p. 20)

Os primeiros vestígios arqueológicos relacionados com a diáspora africana na Argentina foram encontrados por Agustín Zapata Gollán nos anos 1980, em escavações realizadas na província de Santa Fé (SCHÁVELZON, 2003; PACHECO, 2008). Esses materiais consistem em objetos de cerâmica decorados com símbolos africanos, cachimbos e amuletos, os quais, conforme afirmou Schávelzon (2003, p. 134), não foram contextualizados e interpretados de acordo com as crenças africanas.

No final da década de 1990, o arqueólogo Daniel Schávelzon iniciou uma pesquisa visando identificar artefatos “africanistas” que remontassem a cultura material afroportenha dos contextos urbanos de Buenos Aires (PACHECO, 2008; ZARANKIN & SALERNO, 2007). Inspirado pelas teorias da arqueologia afro-

americana, Schávelzon procurou dar voz a este segmento esquecido e silenciado pela sociedade bonaerense e analisou os diferentes espaços marcados pela presença escrava e afrodescendente na cidade (SCHÁVELZON, 2003). Em sua obra *Buenos Aires negra: arqueología histórica de una ciudad silenciada* (2003), Schávelzon discorre sobre vários objetos de origem africana, como cachimbos, vasos cerâmicos e objetos ritualísticos, encontrados em diferentes sítios urbanos da cidade de Buenos Aires. Atualmente, a pesquisa arqueológica conduzida por Schávelzon (2003) consiste no único trabalho do tipo desenvolvido no país.

Diferente da Argentina, o Uruguai é um país que ainda preserva fortes influências africanas em sua cultura, sendo o Candombe a expressão máxima deste legado, conforme salientou Luis Ferreira

La expresión cultural más notoria de los afrodescendientes en Uruguay comprende la producción de grupos de tamboreo durante el año y las presentaciones de sus asociaciones carnavalescas con danza y cantos en cuadros escénicos denominados *candombes*. La expresión de orquestas de músicos de tambor y personajes danzantes del *candombe* es resultante del proceso de transformación intercultural de distintas formas africanas en las condiciones históricas de Montevideo desde fines del siglo XVIII y del proceso de la modernización con la constitución del estado-nación uruguayo a partir del último cuarto del siglo XIX. El caso del *candombe* afrouruguayo plantea la existencia de una alteridad cultural en la sociedad nacional, basada en principios culturales diferentes a los euro-occidentales y como parte de la diáspora afro-atlántica en su extremo sur. (FERREIRA, Luís, 2008, p. 91)

Entretanto, as discussões em torno da arqueologia da diáspora Africana ainda são incipientes no país, restringindo-se às investigações no bairro Capurro em busca da identificação do *Caserío de los Negros*. Em 1998 os arqueólogos da UDELAR (*Universidad de la República*) iniciaram o projeto *El Caserío de los Negros: Investigación arqueológica del contacto Afro-Americano*. O objetivo deste projeto era localizar e escavar as antigas edificações do alojamento de escravos construído em Montevideu na margem esquerda do arroio *Miguelite*, na desembocadura do Rio da Prata (ONEGA, 2005). O *caserío de los negros* foi um espaço que abrigou os escravos recém desembarcados na região do Prata e servia como um “depósito” onde os escravos obrigatoriamente deveriam ficar em quarentena até serem vendidos (ONEGA, 2005; FREGA, 2011).

As escavações realizadas pelas arqueólogas Elizabeth Onega e Carmen Curbelo no prédio onde se supõe que havia funcionado o *Caserío de los Negros* tem

sido alvo de polêmica entre os pesquisadores uruguaios. Onega (2005) afirma que a análise crítica das fontes documentais, cartográficas e as prospecções arqueológicas realizadas em 2000 constataram que os sótãos de um dos prédios da empresa ANCAP consistiam em construções do século XVIII pertencentes ao *Caserío de los Negros* (ONEGA, 2005, p. 16). Já Roberto Bracco contestou esse resultado, afirmando que, com base no estudo da cartografia, o Caserío estava a duas quadras deste local, no prédio da atual escola *Capurro* (FREGA, 2011, p. 398). Segundo o arqueólogo José Lopez Mazz a polêmica ainda não foi resolvida e a equipe da UDELAR pretende voltar ao local para realizar novas escavações (comunicação pessoal).

Conforme observado, a arqueologia da diáspora africana carece de pesquisas arqueológicas mais sistemáticas na Argentina e no Uruguai, pois os resultados produzidos até o momento ainda não contemplam interpretações mais abrangentes acerca dos vestígios materiais da experiência africana no Rio da Prata. Isso acontece porque, segundo Pacheco, *“La arqueología histórica de la diáspora africana es una disciplina que apenas se empieza a trabajar, especialmente en el Río de la Plata.”* (PACHECO, 2008, p. 27)

No Brasil, os arqueólogos têm trabalhado em sítios de ocupação africana e afrodescendente em diferentes regiões do país. As pesquisas arqueológicas realizados nos quilombos, cemitérios e nas senzalas de fazendas e engenhos escravistas ainda não deram conta de uma análise mais ampla daquilo que poderíamos chamar de uma “cultura material afro-brasileira”. Contudo, o interesse pelo tema tem crescido nos últimos anos e várias questões já estão sendo discutidas no intuito de dar visibilidade ao registro arqueológico da diáspora africana no Brasil.

Ao discorrer sobre o histórico da arqueologia da diáspora africana no Brasil, Singleton e Souza (2009) afirmam que a aparente falta de interesse dos arqueólogos brasileiros sobre o tema da escravidão até os anos 1980 decorre de uma imposição da ditadura que visava perpetuar um discurso homogêneo sobre a formação histórica da sociedade brasileira e, portanto, grande parte das pesquisas se concentrou em sítios associados à arquitetura monumental ou a eventos políticos importantes. Destaca-se nesse período o trabalho pioneiro de Carlos Guimarães e Ana Lanna (1980) sobre os sistemas de assentamento de quilombos encontrados em Minas Gerais. Alguns anos depois Guimarães aprofundou a análise de um desses sítios, o quilombo Ambrósio, onde identificou vestígios de casas de pau-a-

pique, de uma vala utilizada para fins defensivos, bem como fragmentos de objetos de uso cotidiano como vasos de cerâmica, cachimbos e restos de alimentação (SYMANSKI, 2009; SINGLETON & SOUZA, 2009).

Na década de 1990, o arqueólogo brasileiro Pedro Paulo Funari e o norte-americano Charles Orser Jr., em parceria com o africanista britânico Michael Rowlands, iniciaram a maior e mais conhecida pesquisa arqueológica da diáspora africana no Brasil, o Projeto Arqueológico Palmares (FUNARI, 1996; 2003), o qual tinha como objetivo geral compreender a vida quotidiana do Quilombo dos Palmares através da cultura material (FUNARI, 1996, p. 8). As prospecções arqueológicas realizadas na Serra Barriga nos anos de 1992 e 1993 possibilitaram a identificação de 14 sítios arqueológicos, bem como uma grande diversidade de artefatos como cerâmicas indígenas, majólicas, faianças européias, cachimbos de barro decorados, entre outras evidências (FUNARI, 1996; SYMANSKI, 2009; SINGLETON & SOUZA, 2009). Segundo a análise do arqueólogo Scott Allen, que retomou as pesquisas de campo entre anos de 1996 e 1997 (SYMANSKI, 2009), foram identificadas cerâmicas tupi-guarani, vidradas com brilho opaco ao estilo majólica da Península Ibérica e um terceiro tipo que se caracteriza por uma produção local, combinando elementos indígenas, africanos e europeus, que passou a ser chamada de cerâmica de Palmares (FUNARI, 2001).

Havia cerâmica africana, nativa, colonial e importada em Palmares e, se a fluidez é ubíqua, como sugerem os estudos recentes, tanto na literatura antropológica como arqueológica, então, em vez de procurar por cerâmica tupinambá, ovimbundo ou mesmo “africana”, parece mais razoável tratar da cerâmica de Palmares. Vidradas e opacas, feitas no torno ou não, não eram importações de Portugal ou da Holanda, mas feitas no local pelos habitantes comuns. (FUNARI, 2001, p. 23)

Em 1993, Tânia Andrade Lima, Maria Cristina Bruno e Marta Fonseca publicaram um artigo que apresentou o primeiro estudo arqueológico de uma senzala no Brasil, realizado em uma fazenda de café denominada São Fernando, localizada no município de Vassouras, Rio de Janeiro (LIMA, BRUNO e FONSECA, 1993; SINGLETON & SOUZA, 2009). A propriedade escavada apresentava uma estrutura de alicerce de um prédio em ruínas que serviu de senzala para os escravos da fazenda. De acordo com Lima (1993), a senzala foi prioritariamente escolhida para ser escavada, pois apresentava um grande potencial para revelar a cultura material dos escravos, permitindo assim uma leitura dos aspectos da vida

cotidiana deste grupo. Contudo, os materiais encontrados foram escassos e se caracterizavam basicamente por elementos construtivos, gerando frustração aos arqueólogos (LIMA, BRUNO e FONSECA, 1993). Porém, na escavação das áreas de trabalho doméstico foi identificada uma quantidade maior de materiais, entre estes cachimbos e contas de colar que logo foram atribuídos ao uso dos escravos (LIMA, BRUNO e FONSECA, 1993, p. 187).

Nesse ínterim, Camilla Agostini (1998) analisou os cachimbos decorados identificados nos contextos escravos brasileiros a fim de compreender as estratégias de resistência desses grupos à escravidão. Agostini (1998) observou os diferentes estilos decorativos dos cachimbos e comparou com as escarificações corporais dos escravos, no intuito de identificar a preservação de símbolos que reforçassem uma identidade cultural africana.

Outra questão que vem sendo discutida pelos arqueólogos brasileiros diz respeito à cerâmica de produção local-regional (ZANETTINI, 2005), inicialmente chamada de neobrasileira, a qual mescla elementos indígenas, europeus e africanos. Encontrada em diferentes contextos históricos do país, a cerâmica neobrasileira foi um dos primeiros materiais onde se considerou a existência de influências africanas no fábriço e no uso da cultura material. Contudo, as pesquisas mais recentes têm questionado o uso do termo neobrasileira (ZANETTINI, 2005; SYMANKI, 2009; SINGLETON & SOUZA, 2009), uma vez que este é muito genérico e não contempla as variações regionais, os sincretismos e os mosaicos culturais representados nesta cerâmica (SYMANSKI, 2009; SINGLETON & SOUZA, 2009).

Nos anos 2000 Luis Claudio Symanki (2007; 2008) e Marcos André de Souza (2007) iniciaram importantes pesquisas arqueológicas em contextos escravos trazendo novas discussões para a arqueologia afro-brasileira e alertando sobre a necessidade de dar visibilidade ao registro arqueológico dos escravos no Brasil (SOUZA & SYMANSKI, 2007).

Nas escavações do sítio Taperão, um engenho de açúcar localizado no município de Chapada dos Guimarães, em Mato Grosso, Symanski (2007; 2008; 2009) identificou contextos e materiais arqueológicos associados à vida cotidiana dos escravos e, por meio destes, discutiu as formas como estes escravos se utilizaram da cultura material para se re-apropriar e subverter a hierarquização dos espaços e da paisagem do engenho; analisou, ainda, os artefatos utilizados em práticas religiosas africanas na senzala e na casa grande do engenho (SYMANSKI,

2007; 2008; 2009). Já Souza (2007) analisou a paisagem social do engenho São Joaquim, situado em Pirinópolis, no Estado de Goiás, e discutiu as relações espaciais estabelecidas entre a sede e a senzala, propondo que as configurações espaciais deste engenho caracterizavam-se por uma “outra escravidão” (SOUZA, 2007). Além disso, as escavações no interior da senzala revelaram uma lareira e uma grande concentração de materiais, como cerâmicas, metais, vidros e restos faunísticos, sugerindo o uso deste espaço para alimentação e socialização (SINGLETON & SOUZA, 2009).

Souza e Symanski (2009) realizaram também um estudo comparativo entre cinco sítios da região de Chapada dos Guimarães, dentre eles três engenhos (sítios Taperão, Buritizinho e Engenho do Quilombo), um pequeno quilombo (sítio Tapera do Pingador) e uma pequena casa rural (sítio Piteiras), ocupados entre os séculos XVIII e XIX (SOUZA & SYMANSKI, 2009, p. 520). A análise da variabilidade diacrônica do material cerâmico encontrado nesses contextos escravos sugeriu que estes grupos utilizaram as cerâmicas decoradas para expressar diferenças sociais e culturais (SYMANSKI, 2009; SOUZA & SYMANSKI, 2009).

No estado de Santa Catarina foram identificados mais de 13 sítios arqueológicos associados à ocupação afrodescendente, como senzalas, cemitérios, etc. (CORMELATO, 2005). Segundo Fabiana Cormelato (2005), que trabalha no âmbito do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), objetos como cachimbos e utensílios de cerâmica com decorações variadas, encontrados em contextos rurais e urbanos, evidenciam uma intensa circulação de africanos e afrodescendentes na região nos séculos XVIII e XIX. Em vista disso, oficinas de educação patrimonial foram realizadas no intuito de dar visibilidade às populações afrodescendentes no estado.

Podemos citar, ainda, a dissertação de Áurea Conceição Tavares (2006) que analisou as contas de colares e as práticas religiosas de origem africana a partir de sepultamentos encontrados no sítio arqueológico da antiga igreja da Sé em Salvador, na Bahia; o trabalho de Gislaine Tedesco (2009) no *Projeto de Resgate Arqueológico nas Obras de Adequação da Cidade de Goiás*, sob o qual analisou os elementos simbólicos expressos na decoração dos utensílios cerâmicos produzidos pelos escravos da cidade de Goiás e buscou compreender as manifestações de etnicidade e manutenção de fronteiras (TEDESCO, 2009); a tese de doutorado de Neli Machado (2004), que aborda os cachimbos e as cerâmicas identificadas em

sítios arqueológicos do século XIX no município de São Martinho da Serra, no Rio Grande do Sul; a tese de Claudio Carle (2005), que versa sobre assentamentos quilombolas no Rio Grande do Sul, na qual analisou o caráter simbólico das manifestações religiosas africanas e observou as influências destas na formação de três quilombos, o quilombo do abrigo do Monjolo localizado em Santo Antonio da Patrulha, o quilombo da ilha do quilombo em Porto Alegre e o quilombo do paredão localizado entre os municípios de Taquara e Gravataí; a pesquisa da arqueóloga Beatriz Thiesen (2011) na charqueada Carreros, o município de Rio Grande; e por fim o projeto “*O Pampa Negro: Arqueologia da Escravidão na região Meridional do Rio Grande do Sul (1780-1888)*”, coordenado pelo arqueólogo Lúcio Ferreira na Universidade Federal de Pelotas, que analisa os contextos escravos dos estabelecimentos escravistas gaúchos, sobre o qual iremos discutir mais adiante.

Os trabalhos citados não representam a totalidade das pesquisas arqueológicas desenvolvidas no país. Isso mostra que, mesmo de forma incipiente, os arqueólogos estão começando a considerar a presença africana e afrodescendente nos contextos históricos brasileiros.

Conforme podemos observar, a arqueologia da diáspora africana é uma linha de investigação consolidada nos Estados Unidos e no Caribe e está cada vez mais presente nos projetos arqueológicos desenvolvidos no Brasil. Os sítios pesquisados no âmbito desses trabalhos consistem em senzalas, cemitérios, quilombos, sítios urbanos, enfim, todos os sítios de ocupação africana e afrodescendente que são passíveis de análise para a arqueologia da diáspora africana. Da mesma forma, as pesquisas realizadas em diferentes países do continente americano apontam padrões no uso e na produção da cultura material, caracterizada por cerâmicas de produção local, cachimbos, contas de colar, objetos ritualísticos como moedas furadas, amuletos, conchas de búzios, e até mesmo materiais industrializados que circulam nos contextos escravos como louças, vidros, metais, etc. A delimitação dos espaços de ocupação somados aos objetos associados à cultura afro são analisados sob diversas perspectivas, suscitando a abordagem de temas variados como as condições de vida e hábitos de consumo dos escravos, identidade cultural, dominação e resistência, raça e racismo, diferenças de status, entre outras questões que têm guiado as pesquisas arqueológicas da diáspora africana na América.

Em vista dessa grande variedade de sítios e temas abordados pela arqueologia da diáspora africana, optamos por discorrer sobre algumas pesquisas desenvolvidas no âmbito dos estabelecimentos escravistas, as quais, como veremos mais adiante, são pertinentes ao objeto de análise desta dissertação.

1.4. As Pesquisas Arqueológicas nos Contextos Escravos

As pesquisas arqueológicas da diáspora africana difundiram-se nos últimos anos e exploram os mais variados temas, contudo, ainda que criticados, os arqueólogos têm centrado seus estudos em uma arqueologia da escravidão nos estabelecimentos como as *plantations*, fazendas e engenhos, uma vez que a distribuição espacial dessas propriedades fornece um número maior e mais confiável de informações sobre os contextos arqueológicos dos escravos (LEONE, LA ROCHE e BARBIARZ, 2005; SINGLETON & SOUZA, 2009). Além disso, as pesquisas arqueológicas voltadas para o estudo da escravidão na América cumprem um papel fundamental para as comunidades afrodescendentes na atualidade, de dar voz aos seus antepassados rompendo com a invisibilidade que lhes foi imposta por tantos séculos. Isso porque os dados arqueológicos vão além das fontes escritas, pois, a descoberta de objetos que fizeram parte do cotidiano dos escravos proporciona a inferência sobre aspectos econômicos, sociais, culturais e simbólicos dos africanos e afrodescendentes escravizados no continente americano, os quais ainda são negligenciados pelos discursos dominantes.

Por essa razão, o conceito que norteia este trabalho é aquele definido como *arqueologia da escravidão*, pois compreendemos que antes de entrar em uma discussão mais ampla sobre a diáspora africana é necessário identificar e conhecer os contextos arqueológicos dos escravos. E assim, tendo em vista que o trabalho que estamos desenvolvendo nas charqueadas pelotenses segue esta perspectiva, trataremos de analisar os principais aspectos abordados pela arqueologia da escravidão nas *plantations*, ou seja, os estudos arqueológicos desenvolvidos nos contextos escravos dos estabelecimentos que exploravam essa mão-de-obra nos estados Unidos, no Caribe e no Brasil. Esses estudos proporcionam as bases teóricas e metodológicas para identificar os sítios escravos e a cultura material que circulava entre esses grupos, fornecendo os subsídios necessários para analisar e compreender a escravidão nas charqueadas pelotenses.

Assim, apresentaremos a seguir um panorama geral das pesquisas realizadas nos contextos escravos das *plantations*, fazendas e engenhos escravistas, discorrendo sobre as configurações espaciais, a cultura material e os hábitos alimentares identificados nos contextos escravos, bem como sobre as principais abordagens sobre estes sítios.

1.4.1 Os contextos escravos: espaços de habitação, trabalho e sociabilidade

O primeiro passo da pesquisa arqueológica em estabelecimentos escravistas é analisar a distribuição espacial da propriedade identificando suas unidades domésticas e produtivas. Esta análise, baseada em informações documentais e arqueológicas, permite a compreensão das formas de assentamento dos sítios (SINGLETON, 1985; ARMSTRONG & KELLY, 2000) onde estão inseridos os contextos escravos. Esta é uma questão primordial na arqueologia da escravidão, uma vez que os espaços e a cultura material associados aos escravos só se tornam passíveis de análise e compreensão quando são visíveis (ou visibilizados) no registro arqueológico, e para isso é necessário contextualizar os achados arqueológicos, evitando assim a essencialização da cultura material. Dessa forma, retomando as palavras de Symanski & Souza (2007)

A questão da visibilidade dos grupos escravos no registro arqueológico vincula-se, fundamentalmente, à nossa habilidade de diagnosticar as evidências a eles ligadas. O argumento de que os vestígios materiais ligados aos escravos não se preservaram ou, numa outra perspectiva, não são passíveis de identificação, torna-se insustentável quando examinamos com mais atenção as relações contextuais entre grupos específicos de artefatos, sua distribuição no espaço de um sítio e suas associações com estruturas particulares. (SYMANKI & SOUZA, 2007, p. 215)

De acordo com Lange e Handler (1985), a distribuição espacial das *plantations* escravistas seguia padrões de organização onde os escravos eram forçados a se estabelecer em locais previamente definidos. Isso criou uma configuração espacial específica para esse tipo de sítio, facilitando a análise das formas de assentamento e, conseqüentemente, a identificação dos contextos escravos. Nessa perspectiva, Lange e Handler (1985) observaram a relação entre as áreas de produção e a casa principal das *plantations* do sul dos Estados Unidos e das ilhas britânicas no Caribe, afirmando que, nessas propriedades, a casa principal geralmente localizava-se no centro do complexo industrial e da aldeia dos escravos,

que se situava na periferia. Para Armstrong e Kelly (2000) a organização espacial das *plantations* reflete as relações de poder entre o senhor e os escravos, bem como o controle da produção visando à maximização dos lucros, o que pode ser observado a partir da localização proeminente da casa grande em relação às áreas de produção e às aldeias de escravos.

A definição desses modelos de assentamento auxilia os arqueólogos na identificação das habitações escravas nas *plantations*, o que não é uma tarefa fácil, já que a fragilidade dos materiais construtivos impediu a sobrevivência dessas habitações ao longo do tempo, as quais também não dispõem de muitos registros documentais. Assim, a localização das áreas de habitação dos escravos é calculada de acordo com a posição e a distância da casa do proprietário, tendo como base o tipo de trabalho que os escravos exerciam. (SAMFORD, 1996, p. 89; SYMANSKI & SOUZA, 2007)

De acordo com Singleton (1995) as pesquisas arqueológicas contribuem com a descoberta de dois tipos de informações sobre as habitações dos escravos: a) as características físicas como tamanho, dimensões, materiais e métodos de construção usados nas residências; b) evidências sobre os modos de vida dos escravos, como eles viviam em seus alojamentos e modificavam seus espaços domésticos de acordo com suas necessidades (SINGLETON, 1995, p. 123). Além disso, contribuem com discussões sobre status, resistência e identidade cultural (SINGLETON, 1995, SAMFORD, 1996).

As escavações arqueológicas realizadas nas *plantations* dos Estados Unidos evidenciaram duas tipologias de habitações, os *quarters* ou *cabins*, que consistem em alojamentos individuais ou construídos para famílias monoparentais; e os *barracks*, que serviam para abrigar um número grande de escravos do sexo masculino (LANGE & HANDLER 1985; 1995; SAMFORD, 1996). Os *quarters* agrupados próximos da mansão do senhor alojavam os escravos artesãos e domésticos, já os mais afastados abrigavam os trabalhadores do campo. (SAMFORD, 1996, p. 92).

Segundo os pesquisadores norte-americanos, o registro arqueológico revela que as habitações dos escravos variavam muito em relação ao tamanho, estilo e materiais construtivos, isso porque essas construções eram determinadas por fatores como a região em que estavam inseridos, a origem dos escravos, a riqueza do proprietário, bem como as atitudes individuais dos senhores (LANGE &

HANDLER, 1985; FOUNTAIN, 1995). De forma geral, essas habitações eram muito rudimentares e de pequenas dimensões, construídas em barro, “pau-a-pique” ou madeira sobre fundações de tijolo ou pedra, com piso de terra e janelas que não possuíam vidro para proteger do frio e de insetos (SAMFORD, 1996, p. 92). Isso implica na escassez de materiais construtivos no registro arqueológico devido à sua tendência a deteriorar-se, deixando, portanto, como remanescentes apenas alguns vestígios de fundações, chaminés de tijolos, postes de sustentação ou soleiras (LANGE & HANDLER, 1985; SINGLETON, 1995; FOUNTAIN, 1995; SAMFORD, 1996).

Samford (1996) afirma que alguns conjuntos de *quarters* eram agrupados em um arranjo circular reproduzindo práticas reminiscentes do Oeste Africano. Para Fountain (1995) os conceitos de design e espaço africano foram fortemente refletidos na construção das primeiras habitações escravas das *plantations* americanas; ademais, as diferenças significativas entre as habitações fornecem pistas sobre a hierarquia social e sistemas de recompensas dentro da instituição da escravidão (FOUNTAIN, 1995, p. 73-74). Já Singleton (1995, p. 124) acredita que alguns dos alojamentos de escravos refletiam uma imposição do estilo arquitetônico de seus senhores, mas existem evidências de que os escravos criaram seu próprio sentido de espaço dentro de suas habitações

Em Cuba as habitações de escravos caracterizaram-se por *bohíos*, cabanas pequenas e individuais formadas por estruturas de postes de madeira, telhado de palha e paredes de barro, madeira ou cana; e *barracones* que consistiam em edifícios de alvenaria construídos em diversos tamanhos e formas, subdivididos por uma sala e diversos cubículos que abrigavam os escravos (CORZO, 2005; 2007). Segundo a análise dos pesquisadores cubanos, os *barracones* substituíram os *bohíos*, pois sua estrutura grande e retangular, formada em torno de um pátio central, facilitava a vigilância das atividades dos escravos, representando assim, uma mudança no caráter “paternalista” da escravidão cubana (SINGLETON, & SOUZA, 2009).

Nas pesquisas arqueológicas realizadas no *cafetal del Padre*, em Cuba, Singleton (2001) identificou diversas formas de controle impostas nos arranjos espaciais das habitações dos escravos, como a construção de muros internos que dividiam as habitações como se fossem prisões e o cercamento das aldeias de escravos com paliçadas que alcançavam mais de 3 metros de altura. A autora

argumenta ainda que, de acordo com as fontes escritas, estes alojamentos costumavam ser bloqueados durante a noite e vigiados por guardas (SINGLETON, 2001). Com base nesses dados, Singleton constata que os senhores manipularam a organização espacial da *plantation* em sua vantagem, no esforço de controlar as ações dos trabalhadores escravizados, evitando fugas e revoltas. Mas em uma relação dialética, os escravos sempre encontravam maneiras de resistir à hegemonia do senhor por meio de estratégias para burlar a vigilância. Singleton (2001) destaca diversos atos cotidianos de resistência escrava, os quais foram identificados a partir do registro arqueológico, por exemplo, as modificações que os escravos faziam em suas casas, a abertura de poços subterrâneos, a produção e a aquisição de artefatos (inclusive importados), e ainda, apresenta exemplos que comprovam a resistência cultural, manifestada a partir da preservação de músicas, danças, do folclore, das religiões e práticas medicinais (SINGLETON, 2001, p. 110)

No Brasil, os escravos viviam em habitações coletivas conhecidas como senzalas, contudo, alguns relatos apontam a existência de habitações individuais ou familiares. De acordo com a descrição de Symanski e Souza (2007), as fontes históricas, como inventários *post-mortem* e relatos de viajantes, mostram que existiram diversos tipos de senzalas no país, variando geralmente conforme a região. As senzalas caracterizavam-se por prédios construídos em forma retangular com um ou dois cômodos, formadas por paredes de pau-a-pique e cobertura de palha; por construções geminadas formadas por três ou quatro compartimentos; por pavilhões alongados divididos em cubículos; ou por construções em quadra compostas por pavilhões que se fechavam formando um pátio interno (SYMANSKI & SOUZA, 2007, p. 219-220). No entanto, esses autores afirmam que pesquisas arqueológicas futuras precisam ser feitas para complementar esses dados fornecidos pelas fontes históricas.

Outro elemento destacado na literatura arqueológica é a presença dos *storage pits* (também chamados de *tanning pits* ou *root cellars*), uma espécie de poço de armazenamento característico e demarcador da presença de sítios escravos. Esses poços são singulares às práticas afro-americanas, pois apontam as manobras dos escravos para suprirem suas necessidades de subsistência. (SINGLETON, 1995; FOUTAIN, 1995; SAMFORD, 1996). A análise arqueológica desses poços revelou o armazenamento de diversos tipos de materiais como restos alimentares, utensílios domésticos, armamentos, etc. Os pesquisadores norte-

americanos explicam que esses poços serviam para proteger os pertences dos escravos de furtos e esconder do senhor materiais considerados “clandestinos” (FOUNTAIN, 1995). Alguns arqueólogos acreditam ainda que, além de funcionarem como um atestado de resistência escrava, essas evidências também representam a permanência de uma prática cultural africana (SINGLETON, 1995; SAMFORD, 1996).

Conforme podemos observar, os estabelecimentos escravistas seguiram determinados modelos na configuração de seus arranjos espaciais, bem como na construção das habitações dos escravos, pois de forma geral, as *plantations*, fazendas e engenhos tinham um objetivo comum: manter o domínio e a vigilância sobre os escravos evitando fugas e revoltas e garantindo a segurança da casa grande e a produtividade do plantel. Nessa perspectiva, alguns modelos pré-estabelecidos pelas pesquisas arqueológicas da escravidão fornecem subsídios para a análise espacial dos estabelecimentos charqueadores do sul do Brasil, bem como sobre seus contextos escravos, conforme veremos mais adiante.

1.4.2 Os hábitos alimentares

As pesquisas arqueológicas sobre os hábitos alimentares dos escravos englobam todas as práticas relacionadas com a alimentação, como as atividades de captação de recursos (caça, pesca, hortas), a preparação e o consumo de alimentos. Para compreender essas questões, os pesquisadores analisam os vestígios zooarqueológicos e botânicos de restos alimentares, os instrumentos de caça e pesca, as ferramentas agrícolas e os utensílios utilizados para processar e servir alimentos, inferindo sobre a dieta, o consumo, a culinária, bem como sobre a perpetuação de diversos aspectos da cultura africana (SINGLETON, 1995; SAMFORD, 1996; FOUNTAIN, 1995).

As análises zooarqueológicas podem determinar muitas características dos hábitos alimentares dos escravos, como as espécies consumidas, os cortes de carne servidos aos escravos, a quantidade de carne consumida, o modo de preparo da carne, etc. (SINGLETON, 1995, p. 125). As fontes históricas geralmente mostram que os escravos recebiam refeições preparadas a partir de uma cozinha central, no entanto, os restos alimentares presentes nos sítios arqueológicos fornecem evidências de que os escravos, muitas vezes, cozinhavam seu próprio alimento

(FOUNTAIN, 1995, p. 71-72), bem como não dependiam apenas daquilo que lhes era oferecido, mas também complementavam sua alimentação com a caça, a pesca e o cultivo de algumas plantas (SINGLETON, 1995; FOUNTAIN, 1995; SAMFORD, 1996). Além disso, os escravos podiam reproduzir hábitos alimentares e estilos da culinária africana (SINGLETON, 1995, p. 125; SAMFORD, 1996, p. 96), como o preparo de caldos e ensopados.

Os restos faunísticos que predominam no registro arqueológico das *plantations* representam o consumo superior de carnes bovina e suína, confirmando a evidência histórica de que estes animais domésticos eram os mais consumidos entre os escravos. Cabras, ovelhas, frangos, perus e outras aves domésticas aparecem em menor proporção (SINGLETON, 1995; SAMFORD, 1996). Singleton e Samford concordam que as aves deviam ser mais valorizadas por seus ovos do que pela carne. Singleton (1995, p. 125) afirma ainda que, a pouca quantidade de ossos de aves podia estar relacionado ao aproveitamento máximo das carcaças em pratos como sopas e ensopados. Para Samford (1996), esses pratos alongavam as porções de carne e exigiam menos trabalho no preparo, além de ser um hábito comum na culinária da África Ocidental.

Fountain (1995) também argumenta que entre os restos faunísticos presentes nos sítios escravos estão os fragmentos de dentes, vértebras, costelas, escápulas, pelves, falanges, tarsos, etc. de bovinos e suínos. Além de concluir que estes eram os mais consumidos, os dados revelam também que os cortes de carnes oferecidos aos escravos não eram nobres, mas sim as partes pequenas e desvalorizadas, servindo apenas para complementar os ensopados com a liberação de nutrientes e proteínas (FOUNTAIN, 1995, p. 72-73).

Restos de animais selvagens também foram encontrados em proporções consideráveis, principalmente em regiões de abundância de recursos naturais como rios, arroios, mares, etc. Singleton (1995, p. 125) defende que os escravos caçavam e pescavam regularmente. Samford (1996, p. 96) comenta que restos de espécies selvagens, tais como gambá, guaxinim, tartaruga, veado, esquilo, pato e coelho, comprovam que os escravos completavam a ração fornecida com fontes extras de proteína. Fountain (1995, p. 72) também analisa a dieta dos escravos e ilustra seus esforços para completar a sua alimentação diária com a caça e a pesca. Verificou, também, a presença de várias espécies de peixe como o bagre do mar e a tainha, assim como cágados, jacaré, caranguejos, conchas, etc.

Singleton (1995) afirma que o estudo dos equipamentos usados para procurar, processar e servir os alimentos também fornece pistas sobre os hábitos alimentares dos escravos. Nessa perspectiva, Fountain (1995) e Samford (1996) complementam seus dados constatando a presença de balas de chumbo, peças de armas, pesos de pesca, anzóis feitos de pregos, entre outros exemplos de instrumentos de caça e pesca. Samford (1996, p. 96) afirma que os registros arqueológicos indicam que os escravos tiveram acesso a armas de fogo para a caça, embora fossem estritamente proibidos de possuí-las: o que demonstra um ato de resistência dos escravos, pois, provavelmente eles burlavam a vigilância senhorial e encontravam meios de ter acesso a esses armamentos (FOUNTAIN, 1995; SAMFORD, 1996)

De acordo com os autores, as análises de amostras botânicas revelam os tipos de plantas consumidas pelos escravos, as quais podiam ser espécies silvestres, como nozes, uvas e amoras (SAMFORD, 1996), ou mesmo cultivada nos jardins das habitações, como abóbora, melancia, feijão, pêssago, cereja, milho, ervilhas, arroz, amendoim, inhame, (SAMFORD, 1996) quiabo, cerejas, etc. (FOUNTAIN, 1995). Muitos dos alimentos de origem vegetal da América colonial já eram familiares aos africanos escravizados, assim os escravos continuaram acompanhando práticas da culinária tradicional africana (SAMFORD, 1996).

No Brasil, Symanki & Souza (2007) analisaram os restos faunísticos e os utensílios domésticos encontrados nas senzalas dos engenhos de Chapada dos Guimarães e observaram alguns aspectos relevantes sobre a dieta dos escravos. Segundo esses autores, a identificação de um alto percentual de malgas de louça e de cerâmica de produção local sugere a predominância do consumo de alimentos na forma de sopas e cozidos, o que reflete a manutenção de uma culinária com influências africanas (SYMANSKI & SOUZA, 2007, p. 233). Já a análise dos restos faunísticos mostra que os ossos eram quebrados e perfurados para a retirada do tutano e depois eram descartados ao redor do fogo, hipótese reforçada pela evidenciação de artefatos produzidos em lítico ou com materiais reciclados, os quais eram usados como percutores, furadores, raspadores e cortadores.

1.4.3 A cultura material

Os estudos sobre a cultura material dos sítios escravos já revelaram uma grande diversidade de materiais associados a estes grupos. Objetos como cachimbos, contas de colar, utensílios de cerâmica decorada, moedas perfuradas, conchas, búzios, amuletos, adornos, instrumentos musicais, louças, talheres, armas, garrafas, entre outros, figuram entre os materiais comumente encontrados nos contextos escravos das *plantations* e fazendas dos Estados Unidos, do Caribe e da América do Sul (LANGE e HANDLER, 1985; 1995; FOUNTAIN, 1995; SAMFORD, 1996; MEYERS, 1999; HANDLER, 2008; SYMANSKI & SOUZA, 2007; 2008; SINGLETON & SOUZA, 2009).

Archaeological study of the detritus of daily life can provide a perspective on African-American life generally absent in the documents-the perspective of the enslaved themselves, visible through the structural footings of their homes, the broken ceramic bowls from which they ate their food, and the objects they used to give spiritual meaning to their lives. (SAMFORD, 1996, p. 88)

A análise desses materiais vem sendo conduzida sob diferentes abordagens, explorando temas como as condições de vida dos africanos e afrodescendentes sob o regime da escravidão; as diferenças de status dentro da comunidade da *plantation*; as relações entre dominação senhorial e resistência escrava; continuidades e descontinuidades do legado cultural africano e a formação de uma identidade cultural afrodescendente, entre outras questões presentes nas discussões sobre a cultura material dos contextos escravos (SINGLETON, 1995; ORSER, 1998; LEONE, LA ROCHE, & BARBIARZ, 2005).

Para Samford (1996), dois tipos de abordagem predominam nos estudos sobre a cultura material escrava. A primeira consiste no reconhecimento de padrões de artefatos, uma abordagem processualista que tem como base a classificação de objetos em categorias funcionais que podem ser utilizadas para determinar tipologias de sítios escravos, bem como para compreender as condições de vida dos escravos e os processos culturais em que estes grupos estavam envolvidos (SAMFORD, 1996). Já a segunda abordagem versa sobre a identificação de objetos representativos da cultura africana. Esta é conduzida por meio de estudos multidisciplinares que combinam a análise dos achados arqueológicos com a rica literatura etnográfica sobre as culturas da África ocidental e o folclore afro-

americano, os quais são capazes de revelar aspectos econômicos, sociais, culturais e subjetivos da vida dos escravos.

Uma questão fundamental que deve ser levada em conta nesses estudos é que a cultura material dos escravos se formou a partir de processos culturais complexos e sob condições de dominação social e econômica. Por essa razão, marcadores étnicos ligados à África não são eficazes na interpretação da maioria dos sítios, pois estes, muitas vezes, apresentam configurações distintas e não podem ser generalizados mediante padronizações (LEONE, LA ROCHE, & BARBIARZ, 2005). O mesmo equívoco é cometido quando a cultura material é utilizada como um indicador de unidades socioculturais específicas, por exemplo, a descoberta de porcelanas indica a ocupação da elite enquanto a cerâmica de produção local sugere um assentamento escravo. Nesse caso, Lúcio Ferreira (2009, p. 270) alerta que *“esses artefatos distintivos estão constantemente associados a povos descendentes da África ao largo das Américas (FERGUSON, 1991), mas, com efeito, relacionam-se, mais especificamente, com a similitude das experiências escravas (SINGLETON, 1999).”*

A produção bibliográfica sobre a arqueologia da escravidão descreve uma grande diversidade de materiais associados aos contextos escravos. Esses objetos podiam ser trazidos diretamente da África, produzidos por escravos artesãos, transformados a partir da reciclagem de materiais ou mesmo adquiridos, comprados, roubados ou presenteados pelos brancos (SINGLETON, 1995; SAMFORD, 1996; SYMANSKI & SOUZA, 2009).

Dentre os principais estudos sobre a cultura material dos escravos destacam-se:

Cerâmicas de produção local

As cerâmicas de produção local são comumente encontradas nos contextos escravos escavados nos Estados Unidos, no Caribe e na América do Sul. Os estudos realizados mostram que existe uma grande variação nos modos de produção e nos aspectos estilísticos dessas cerâmicas, variando de acordo com a região em que são encontradas; no entanto, todas têm um ponto em comum, a combinação de elementos africanos, indígenas e europeus (SINGLETON, 1995; SAMFORD, 1996; GALKE, 2009; SYMANSKI, 2009). Nos Estados Unidos e no Caribe esta cerâmica é conhecida por *colonoware*, já no Brasil costumava ser

chamada de *neobrasileira*, termo que vem sendo questionado pelos arqueólogos, conforme já mencionamos.

O colonoware é definido como uma cerâmica de barro cozido em baixa temperatura, não vidrada, modelada manualmente e é composta de areia, conchas trituradas, pedras, entre outros materiais como antiplástico. As superfícies dessas cerâmicas eram alisadas ou polidas e as formas mais comuns eram tigelas e cachimbos. O *colonoware* costuma ser encontrado em contextos dos séculos XVII, XVIII e XIX no sul dos Estados Unidos e nas ilhas do Caribe (CATHCART, 2009; GALKE, 2009).

A identificação dessas cerâmicas em diferentes contextos escravos, com formas e decorações variadas, suscita questionamentos como: quem produziu essa cerâmica? Que grupos utilizavam essas cerâmicas? Quais os aspectos simbólicos presentes nas decorações dessas cerâmicas? A primeira questão foi levantada inicialmente por Noël Hume (1962 *apud* SINGLETON, 1995; CATHCART, 2009), que conferiu a manufatura dessa cerâmica aos nativos americanos, chamando-a de *Colono-Indian Ware*. Entretanto, a ocorrência dessas cerâmicas em contextos escravos das *plantations* levou Ferguson (1980 *apud* SINGLETON, 1995) a questionar as hipóteses de Hume, afirmando que este material era produzido pelos escravos. Ferguson passou a chamar essa cerâmica de colonoware e analisou aspectos econômicos e culturais presentes nesse material, atribuindo seu uso e manufatura aos escravos afro-americanos (SINGLETON, 1995; CATHCART, 2009).

Outras questões que emergem sobre os usos e significados dessas cerâmicas de produção local dizem respeito à dimensão social e a representação de identidades culturais afro-americanas. Para Ferguson (1980 *apud* SINGLETON, 1995) o *colonoware* pode ser compreendido como um marcador étnico da identidade afro-americana no período colonial, evidenciando uma continuidade do legado africano re-configurado a partir das relações estabelecidas pelos escravos no Novo Mundo (SINGLETON, 1995; ORSER, 1998). Galke (2009) questiona esses argumentos afirmando que o *colonoware* consistiu em um marcador social, que distinguia escravos e livres, pois seu uso era determinado por uma necessidade econômica, uma vez que as escolhas e o poder de compra dos escravos eram limitados.

No Brasil, os estudos de Agostini (1998) e Symanski (2007; 2008) compreendem as cerâmicas de produção local como representativas da resistência

cultural escrava e da identidade afro-brasileira. Ao analisar os cachimbos cerâmicos dos escravos do Rio de Janeiro, Agostini (1998) defendeu que os padrões decorativos desses materiais atuaram como marcadores étnicos, preservando traços da cultura africana no uso cotidiano, os quais consistiram em estratégias de resistência dos escravos. Já Symanski (2008) observou que a variedade de formas e decorações encontradas nas amostras cerâmicas das senzalas de chapada dos Guimarães indica que os escravos usaram esses objetos como suporte de práticas culturais de origem africana. O autor chegou a essas conclusões ao perceber similaridades entre os padrões decorativos incisos das cerâmicas de Chapada dos Guimarães e dos Ovimbundu de Benguela.

Objetos produzidos na Europa

A análise dos objetos de fabrico europeu encontrados nos sítios escravos também tem sido relevante nas pesquisas arqueológicas da escravidão. Materiais como louças, porcelanas, vidros, grés e metais são comumente encontrados no registro arqueológico das habitações dos escravos. Entretanto, Lange e Handler (1985) alegam que essa categoria material é uma das mais difíceis de ser trabalhada, justamente por tratar-se de objetos similares aos encontrados nas casas grandes.

Os artefatos importados geralmente são associados ao preparo e ao consumo de alimentos, como pratos, xícaras, pires e pequenas tigelas, notando-se a ausência de recipientes grandes para armazenamento, o que indica que os escravos não tinham liberdade para estocar seus alimentos (SAMFORD, 1996). As análises das decorações também sugerem que as louças consumidas pelos escravos eram mais simples e mais baratas que aquelas encontradas nos contextos associados à casa grande (LANGE & HANDLER, 1985; SINGLETON 1995).

Diante dessas informações os arqueólogos trabalham com questões relativas ao acesso dos escravos a esses materiais, aos hábitos de consumo e às diferenças de status entre a senzala e a casa grande, assim como sobre as relações de dominação e resistência estabelecidas entre esses grupos (LANGE & HANDLER 1985; SINGLETON, 1995; 2002; SAMFORD, 1996; LEONE, LA ROCHE, & BARBIARZ, 2005)

A questão em torno da aquisição de materiais importados é controversa, alguns sugerem que esses objetos podiam ser presenteados ou fornecidos pelos

senhores, enquanto outros defendem que os escravos tinham acesso a estes materiais por meio da compra (SINGLETON, 1995; SAMFORD, 1996). Existem ainda hipóteses de que os escravos adquiriam esses artefatos vasculhando o lixo e reaproveitando materiais descartados, ou ainda por meio do roubo (OTTO, 1997 *apud* LANGE & HANDLER, 1985). De forma geral, os artefatos importados aparecem com mais frequência nos registros arqueológicos datados de fins do século XVIII e século XIX, momento que esses materiais se tornam mais baratos e acessíveis na América, sugerindo que o aumento da oferta desses produtos no mercado americano substituiu o uso do *colonoware*, inclusive no âmbito dos contextos escravos (LANGE e HANDLER, 1985; SINGLETON, 1995).

Segundo os arqueólogos, a análise desses materiais aponta que as louças encontradas nos sítios escravos eram mais baratas e de menor qualidade que as louças da casa grande, indicando diferenças de status entre os plantadores e os escravos. No entanto, Singleton (1995) discorda deste argumento, afirmando que essa diferenciação se enquadra ao ponto de vista e aos padrões de consumo do senhor e não dos escravos, dessa forma, isso não indica diferença de status, mas sim de acesso a esses produtos. Em última análise, Singleton (1995) sugere que o acesso a esses materiais pode ser marcador de uma resistência escrava, conforme observou no *Cafetal del Padre* em Cuba, onde, mesmo vivendo sob constante vigilância e dominação, os escravos tiveram acesso a objetos importados e muitas vezes os transformaram de acordo com suas escolhas culturais (Singleton, 2001).

Os artefatos importados da Europa também foram identificados nos contextos escravos brasileiros, suscitando aos arqueólogos questões sobre diferenciação de status e resistência cultural. De acordo com a análise de Symanski e Souza (2007) as amostras de louças dos engenhos de Chapada dos Guimarães levaram a interpretações distintas, evidenciando variações nas formas de tratamento dos escravos. No sítio Taperão foram identificadas nas senzalas louças com padrões decorativos similares aos da Casa grande, sugerindo que os senhores distribuíam os objetos velhos e danificados aos seus escravos. Já o sítio Buritizinho apresentou um padrão diferenciado, as louças identificadas nas senzalas eram decoradas com formas abstratas, similares às decorações incisadas das cerâmicas de produção local, diferenciando-se das louças da casa grande. Isso levou os arqueólogos a interpretarem que os escravos tiveram acesso aos materiais por meio da compra e, portanto, pautaram suas escolhas por padrões estéticos africanos e

não europeus (SYMANSKI & SOUZA, 2007).

Entretanto, segundo Lúcio Ferreira (2009), as interpretações acerca da aquisição e do poder de escolha dos escravos devem ser relativizadas, uma vez que, o acesso desses indivíduos à cultura material importada era sempre limitado.

Além disso, a análise contextual desses objetos é potencialmente reveladora de práticas simbólicas de origem africana (SAMFORD, 1996; SYMANSKI & SOUZA, 2007), conforme iremos analisar.

Objetos de uso simbólico e ritualístico

Os estudos sobre a cultura material evidenciam que os escravos tiveram acesso a uma grande diversidade de objetos, os quais testemunham sua vida cotidiana sob a opressão do sistema escravista. Nessa perspectiva, os arqueólogos começaram a observar que esses artefatos podiam responder questões que iam além de sua funcionalidade, pois alguns conjuntos de objetos ganham outro significado quando analisados contextualmente, podendo revelar práticas culturalmente significativas (SAMFORD, 1996; LEONE, LA ROCHE, & BARBIARZ, 2005).

A identificação de objetos de uso simbólico permitiu aos arqueólogos o exame da estrutura da comunidade escrava, bem como das formas pelas quais os escravos podiam enriquecer suas vidas com artigos de fundo espiritual e de significado cultural (SAMFORD, 1996, p. 88). Esses objetos evidenciam a persistência de elementos culturais africanos, em particular na religião, na música, na dança, no vocabulário e no folclore (SAMFORD, 1996, p.101), e ainda, refletem as tentativas da população escrava para assumir o controle sobre o ambiente (LEONE, LA ROCHE, & BARBIARZ, 2005).

Os estudos realizados sob esta perspectiva já identificaram inúmeras práticas simbólicas relacionadas aos artefatos como o uso de moedas perfuradas em forma de amuletos, de contas azuis em colares de proteção, de anéis de chifres, ossos ou madeira de ébano, entre outros adornos (SAMFORD, 1996). Outras práticas comumente identificadas nos contextos arqueológicos são os *caches* e os *minkisi*, que consistem em conjuntos de materiais que personificam seres espirituais (SAMFORD, 1996) enterrados perto de lareiras e chaminés, no canto nordeste ou no meio das salas ou nas proximidades de portas, degraus e soleiras (LEONE, LA ROCHE, & BARBIARZ, 2005) associados aos rituais para controle dos espíritos

(SYMANSKI, 2007). Os objetos utilizados nessas práticas são variados. Samford (1996) discorre sobre o uso de conchas, pérolas, moedas, peças de boneca, búzios, crânios de aves, garrafas, etc. em um *cache* identificado na *plantation Jordan*, no Texas. Já Symanski (2007) identificou um prato com uma moeda abaixo do piso da casa grande do engenho Rio da Casca, em Mato Grosso. De acordo com Leone *et al.* (2005) as interpretações sobre os significados desses rituais ainda são variados, mas resta pouca dúvida sobre as relações entre essas ocorrências de artefatos e sistemas de crenças religiosas africanas.

As pesquisas arqueológicas revelaram também que botões, sementes, cabaças, ossos de mandíbulas de animais podiam ser utilizados para produzir instrumentos musicais como xequerês, gaitas de boca, harpas, etc. (SAMFORD, 1996); raízes e ervas medicinais eram usadas para curar doenças do mundo físico e espiritual (LEONE, LA ROCHE, & BARBIARZ, 2005); búzios e fragmentos de vidro, cerâmica ou louça retocados eram utilizados em jogos de adivinhação (SINGLETON, 1995), enfim, uma série de objetos encontrados em sítios escravos têm seus usos associados a práticas culturais de origem africana. Essas interpretações se ampliam à medida que os pesquisadores combinam os dados arqueológicos com fontes etno-históricas e etnográficas sobre o legado cultural africano e o folclore afro-americano (SAMFORD, 1996), permitindo inferências sobre os usos e significados da cultura material identificada nos contextos escravos.

Conforme podemos observar, as pesquisas arqueológicas sobre a escravidão permitem a inferência sobre variados aspectos da vida material dos escravos e, por meio desta, é possível abordar questões que vão desde as práticas diárias de moradia, alimentação e trabalho até assuntos complexos e subjetivos de ordem cultural e religiosa. Nessa perspectiva, os capítulos apresentados a seguir irão discutir algumas dessas questões abordadas pela literatura arqueológica, tendo como foco principal a escravidão nas charqueadas pelotenses.

CAPÍTULO II – CHARQUEADAS E ESCRAVIDÃO NO BRASIL MERIDIONAL

2.1 A escravidão no Rio Grande do Sul: O olhar da Historiografia Gaúcha

Desde fins do século XVIII, com o início da colonização portuguesa no Rio Grande do Sul, a presença africana foi registrada por memorialistas locais e viajantes que passaram pela região e atestaram a ampla utilização da mão-de-obra escrava⁴. Esses relatos apresentam descrições que contribuíram para compreender alguns aspectos da vida cotidiana da sociedade escravista gaúcha. No entanto, as primeiras obras sobre o Rio Grande do Sul de caráter historiográfico foram escritas no final do século XIX, a partir do advento da República. Essas obras⁵ consistiam em narrativas orgânicas, baseadas no cientificismo republicano e no movimento pastoril-regionalista, os quais não contestavam a escravidão, mas negavam a influência africana na formação da sociedade gaúcha (MAESTRI, 2008, p. 67).

Segundo Julio dos Santos (1991), a linha tradicional-conservadora da historiografia gaúcha apresenta uma construção idealizada do passado, representando um Rio Grande do Sul “branqueado”, onde o negro não teve participação no processo de formação da sociedade. Roberto dos Santos (1991) corrobora esse argumento e complementa dizendo que os historiadores preferem retratar a figura do imigrante, defendendo que foram estes os responsáveis pelo progresso da economia gaúcha.

⁴ São inúmeros os textos escritos no século XIX descrevendo o cotidiano da sociedade escravista sulina. Dentre eles: “*Os Anais da Província de São Pedro*” (1819), escrito por José Feliciano Fernandes Pinheiro; “*Memórias ecônomo-políticas sobre a administração pública do Brasil*” (1822), de Antônio José Gonçalves Chaves; “*Notícias descritivas da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul*” (1839), do comerciante francês Nicolau Dreys, de 1839; “*Viagem ao Rio Grande do Sul*” (1821), do naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire, entre outros (MAESTRI, 2008).

⁵ Maestri cita como exemplo as obras “*História popular do Rio Grande do Sul*”, de Alcides de Mendonça Lima; “*História da república rio-grandense*” de Joaquim Francisco de Assis Brasil, ambas de 1882; “*Costumes do Rio Grande do Sul*”, escrito por João Cezimbra Jacques em 1883 (MAESTRI, 2008, p. 62-63)

No início do século XX as obras de Rubens de Barcellos e de José Salis Goulart⁶ prosseguiram as narrativas tradicionais, defendendo a idéia de “pureza étnica” da sociedade gaúcha, de origem latifundiário-pastoril e européia, negligenciando o papel do escravo africano na formação social e histórica do estado. Goulart afirmava ainda que a escravidão no Rio Grande do Sul foi benigna, os escravos viviam em fartura e eram bem tratados. As revoltas de escravos consistiam em meros boatos (GOULART, 1933 *apud* MAESTRI, 2008). Essa visão, segundo Maestri (2008), perdurou na produção historiográfica das décadas seguintes.

Na década de 1960, a obra de Fernando Henrique Cardoso (1977), intitulada “*Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*”, influenciou uma nova produção historiográfica, discutindo os trabalhos anteriores e reconhecendo o papel relevante da escravidão na formação econômica do Rio Grande do Sul⁷. No entanto, segundo Maestri (2008), foi apenas no final dos anos 1970 que a escravidão tornou-se, efetivamente, uma das temáticas centrais nos estudos historiográficos gaúchos.

Nessa perspectiva, os estudos historiográficos analisados nesta pesquisa consistem em trabalhos desenvolvidos a partir da década de 1980, os quais apresentam uma nova abordagem sobre a escravidão, reconhecendo que os africanos e o afrodescendentes não foram passivos ao domínio escravagista, mas, sim, agentes de relações sócio-culturais que contribuíram na formação da sociedade gaúcha.

Um dos precursores dessa nova abordagem sobre a escravidão foi Mario Maestri (1984; 2006; 2008), em sua tese de doutorado, defendida em 1980, sob o título “*O Escravo no Rio Grande do Sul: a charqueada e a gênese do escravismo gaúcho*”. Maestri destacou ao papel do escravo na análise interpretativa da história rio-grandense. Seu objetivo era comprovar a importância do cativo na formação social do Estado e evidenciar as charqueadas como centro do sistema produtivo escravista no Sul (MAESTRI, 1984; 2008). Além disso, Maestri desenvolveu um

⁶ Estes autores escreveram respectivamente as obras “*Esboço da formação social do Rio Grande do Sul*”, publicada em 1955, e “*A formação do Rio Grande do Sul, de 1927*” (MAESTRI, 2008).

⁷ CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977; BENTO Cláudio Moreira *O negro e descendentes na sociedade do Rio Grande do Sul. (1635-1975)*. Porto Alegre: Grafosul-IEL-DAC-SEC, 1976; BAKOS, Margaret M. *RS: escravismo & Abolição*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982; MONTI, Verônica A. *O abolicionismo, 1884: sua hora decisiva no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1985.

estudo pioneiro sobre resistência escrava nas charqueadas do Rio Grande do Sul, discorrendo sobre revoltas, fugas e quilombos (MAESTRI, 1984; 2008).

Em 1983, Berenice Corsetti defendeu a dissertação “*Estudo da charqueada escravista gaúcha no século XIX*”, orientada por Ciro Flamarion Cardoso na Universidade Federal Fluminense. Corsetti (1983) abordou a escravidão e as charqueadas como elementos fundamentais para desenvolvimento econômico e para a formação social do Rio Grande do Sul.

Na década de 1990, a criação do Núcleo de História Social da Escravidão (NHSE), ligado ao Mestrado em História da PUC-RS, coordenado pelo professor Mario Maestri, deu início a uma série de trabalhos cujo foco principal era a escravidão no Rio Grande do Sul. Dentre os trabalhos produzidos nesse período, destacam-se as obras de Ester Gutierrez, entre elas a dissertação “*Negros, charqueadas e olarias: um estudo sobre a evolução do núcleo charqueador pelotense (1780-1888)*”, e a tese “*Barro e sangue: mão-de-obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas (1777-1888)*”, defendidas, respectivamente, em 1993 e 1999. A pesquisa de Gutierrez apresenta um sólido levantamento histórico e arquitetônico do complexo charqueador pelotense, baseado numa ampla pesquisa documental. Gutierrez discorre sobre a história de Pelotas desde sua formação até o declínio da produção de charque, apontando a charqueada como responsável pela consolidação do sistema escravista sulino e o escravo como figura central no processo produtivo do século XIX (GUTIERREZ, 2001; 2004).

Além de Gutierrez, outros pesquisadores defenderam dissertações e teses no âmbito do Núcleo de História Social da Escravidão, dentre eles, os trabalhos de Agostinho Dalla Vecchia, com a dissertação “*Os filhos da escravidão: memória dos descendentes de escravos da região meridional do RS*”, de 1992; de Ana Regina Simão, “*Resistência e acomodação: aspectos da vida servil na cidade de Pelotas, na primeira metade do século XIX*”, defendida em 1993; a dissertação de Solimar Oliveira Lima, defendida em 1994, que aborda a “*Resistência e punição de escravos em fontes judiciais no Rio Grande do Sul: 1818-1883*”; Jorge Euzébio Assumpção, com a dissertação “*Pelotas: Escravidão e charqueadas. (1780-1888)*”, de 1995, entre outros que abordam a escravidão em diversas cidades do Rio Grande do Sul (MAESTRI, 2008).

Outras obras da década de 1990 que merecem destaque são: “*Evolução das Charqueadas Rio-Grandenses*”, livro publicado em 1990 por Alvarino da Fontoura

Marques; *“Revistas, batuques e carnavais: a cultura de resistência dos escravos em Pelotas”*, livro publicado por Marco Antônio Lírio de Mello em 1994; a coletânea *“Rio Grande do Sul, Aspectos da Negritude”*, de 1991, organizado pela Profa. Vera Triumpho, reúne vários artigos que discutem a escravidão e a presença africana no sul do Brasil.

Nos anos 2000 a escravidão tornou-se um tema de pesquisa em evidência. Nesse período, destacamos o trabalho de Roger Silva: *“Muzungas: Consumo e Manuseio de Químicas por Escravos e Libertos no Rio Grande do Sul (1828-1888)”*, publicado em 2001; a dissertação de mestrado de Caiuá Al-Allan, *“A Negra Força da Princesa: Polícia, Pena de Morte e Correção em Pelotas (1830-1857)”*, defendida em 2007; e a monografia de Bruno Pessi *“O Impacto do fim do Tráfico na Escravidão das Charqueadas Pelotenses (C. 1846 – C. 1874)”*, apresentada em 2008.

Atualmente, é cada vez maior o número de trabalhos sobre a escravidão no âmbito acadêmico, de forma que *“analisar esta produção mais recente não é, pois, uma tarefa simples. É necessário fazer algumas escolhas”* (XAVIER, 2009, p. 15). Nessa perspectiva, no decorrer da pesquisa selecionamos apenas as obras de maior relevância para o objeto deste estudo, cujo foco principal é a escravidão nas charqueadas pelotenses. Assim, as obras priorizadas foram aquelas que melhor descrevem a dinâmica das charqueadas e os aspectos da vida cotidiana dos africanos e afrodescendentes sob o regime escravista.

2.2 Surgimento e desenvolvimento das charqueadas pelotenses

A região de Pelotas começou a ser ocupada de forma efetiva pelos portugueses no final do século XVIII, quando o Tratado de Santo Ildefonso (1777) atenuou os conflitos com os espanhóis, proporcionando um período de maior estabilidade no território sulino. Essa conjuntura favoreceu a doação das primeiras cartas de sesmaria nessa região. De acordo com a historiografia, a doação de sesmarias impulsionou a exploração da pecuária, a qual era beneficiada pela disponibilidade de grandes rebanhos bovinos e extensos campos para pastagens. Assim, as sesmarias Feitoria, Pelotas, Monte Bonito, Santa Bárbara, São Tomé, Santana e Pavão ficaram marcadas na História local como *“as sete estâncias formadoras do município de Pelotas”* (MAGALHÃES, 1993; GUTIERREZ, 2001).

A sesmaria do Monte Bonito compreendia a porção de terras situada entre o

arroio Pelotas, o Canal São Gonçalo, o arroio Santa Bárbara e a serra dos Tapes. Esta área se destaca nos estudos historiográficos pelotenses devido ao elevado número de charqueadas que abrigou ao longo do século XIX. Essas charqueadas formavam um “núcleo saladeril”, chegando a conter mais de 30 fábricas contíguas (GUTIERREZ, 2001; 2004).

A ocupação da sesmaria do Monte Bonito iniciou-se em 1779, com a concessão dessas terras ao tenente de dragões Manuel Carvalho de Souza, o qual vendeu ao Vigário Pedro Pires da Silveira, que a passou ao alferes Inácio Antônio da Silveira Cazado (GUTIERREZ, 2001, p. 95). Em 1781, as “sobras” da sesmaria do Monte Bonito foram doadas e divididas em vários lotes, nos quais, posteriormente, foram construídas as charqueadas. Esses lotes consistiam em faixas de mais ou menos [770x4.136m]. *“Davam frente ao arroio Pelotas, ao canal São Gonçalo e fundos à estância do alferes Inácio Antônio da Silveira Cazado.”* (GUTIERREZ, 2001, p. 95)

De acordo com Magalhães (1993) e Gutierrez (2001; 2004), foi na sesmaria do Monte Bonito que José Pinto Martins fundou o primeiro estabelecimento de produção de charque da região, e por isso, é considerado o precursor do núcleo charqueador pelotense (GUTIERREZ, 2001, p. 118). Essa afirmação é questionada por muitos pesquisadores que não concordam com o pioneirismo de José Pinto Martins.

Para Mario Maestri (1984), a prática de charquear era tão antiga quanto a chegada dos portugueses no Rio Grande do Sul, por isso, o advento da charqueada não deve ser associado ao feito de um único homem. Segundo Monquelat e Marcolla (2010) a primazia de Pinto Martins resulta da obra escrita por Simões Lopes Neto em 1911, o qual afirmou que coube a José Pinto Martins a “precedência na fundação da futura cidade” (LOPES NETO, 1911, *apud* MONQUELAT & MARCOLLA). E esta frase acabou levada adiante pelos historiadores locais sem ser questionada.

Maestri (1984) e Ognibeni (2005) afirmam que a charqueada de Pinto Martins representa o início da industrialização do charque para o comércio em grande escala. Até então, o ato de charquear era artesanal e pouco se aproveitava dos subprodutos da matança de gado (MAESTRI, 1984). A partir de 1780, as charqueadas do Monte Bonito se estruturaram em moldes industriais, explorando um elevado número de escravos na produção de charque para exportação.

As charqueadas estabelecidas nas sobras de terras da sesmaria do Monte Bonito apresentavam uma configuração diferenciada dos demais estabelecimentos da região. A divisão dos terrenos em lotes proporcionais influenciou na organização espacial das charqueadas da margem direita do arroio Pelotas e do Canal São Gonçalo. De acordo com Gutierrez, as charqueadas consistiam em “(...) faixas compridas e estreitas, cortadas por um ou dois caminhos, entre a Tablada e o Logradouro Público, local de comercialização do gado, formando os poteiros dos fundos, do meio, com olarias, hortas e pomares de espinhos, e o terreno ribeirinho, com a morada do senhor e a fábrica.” (GUTIERREZ, 2004, p. 25)

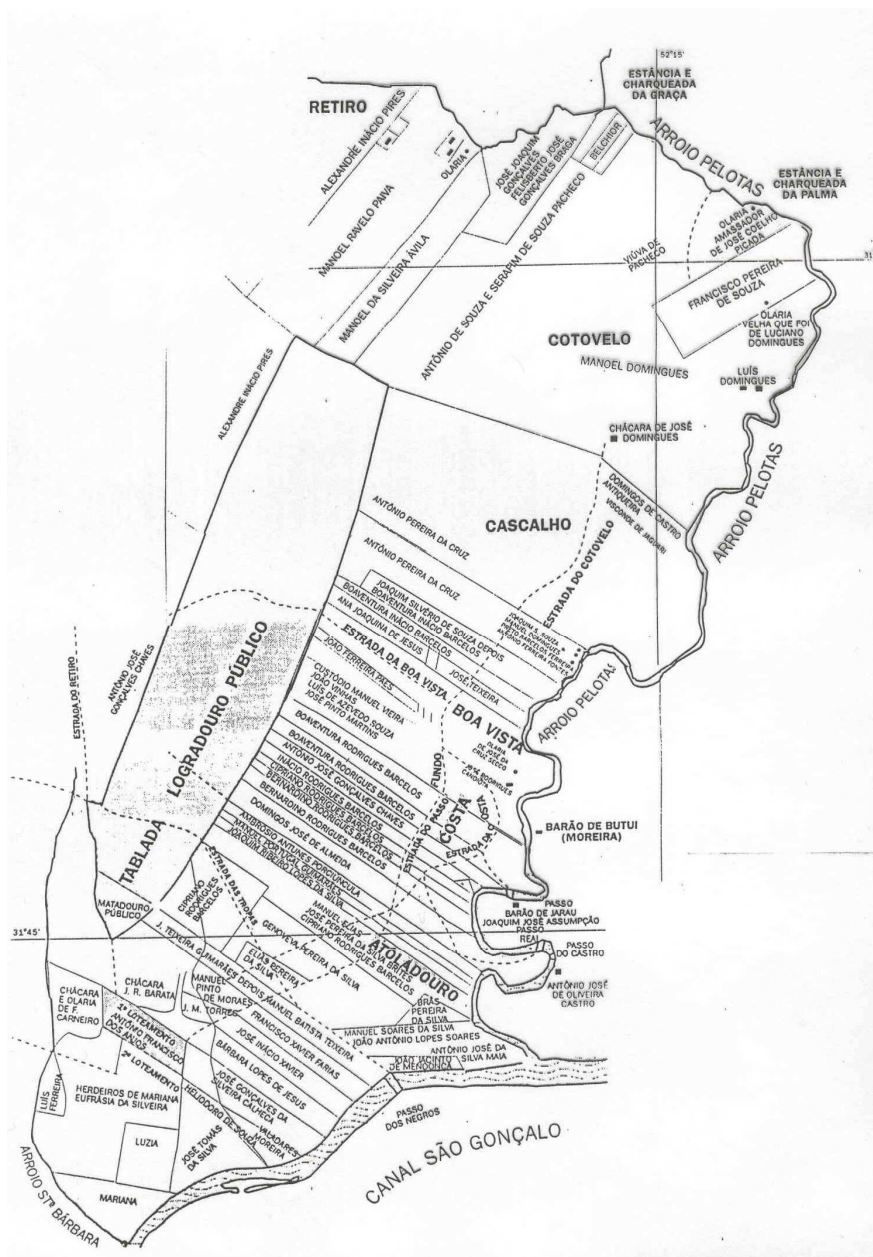


Figura 1– Mapa com a distribuição espacial das charqueadas do Monte Bonito. In: Gutierrez, 2001.

Além das charqueadas, os terrenos da sesmaria do Monte Bonito abrigaram o primeiro e o segundo loteamento urbano de Pelotas, localizado em uma área mais elevada e central, distando das áreas de produção de charque. Em 1812, este embrionário povoado chamado São Francisco de Paula, até então distrito de Rio Grande, foi elevado à Freguesia. Em seguida, no ano de 1832, recebeu o estatuto de Vila e, em 1835, foi elevada à cidade (GUTIERREZ, 2001; 2004; MAGALHÃES 1993; ARRIADA, 1994). Os terrenos urbanos loteados na primeira metade do século XIX ficavam distantes da “zona da matança” (GUTIERREZ, 2004), evitando as disparadas de tropas, o mau-cheiro e os levantes de escravos (MAGALHÃES, 1993). Frise-se, neste ponto, que o “arroio Santa Bárbara, em 1835, poderia ser considerado como um limite para a área urbana” (AL-ALLAN, 2007, p. 130) e, ainda, “demarcava o fim da zona central, tornando-se um limite natural da cidade durante a década de 1850.” (Idem, p. 195)

As charqueadas da sesmaria de Pelotas também foram alvo de estudos históricos sistemáticos (MAESTRI, 1984; GUTIERREZ, 2001, 2004; OGNIBENI, 2005). O primeiro proprietário dessa sesmaria foi o Coronel Thomaz Luiz Osório, que recebeu o título dessas terras em 1758. Sua viúva, Francisca Joaquina de Almeida Castelo Branco, vendeu a sesmaria em 1799 a Manoel Bento da Rocha, marido de Isabel Francisca da Silveira. Após o falecimento deste casal, as terras foram divididas entre suas sobrinhas Maria Regina da Fontoura e Isabel Dorotéia da Fontoura (GUTIERREZ, 2001).

De acordo com Gutierrez (2001), a partir dessa sucessão a sesmaria de Pelotas foi dividida em várias propriedades, dentre elas, estâncias e charqueadas: a estância da Graça (da família Simões Lopes), a charqueada do Barão de Butuí e a Estância da Palma (José Antônio Moreira), a charqueada do Barão de Azevedo Machado e a fazenda da Galatéia (Antônio José de Azevedo Machado), a charqueada do Barão do Jarau, a fazenda Laranjal e a charqueada de Antonio José de Oliveira Castro (GUTIERREZ, 2001, p. 77).

As charqueadas dessa sesmaria, localizadas na margem esquerda do arroio Pelotas, apresentavam um padrão espacial diferente dos estabelecimentos do Monte Bonito. Por possuir maiores dimensões, essas charqueadas também possuíam campos de crias, por isso elas podem ser classificadas como “charqueadas-estâncias”, pois desempenhavam ambas funções, diferente dos

estabelecimentos da outra margem do arroio que se dedicavam apenas à produção de charque. Dessa forma, essas propriedades eram compostas de campos para criação de gado, área de abate e produção de charque, olaria, conjunto de moradias, pomares e hortas (GUTIERREZ, 2001, p. 87). Além disso, esses estabelecimentos apresentavam um maior número de escravos e a maioria dos seus charqueadores recebeu título de barão (GUTIERREZ, 2001; 2004; OGNIBENI, 2005).

As demais sesmarias Pavão, Santana, São Tomé, Santa Bárbara e Feitoria também abrigaram estâncias e charqueadas, no entanto, estas representaram, conforme a historiografia local, um papel secundário, porque tiveram um número menor de estabelecimentos.

Uma vez deslindado o processo de surgimento das charqueadas de Pelotas, vejamos, agora, como funcionavam seus sistemas produtivos.

2.2.1 O sistema produtivo das charqueadas

As charqueadas eram estabelecidas às margens dos acessos fluviais, pois estes facilitavam o escoamento da produção, bem como a entrada de escravos e mercadorias. Por essa razão, a região de Pelotas tornou-se um local propício para o desenvolvimento dessas indústrias, pois além de ser banhada por vários arroios navegáveis, comunicava-se diretamente com o porto de Rio Grande (GUTIERREZ, 2001; OGNIBENI, 2005; PESSI, 2008).

O charque era produzido em um período específico do ano: o clima devia ser seco e quente para garantir a secagem das mantas de carne nos varais. Dessa forma, a matança de gado ocorria de novembro a maio, no período entressafra as charqueadas paravam, e seus escravos eram remanejados para outras atividades nas olarias, na construção civil, na produção agrícola ou mesmo em atividades do meio urbano (MAESTRI, 1984; GUTIERREZ, 2001, 2004).

A produção de charque passou por diversas fases no decorrer do século XIX. As charqueadas sofreram inovações funcionais e tecnológicas que aprimoraram sua técnica de produção, resultando num maior aproveitamento dos animais abatidos. Marques (1990) classifica as charqueadas em: charqueadas antigas; charqueadas em transição e charqueadas modernas. Essa diferenciação corresponde justamente à evolução técnico-produtiva da produção de charque e

derivados.

As primeiras charqueadas, datadas do final do século XVIII, abatiam o gado a céu aberto e preparavam o charque de forma artesanal (MAESTRI, 1984; MARQUES, 1990). Nesses primeiros estabelecimentos, o gado era carneado em chão batido ou sobre couros, as carnes eram cortadas e salgadas a seco, logo sendo expostas para secagem (MAESTRI, 1984; MARQUES, 1990). Isso implicava, também, grande desperdício: apenas uma parte do boi era aproveitada, o restante era descartado.

A área de produção das charqueadas mais antigas era composta por galpões cobertos de palha, varais de secagem, tachos de ferro para extrair gordura com fervura de água, tendas de madeira para dissecar o charque, enfim, estruturas simples e rústicas⁸ (MAESTRI, 1984). Com o passar do tempo, o espaço produtivo foi dividido e especializado, as instalações eram compostas de curral de encerra, brete de matança, cancha de retalhamento, local para salgar as mantas, varais de secagem, depósitos, graxeiras e barraca de tratamento dos couros (MARQUES, 1990, p. 49).

Ao longo do século XIX as charqueadas foram se modernizando. No entanto, esse processo foi lento, nem todas as fábricas estavam no mesmo estágio, algumas apresentavam aparelhagens mais sofisticadas, enquanto outras ainda utilizavam as mesmas técnicas rudimentares das charqueadas primitivas.

Maestri (1984) e Marques (1990) apresentam uma descrição detalhada das etapas de produção do charque. Ambos se utilizam dos relatos de Nicolau Dreys (1839) e Louis Couty (1880) para descrever o trabalho na área de produção da charqueada. Maestri (1984) e Marques (1990) afirmam que mesmo existindo um intervalo de quase quarenta anos entre os dois relatos, observam-se poucas modificações no cenário da produção charqueadora.

Resumidamente, a preparação do charque passava pelas seguintes etapas:

- 1) os animais saíam da mangueira e entravam em um brete, o qual tinha um piso inclinado de tijolos ou de madeira que deixavam o boi na posição para o abate;
- 2) o laçador, que ficava sobre uma plataforma de madeira, atava um laço no animal, levantava este puxando a corda com uma roldana, desnucava e colocava o boi em uma zorra;

⁸ Termos empregados pelo autor.

3) A zorra deslizava pelos trilhos e levava o animal até uma cancha que tinha um piso retangular, de cimento alisado (com mais ou menos 30 metros), com uma leve caída que conduzia o sangue para as canaletas que havia no seu entorno. A cancha era coberta de telhas, mas não era fechada. Na cancha eram tirados os couros, os membros e os demais pedaços do boi que estava sendo sangrado.

4) As mantas de carne e os membros eram conduzidos a um galpão adjacente, o restante era destinado à produção de cinzas, sebos e graxas.

5) As carnes eram cortadas de forma uniformizada e transportadas para as mesas onde era feita a salgação, em seguida eram levadas para as pilhas que ficavam abrigadas em um galpão.

6) Depois as carnes passavam pela salmoura e eram estendidas em varais por 5 ou 6 dias.

7) Além do charque, outras partes do boi também eram aproveitadas, como o couro, que passava pelo processo de salga e secagem; a cinza obtida com a queima dos ossos para produzir adubo; a língua era salgada para conserva; os pés geravam o óleo de mocotó; a cabeça, o coração e as vísceras eram usados na fabricação de graxas e sebos, feitas nas graxeiras (nas charqueadas mais modernas funcionavam a vapor), que ficavam mais distantes da área de produção.

A descrição do sistema produtivo apresentada aqui é demasiadamente sucinta, justamente por basear-se em comentários ligeiros, e muitas vezes etnocêntricos, dos viajantes que passaram por esses estabelecimentos no século XIX. Essa descrição, contudo, é relevante para compreender as características físico-espaciais do espaço produtivo, fornecendo subsídios para a análise arqueológica das instalações de uma charqueada, as quais, até o momento, são conhecidas predominantemente por meio desses relatos de viajantes, pois são poucas as charqueadas que preservam vestígios de sua área de produção⁹. Além disso, a abordagem do sistema produtivo também contribui para o entendimento da divisão do trabalho escravo nos complexos saladeris.

Os escravos africanos eram a base da mão-de-obra nas charqueadas pelotenses. Estes desempenhavam as mais variadas funções, desde o abate do gado até a preparação do charque, e ainda, realizavam atividades domésticas,

⁹ A única charqueada que preserva parte de sua área de produção é a charqueada São João, a qual possui uma chaminé e uma caixa d'água, bem como algumas estruturas de escoamento em seus substratos arqueológicos (GUTIERREZ, 2001). Até o momento não temos conhecimento sobre outros espaços de produção de charque conservado nesses antigos estabelecimentos.

trabalhavam nas lavouras, nas olarias, na construção, enfim, o braço escravo sustentava e mantinha a produção da charqueada e a ostentação da elite charqueadora (CARDOSO, 1977; MAESTRI; GUTIERREZ, 2001). Por essa razão, os estudos historiográficos produzidos nos últimos anos destacam a importância desses estabelecimentos na consolidação do sistema escravista na região, contribuindo, também, com uma visão crítica sobre a escravidão nas charqueadas e para o conhecimento de diversos aspectos da vida dos escravos.

É o que veremos a seguir.

2.3 A escravidão nas charqueadas pelotenses

O sistema produtivo das charqueadas exigia um trabalho pesado sob um ritmo acelerado e condições insalubres. O período de safra ocorria nos meses mais quentes do ano, centenas de rezes eram abatidas e manufaturadas diariamente e os escravos passavam mais de 16 horas no serviço da charqueada. Diante deste cenário assombroso, nem mesmo os homens mais pobres aceitavam trabalhar nas charqueadas. Em vista disso, a historiografia aponta que a escravidão foi essencial para o funcionamento da atividade saladeril em Pelotas, pois apenas os escravos se submetiam a essas atividades, justamente por não ter o direito de escolha (CARDOSO, 1977; MAESTRI, 1984; SANTOS, R., 1991).

A escravidão nas charqueadas já foi tema de várias obras historiográficas nos últimos anos. Pesquisadores como Fernando Henrique Cardoso (1977), Berenice Corsette (1983), Mario Maestri (1984; 2008), Jorge Euzébio Assumpção (1991), Ester Gutierrez (1993; 2001; 2004), Denise Ognibeni (2005) e Bruno Pessi (2008) desenvolveram importantes trabalhos acerca das práticas escravistas nas charqueadas pelotenses. Essas obras, baseadas em fontes como testamentos, inventários *post-mortem*, relatos de viajantes, entre outras, analisam a sociedade charqueadora escravista e procuram evidenciar alguns aspectos da presença africana na região, como o perfil demográfico dos escravos, as profissões que estes exerciam e o trabalho que desempenhavam no período entressafra (ASSUMPÇÃO, 1991; GUTIERREZ, 2001; OGNIBENI, 2005; PESSI, 2008), assim como as ações de resistência ao cativo (MAESTRI, 1984).

Essas obras consistem nas principais referências sobre as práticas escravistas nas charqueadas pelotenses. Por essa razão, a análise desses textos foi

fundamental na compreensão do perfil dos escravos que trabalhavam na produção de charque e nas demais atividades desses estabelecimentos. Além disso, podemos citar ainda outros trabalhos que abordam a escravidão em Pelotas e apresentam informações importantes sobre alguns aspectos da vida cotidiana da sociedade escravista, como as manifestações populares e as práticas religiosas dos escravos (MELLO, 1994); a violência e a criminalidade como atos de resistência (SILVA, 2001; SIMÃO, 2002); a família, a sexualidade, a saúde e as doenças dos escravos que viviam no meio urbano (SIMÃO, 2002); e o policiamento e o disciplinamento das classes populares em Pelotas no século XIX (AL-ALLAN, 2007). Essas pesquisas, embora não tenham a charqueada como foco principal, fornecem subsídios para compreender o cotidiano da escravidão, assim como as formas de resistência dos cativos ao sistema escravista.

Outro tema importante é o perfil demográfico dos escravos, tratado a seguir.

2.3.1 O perfil demográfico dos escravos e seus espaços de habitação nas charqueadas

Os estudos demográficos são os mais recorrentes nas obras historiográficas que abordam o tema da escravidão nas charqueadas pelotenses. As principais fontes utilizadas nessas pesquisas são os inventários *post-mortem* da elite charqueadora (MAESTRI, 1984; ASSUMPÇÃO, 1991; GUTIERREZ, 2001; PESSI, 2008), os quais oferecem uma série de informações sobre a população escrava que vivia nos estabelecimentos inventariados. Por essa razão, a análise dos inventários propiciou aos historiadores a compreensão de aspectos como origem, sexo, idade e profissão dos escravos, de forma que é possível estabelecer certos padrões demográficos para os períodos estudados.

Um dos principais problemas da historiografia, de forma geral, é identificar as origens dos escravos africanos. A África é um vasto continente formado por grupos culturalmente distintos; no entanto, o tráfico transatlântico dilacerou esses grupos com o comércio de escravos. Ao desembarcarem no Brasil, as diversas identidades africanas eram homogeneizadas na documentação burocrática, por meio de adjetivações como “africanos” ou escravos “de Nação”. Os registros de escravos raramente referenciam suas etnias, e quando o fazem nem sempre são fidedignos, pois as etnicidades atribuídas aos escravos, muitas vezes, estavam

vinculadas ao porto em que foram embarcados na África, não sendo necessariamente o lugar de origem dos indivíduos (MAESTRI, 1984; FAUSTINO, 1991).

Alguns autores apresentam um quadro geral das etnias africanas registradas entre os cativos do Rio grande do Sul, destacando os principais grupos importados pelo comércio transatlântico de escravos. Dentre os locais de origem registradas por Maestri (1984) destacam-se: Angola, Benguela, Congo, Cabundá, Mina, Monjolo, Mohumbe, Quissamba, Rebolo, Cassanje, Messambe, Songo, Ganguela, Ambaca, dentre outros. Assumpção (1991) se refere ainda a Moçambique, Nagô, Minas e Cabinada. Faustino (1991, p.100) afirma que os escravos trazidos para o Rio Grande do Sul faziam parte do tráfico interprovincial, portanto vinham do Rio de Janeiro ou de Pernambuco, os quais receberam, principalmente, escravos do tronco linguístico Bantu, oriundos de Angola, Benguela e Congo e, em menor número, os Minas da Costa do Ouro. Já os escravos Mina, provenientes da “Costa da Mina”, eram os mais freqüentes nas charqueadas, conforme a observação de Assumpção (1991, p. 124).

Os pesquisadores que estudam as origens dos escravos das charqueadas pelotenses não aprofundaram a análise sobre as etnias africanas. Seus objetivos consistem em identificar as proporções de escravos africanos em relação aos escravos crioulos, ou seja, aqueles nascidos no Brasil. Ao analisar a entrada de escravos no porto de Rio Grande, Berute (2006) constatou que 88% dos desembarcados entre os anos de 1788 e 1802 eram africanos, e apenas 12% eram crioulos. No período que se estende de 1809 a 1824 o número de africanos subiu para 95%. Pessi (2008) verificou que a partir de 1846 o número de africanos nas charqueadas pelotenses diminuiu, principalmente após o fim do tráfico negreiro (1850), quando se registrou apenas 20% de escravos africanos, apontando um aumento considerável na presença de crioulos.

Os estudos sobre a demografia da escravidão nas charqueadas pelotenses apontam que o número de escravos por propriedade oscilava de acordo com o tamanho do estabelecimento e o poder aquisitivo do charqueador. De acordo com Gutierrez a população cativa variada entre 21 e 127 escravos em uma média de 54 escravos por empresa (GUTIERREZ, 2001; 2004) no período de safra. Ognibeni (2005) afirma que os charqueadores da margem direita do arroio Pelotas possuíam uma média de 40 a 50 escravos, enquanto os proprietários da margem esquerda

chegavam a ter mais de 100 cativos (OGNIBENI, 2005, p. 73). O estudo de Pessi (2008) apresentou uma média de 80 escravos por propriedade entre os anos 1846 e 1850, período que antecede a lei Euzébio de Queirós, e a média de 43 escravos no período posterior a mesma lei, observando que o decréscimo dos planteis é resultado direto da proibição do tráfico de escravos (PESSI, 2008, p.29).

Este elevado número de escravos que trabalhavam nas charqueadas era, em sua maioria, do sexo masculino. Todas as pesquisas realizadas apontam que em média mais de 70% dos cativos eram homens, isso porque as charqueadas exigiam a mão-de-obra masculina, por esta ser mais forte e resistente para enfrentar o trabalho pesado da produção de charque.

Gutierrez (2004, p. 33) afirma que as mulheres representavam apenas 13% do plantel das charqueadas. Segundo Assumpção (1991, p. 122) os charqueadores tinham preferência pelos escravos do sexo masculino, pois 82,6% eram homens, enquanto apenas 17,4% eram mulheres. Pessi (2008) analisou 17 inventários e percebeu que esses percentuais apresentam uma variação de acordo com o período, entre os anos 1846 e 1850. Anotou, ainda, (Pessi, 2008, p. 33) que 75% dos escravos eram do sexo masculino e 24% feminino; no período entre 1870 e 1874, o número de homens aumenta para 86,5%, enquanto o número de mulheres baixa para 13,2% (PESSI, 2008, p. 34).

Outra questão analisada pela historiografia foi a divisão etária da população cativa. Conforme já comentado, os charqueadores tinham preferência por homens em idade produtiva para atender as demandas da produção de charque. Dessa forma, a análise das faixas etárias dos escravos segue esta tendência, apresentando um alto índice de escravos adultos em detrimento de crianças e idosos.

A pesquisa de Jorge Assumpção (1991) revelou que, no período entre 1780 e 1821, 71,1% dos escravos tinham menos de 40 anos; entre 1831 a 1850, o número baixou para 57%, e no período final da escravidão, entre 1850 e 1888, o percentual era ainda menor, 45,9%. Diante desse quadro, Assumpção observou que após 1850 houve um envelhecimento da população cativa. Bruno Pessi (2008) constatou que mais de 50% dos escravos apresentavam idades entre 15 e 49 anos, o que mostra que os charqueadores investiam na compra de escravos em idade produtiva, possuindo um número pequeno de crianças e idosos.

Nessa perspectiva, é possível compreender também a organização da mão-de-obra escrava e a divisão de tarefas no interior das charqueadas. Se, por um lado, os charqueadores preferiam homens adultos para trabalhar na área de produção, por outro, era necessária a presença de mulheres, crianças e idosos para atender a demanda das atividades domésticas e de outros serviços relacionados à subsistência dos estabelecimentos. Isso demonstra que havia uma organização no sistema produtivo das charqueadas, com divisão técnica do trabalho e especialização dos escravos.

Pessi (2008) dividiu os serviços realizados nos complexos charqueadores em três grupos: serviços da charqueada; serviços de campo e lavoura e serviços domésticos. Dentro dessas categorias havia as especializações dos escravos; por exemplo, nos serviços da charqueada havia escravos que trabalhavam diretamente na produção (como carneadores, charqueadores, salgadores, graxeiros, etc.), outros nos transportes (marinheiros, carroceiros, etc.) e outros exerciam ofícios manuais necessários para subsidiar a manutenção dos estabelecimentos (pedreiros, carpinteiros, tanoeiros, etc.); nos serviços de campo e lavoura trabalhavam os escravos campeiros e roceiros; já nos serviços domésticos os escravos realizavam as tarefas de cozinheiro (a), lavadeira, mucama, dentre outras. Segundo Pessi (2008), essa divisão do trabalho nas charqueadas comprova que a lógica da atividade saladeril escravista não era irracional, conforme afirmava Cardoso (PESSI, 2008, p. 55), pois além de submeter os escravos a um trabalho organizado, buscava certa auto-suficiência, sem precisar recorrer ao mercado externo.

Entretanto, nem todos os escravos eram especializados. Segundo análise de Gutierrez (2001, p.89), 26,5% da mão-de-obra não tinha uma ocupação definida, incluindo-se, neste quadro, principalmente as mulheres e as crianças, as quais praticamente não receberam qualificação (GUTIERREZ, 2001, p.181). As crianças, por sua vez, quase não aparecem nos inventários, o que mostra, conforme aponta a autora, que os senhores preferiam investir na compra de novos escravos ao invés de incentivar a reprodução de seus cativos. De acordo com os dados apresentados por Gutierrez (2001) e Pessi (2008), foi possível identificar um grande número de profissões nas quais os escravos eram especializados. Essas profissões podem ser observadas no quadro abaixo.

Tabela 1 – Quadro profissional dos escravos das charqueadas pelotenses.

		<i>Serviços da charqueada</i>	<i>Serviços Domésticos</i>	<i>Serviços de campo e lavoura</i>	
Produção de Charque	Carneador	Transportes	Marinheiro	Cozinheiro	Campeiro
	Servente		Carreteiro	Costureira	Roceiro
	Salgador		Carroceiro	Alfaiate	
	Descarneador		Boleiro	Sapateiro	
	Falquejador			Mucama	
	Graxeiro	Ofícios Manuais	Calafete	Lavadeira	
	Sebeiro		Carpinteiro	Padeiro	
	Chimango		Pedreiro	Peixeiro	
	Charqueador		Tanoeiro	Barbeiro	
	Tripeiro		Ferreiro		
	Aprendiz		Marceneiro		
	Serrador				
	Engomador				
	Curtidor				

Fonte: Gutierrez, 2001; Pessi, 2008.

Pessi (2008) afirma que, no período de 1846 a 1850, 58% dos escravos trabalhavam nos serviços da charqueada, 22% nos serviços de campo e lavoura e os demais 20% nos serviços domésticos. Já no período entre 1870 a 1874, o número de escravos da produção de charque sobe para 78%, enquanto 12% exerciam atividades agro-pastoris e 10% trabalhavam em atividades domésticas. De acordo com a análise do autor, houve uma racionalização da mão-de-obra com um maior índice de especialização dos escravos.

O panorama apresentado demonstra que existia um número elevado de escravos atuando nas diversas atividades das charqueadas. Os dados analisados comprovam que mais da metade do plantel era composto de homens em idade adulta, mas, mesmo em menor escala, as charqueadas também contavam com a presença feminina, bem como de crianças e idosos. Diante desse quadro levantamos uma questão primordial: onde viviam esses escravos e como eles organizavam seus espaços de habitação?

As obras historiográficas consultadas não aprofundam esse assunto. Isso se deve justamente à escassez de fontes sobre a moradia escrava na região. De forma geral, esses trabalhos apontam que a maneira mais comum de abrigar os escravos era agrupá-los em senzalas, contudo, assim como havia uma divisão do trabalho de

acordo com os serviços prestados, devia existir uma “segregação social” entre os escravos de diferentes ofícios, e estes provavelmente viviam em locais separados. Gutierrez (2001, p. 87) sugere que os escravos de ofício e os domésticos ficavam acomodados no pavimento térreo dos sobrados. Podemos supor ainda a existência de mais de uma senzala, a fim de acomodar os escravos em grupos separados, pois vários inventários descrevem a presença de “senzalas”, indicando a existência de várias habitações de escravos (OGNIBENI, 2005).

De acordo com Ognibeni (2005), a construção de senzalas nas charqueadas pelotenses não seguia um único padrão; elas podiam fazer parte do conjunto de galpões e benfeitorias da área de produção, podia ser uma construção independente da área fabril e da casa senhorial ou podia fazer parte do conjunto de vivendas junto à sede do estabelecimento. Os materiais construtivos empregados nas moradias dos escravos eram rudimentares como paredes de pau-a-pique e cobertura de capim; contudo, a larga produção de telhas e tijolos nas olarias apresentava uma alternativa para a construção das senzalas, de forma que alguns inventários descrevem a utilização destes elementos cerâmicos nas construções dos prédios (OGNIBENI, 2005).

Feitas essas considerações, passemos, agora, ao cotidiano dos escravos em Pelotas.

2.3.2 O cotidiano dos escravos pelotenses

Os estudos historiográficos que abordam a vida cotidiana dos escravos pelotenses têm como preocupação central compreender as estratégias de resistência que os africanos e afro-brasileiros encontraram para sobreviver sob o regime escravista. Alguns autores afirmam que a resistência escrava se deu por meio do conflito entre senhores e escravos, pois, se por um lado os brancos encontraram meios de cercear a liberdade dos negros através da vigilância e da punição, por outro os escravos resistiram com violência, criminalidade, fugas, transgressões e aquilombamentos, pois não aceitaram a escravidão de forma pacífica (MAESTRI, 1984; SILVA, 2001; SIMÃO, 2002). No entanto, alguns autores alegam que a resistência não se constituiu apenas como uma manifestação de confronto e violência, mas, também, através de táticas cotidianas, nas quais os escravos procuraram formas para melhorar sua condição de vida, manifestando

assim uma resistência sócio-cultural ao sistema escravista (MELLO, 1994; AL-ALLAN, 2007).

A população negra escravizada construiu alternativas de vida, conquistando pequenos espaços de autonomia econômica, social e cultural, e suas ações – individuais ou coletivas – transformaram as próprias relações de dominação a que estavam submetidos. (AL-ALLAN, 2007, p. 45)

Mario Maestri é um dos precursores do estudo da resistência escrava no Rio Grande do Sul. Em sua obra *“O escravo no Rio Grande do Sul: A charqueada e a gênese do escravismo gaúcho”*, Maestri (1984) afirma que a relação entre senhores e escravos não era estática e linear, os escravos resistiram cotidianamente de diversas formas, influenciados por determinações históricas que provocavam manifestações tanto no plano individual quanto coletivo. A resistência escrava foi registrada por Maestri (1984) nas mais diversas situações. Segundo ele, muitos escravos resistiam se opondo ao trabalho e “entravando” o processo produtivo do estabelecimento; a fuga também era uma estratégia comum de resistência, os escravos fugiam de forma temporária ou definitiva com o objetivo de aquilombarem-se, para reconstruir sua vida de maneira independente ou para procurar outro senhor (MAESTRI, 1984). O suicídio também era freqüente entre os escravos, o que preocupava os senhores, pois isso implicava na perda de seu patrimônio. Os “justiçamentos” também deixavam os senhores em uma situação constante de risco e de medo, pois o assassinato de senhores, feitores e capatazes era uma prática usual entre os escravos. Outras formas de resistência pesquisadas por Maestri foram as insurreições escravas e os quilombos. Na região de Pelotas Maestri (1984) constatou a existência de quilombos como o de Manuel Padeiro e algumas tentativas insurrecionais nos anos de 1848 e 1865 (MAESTRI, 1984).

A pesquisa de Roger Silva (2001) aponta a criminalidade como uma das práticas de resistência mais comuns nas relações cotidianas dos escravos. Sua pesquisa, baseada em fontes como jornais e processos-crime, apresenta o consumo e o manuseio de diversos produtos químicos venenosos utilizados no assassinato de senhores como uma forma de resistência, bem como o consumo de álcool, tabaco e maconha como fugas da realidade opressora.

Ana Regina Simão (2002) afirma que o trabalhador escravizado resistiu de várias maneiras, e por isso não pode ser visto como um elemento acomodado à escravidão. As principais formas de resistência observadas pela autora, por meio da

análise de processos-crime do século XIX, foram os suicídios, os crimes contra a propriedade, como furtos e roubos, os homicídios e as lesões corporais. Dessa forma, Simão (2002) afirma que a violência da escravidão norteou o dia-a-dia dos cativos, pois desentendimentos, brigas e mortes, assim como o roubo de dinheiro, alimentos, bebidas, roupas entre outros utensílios estavam presentes no cotidiano da sociedade escravista pelotense.

Caiuá Al-Allan (2007) analisou o surgimento da primeira Casa Correccional de Pelotas e as instituições policiais do século XIX, e constatou que as práticas judiciais do período puniam principalmente as camadas populares, nas quais se incluíam os escravos. Para este autor a resistência escrava se manifestava cotidianamente nos atos de transgressão da ordem vigente, como a circulação de escravos pelas ruas à noite e o consumo de bebidas nas tabernas e botequins (AL-ALLAN, 2007). Al-Allan observou que os escravos mantinham redes de contatos e de solidariedade, mesmo aqueles que viviam nas charqueadas não estavam isolados dos demais grupos de escravos e livres de outras propriedades, de quilombos e do meio urbano. Essa comunicação potencializava a resistência ao sistema escravista enfraquecendo o controle social (AL-ALLAN, 2007, p. 64)

Nessa perspectiva, Mello (1994) diz que as fugas dos escravos nem sempre tinham por objetivo “fugir para fora” e viver em quilombos, mas na maioria dos casos os escravos visavam justamente “fugir para dentro”, se infiltrando no meio urbano, pois a “cidade passa a sintetizar uma série de possibilidades de uma vida menos penosa para os cativos” (MELLO, 1994, p. 104). Além disso, a partir da década de 1870, o movimento abolicionista estava em ascensão, e os escravos fugidos buscavam se integrar no cenário de luta pela transformação do sistema escravista (MELLO, 1994).

As fugas eram mais freqüentes entre os trabalhadores das charqueadas, pois a produção de charque era a atividade mais degradante à qual o escravo estava submetido. Mello (1994) aponta que o período com o maior índice de fugas era de novembro a maio, ou seja, durante os meses de safra das charqueadas. Essas fugas, no entanto, nem sempre tinham um caráter definitivo, muitos procuravam apenas aproveitar alguns momentos de liberdade através da simples “vadiagem”, do alcoolismo, do carteadado, das danças, das reuniões em botequins, etc. (MELLO, 1994, p.118-119).

Outra tática encontrada pelos escravos para resistir à opressão senhorial era

a expressão cultural e religiosa, nos carnavais, nas congadas, nos cucumbis, nos reviras e no batuque (MELLO, 1994). Essas manifestações de matriz africana eram importantes para manter redes de solidariedade e a identidade cultural dos negros; além disso, esses espaços permitiam a expressão cultural, artística e religiosa dos grupos marginalizados pela ideologia dominante e, ainda, possibilitavam manifestar o repúdio à escravidão e lutar por aqueles que viviam no cativeiro.

Pelo que se pode detectar, tanto em Pelotas quanto em Porto Alegre, são as sociedades dos Nagôs e a dos Congos, respectivamente, as primeiras a reivindicar o fim da escravidão nos desfiles, a apresentar carros manifestando o desejo pela “redenção dos cativos” e, além disso, a exemplo de outras entidades, a angariar fundos para a compra de cartas de alforria. (MELLO, 1994, p. 69)

A espiritualidade e as práticas religiosas consistiram em uma das formas mais significativas de manutenção de uma identidade cultural, assim como representavam uma forma de resistência à escravidão. Alguns autores afirmam que os rituais africanos eram praticados pelos escravos das charqueadas, sendo o Batuque a primeira e principal expressão religiosa desse grupo. Os negros reuniam-se sob as figueiras, executavam cerimônias em velórios e enterros, bem como aos domingos e dias santos. Nas horas de repouso, consagravam-se ao batuque nas senzalas, ou fugiam para a região portuária onde havia vários terreiros de Batuque (DALLA VECCHIA, 1994; MOTTA, 1994, MELLO, 1994). O estudo de Mello (1994) aponta a presença constante, nos jornais pelotenses do século XIX, de notícias e relatos referentes às práticas religiosas dos negros escravos e libertos. Os jornais traziam reclamações de sujeitos que temiam e condenavam essas expressões religiosas de origem africana e noticiavam atos de repressão policial aos terreiros de Batuque ou aos “pretos feiticeiros”.

Esse panorama geral da escravidão em Pelotas e nas charqueadas corrobora a idéia de que os escravos não podem ser compreendidos como “mercadorias” passivas ao domínio senhorial, pois mesmo subjugados pelo sistema escravista, os africanos e afrobrasileiros mantiveram, antes de tudo, a necessidade de se afirmar como seres sociais e culturais. Dessa forma, as diversas obras historiográficas analisadas neste trabalho confirmam que os escravos se manifestaram de diversas formas e estavam presentes nos mais variados setores da vida cotidiana, seja através da violência ou através da resistência sócio-cultural; os

escravos criaram uma identidade cultural própria, adaptada ao contexto em que estavam inseridos, reelaborando suas cosmologias africanas.

Apesar das inúmeras questões levantadas pela historiografia local, fica evidente que muitos temas necessitam de maiores e mais balizadas pesquisas, dentre eles, o universo material dos escravos. Isso porque os historiadores não leram os documentos históricos para analisar a dimensão simbólica da cultura material produzida e utilizada pelos escravos de Pelotas.

De acordo com que abordamos até aqui, constatamos que a mão-de-obra escrava formava a base da economia charqueadora pelotense e esta, por sua vez, consistia no centro das atividades sócio-econômicas e culturais do município de Pelotas. Dessa forma, nas páginas seguintes iremos discorrer sobre o contexto histórico que propiciou o desenvolvimento dessas charqueadas no decorrer do século XIX. E, para isso, é importante compreender a conjuntura política do Brasil, bem como dos países da região do Rio da Prata, e as transformações sociais, políticas e econômicas que ocorreram no cenário gaúcho oitocentista.

2.4 O Contexto Oitocentista Gaúcho: Apogeu da Economia do Charque

A região Sul do Brasil, juntamente com a Argentina e o Uruguai, destacou-se economicamente no século XIX pela exploração da pecuária. As boas pastagens, os grandes rebanhos dispersos após a expulsão dos jesuítas e o estabelecimento de propriedades contendo grandes extensões de terras favoreceram o incremento da atividade pecuarista e, conseqüentemente, o surgimento das estâncias de criação de gado.

As estâncias foram estabelecimentos rurais destinados inicialmente à reunião e invernagem do gado solto remanescente das Missões Jesuítas, com o objetivo de ser deslocado e comercializado no centro do país através de Sorocaba. Com o decorrer dos anos ampliam-se as atividades iniciais, passando ao criatório efetivo, às atividades agrícolas e às atividades fabris incipientes, como a produção da farinha de mandioca em atafonas, de charque, o curtimento de couro, entre outras mais recentes. Essas propriedades de origem luso-brasileira passam a denominar-se igualmente fazendas, permanecendo a designação original no sul e oeste do Estado ainda hoje, a exemplo da região platense. (LUCCAS, 2003, p. 110)

Não obstante, as necessidades do mercado interno brasileiro impulsionaram o desenvolvimento das manufaturas de charque no Rio Grande do Sul, as quais

eram abastecidas pelos rebanhos de gado das estâncias da campanha¹⁰. As fazendas de café, os engenhos de açúcar, as zonas de mineração, bem como todas as regiões que exploravam grandes contingentes de trabalhadores escravos, inclusive outros países escravistas como Cuba e Estados Unidos, tornaram-se os principais consumidores do charque gaúcho no século XIX.

A produção artesanal da carne salgada era uma prática comum e antiga na região platina, mas foi apenas no século XIX que esta atividade foi explorada em grande escala com vistas à comercialização. Inicialmente, as charqueadas gaúchas estiveram em vantagem frente aos seus concorrentes, pois as manufaturas do nordeste brasileiro não tinham capacidade de atender as demandas de consumo do mercado, e as indústrias saladeris do Prata estavam desorganizadas devidos as crises que esta região enfrentava (GUTIERREZ, 2001; CARAVANTES e DALMAZO 2004; OGNIBENI, 2005).

Neste ínterim, as charqueadas do litoral sul do estado rio-grandense conheceram um período de prosperidade, resultando na emergência de inúmeros estabelecimentos de salga às margens do arroio Pelotas e do Canal São Gonçalo.

Entretanto, nesse mesmo período, as charqueadas pelotenses começaram a enfrentar uma forte concorrência dos *saladeros* platinos, os quais haviam se reestruturado após a criação da nação uruguaia, modernizando suas estruturas produtivas e sua mão-de-obra.

O *saladero* era uma usina capitalista. Utilizava mão-de-obra assalariada, a divisão do trabalho e a especialização desenvolveram-se muito comparativamente aos limites que a escravidão impunha ao desenvolvimento da divisão do trabalho na charqueada. Assim, por exemplo, um escravo desempenhava na charqueada as tarefas que correspondiam a quatro ou cinco operários em um *saladero* uruguaio. A diferença de produtividade da mão-de-obra fazia com que 100 operários abatessem 500 bois, enquanto 100 escravos abatiam 250 (Couty apud Gorender, 1988, p.227). (...) Além disso, os *saladeros* possuíam uma capacidade de produção superior à das charqueadas: 12 estabelecimentos uruguaiois abatiam 500 mil bois por ano, enquanto eram necessárias 32 charqueadas para abater 400 mil. (TARGA, 1991, p. 458)

¹⁰ “O termo ‘Campanha’, para designar uma área específica do território rio-grandense, vem sendo empregado de formas diversas. O mais comum, porém, tem sido designar por “Campanha” a região sudoeste do Rio Grande do Sul, próxima à fronteira do Brasil com o Uruguai, em uma faixa que, partindo da linha de fronteira, alarga-se para o norte até encontrar o rio Ibicuí, no centro do território rio-grandense. Na primeira metade do século XIX, englobava a área dos municípios de Alegrete, Bagé, Uruguaiana e São Gabriel.” (FARINATTI, 2005, p. 2)

Além disso, a maior produtividade dos *saladeros* diminuiu o valor do produto no mercado brasileiro, o qual cobrava altos impostos sobre o charque gaúcho tornando-o vulnerável diante do concorrente platino (OGNIBENI, 2005). De acordo com a historiografia, esse foi um dos fatores que desencadeou a Guerra dos Farrapos em 1835; contudo, muitos charqueadores não apoiaram a causa farroupilha e permaneceram ao lado das forças imperiais. Segundo Ognibeni (2005, p. 30), “*não havia na verdade, uma classe homogênea econômica e politicamente entre os charqueadores pelotenses*”.

Motivos a parte, a revolução Farroupilha se estendeu por 10 anos, prejudicando a produção charqueadora e provocando uma estagnação na região ao longo desse período, pois mesmo em lados opostos, os charqueadores se envolveram nos conflitos perdendo dinheiro, gado, charque e escravos que eram remanejados para ambos os lados beligerantes.

Os escravos participaram ativamente desse processo revoltoso. Sob a promessa de liberdade, muitos cativos se aliaram aos exércitos voluntariamente, fugindo em direção às tropas, ou aderiram por mando de seus proprietários; outros, por sua vez, foram forçados a substituir indivíduos livres, ou ainda, capturados pelas tropas inimigas (OLIVEIRA & CARVALHO, 2009). Mesmo os escravos que não participaram das frentes de batalha estiveram presentes no conflito, atuando como tropeiros, mensageiros, peões, campeiros, na fabricação de pólvora, nas plantações de fumo, erva-mate, etc. (Idem).

Ao final da guerra a economia charqueadora voltou a se fortalecer. Já em 1845 observa-se um pico na produção e na exportação do charque (MONASTÉRIO, 2005), em razão da assinatura de um tratado que garantia a proteção tributária ao charque gaúcho (Idem). De acordo com Borucki *et al.* (2009) o término da Guerra Farroupilha, somado aos acontecimentos da região platina, deu início a um período de prosperidade para a economia riograndense, favorecendo principalmente o centro charqueador de Pelotas, o qual se abastecia do gado proveniente da fronteira uruguaia e vendia seu charque para Montevidéu, que se encontrava sitiada devido aos conflitos da Guerra Grande¹¹.

¹¹ Cabe ressaltar que os episódios beligerantes farroupilhas coincidiram com a Guerra Grande no Rio da Prata (1839-1851). (BORUCKI *et. al.*, 2009; PALERMO, 2011) Dessa forma, as necessidades por efetivos para as tropas e de gado para alimentar os contingentes dos exércitos acirraram os conflitos fronteiriços entre Brasil e Uruguai. “*La extensión del conflicto afectó al espacio fronterizo a través de fugas, emigraciones, deserciones, confiscaciones, etc.*” (BORUCKI *et. al.*, 2009, p. 126) Com o

Entretanto, o fim do conflito não alterou de fato o quadro social rio-grandense, o regime escravista se manteve e os escravos que lutaram junto aos revoltosos não obtiveram a liberdade prometida. Segundo Palermo (2011), isso provocou um aumento no número de fugas de cativos gaúchos para a banda oriental, que havia iniciado seu processo abolicionista em 1842, gerando tensões entre os estancieiros gaúchos e o Uruguai.

Nesse sentido, os pecuaristas e charqueadores gaúchos assistiram a uma nova dinâmica na década de 1850, decorrente das conseqüências do fim da Guerra Farroupilha, da proibição do tráfico transatlântico de escravos, com a implantação da Lei Euzébio de Queirós, da assinatura de tratados com o Uruguai em 1851 e da regulamentação do processo de apropriação fundiária com a criação da lei de terras. Esses episódios influenciaram a conjuntura econômica das charqueadas pelotenses, pois interferiu diretamente no sistema de abastecimento de matéria-prima e mão-de-obra nesses estabelecimentos.

Desde 1826 a Inglaterra tentava impedir o tráfico transatlântico de escravos, mas foi apenas em 1850 que a proibição efetivou-se diminuindo, já em 1851, à metade o número de africanos desembarcados no Brasil (OGNIBENI, 2005). De acordo com Pessi (2008), a lei Euzébio de Queirós diminuiu a oferta da mão-de-obra africana no Rio Grande do Sul e fortaleceu o tráfico interno no país. Inevitavelmente os preços dos escravos aumentaram e os plantéis diminuíram. Isso se refletiu também no perfil dos trabalhadores cativos nas charqueadas pelotenses: o número de africanos decresceu enquanto a presença de escravos crioulos tornou-se cada vez mais constante nos inventários posteriores a 1870 (PESSI, 2008).

Uma alternativa experimentada pelos produtores gaúchos, na tentativa de suprir a carência de mão-de-obra escrava, foi a captura e o seqüestro de negros no país vizinho, o Uruguai (BORUCKI, CHAGAS & STALLA, 2009; PALERMO, 2011). As incursões na fronteira em busca de escravos foram empreendidas por milícias organizadas e por particulares, através do rapto de soldados negros, do seqüestro de famílias, da falsificação de documentos alegando sua propriedade no Brasil, do batismo de crianças uruguaias como escravas brasileiras, etc.. Borucki *et. al.* (2009)

término antecipado da Revolta Farroupilha em relação à guerra no Rio da Prata, os gaúchos aproveitaram-se da conjuntura bélica do país vizinho para vender seu charque em Montevideú. (BORUCKI *et. al.*, 2009).

demonstra os diversos meios que os brasileiros usaram para escravizar os afro-rioplatenses:

En 1853 el grupo comandado por el brasileño Laurindo José da Costa incursionó en Durazno. La partida fue denunciada en el consulado oriental de Río Grande por el moreno Juan Rosa y su mujer. Los mismos habían sido capturados junto a la familia del moreno Manuel Felipe, que al negarse a partir, fue degollado. Laurindo arremetió en sus hogares diciendo “[...] *tener orden del Gobierno Oriental para reunir todos los hombres de color y los que fuesen casados con sus mujeres e hijos [...]*”. Tras el rapto, la viuda de Manuel Felipe y su hijo fueron llevados a Río Grande para ser vendidos, Juan Rosa, su mujer e hija comercializados en Pelotas y al fugarse se refugiaron en el consulado oriental de esa ciudad. De la incursión de la partida resultó la captura de más de 5 negros y su venta en Río Grande. Estando la familia del moreno Rosa en el consulado oriental, se presentó su captor, alegando su propiedad junto a documentos que lo apoyaban. (BORUCKI, CHAGAS & STALLA, 2009, p. 150)

Conforme pudemos observar nos documentos criminais dos anos 1850, a escravização de pessoas livres provenientes do Uruguai foi uma prática recorrente no Rio Grande do Sul. Mesmo procurando as autoridades locais, as vítimas continuavam a mercê desses exploradores, os quais geralmente eram absolvidos.

Ano: 1855 – Processo nº: 3368 Bagé

Réu: Fermiano José de Mello.

Vítima: **Rufina** (L), solteira, preta, Mina; **Francisca** (L), Rufina, menor; **Maria Pilar** (L), Rufina, menor; **Pantaleão** (L), Rufina, menor, não batizado; **Brum** (L), Rufina, menor, não batizado, **Mateus** (L), preto, da Costa.

Crime: Reduzir à escravidão pessoas livres.

Descrição: O réu foi acusado de, em dias do mês de janeiro ou fevereiro de 1854, raptar do Estado Oriental e de vender para Laurindo José da Costa, a preta Rufina, seus quatro filhos e seu companheiro Mateus. Rufina, Mateus e seus quatro filhos foram alforriados por ocasião da morte de seu senhor. Após, o casal teve mais três filhos.

Conclusão: Absolvido¹²

As situações conflituosas na fronteira uruguaia ao final da Guerra Farroupilha, decorrentes da fuga de escravos brasileiros para o estado oriental, da concorrência dos saladeiros e da proibição do comércio de gado para os brasileiros culminaram na assinatura de cinco tratados entre o Brasil e o Uruguai em 1851: de aliança entre ambos os Estados, de prestação de socorros, de definição de limites, comércio e navegação e de extradição dos escravos brasileiros que se refugiavam no estado oriental (BORUCKI, CHAGAS & STALLA, 2009; PALERMO, 2011). Segundo Palermo (2011, p. 277) esses tratados favoreceram os interesses dos

¹² Processo nº 788, ano 1856 In: Pessi, B. S. & Souza e Silva, G. Documentos da escravidão: processos crime: o escravo como vítima ou réu. Porto Alegre: Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2010, p. 307.

estancieiros brasileiros, pois comprometeram a economia uruguaia condenando a indústria saladeril e aumentando a dívida externa do país, condicionaram as relações diplomáticas e impuseram a devolução dos escravos fugidos do território brasileiro. Além disso, os gaúchos voltaram a ocupar as terras fronteiriças com seus escravos, ignorando a legislação abolicionista uruguaia. *“Así se crearon las condiciones legales para que los estancieros brasileños continuaran utilizando el espacio fronterizo como invernada del ganado para las charqueadas riograndenses.”* (PALERMO, 2011, p. 278)

Enquanto isso, no território brasileiro ocorria outro processo, o de regulamentação da posse de terras devolutas. Esta, longe de promover uma mudança substancial no cenário rural gaúcho, consistia em uma “medida cautelar” para evitar a apropriação de terras pelos setores mais pobres. Isso porque, alguns anos antes, o Brasil havia iniciado o processo de imigração europeia, uma iniciativa que visava dar impulso à transição da mão-de-obra escrava para livre. Em 1824 chegaram ao Rio Grande do Sul os primeiros imigrantes alemães com o intuito de colonizar as regiões “desabitadas”. Embora esse processo de transição tenha tardado a se efetivar, o governo imperial tomou medidas para impedir a livre expansão desses imigrantes pelo território, bem como dos negros libertos, dos índios e das camadas mais pobres, estabelecendo em 1850 uma lei que regulamentava a posse de terras no país (OGNIBENI, 2005; RAHMEIER, 2007; BORUCKI, CHAGAS & STALLA, 2009).

Segundo Rahmeier (2007), nos primeiros anos do Império não havia uma legislação que regulamentasse a propriedade fundiária no Brasil, facilitando a ocupação das terras devolutas por meio da posse. Diante disso, as elites estancieiras aproveitaram para ampliar seus latifúndios, ignorando, se fosse o caso, a presença anterior de lavradores pobres e grupos indígenas (RAHMEIER, 2007, p. 41). A Lei de Terras, entretanto, não mudou de fato essa situação, pois o que ocorreu na prática foi a legalização das posses latifundiárias e a legitimação das elites rurais.

A Lei de Terras, nesse sentido, intentava impedir que a ampla faixa de terras livres ou devolutas do Brasil fosse ocupada por escravos emancipados. Desse modo, de acordo com José de Souza Martins, o Estado se incumbiu de restringir artificialmente a abundância de terras. Ao mesmo tempo, ao limitar a posse de terras à compra a Lei acabaria por direcionar as futuras levas de mão-de-obra imigrante para o trabalho em terras de outrem. Com a Lei de 1850, o governo imperial não desejava

redefinir os papéis sociais ou promover uma reforma no campo, mas sim garantir que a posse territorial ficasse nas mãos da elite rural brasileira. (RAHMEIER, 2007 p. 44)

Essa conjuntura garantiu a manutenção das grandes estâncias de criação de gado no Rio Grande do Sul e, por conseguinte, sustentou a rede de abastecimento das charqueadas pelotenses. Contudo, o valor do gado era um ponto de divergência entre os charqueadores e os estancieiros gaúchos, o que acarretava na continuidade do contrabando de gado com o Estado Oriental (PESSI, 2008). Nessa perspectiva, as fontes de abastecimento das charqueadas pelotenses eram as estâncias gaúchas e uruguaias, estas em sua maioria mantidas por proprietários gaúchos (PALERMO, 2011), ou ainda, a criação de gado nas próprias charqueadas, uma vez que vários estabelecimentos possuíam campos de crias (GUTIERREZ, 2001). Mesmo assim, a instabilidade política e econômica do Rio Grande do Sul e dos países do Rio da Prata deixava o setor charqueador suscetível a crises de fornecimento de gado.

Nos anos seguintes, as indústrias de charque pelotenses experimentaram um período de apogeu econômico e isso se refletiu no desenvolvimento urbano e na modernização da cidade de Pelotas. A partir da década de 1860, Pelotas, experimentou um novo estilo de vida marcado pela opulência e inspirado nos costumes europeus (MAGALHÃES, 1993), transformando-se em um centro econômico e cultural (AGUIAR, 2009; OLIVEIRA, 2011) que atraiu tropeiros e negociantes do interior (OGNIBENI, 2005), bem como estrangeiros que passaram a atuar na indústria, no comércio, nas artes, na arquitetura, etc. conferindo um aspecto cosmopolita à cidade (ANJOS, 1999).

Entre os anos 1860 e 1890, Pelotas passou por um processo de transformação nos mais variados setores como o sistema produtivo das charqueadas, a morfologia urbana, a indústria, o comércio, a prestação de serviços, os hábitos de higiene, a educação, a imprensa, o lazer, a cultura, enfim, o cenário urbano pelotense cresceu e modernizou-se na segunda metade do século XIX (MAGALHÃES, 1993; ARRIADA, 1994; ANJOS; 1999; SOARES; 2001; OLIVEIRA, 2011).

Nas charqueadas, a manufatura artesanal foi suplantada a partir da década de 1850. Assim como os vizinhos plantinos, os charqueadores pelotenses mais abastados modernizaram seu sistema produtivo e introduziram novos equipamentos

no processamento do gado como, por exemplo, a máquina a vapor. Dessa forma, o aprimoramento técnico das charqueadas propiciaram o aumento da produção e um maior aproveitamento dos subprodutos do abate (CORSETTI, 1983; MARQUES, 1990; MONASTÉRIO, 2005).

Na cidade houve uma expansão da malha urbana, com a requalificação e o aumento no número de prédios, ruas, e praças. O epicentro da cidade, representado pela atual praça Cel. Pedro Osório, foi drenado e arborizado, ganhando características de um espaço de sociabilidade, e seu entorno expressou nas formas arquitetônicas dos prédios públicos e residenciais a ostentação da aristocracia pelotense. O centro urbano recebeu melhoramentos na infra-estrutura com obras de saneamento básico, abastecimento de água com a introdução de uma caixa d'água e de chafarizes, iluminação pública, criação de redes de transporte com a implantação de bondes da Companhia Ferro Carril, a construção de um novo cemitério em uma área mais afastada da cidade, a criação de hospitais como a Santa Casa de Misericórdia (1847) e a Sociedade Portuguesa de Beneficência (1857), entre outras melhorias introduzidas no espaço público (SOARES, 2001; AGUIAR, 2009; OLIVEIRA, 2011).

No setor produtivo, assistiu-se a criação de inúmeras fábricas locais de bebidas, alimentos, materiais construtivos, etc. contando com o investimento de capitais estrangeiros (ANJOS, 1999) e, ainda, observou-se a atuação de novos profissionais no cenário citadino como médicos, arquitetos, engenheiros, fotógrafos, comerciantes, educadores, artistas, entre outros (ANJOS, 1999). Dessa forma, o aumento populacional e a diversificação sócio-cultural também influenciaram nos âmbitos artísticos e culturais da cidade, emergindo neste período uma série de clubes, associações, sociedades recreativas, teatros, bandas musicais e outras atividades ligadas à sociabilidade e ao lazer das famílias pelotenses (MAGALHÃES, 1993; OLIVEIRA, 2011).

Entretanto, mesmo com toda esta “modernidade europeizada” a sociedade pelotense não transformou sua ideologia dominante e manteve ainda por várias décadas o sistema escravista, o qual sustentava o luxo e a opulência da cidade. Isso pode ser notado nos anúncios de jornais do século XIX onde as notícias auspiciosas da cidade “modernizada” estão associadas aos anúncios de compra, venda e aluguel de escravos.

A respeito da comercialização de escravos em Pelotas, existem poucas referências historiográficas sobre o assunto e, até o momento, este tema não foi aprofundado em maiores detalhes. Em síntese, podemos observar que existiram dois momentos no comércio de escravos em Pelotas, o primeiro nos anos iniciais das charqueadas onde havia uma entrada massiva de escravos africanos pelo porto de Rio Grande, e um segundo momento quando finda o tráfico transatlântico e inicia uma rede de comércio de escravos entre as províncias.

Inicialmente os escravos eram comercializados no chamado Passo dos Negros (também denominado como Passo Rico), o qual consistia em um ponto de travessia de gado que funcionava como porto e praça de fiscalização, cobrança de impostos e de venda de escravos (GUTIERREZ, 2001; AGUIAR, 2009). O Passo dos Negros situava-se no canal São Gonçalo, próximo à boca do arroio Pelotas, um local estratégico por situar-se às margens das principais vias de escoamento das charqueadas. Os escravos vindos da África, da Bahia e do Rio de Janeiro chegavam ao porto de Rio Grande e logo eram transportados pelo Canal São Gonçalo até o Passo dos Negros. Isso facilitava o comércio com as charqueadas, pois tinha ágil acesso aos estabelecimentos, o que evitava maiores transtornos de transporte e fuga¹³. Embora os estudos historiográficos apontem o Passo dos Negros como uma praça de comércio de escravos, não existem informações mais proeminentes sobre como se dava este comércio, onde os escravos ficavam alojados, se ficavam em quarentena, enfim, este é um tema que merece maior atenção em pesquisas futuras¹⁴.

Outra forma de comércio de escravos pode ser constatada nos periódicos pelotenses¹⁵ da segunda metade do século XIX, por meio dos anúncios de compra, venda e aluguel de cativos na cidade. Conforme já comentamos, o tráfico transatlântico não existia mais neste período e, portanto, o comércio de escravos se dava no âmbito interno, o que tornava a oferta de mão-de-obra mais escassa. Contudo, este continuava sendo um negócio lucrativo na época, e, em vista disso, é

¹³ Aprofundaremos este assunto mais adiante.

¹⁴ Principalmente porque esta é uma área que atualmente recebe grande impacto da especulação imobiliária e de empreendimentos industriais colocando em risco o patrimônio arqueológico remanescente do Passo dos Negros.

¹⁵ O Projeto O Pampa Negro desenvolve atualmente um levantamento dos anúncios de escravos nos seguintes jornais pelotenses: O Diário de Pelotas, Onze de Junho, Jornal do Comércio e Correio Mercantil, pesquisa realizada pelas estagiárias e bolsistas Giullia dos Anjos, Letícia Maciel, Luiza Spinneli e Anelize Santana. As informações apresentadas neste trabalho foram coletadas no banco de dados deste projeto.

possível observar a existência de vários negociantes especializados na comercialização de escravos, conforme mostra a tabela abaixo.

Tabela 2 – Negociantes de escravos em Pelotas na segunda metade do século XIX.

Nome do Negociante	Endereço	Ano	Especialidade
Angelino Soveral	Rua S. Miguel n. 96	1875 – 1876	Compra e vende escravos
Thomaz Antonio de Oliveira	Rua S. Jeronymo n. 80	1875-1876	Compra escravos
Joaquim Monteiro	Rua S. Miguel n. 119	1876	Compra escravos
Casa Vermelha	Rua Santa Barbara n. 19	1876	Compra, vende e aluga escravos
	Rua 3 de fevereiro n.80	1876	Compra escravos e recebe para alugar
	Rua General Câmara n. 210	1879	Aluga escravos e recebe para alugar
	Rua da Imperatriz n. 162	1879	Vende e aluga escravos
	Rua do Senhor dos Passos, n. 151	1879	Vende e aluga escravos
Francisco Antonio Corrêa Leal	Praça General Camara, Rua Conde D'Eu n.21	1882	Vende escravos
	Rua 3 de fevereiro n. 70	1882	Aluga escravos

Fonte: *Jornal do Comércio* - 1875; *Correio Mercantil* – 1875-1876; *Diário de Pelotas* - 1876; *A Reforma* - 1879; *Onze de Junho* - 1882.

Além disso, havia também comerciantes particulares que vendiam e alugavam escravos por meio de anúncios nos jornais:

MOCAMA

Aluga-se, para casa de família, uma creada escrava, parda clara, muito habilidosa e apta para o serviço doméstico. A tratar na rua Voluntários n.26 (*Correio Mercantil*, 29/12/1875)

Aluga-se

Uma excelente ama de leite, sem cria e sadia; para informações n'esta typographia. (*Diário de Pelotas*, 18/01/1876)

Os anúncios pesquisados consistem em uma pequena amostragem coletada dos seguintes periódicos: *Jornal do Comércio* de 1875, *Correio Mercantil* de 1875 e 1876, *Diário de Pelotas* de 1876, *A Reforma* de 1879 e *Onze de Junho* de 1882. Neste pequeno recorte observamos anúncios de compra, venda e aluguel de escravos de ambos os sexos, em uma faixa etária que varia de 7 a 30 anos de idade. Percebeu-se que a maioria dos anúncios oferecia escravos para o serviço doméstico, como cozinheiros (as), lavadeiras, copeiros, amas de leite, engomadeiras, etc., ou especializados como marinheiros, bolieiros, marceneiros, etc.

Não foram identificados nesta amostragem escravos especializados nos serviços das charqueadas.

Outro fator observado é que quase todos os anúncios fazem referência à cor da pele dos escravos, apresentando denominações como preto (a), pardo (a), parda clara, crioulo (a) e quando se tratava de menores de idade referiam-se em termos pejorativos como negrinho (a), pardinho (a) e crioulinho (a). Além disso, os negociantes faziam questão de destacar descrições como “conduta afiançada”, “bonito (a)”, “bons costumes”, “boa conduta”, entre outras que indicassem as qualidades dos escravos ofertados, principalmente quando se tratava de escravos domésticos para casas de família, mostrando que havia na época uma preocupação com a aparência dos escravos e também com o comportamento destes.

Escravo

Francisco Antonio Corrêa Leal tem para vender um bonito crioulo de 29 anos, bom marinho de Barra Fora, cosinha regular. Rua Conde D’Eu n. 21 Praça General Camara. (*Onze de Junho*, 04/01/1882)

Vendem-se

Duas pretas, perfeita cozinheira e lavadeira por 500\$ e perfeita lavadeira e quitandeira e filha bonita, negrinha ingênua de 7 anos por 1:300\$, na Rua Imperatriz n. 162, sobrado, informa-se. (*A Reforma*, 04/11/1879)

Vende-se

Um bom moleque de 16 annos copeiro com princípios de cosinheiro e lava, é de muitos bons costumes, Rua Santa Barbara n.19, casa vermelha. (*Diário de Pelotas*, 23/01/1876)

Outro anúncio comumente publicado nos jornais da época é a comunicação de fuga de escravos. Esses geralmente traziam informações minuciosas sobre as características físicas dos escravos, no intuito de identificá-los rapidamente.

FUGIO

O crioulo Theodoro marinho do hiate *Aguiar*, de idade de 18 a 20 annos, sem barba, franzino de corpo e de estatura regular. Quem o agarrar e o levar ao dito hiate ou no porto desta cidade será bem gratificado. (*Jornal do Comércio*, 01/01/1875)

Uma série de outras questões pode ser analisada nos jornais da época, contudo, não iremos aprofundar o assunto, pois, as informações expostas aqui servem apenas para esboçar as práticas comerciais envolvendo a oferta de escravos em Pelotas.

A seguir iremos analisar a dinâmica do período de safra das charqueadas, no intuito de compreender os principais aspectos sobre do abastecimento, da

produção e da venda dos artigos derivados da matança de gado e da produção saladeril.

2.4.1 Período de safra das charqueadas

Entre os meses de novembro e maio a cidade de Pelotas ficava em alvoroço com o período de safra das charqueadas. A venda de gado e dos produtos bovinos aumentava a circulação de pessoas no espaço urbano, movimentando a economia e o comércio local.

Estancieros, peões, tropeiros, que vinham vender os rebanhos, compravam toda uma série de produtos, que, provavelmente, os abasteciam até a próxima safra, no outro ano. Buscavam os ofícios e os divertimentos, que a cidade pudesse oferecer. (GUTIERREZ, 2004, p. 99)

Segundo Gutierrez (2001), esta conjuntura foi favorecida após a criação do Logradouro Público em 1825, o qual consistia em ponto de comercialização do gado que chegava da campanha. Este espaço, também chamado de Tablada, foi estabelecido nas “sobras” da sesmaria do Monte Bonito, em um lugar descampado que delimitava as charqueadas do arroio Pelotas e do canal São Gonçalo, possuindo estradas para o deslocamento das tropas que eram levadas aos terrenos ribeirinhos das charqueadas (GUTIERREZ, 2001; 2004). O Logradouro Público trouxe melhorias ao abastecimento das charqueadas, pois assim, os charqueadores não precisavam se deslocar para comprar gado correndo riscos de perder partes dos rebanhos nas longas viagens entre as estâncias e as charqueadas. Esse espaço excepcional chamava atenção dos viajantes que aqui chegavam:

Chama-se assim um descampado extenso e quase liso, onde de dezembro a maio se vendem as manadas que chegam. Algumas trazem quinze dias de viagem. Pode haver aqui ao mesmo tempo uma vinte datas, cada uma de centenas de cabeças; rudes gaúchos, vestidos com a habitual camisa de chita, ceroulas fofas ou bombachas e ponchos riscados, galopam em todas as direções, conservando os animais nos lugares e impedindo que se misturem as tropas; o gado, cansado de longo caminho e espantado da cena estranha, conserva-se junto, movendo os chifres e urrando em tom de queixume. Os donos das charqueadas movem-se rapidamente aqui e ali em belos cavalos, examinando as várias tropas, calculando-lhe o valor com rapidez e precisão admiráveis e fechando os negócios as pressas com estancieros e peões. O mercado é sempre ativo, porque a concorrência é muito forte entre os vinte ou trinta charqueadores; em geral as boiadas inteiras estão vendidas em pouco tempo depois de chegadas. (SMITH, 1922, p. 137 -138 *apud* GUTIERREZ, 2001, p. 171)

No intuito de compreender essa dinâmica da comercialização de gado entre os estancieiros e charqueadores no período de safra, analisamos os registros de entrada de gado em Pelotas, publicadas no mês janeiro de 1876 no jornal *Diário de Pelotas*¹⁶. A partir desses dados foi possível observar os índices diários de venda de reses que abasteciam os estabelecimentos saladeris pelotenses, bem como dos produtos bovinos exportados no porto de Rio Grande nesse período. Embora reduzida, essa amostragem nos permite inferir sobre a produção e a comercialização de charque e derivados em sua esfera cotidiana.

De acordo com os dados presentes no jornal *Diário de Pelotas*, no mês de janeiro de 1876 venderam-se 23.152 cabeças de gado no Logradouro Público da cidade, em uma média diária de 1.102 reses. Esses números podiam variar de acordo com a cotação do dia, por exemplo, no dia 15 foi vendido um único lote de 365 reses pelo Barão de Butuí, enquanto que no dia 31 foram vendidas 2.850 cabeças de gado por 10 negociantes, em média 286 animais por vendedor. Segundo as informações da época, a oscilação dos preços retraía a venda de gado na Tablada, e os tropeiros, muitas vezes, deixavam de vender seus rebanhos e ficavam na espera de melhores valores.

As tropas que tem vindo a Tablada obtiveram ultimamente desde 24\$000 até 29\$000, segundo a qualidade e algumas se têm retirado hoje para voltar amanhã, por falta de preço, como aconteceu ainda anteontem, que uma tropa bastante regular não conseguiu mais que 27\$000 e depois foi mandada derrubar de conta do tropeiro, o que, a nosso ver, não lhe deve ser de bons resultados. (*Correio Mercantil*, 05/01/1876, p. 2)

Os negociantes geralmente vendiam gado uma vez por semana em uma média de 260 animais vacuns por dia. O estancieiro que vendeu o maior número de reses em janeiro de 1876 foi Moreira Campos, totalizando 1999 reses em 6 dias de trabalho, seguido de Guilherme Costa que vendeu 1913 cabeças de gado em 8 dias. Thomaz José de Campos, o Barão da Graça, e Leonídio da Silveira, ofertaram gado apenas uma vez no mês, vendendo respectivamente 365, 135 e 236 reses, conforme podemos observar no gráfico abaixo.

¹⁶ O jornal *Diário de Pelotas* possui alguns exemplares disponíveis para pesquisa na Biblioteca Pública Pelotense. Os números consultados neste trabalho integram o banco de dados do projeto "O Pampa Negro", pesquisa realizada pelas estagiárias Giullia dos Anjos e Anelize Santana.

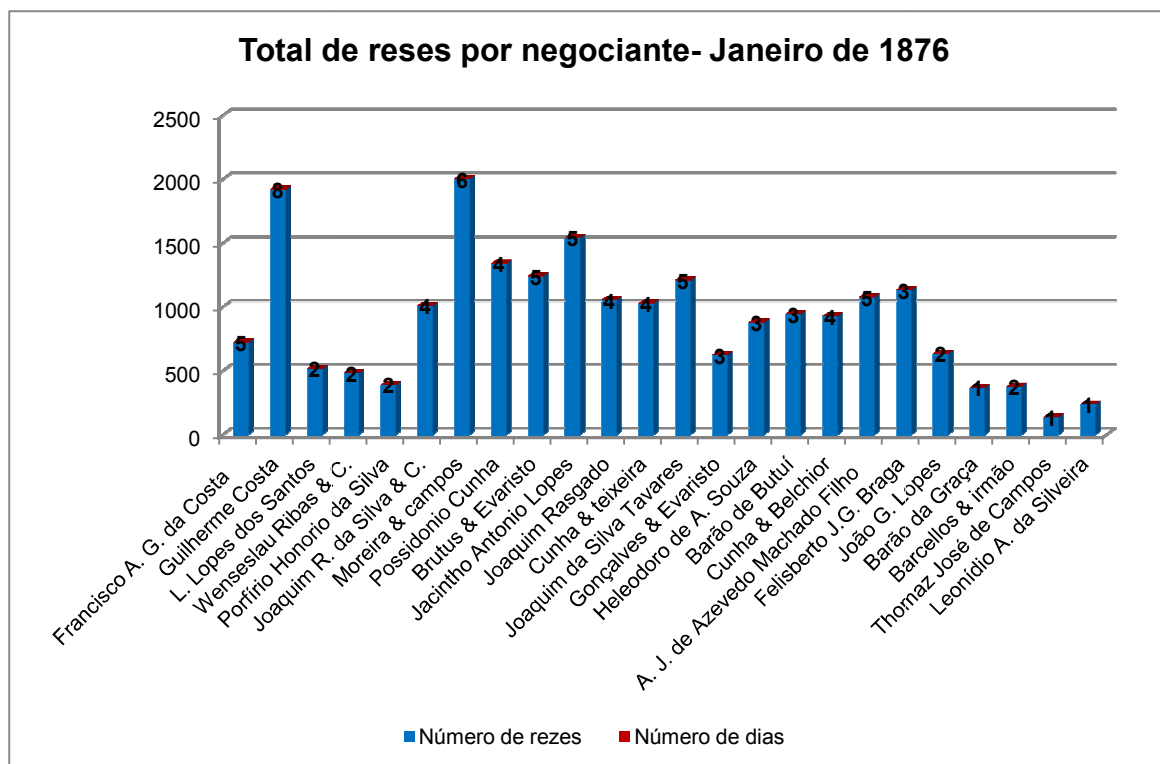


Figura 2 - Número de reses vendidas na Tablada no mês de janeiro de 1876. Fonte: *Diário de Pelotas*, 01-31/01/1876.

Ressalte-se, entretanto, que o gado comercializado na Tablada não era a única fonte de abastecimento das charqueadas. Conforme comentamos anteriormente, muitos charqueadores também possuíam estâncias na campanha, no Uruguai ou junto dos seus estabelecimentos em Pelotas, e dessa forma, não precisavam recorrer ao mercado para abastecer suas charqueadas. Além disso, sabe-se que um número considerável de gado abatido nas charqueadas era proveniente do contrabando na fronteira uruguaia, dados que certamente não estão presentes nos registros oficiais, e ainda, vários charqueadores preferiam comprar gado no país vizinho por este ter rebanhos de melhor qualidade e preços mais acessíveis (PESSI, 2008; PALERMO, 2011).

Outra questão a ser analisada é que, muitos estancieiros também eram charqueadores e, portanto, é presumível que estes não disponibilizavam grandes rebanhos para venda porque necessitavam destes para suprir a produção de suas charqueadas. Para exemplificar, podemos analisar o caso do Barão de Butuí. Este charqueador efetuou apenas 3 vendas no mês somando 940 cabeças de gado, um número baixo em relação aos outros estancieiros; no entanto, este provavelmente vendia apenas o gado excedente de seus estabelecimentos. De acordo com seu

inventário¹⁷ datado de 1877, o Barão de Butuí possuía estâncias em Bagé, e ainda, sua charqueada em Pelotas possuía grandes extensões de campos com espaço para criação de gado. Dessa forma, constata-se que o Barão de Butuí possuía terras o bastante para prover a produção de seu estabelecimento e também para comercializar com outros charqueadores da região.

Em suma, o número de reses vendidas em janeiro de 1876 somou quase a metade do total comercializado na safra até aquele momento, contabilizado em 50.235 animais. Mesmo representando apenas o primeiro trimestre da produção, este é um número baixo em relação a outras safras que chegaram a consumir um total de 407.077 reses, como mostra o gráfico abaixo.

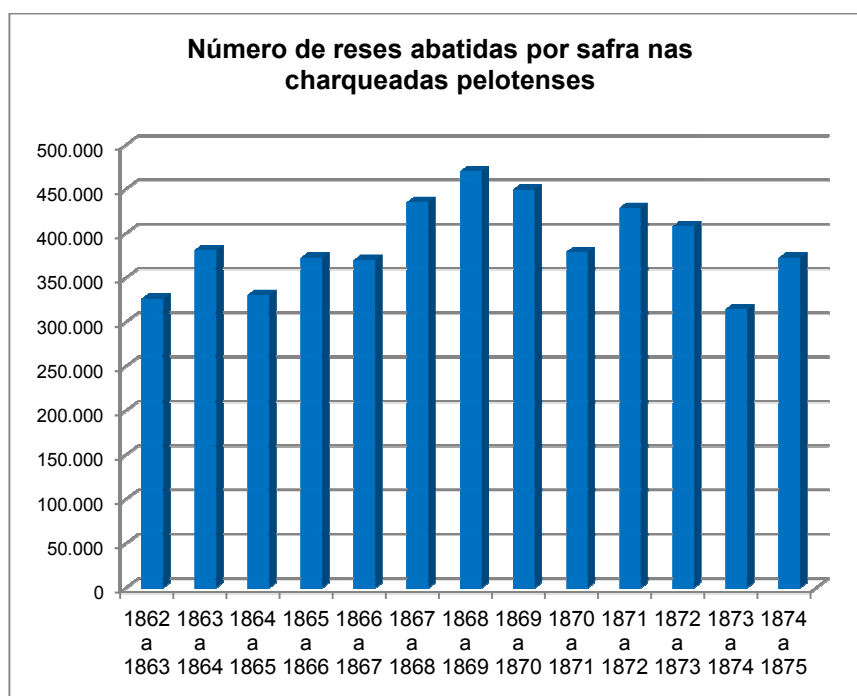


Figura 3 - Número de gado abatido por safra nas charqueadas pelotenses. Levantamento realizado pelo charqueador Domingos Rodrigues Cordeiro entre os anos de 1862 e 1875. Fonte: *Correio Mercantil*, 08/12/1875.

Mas, as notícias sobre essa safra não eram auspiciosas. Segundo o jornal *Correio Mercantil* de 1876, as fortes chuvas do período prejudicaram o engorde do gado e paralisaram o trabalho nas charqueadas; além disso, o mercado consumidor não estava muito promissor. Esses fatores preocupavam os charqueadores

¹⁷ APERS. Inv. José Antonio Moreira (Barão de Butuí) – N.º. 647; M. 41; E. 25 – Cartório de Órfão e Provedoria de Pelotas, 1877.

pelotenses devido aos riscos de atraso na produção e da desvalorização de seus produtos nos negócios exportadores.

Uma imensidade de inconvenientes imprevistos, pouco e pouco tem esmorecido o animo dos nossos industrialistas e cerceado as esperanças que a princípio alimentavam a possibilidade de uma safra lisonjeira e vantajosa. Porém, como n'este mundo tudo é incerto e passageiro, mais uma vez somos obrigados a submeter-nos à lei fatal dos acontecimentos aguardando que melhores tempos realizem as aspirações de todos e compensem os seus grandes sacrifícios. (*Correio Mercantil*, 05/01/1876, p. 2)

O valor dos produtos das charqueadas no mercado externo também não eram satisfatórios para os produtores no início do ano de 1876, e o mercado estava muito instável com as oscilações na cotação do charque e seus derivados.

Tabela 3 – Valor dos produtos das charqueadas em janeiro de 1876.

Produto	Cotação	Disponibilidade no mercado
Charque	4\$200 a 4\$500	Existência de 16 a 20.000 arrobas.
Couros salgados	155\$ a 160\$	Não há depósitos
Graxa	5\$000 a 5\$200	Existência resumida
Graxa grossa em bexigas	6\$000	Existência resumida
Graxa refinada	6\$500 a 6\$800	Existência resumida
Sebo	6\$000 a 6\$500	Não há para dispor
Cinza	2\$000 barrica	Sem informação
	27\$000 a 28\$000 tonelada	

Fonte: *Correio Mercantil*, 05/01/1876

Essas oscilações não afetavam apenas o mercado exportador de Pelotas. No Rio da Prata, o comércio de produtos bovinos também enfrentava dificuldades com as baixas cotações do charque, dos couros e das gorduras. A retração do mercado consumidor internacional era um agravante para os saladeristas gaúchos, argentinos e uruguaios, pois prejudicava a produção e a venda de seus produtos. Em vista disso, os produtores, por vezes, procuravam medidas para fazer subir o valor de seus gêneros no mercado.

Diz o Jornal do Comércio da corte: Consta na repartição da polícia que para o Rio da Prata se expediram avisos a fim de suspender a remessa de carne seca para este porto, e que alguns carregamentos deste gênero que já aqui se acham vão ser remetidos para a Havana no intuito de produzir escassez no mercado, e fazer subir os preços. (*Diário de Pelotas*, 04-06/02/1876)

Entretanto, as vicissitudes da safra não paralisaram o trabalho nas charqueadas e, tampouco, cessaram as exportações no período, conforme pode ser observado nos despachos do porto de Rio Grande em janeiro de 1876 (*Diário de Pelotas*, 01-31/01/1876). O charque e os demais produtos das charqueadas, como couros vacuns, graxas, sebos, ossos queimados, chifres, cabelos e ossos queimados foram escoados diariamente nesse período por aproximadamente 40 charqueadores da região, como se pode observar no gráfico abaixo.

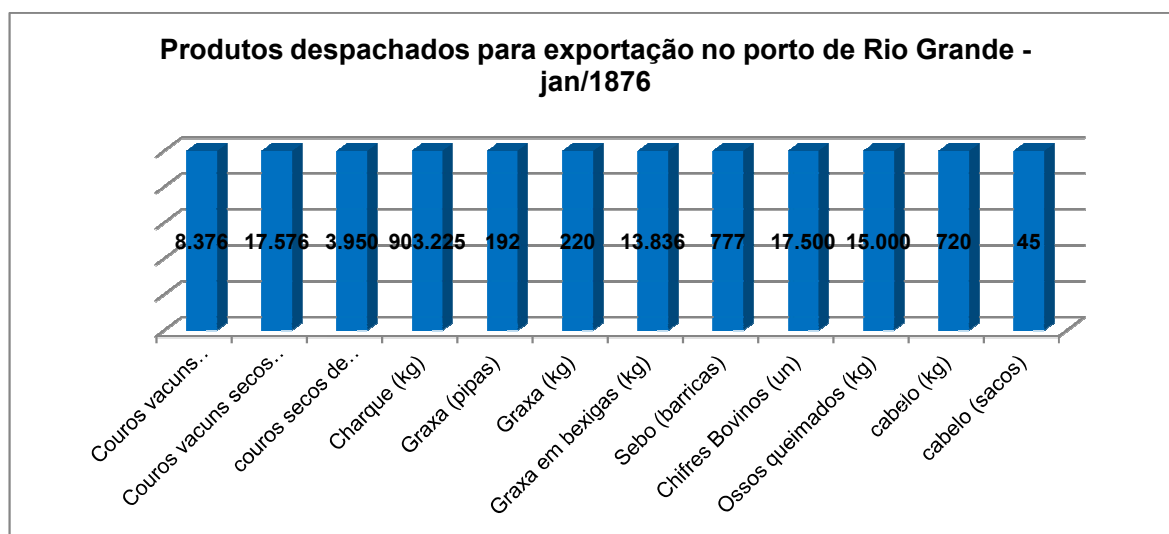


Figura 4 - Produtos das charqueadas despachados no porto de Rio Grande em janeiro de 1876. Fonte: *Diário de Pelotas*, 01-31/01/1876.

Esses despachos eram feitos por meio de embarcações que levavam o produto das charqueada até o porto marítimo mais próximo, e por essa razão, como bem ressaltou Gutierrez (2001, p. 220), “as charqueadas possuíam portos e os charqueadores, iates para o transporte dos produtos até o porto de Rio Grande, onde trocavam de embarcação para atingirem o mar.” Em vista disso, anotamos no mês de janeiro de 1876 a presença de 68 embarcações com despachos para porto de Rio Grande, os quais levavam produtos das charqueadas de 41 industrialistas, pelotenses, rio-grandinos e provavelmente de outros estabelecimentos das redondezas. Estes dados mostram ainda que essas embarcações, muitas vezes, não carregavam apenas os produtos de seu proprietário, mas também de outros produtores que necessitavam transportar suas mercadorias¹⁸. Por exemplo, no dia 2

¹⁸ Segundo Ognibeni (2005) grande parte dos charqueadores possuía suas próprias embarcações, pois utilizavam estas não só para o carregamento de mercadorias, mas também como meio de transporte nas vias fluviais da região, usufruindo inclusive em viagens pelo Rio da Prata e até mesmo

de janeiro o iate São Francisco de Paula transportou 22.000kg de ossos queimados de Maurell e 74 barricas com sebo de Peixoto; no dia 11 o iate Carolina carregou 24 barricas com sebo para Porciúncula e 12.000 kg de charque para Moreira Campos; e no dia 28 do mesmo mês o iate Alfredo levou ao porto de Rio Grande 27.000 kg de charque, 734 kg e 10 pipas com graxa e 6 barricas de sebo do charqueador Braga e, também, 5 pipas com graxa para D. A. Chaves.

Além de Rio Grande, os charqueadores também utilizavam o porto de São José do Norte para escoar seus produtos; contudo, o comércio neste porto se dava em menor escala, representando menos de 10% das exportações efetuadas no período.

Conforme podemos observar neste breve panorama, em 1876 as charqueadas pelotenses, embora ainda representassem o centro das atividades econômicas sulinas, já apresentavam sinais de crise, cenário que se agravou nas décadas seguintes e que resultou no colapso da economia saladeril pelotense. As razões deste declínio são discutidas entre os historiadores e economistas gaúchos, os quais, longe de chegar a um consenso, apontam que, fatores como a falta de mão-de-obra após o fim do tráfico e a abolição da escravidão, a escassez de mercados consumidores decorrente da incorporação do trabalho livre nas *plantations* de café, a diminuição dos preços do charque no mercado, a concorrência com os *saladeros* platinos, o advento dos frigoríficos, entre outros, levaram à desestruturação das charqueadas e à superação da economia saladeril gaúcha. Entretanto, nosso objetivo não é aprofundar essa questão, mas sim analisar como os remanescentes desses estabelecimentos charqueadores se preservaram ao longo do tempo transformando-se em um Patrimônio Cultural do município de Pelotas. Assunto que iremos abordar no próximo capítulo.

para a Europa. Essas embarcações empregavam comumente a mão-de-obra de escravos marinheiros, assunto que iremos abordar mais adiante.

CAPÍTULO III. AS CHARQUEADAS REMANESCENTES EM PELOTAS: ESTRUTURAS MATERIAIS E ESCRAVIDÃO

No século XX, após o declínio da economia charqueadora, algumas das sedes dos antigos estabelecimentos saladeris pelotenses se preservaram na paisagem costeira do arroio Pelotas e do Canal São Gonçalo. Inicialmente essas residências senhoriais oitocentistas foram re-aproveitadas como casas de veraneio (GUTIERREZ, 2004), mas com o passar dos anos, o conhecimento do valor histórico e patrimonial dos prédios remanescentes das charqueadas conferiu novos usos a esses lugares, os quais se tornaram um dos principais atrativos turísticos da cidade.

Em vista disso, nos últimos vinte anos, as charqueadas pelotenses tornaram-se alvo de discussões entre vários setores, sendo contempladas com novos estudos historiográficos, com políticas de preservação patrimonial e roteiros turísticos, incluindo lugares e caminhos que formavam o antigo núcleo saladeril. Em 1993, o trabalho pioneiro de Ester Gutierrez trouxe à luz informações importantes sobre as características físico-espaciais das charqueadas, das relações entre os charqueadores e do papel dos escravos africanos e afrodescendentes na manutenção da economia saladeril. Esse conjunto de dados levantados pela autora serviu de base para a elaboração dos principais instrumentos de preservação dos prédios, estradas e passos que compõem a antiga paisagem charqueadora pelotense, tais como a Lei nº 4.977 que instituiu o Roteiro das Charqueadas¹⁹, transformando rotas terrestres e fluviais em áreas de referência histórica, social e cultural do município; e a proposta de inclusão do sítio charqueador no III Plano Diretor²⁰, constituindo uma *Área de Especial Interesse Cultural (AEIC)*²¹

¹⁹ “Lei nº 4.977.” 14 de outubro de 2003. <http://www.leismunicipais.com.br/cgi-local/showinglaw.pl> (acesso em 14 de 01 de 2012).

²⁰ “III Plano Diretor de Pelotas.”

http://www.pelotas.com.br/politica_urbana_ambiental/planejamento_urbano/III_plano_diretor/plano_diretor/_introducao.htm# (acesso em 02 de 02 de 2012).

²¹ Pelotas, Prefeitura de. “historia_do_charque.”

[http://www.pelotas.com.br/politica_desenv_economico/ste/atracoes_turisticas/charqueadas/historia_d_o_charque.pdf](http://www.pelotas.com.br/politica_desenv_economico/ste/atracoes_turisticas/charqueadas/historia_do_charque.pdf) (acesso em 28 de 02 de 2012).

De acordo com o levantamento realizado por Gutierrez (2004), existem atualmente treze sedes de charqueadas preservadas em Pelotas²². Dentre elas estão: a charqueada do Visconde de Jaguarý; a do Barão de Arroio Grande; a de Boaventura Rodrigues Barcellos; a São João; a Santa Rita e o estabelecimento de Bernardino Rodrigues Barcellos, todos localizados na margem direita do arroio Pelotas; na margem esquerda encontram-se as charqueadas do Visconde da Graça; do Barão do Jarau; do Barão de Butuí e de Antonio José de Oliveira Castro; e por fim, no canal São Gonçalo situam-se as sedes do Barão de Santa Tecla, de José Inácio Xavier e de José Gonçalves da Silveira Calheca. Junto a este conjunto incluímos, ainda, as charqueadas prospectadas no âmbito do projeto *O Pampa Negro*: uma edificação existente na boca do arroio Pelotas que apresenta características arquitetônicas das charqueadas oitocentistas e a charqueada Santa Bárbara, que será alvo de discussão no próximo capítulo (Figura 5 – Mapa das charqueadas remanescentes em Pelotas. Fonte: Banco de Dados do Projeto *O Pampa Negro: Arqueologia da* .

²² Em entrevistas realizadas por Cíntia Vieira Essinger e Pablo Ricardo Ávila com moradores e funcionários das residências que compõem o conjunto do sítio charqueador, constatou-se as seguintes formas de ocupação: nas unidades residenciais, no item “**qual a forma de ocupação deste domicílio**”, verificou-se que, do total de oito, duas (25%) eram residenciais permanentes (charqueadas da Graça e Barão de Arroio Grande), duas (25%) eram ocupadas por caseiros (charqueadas Inácio Xavier e Barão de Santa Tecla), uma (12,5%) era usada nos fins de semana (charqueada Visconde de Jaguarý), uma (12,5%) era alugada por temporada (charqueada Boaventura Rodrigues Barcellos) e as outras duas (25%) estavam vagas (charqueadas Barão de Butuí e Barão do Jarau). (Pelotas, historia_do_charque s.d., p. 25)

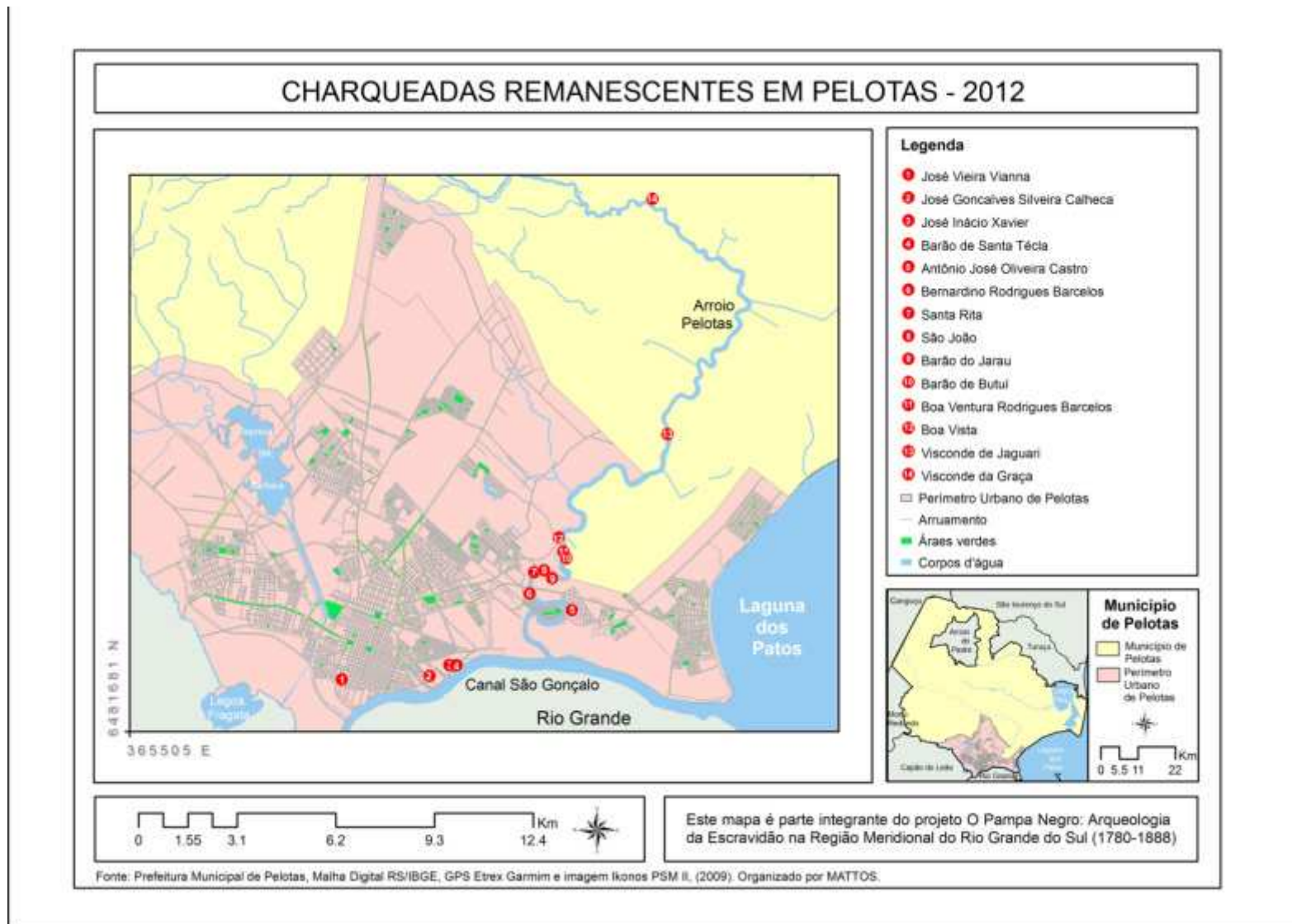


Figura 5 – Mapa das charqueadas remanescentes em Pelotas. Fonte: Banco de Dados do Projeto *O Pampa Negro: Arqueologia da Escravidão na Região Meridional do Rio Grande do Sul (1780-1888)*.

Diante do potencial evidenciado pelas pesquisas historiográficas e da proeminência do sítio charqueador para a comunidade pelotense, o projeto *O Pampa Negro: Arqueologia da Escravidão na Região Meridional do Rio Grande do Sul (1780-1888)* tem atuado nesta área desde 2009, em busca de estruturas e vestígios arqueológicos dos grupos africanos e afrodescendentes escravizados nesses estabelecimentos. De acordo com os objetivos desse projeto compreendemos que as charqueadas já são bastante conhecidas e hoje são reconhecidas como patrimônio cultural do município. No entanto, essas ações de valorização e de preservação estão centradas no patrimônio edificado das sedes e nas memórias dos charqueadores. Embora o escravo seja evidenciado nos estudos historiográficos, estes sempre aparecem em segundo plano no que tange à representação material, e, portanto, os estudos arqueológicos conduzidos pelo projeto *O Pampa Negro* cumprem um papel fundamental, o de dar visibilidade aos contextos escravos e à cultura material dos africanos e afrodescendentes que viveram nesta região sob o jugo da escravidão.

Atualmente, várias charqueadas estão abertas à visitação e exploram o potencial histórico desses lugares para fins turísticos. Entretanto, esses espaços ainda carecem de elementos materiais para discutir a vida cotidiana dos escravos. Com exceção do oratório existente na charqueada São João, o qual preserva imagens alusivas ao sincretismo entre as religiões católica e afrobrasileira, são raros os objetos relacionados ao uso dos escravos, e estes, de forma geral, estão ligados à repressão, como o tronco para açoites, os instrumentos de tortura, as correntes para prisão e castigo, etc. Nota-se que, a exemplo do que ocorria em outros países antes do desenvolvimento da arqueologia da escravidão (SINGLETON, 1995), as charqueadas pelotenses ainda não dispõem de vestígios materiais que expressem a cultura afrodescendente, as condições de vida dos escravos e as estratégias cotidianas de resistência desses grupos (FOUNTAIN, 1995; SAMFORD, 1996). Em vista disso, seguindo os pressupostos do projeto *O Pampa Negro*:

O objetivo principal, conforme acima argumentado, é interpretar, por meio do cotejo de dados históricos e arqueológicos, a organização local da paisagem do mundo escravista e os contextos das ações culturais e sociais dos escravos. Trata-se, como já afirmei reiteradamente, de instituir os primeiros trabalhos visando a estear uma linha de pesquisa em Arqueologia da escravidão na UFPel. A meta é gerar os primeiros resultados de um trabalho que se efetuará ao longo dos anos, abarcando outros sítios arqueológicos de Pelotas e estendendo-se por outras cidades da região Meridional do Rio Grande do Sul, onde a escravidão imperou largamente (FERREIRA, Lúcio, 2009, p. 10)

Em 2010, o projeto *O Pampa Negro* realizou um trabalho prospectivo reconstituindo a antiga rota do charque, percorrendo, assim, o Canal São Gonçalo e o arroio Pelotas. Nessa ocasião, foi possível analisar os resquícios das charqueadas materializados nessa paisagem, identificando as áreas potenciais para a realização de escavações arqueológicas posteriores.

As áreas identificadas a partir desse trabalho foram georeferenciadas e sistematizadas em mapas elaborados em SIG, os quais possibilitam uma leitura arqueológica dos espaços remanescentes do período charqueador. (Fig. 6)

Nessa perspectiva, selecionamos cinco áreas amostrais, identificadas nessa prospecção, e analisamos, por meio do diálogo com as fontes documentais, alguns aspectos acerca da distribuição espacial das unidades domésticas e produtivas, da estrutura interna e das relações escravistas tecidas nesses antigos estabelecimentos charqueadores.

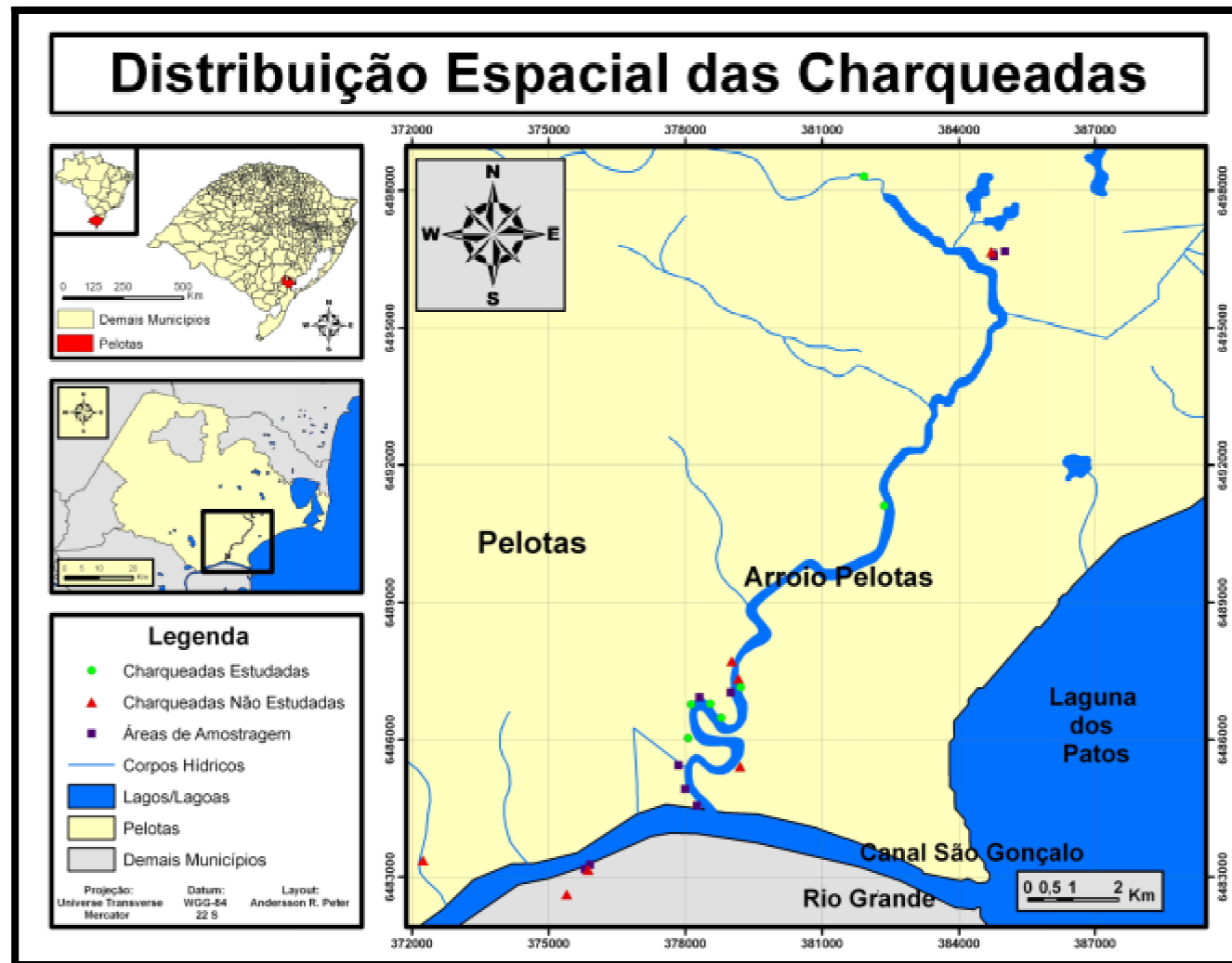


Figura 6– Distribuição espacial das charqueadas e áreas amostrais. Fonte: Banco de Dados do Projeto *O Pampa Negro: Arqueologia da Escravidão na Região Meridional do Rio Grande do Sul (1780-1888)*.

Dessa forma, os dados apresentados nesse capítulo irão abordar algumas questões acerca do funcionamento e da estrutura interna de alguns estabelecimentos saladeris que ainda estão preservados no município de Pelotas. Em vista disso, essa amostragem foi selecionada priorizando as áreas que apresentam maior potencial para identificação dos contextos escravos, fornecendo subsídios para o desenvolvimento de futuras escavações arqueológicas.

Os aspectos analisados concernem à distribuição espacial das unidades domésticas e produtivas, à produção de subsistência e as atividades de apoio das charqueadas, bem como o perfil demográfico dos escravos desses estabelecimentos. O estudo dessas unidades também tem por finalidade subsidiar a abordagem do sítio arqueológico charqueada Santa Bárbara, pois auxiliará na compreensão da dinâmica interna das propriedades voltadas à produção de charque.

Nesse sentido, destacamos algumas informações que se fazem relevantes neste trabalho e também aos estudos posteriores. Analisando individualmente o plantel de cada propriedade, foi possível inferir sobre o sexo, as faixas etárias e as regiões de origem²³ dos escravos, identificando o perfil demográfico desses grupos. Além disso, buscamos informações sobre a existência de famílias escravas, no intuito de indicar a possibilidade de existência de moradias de uso monoparental. Estas, segundo as referências da literatura internacional, podem apresentar uma cultura material diferenciada, relacionada a um grupo mais restrito, ligado ao universo material de um grupo familiar (SINGLETON, 1995; SAMFORD, 1996).

As profissões dos escravos também foram fatores importantes para compreender as áreas de atuação desses indivíduos. A historiografia geralmente tende a generalizar os planteis dos charqueadores e relacionar todos os escravos presentes nos inventários às charqueadas; no entanto, compulsando-se essa documentação, percebemos que muitos escravos especializados em serviços artesanais, domésticos, na construção e nas lidas do campo estavam atuando em outras propriedades, como nas residências urbanas, nas estâncias e chácaras. Portanto, isso leva a repensar a idéia de que a charqueada empregava os escravos em diversos setores, ou seja, é comum encontrarmos nos inventários dos

²³ Como não dispomos de elementos suficientes para discutir as origens africanas dos escravos, apenas citamos os grupos étnicos descritos nos inventários. O intuito é lançar informações para os trabalhos arqueológicos em curso.

charqueadores escravos sapateiros, carpinteiros, alfaiates, copeiros, engomadeiras, etc., mas isso não significa que todas essas profissões eram exercidas no âmbito das charqueadas.

Por outro lado, devemos levar em conta também que esses escravos poderiam usufruir de certa mobilidade entre as diferentes propriedades, e ainda, no período de safra, subsidiavam a produção quando esta se intensificava. Da mesma forma, alguns escravos domésticos deviam acompanhar as famílias conforme elas se deslocavam entre as suas diferentes propriedades. Em suma, ao analisar os inventários devemos tomar cuidado para não fazer esse tipo de associação direta, bem como não podemos pensar que esses grupos eram estáticos, pois, as diversas especializações dos escravos sugerem que deveria haver uma espécie de “mobilidade social”; por exemplo, um escravo poderia passar por diferentes propriedades e trabalhar em diferentes atividades ao longo de sua vida, assim, conforme fosse aprendendo um ofício, ele poderia trabalhar em atividades menos penosas.

Seguindo este ponto de vista, procuramos também algumas informações em processos-crimes envolvendo conflitos entre os escravos das charqueadas analisadas, no intuito de apontar os ímpetos de resistência desses indivíduos no plano cotidiano, na tentativa de romper com a noção de “estabilidade” que os inventários muitas vezes tendem a transparecer.

Essas e outras questões serão abordadas a partir dos exemplos apresentados a seguir.

3.1 A Charqueada São João

A charqueada São João é um dos exemplares remanescentes do período saladeril mais conhecidos no cenário pelotense, preservando a sede do antigo estabelecimento, construções associadas à senzala e à casa do feitor e, também, é a única na cidade que conserva estruturas da área de produção de charque.



Figura 7 - Sede da Charqueada São João. Fonte: Lucena, 2011. Disponível em: <http://4.bp.blogspot.com/-UZBfsgWQZSY/TqdEsQs5cCI/AAAAAAAAACiQ/ZehsmYEYjhl/s1600/M3U8534.jpg>

Esta charqueada pertenceu a Antonio José Gonçalves Chaves e, posteriormente, aos seus filhos herdeiros, os quais venderam seus quinhões aos seus irmãos Antonio José e João Maria Chaves, que passaram a administrar o estabelecimento em sociedade até o ano de falecimento do primeiro, em 1871.

Há anos que tendo inteirado a outros manos e manas na parte que lhes tocaram na casa de nossos falecidos pais, ficamos eu e meu mano João Maria Chaves donos da charqueada e pretos que nela estão (...) desses ditos bens somos senhores em partes iguais e assim temos trabalhado a charqueada em interesse comum e lucros iguais.²⁴

²⁴ APERS. Testamento de Antônio José Gonçalves Chaves. N.1791, M.87, E.06, Pelotas, 1º Cartório de Órfãos e Provedoria, 1871.

A charqueada dos Chaves localiza-se na margem direita do arroio Pelotas e se caracterizava por uma faixa de terra comprida e estreita, que se estendia do arroio até o logradouro público, assemelhando-se às tipologias dos demais estabelecimentos contíguos (GUTIERREZ, 2001). Sua estrutura era composta por casas de moradia, galpão, olaria e terrenos no Logradouro Público²⁵; contudo, não constam nos documentos pesquisados referências sobre as moradias dos escravos.

Em 1872, João Maria Chaves e sua esposa Maria Luiza Chaves possuíam 56 escravos, destes 5 eram campeiros e, provavelmente, trabalhavam na chácara da Boa Vista ou na data de matos na serra dos Tapes. Outros 3 escravos eram marinheiros e viviam a bordo do iate da família denominado Bardo. Soma-se a estes mais 2 pedreiros, 3 carpinteiros, 2 costureiras e 1 sapateiro, que poderiam viver tanto na charqueada quanto na cidade prestando serviços; e, ainda, 1 lavadeira e 3 cozinheiros que deveriam auxiliar nos serviços das demais propriedades dos Chaves. Dessa forma, dos escravos listados no inventário de Maria Luiza Chaves, apenas 61% aparecem trabalhando nas atividades diretamente ligadas à produção de charque; o restante exercia outros trabalhos especializados e, assim, podiam viver em outros imóveis do charqueador, além da charqueada.

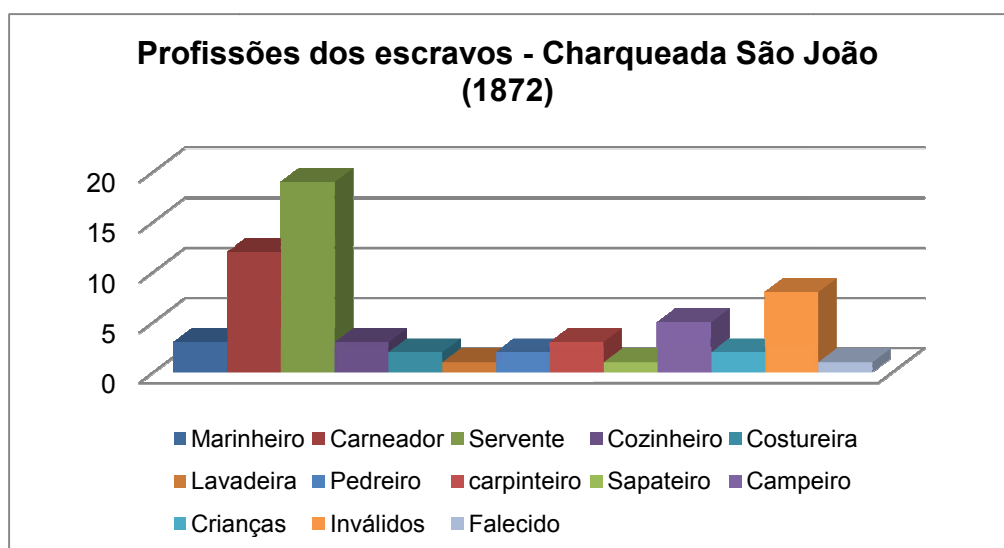


Figura 8 - Profissões dos escravos da Charqueada São João (1872). Fonte: APERS. Inventário de Maria Luiza Chaves, A. 770, M. 46, E. 06; Pelotas, 1º cartório de Orphãos e Provedoria, 1872.

²⁵ APERS. Inventário de Maria Luiza Chaves, A. 770, M. 46, E. 06; Pelotas, 1º cartório de Orphãos e Provedoria, 1872.

As informações do inventário apontam que 80% do plantel era formado por adultos, 16% por idosos e apenas 4% de crianças. Essas eram “crias da casa”, filhos das escravas do mesmo proprietário. Deste total, 93% era do sexo masculino. Um fato que chamou atenção neste caso é que 9 escravos apresentaram idades superiores a 60 anos, sendo que 5 tinham entre 74 e 78 anos, todos africanos, uma idade elevada para um contexto tão extenuante quanto o da charqueada. Isso pode refletir que, em medida cautelosa, os charqueadores passaram a se preocupar mais com a manutenção de sua escravaria, já que se vivia um momento onde a oferta de mão-de-obra era mais escassa. Da mesma forma, percebe-se que a reprodução dos cativos foi uma das estratégias usadas para aumentar o plantel, pois havia 7 escravos nascidos na propriedade. A escrava Narciza, por exemplo, era mãe de 1 cozinheiro e 2 serventes da charqueada; no entanto, esta não consta na lista. Como seu filho mais velho já tinha 43 anos, presumimos que Narciza poderia ter falecido devido à idade elevada.

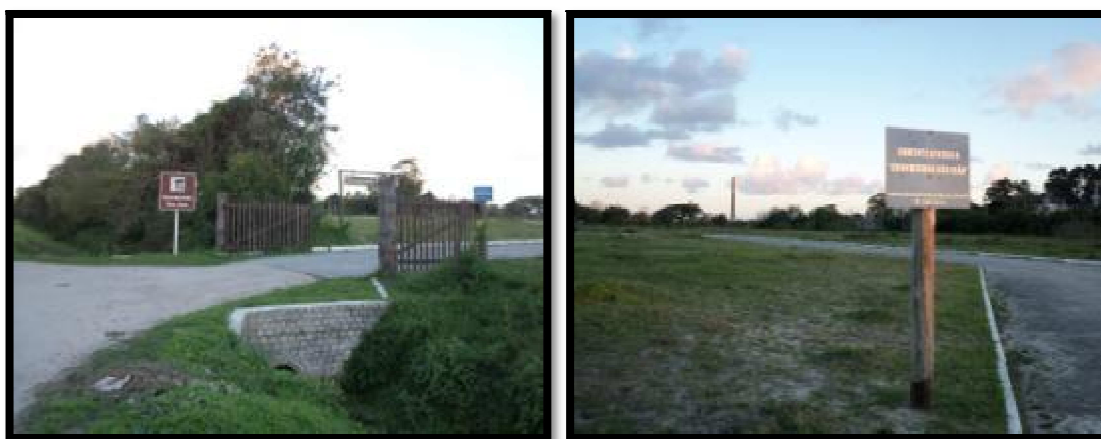
Todos os escravos tiveram origem declarada, sendo que 65% eram africanos, os demais eram nascidos em províncias brasileiras como Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Maranhão e Ceará. Isso mostra que, embora existindo uma quantidade superior de africanos, é evidente a tendência à creolização do plantel determinada pelo fim do tráfico transatlântico.

Em seu testamento Antonio José Gonçalves Chaves deixou a charqueada, os escravos e toda a parte que lhe cabia ao seu irmão e sócio João Maria Chaves. Em condição, Antonio pediu ao irmão que passasse alguns bens e quantias em dinheiro a sua esposa, irmãs e filhos, bem como que cedesse três escravos a sua mulher e um escravo a seu filho Guido. Além disso, Antonio Gonçalves Chaves concedeu liberdade a dois de seus escravos, o Mulato Lucindo e o crioulo Julio; entretanto, esta só seria efetivada respectivamente sete e oito anos após sua morte, e nesse momento teriam direito a ganhar duzentos mil réis se aceitassem viver em companhia de um de seus filhos ou de sua mulher²⁶. Essas prerrogativas mostram que o charqueador usou a liberdade como uma “recompensa” aos escravos, o que na verdade consistia em uma estratégia para mantê-los “conformados”, mas ainda servindo a sua família.

²⁶ APERS. Testamento de Antônio José Gonçalves Chaves. N.1791, M.87, E.06, Pelotas, 1º Cartório de Órfãos e Provedoria, 1871.

Diante dessas informações, constatamos que muitos escravos africanos e afrodescendentes viveram na charqueada São João por muitas décadas, inclusive constituindo laços familiares, de amizade e compadrio. Mesmo sob a brutalidade do regime escravista, esses homens, mulheres e crianças buscaram estratégias cotidianas de adaptação e resistência, extrapolando, por vezes, sua condição submissa. Por essa razão, os espaços que hoje permanecem preservados, seja nas áreas de habitação, seja nas áreas de produção, podem guardar estratos do cotidiano desses grupos escravos, e assim, essa propriedade representa um dos locais potenciais para futuras escavações arqueológicas.

Em uma amostragem assistemática podemos indicar vários locais como diagnósticos para os estudos da escravidão na charqueada São João, entre eles o espaço de produção e a figueira centenária localizada nas imediações das estruturas remanescentes da chaminé e da caixa d'água, a pequena gruta com elementos sincréticos das religiões católica e afro-brasileira, os matos e o córrego que marcam a divisa da propriedade com a antiga charqueada de Boaventura Rodrigues Barcellos e, por fim, a área do entorno das estruturas associadas à senzala e à casa do feitor. Estas já estão bastante modificadas. Contudo, certamente preservaram vestígios arqueológicos em seus substratos.



Figuras 9 e 10 – Entrada da Charqueada São João. Fonte: Fotos da autora, 2010.



Figuras 11 e 12 - Sanga que faz divisa com a propriedade; estruturas da área de produção. Fonte: Fotos da autora, 2010.



Figuras 13 e 14– Estruturas da área de produção, caixa d'água e chaminé. Fonte: Fotos da autora, 2010.



Figuras 15 e 16 – Sede da charqueada São João. Fonte: (1) Foto da autora, 2010; (2) <http://www.charqueadasaojoao.com.br/historia.htm>



Figura 17 – Senzala dos escravos domésticos. Fonte:
<http://www.panoramio.com/photo/40633887?source=wapi&referrer=kh.google.com>



Figuras 18 e 19 – Tronco e oratório com imagens africanas. Fonte:
<http://www.panoramio.com/photo/40633887?source=wapi&referrer=kh.google.com>

A charqueada São João já foi alvo de pesquisas arqueológicas anteriores. Em 1991, o Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas (CEPA/PUC/RS) coordenou prospecções e escavações arqueológicas na área do complexo industrial da charqueada. Essas pesquisas foram realizadas em caráter de urgência, pois o local estava ameaçado de destruição pela implantação de um condomínio residencial (GUTIERREZ, 2001). Uma síntese desses levantamentos foi publicada em 1993 na dissertação “*Negros, Charqueadas e Olarias*”, de Ester Gutierrez. Contudo, os dados apresentados abordam apenas as estruturas identificadas na área de produção e não contemplam estudos sobre a cultura material. Dessa forma,

diante da falta de divulgação dessas pesquisas, não temos subsídios para discutir os contextos arqueológicos da charqueada São João.

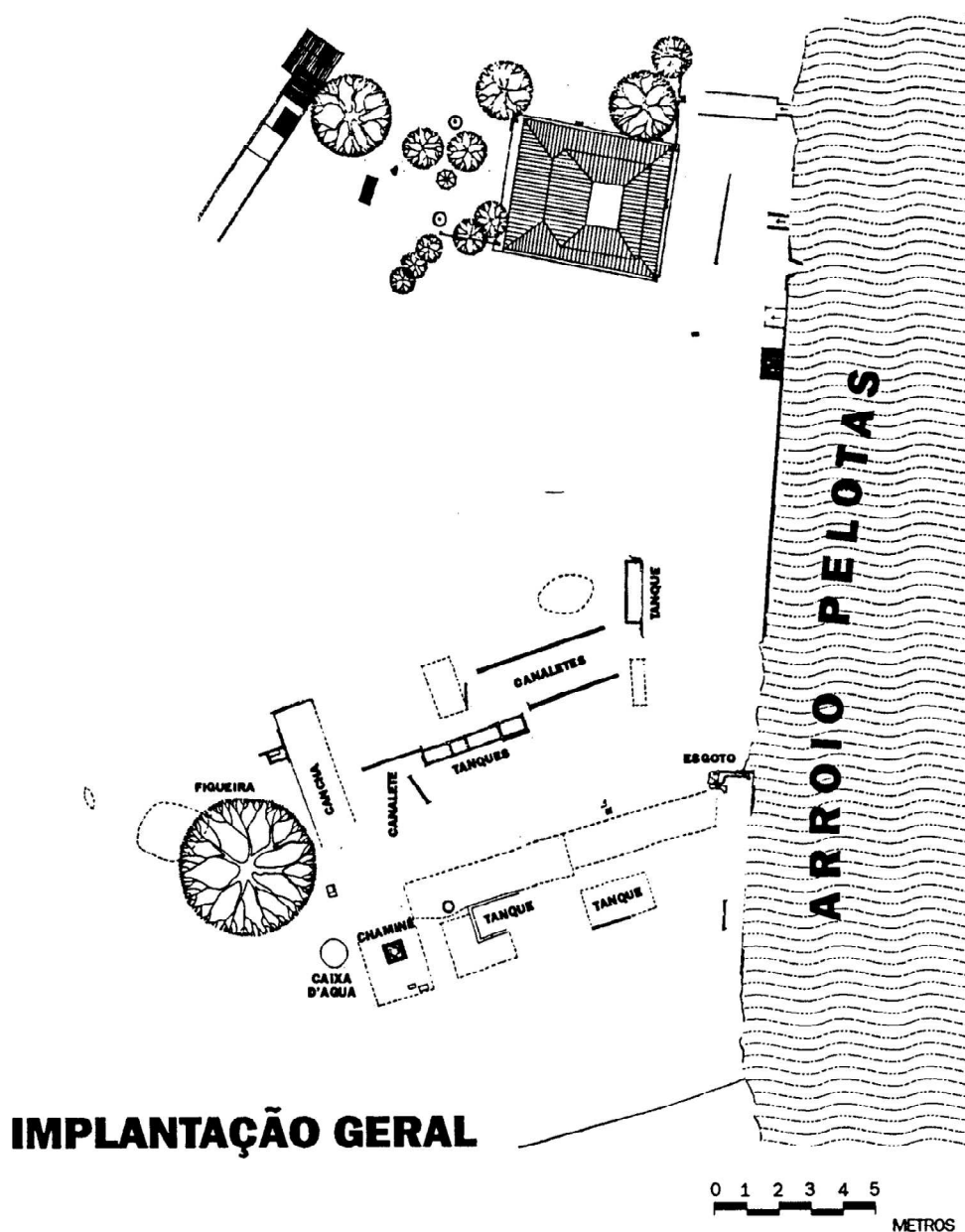


Figura 20 – Croqui de implantação geral, levantamentos arquitetônico e arqueológico da charqueada São João. Fonte: Gutierrez, 2001, p. 198.

Atualmente, a charqueada São João é propriedade da família Mazza e, desde os anos 2000, tem seu espaço aberto para visitaçã²⁷. A antiga morada senhorial possui móveis e objetos antigos em exposição e os turistas interessados podem conhecer o lugar por meio de visitas guiadas, passeios de barco no arroio Pelotas, ou mesmo alugar o espaço para promover eventos. Em 2003, a charqueada

²⁷ <http://www.charqueadasaojoao.com.br>.

foi palco das gravações da minissérie global “A Casa das Sete Mulheres”, tornando-se popular nos meios de comunicação e nos roteiros turísticos locais. Contudo, mesmo explorando o potencial histórico do lugar para fins turísticos, seus proprietários mostraram-se refratários à realização de pesquisas arqueológicas no local.

3.2 A charqueada de Boaventura Rodrigues Barcellos

Ainda na margem direita do arroio Pelotas, encontramos outro conjunto de edificações que se destaca na paisagem costeira: a antiga charqueada de Boaventura Rodrigues Barcellos, atualmente chamada de Costa do Abolengo.



Figura 21 - Charqueada Costa do Abolengo. Fonte: Banco de dados do LÂMINA, 2010.

O comendador Boaventura foi proprietário de dois estabelecimentos contíguos situados na costa do arroio Pelotas, os quais possuíam casas de moradia e benfeitorias ligadas à produção de charque. Boaventura fez compra desses terrenos em 1814 e, alguns anos depois, com a morte de sua esposa Cecília

Rodrigues da Silva²⁸, uma das charqueadas, a que fazia limite com a propriedade de Antonio Gonçalves Chaves, passou a pertencer ao seu filho Boaventura da Silva Barcellos.

Quando da morte da primeira mulher, do comendador, Cecília, em 1824, o terreno, que sobrara, tinha 660m de frente ao arroio Pelotas. Nessa área, havia as seguintes construções: uma casa de vivenda, com cozinha; uma casa de sobrado, imediata à outra; um galpão de charquia, todos cobertos de telhas; e, mais, um armazém, uma casa de carretas e uma casa de graxeira. Na charqueada, viviam 127 escravos. [INVENTÁRIO de Cecília Rodrigues da Silva. Pelotas, nº 83, M. 07, E.25. 1º Cartório de Órfãos e Provedoria, 1824]. (GUTIERREZ, 2001, p. 126)

Posteriormente, o comendador contraiu segundas núpcias com Eulália de Azevedo e Souza, tendo com ela quatro filhos²⁹.

No intuito de compreender um pouco mais sobre a estrutura interna desta charqueada, bem como o perfil demográfico dos escravos que nela residiam, analisamos o inventário *post-mortem* de Boaventura Rodrigues Barcellos, datado de 1856. Neste documento, constam como bens de raiz do comendador Boaventura cinco terrenos na margem direita do arroio Pelotas, uma propriedade situada na mesma área com estabelecimento de charqueada, casas de sobrado, casa de armazém e mais três que serviam de ferraria, galpão e estribaria, e ainda, nas proximidades, uma chácara com propriedades e benfeitorias. Além dos bens do arroio Pelotas, o inventariado possuía uma porção de terras de matos com benfeitorias na serra dos Tapes, junto ao arroio Quilombo, um terreno no Monte Bonito com benfeitorias e mais dois terrenos urbanos, um na rua do Comércio e outro na rua Alegre³⁰.

De acordo com a análise dos bens de Boaventura Rodrigues Barcellos, podemos supor que seu estabelecimento de charqueada era mantido pela produção de subsistência de sua chácara e pelo cultivo das terras na serra dos Tapes. Isso porque além das propriedades listadas, o comendador possuía vários móveis,

²⁸ Boaventura e Cecília tiveram seis filhos, Boaventura da Silva Barcellos, Bartholomeu Rodrigues Barcellos, Serciana da Silva Barcellos, Maria Amália de Azevedo e Clara Rodrigues de Azevedo. (APERS. Inventário de Boaventura Rodrigues Barcellos. A: 409; M: 28; E: 06(140). 1º Cartório de Órfãos e Provedoria, Pelotas, 1856.)

²⁹ Dr. Miguel Rodrigues Barcellos, Maria Luiza Barcellos, Sebastião Rodrigues Barcellos e Pedro Rodrigues Barcellos. (APERS. Inventário de Boaventura Rodrigues Barcellos. A: 409; M: 28; E: 06(140). 1º Cartório de Órfãos e Provedoria, Pelotas, 1856.)

³⁰ APERS. Inventário de Boaventura Rodrigues Barcellos. A: 409; M: 28; E: 06(140). 1º Cartório de Órfãos e Provedoria, Pelotas, 1856.

ferramentas e meios de transporte associados ao uso das lidas agrícolas, bem como criava animais para o consumo doméstico (

Tabela 4 - Artefatos de uso agrícola e animais presentes na relação de bens de Boaventura Rodrigues Barcellos – 1856.4).

Tabela 4 - Artefatos de uso agrícola e animais presentes na relação de bens de Boaventura Rodrigues Barcellos – 1856.

Relação de bens de Boaventura Rodrigues Barcellos – 1856
Artigos relacionados ao uso no campo
2 chocadeiras
36 enxadas de uso
18 machados
12 foices
12 cavadeiras
2 martelos
6 tesouras de podar
6 tinas de pão
6 moinhos para moer café
6 tabuleiros de madeira
6 bancos de pau usados
1 carrinho de mão
7 carretas para bois
2 carroças
Animais
2 parelhas de cavalos malabares
1 dita de cavalos ruanos mansos
1 cavalo manso
1 parelha de cavalos domadilhos
1 dita de baios (um em mal estado)
3 mulas presas
5 mulas e machos da carroça
20 cavalos mansos
3 éguas mansas
3 éguas com crias xucas
60 bois mansos
60 reses de crias
10 ovelhas
40 galinhas
10 patos
20 porcos de criar

Fonte: APERS. Inventário de Boaventura Rodrigues Barcellos. A: 409; M: 28; E: 06(140). 1º Cartório de Órfãos e Provedoria, Pelotas, 1856

Diante desse quadro, é plausível que a produção de subsistência funcionava como um complemento da charqueada e, também, devia ocupar a mão-de-obra escrava no período entressafra. Talvez seja essa a razão da ausência de informações sobre as profissões dos escravos, uma vez que estes podiam se dividir entre o trabalho nas charqueadas e os afazeres nas plantações e criações de animais das demais propriedades. Dos 86 escravos listados no inventário, três se encontravam em poder de herdeiros e dois estavam fugidos; apenas 21% apresentaram descrições com suas especializações, as quais não estavam relacionadas com os serviços das charqueadas. As profissões apresentadas consistiam em atividades domésticas, artesanais, na construção e nos transportes (ver fig. 22). Destaca-se a presença de três escravos ferreiros, que deviam trabalhar na ferraria que existia junto à charqueada. Nas atividades do campo aparecem apenas três campeiros. Contudo, o elevado número de ferramentas agrícolas sugere que mais escravos trabalhavam nesta função.

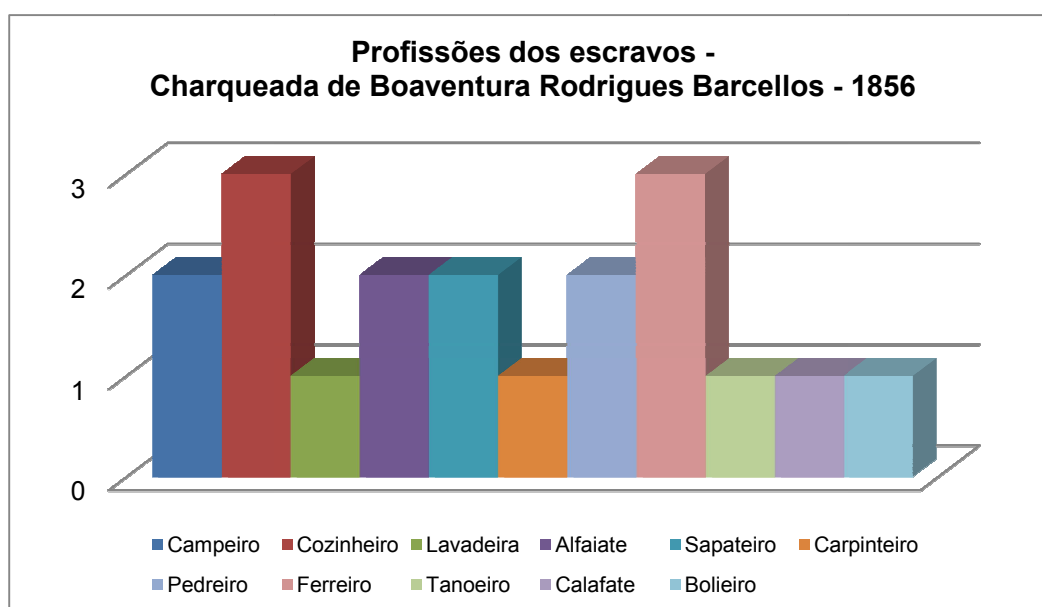


Figura 22 – Profissões dos escravos de Boaventura Rodrigues Barcellos. Fonte: APERS. Inventário de Boaventura Rodrigues Barcellos. A: 409; M: 28; E: 06(140). 1º Cartório de Órfãos e Provedoria, Pelotas, 1856

O inventário de Boaventura Barcellos apresenta poucos dados qualitativos sobre o grupo de escravos da propriedade. A maior parte da lista é composta

apenas pelos nomes e valores dos cativos, dos quais se identificou que 83% dos escravos eram homens e 17% eram mulheres. Não foi possível inferir sobre as faixas etárias, pois, com exceção de apenas uma criança que possuía um ano, não constam informações sobre as idades dos escravos no inventário. Além disso, cinco escravos apresentaram a descrição “os avaliadores acharam nada valer”, sugerindo que já deveriam possuir idade elevada. Informações sobre as origens dos escravos também são incompletas no inventário de Boaventura: apenas 15 apresentaram descrições indicando sua procedência, evidenciando que estes vinham de diferentes regiões da África, como mostram os gráficos abaixo.

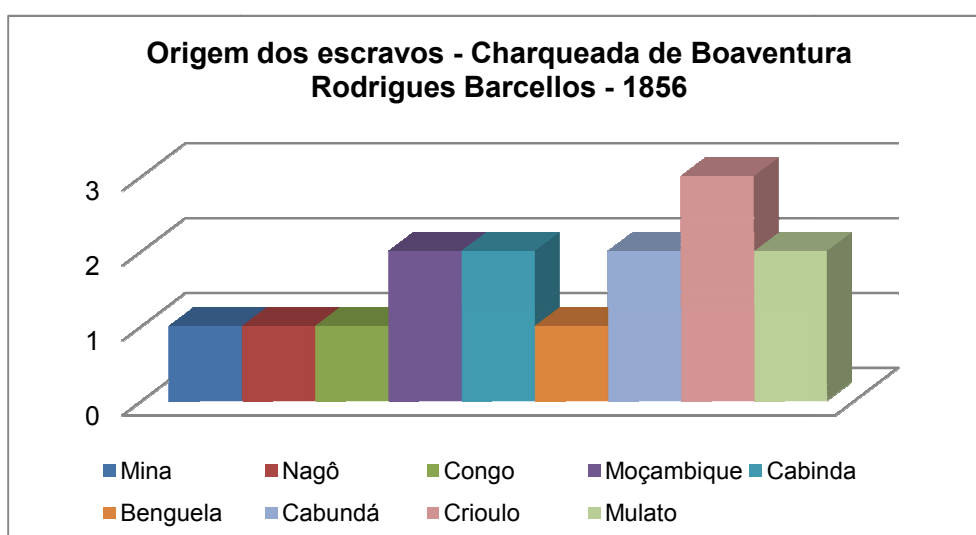
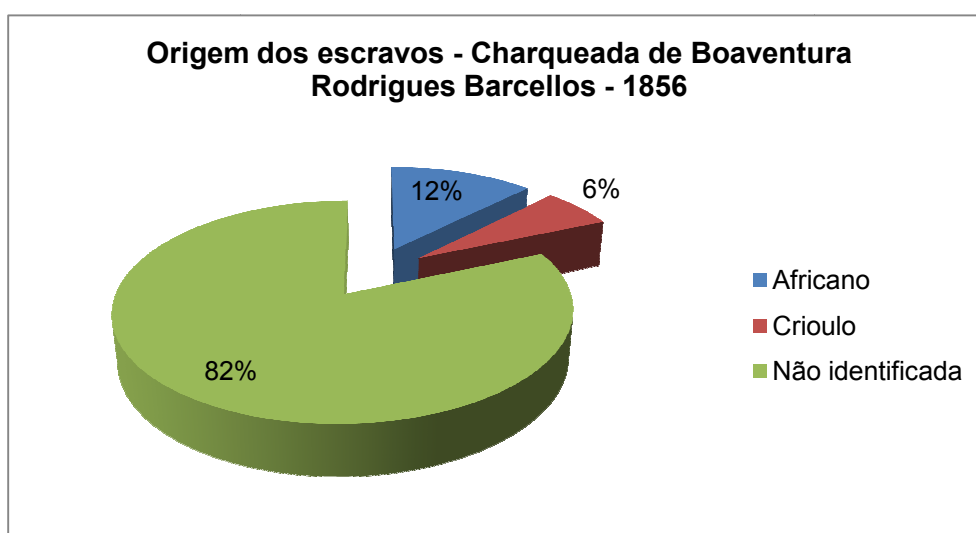


Figura 23 e 24 - Origem dos escravos de Boaventura Rodrigues Barcellos – 1856. Fonte: APERS. Inventário de Boaventura Rodrigues Barcellos. A: 409; M: 28; E: 06(140). 1º Cartório de Órfãos e Provedoria, Pelotas, 1856

Dentre os bens de raiz de Boaventura não constava a presença de moradias escravas. Junto às benfeitorias aparecem “*duas outras casas que servem uma de galpão e outra de estribaria*”³¹, as quais, segundo Gutierrez (2001, p. 126), aparecem no inventário de sua nora Albana Rodrigues Barcellos³² com a seguinte descrição: “*um galpão de charquear, com tafona e dois armazéns, para sal; um outro galpão grande, que compreendia, **senzala, armazém, cocheira, estrebaria e diversos quartos**. Albana era casada com Boaventura da Silva Barcellos, co-herdeiro do quinhão onde situava-se a charqueada do pai. Dessa forma, é provável que ambos os inventários se refiram às mesmas construções e, portanto, um dos galpões descritos no primeiro inventário poderia ser utilizado como senzala.*

Outro dado relevante foi constatado em meio às descrições da tralha doméstica do Comendador Boaventura. A extensa lista apresenta diversos objetos de uso doméstico, tais como: *dois barris para depósito de água; quatro ditos para conduzir água; um ferro de engomar; duas salvas de prata; trinta e seis colheres de prata para sopa; dezoito colheres para chá; uma colher de prata grande para sopa; uma colher de prata para arroz; dois tachos de cobre; duas bacias grandes de cobre; duas ditas menores; doze panelas de ferro de uso de cozinha; **duas ditas grandes para uso dos escravos**; um aparelho de louça azul para mesa; um outro aparelho de louça azul para chá; vinte e quatro xícaras e pires; seis bacias de louça; doze garrafas de vidro branco; vinte e quatro cálices*³³, entre outros. Nota-se que a presença de panelas grandes para uso dos escravos indica que as refeições destes eram feitas a partir de uma cozinha central. Contudo, como de praxe, sua alimentação devia ser distinta e separada, sugerindo que o recipiente utilizado para a produção dos alimentos dos cativos não deveria ser reutilizado pelos demais moradores da propriedade.

No texto de Natália Pinto (2011) encontramos algumas informações importantes acerca do plantel de Boaventura Barcellos. Analisando os registros de batismo e óbitos da Paróquia São Francisco de Paula, a autora identificou relações de parentesco e laços de compadrio estabelecidos entre escravos do Comendador.

³¹ APERS. Inventário de Boaventura Rodrigues Barcellos. A: 409; M: 28; E: 06(140). 1º Cartório de Órfãos e Provedoria, Pelotas, 1856

³² O inventário de Albana também data de 1856. Inv. de Albana Rodrigues Barcellos. Pelotas, nº 406, M.28, E. 25, 1º Cartório de Órfãos e Provedoria, 1856 *apud* Gutierrez, 2001.

³³ APERS. Inventário de Boaventura Rodrigues Barcellos. A: 409; M: 28; E: 06(140). 1º Cartório de Órfãos e Provedoria, Pelotas, 1856.

Segundo Natália (2011), os escravos João Congo e Mariana Rebola³⁴, ambos pertencentes à Boaventura, compartilhavam a vida em cativeiro e possuíam uma família legítima formada pelos filhos Jerônimo (1831), Cosme (1833) e Romana (1839). Essas crianças foram batizadas por escravos também provenientes da mesma propriedade, ação que reforçava a solidariedade entre os membros do grupo.

Notamos que as alianças tecidas pelo casal de africanos foram com parceiros de cativeiro. Possivelmente, José e Mariana almejassem estreitar laços e projetos com seus companheiros, partilhando um passado em comum através do parentesco fictício como fora salientado. Uma possibilidade deste casal ter se conectado a padrinhos da mesma condição social, seria a possibilidade de haver uma maior troca de solidariedade, auxílio e proteção em um grupo social com parceiros de mesma condição jurídica do que realizar alianças sociais e políticas com o segmento livre da sociedade, indicando um processo de *socialização entre os escravos pelo rito do parentesco*. (PINTO, 2011, p. 239)

Outro caso descrito por Natália Pinto é o apadrinhamento dos escravos Luiz, Thomé e Antonio, todos de origem Mina, pelo escravo Antonio Cabinda. Segundo a análise da autora, Antonio Cabinda deveria desfrutar de certo prestígio na propriedade do Comendador, e ainda, exerceu um papel importante na adaptação dos escravos recém-chegados, auxiliando-os no aprendizado do idioma e na adequação destes ao meio e ao trabalho da charqueada. Da mesma forma, o casal João e Mariana também apadrinhou a escrava adulta Catharina Benguela, indicando que estes estavam em um “patamar mais elevado” na hierarquia do plantel de Boaventura, pois além de terem a possibilidade de ter sua moradia separada, e talvez um pedaço de terra para plantar, atuaram no processo de ambientação e socialização dos novos escravos (PINTO, 2011).

Esses escravos, no entanto, provavelmente não desfrutaram dos mesmos privilégios de seu companheiro Tibúrcio, o qual foi beneficiado no testamento de Boaventura Barcellos com o direito de obter a liberdade, e também, de não sofrer violências físicas enquanto ainda fosse escravo. Isso mostra que a estratificação social das senzalas deste charqueador era uma prática constante, bem como uma estratégia no processo de “acomodação” de seus cativos ao regime.

³⁴ Esses escravos constam no inventário de Boaventura, no entanto, não apresentam descrições sobre suas origens.

Declaro que o escravo por nome Tiburcio de nação o deixo escravo somente por seis anos, findos os quais será liberto como se tal nascesse, e mais, deixo a condição que durante os seis anos de cativo a pessoa aliás o herdeiro que o receber em pagamento não poderá molestá-lo com pancadas sob pena de ficar desde logo liberto perdendo o interessado o seu valor, neste caso será bastante que o escravo prove com testemunhas o castigo sofrido para a liberdade ter lugar desde então, o referido escravo Tiburcio he marinheiro.³⁵

Os dados apresentados por Natália Pinto evidenciam a insuficiência dos inventários *post-mortem* para retratar a vida cotidiana dos escravos. Diferente do que sugeriria uma leitura superficial desses documentos, as redes tecidas entre os escravos eram muito mais complexas, envolvendo distinções culturais e estratificações sociais entre esses indivíduos, relações de amizade e parentesco que auxiliavam na ambientação dos novos escravos e, também, na socialização entre os membros do grupo; enfim, isso mostra que os escravos não eram apenas “mercadorias quantificáveis”, antes de tudo eram seres sociais e culturais, que atuavam sobre o território em que viviam e que não foram passivos diante da opressão, pois a busca por modos de viver melhor em meio ao sistema também representa uma forma de resistência à escravidão.

Em vista disso, os estudos arqueológicos da escravidão apresentam-se como uma ferramenta fundamental nesse tipo de análise, onde se busca conhecer o cotidiano da vida em cativo. As ricas informações contidas na documentação escrita são partes integrantes da pesquisa arqueológica, como, por exemplo, o fato de existirem famílias escravas torna possível a identificação de contextos arqueológicos individualizados, podendo informar sobre as condições de vida de um grupo monoparental.

Entretanto, as áreas ribeirinhas dos antigos estabelecimentos de Boaventura Barcellos não estão muito preservadas. Atualmente existe o prédio de um frigorífico nos terrenos de uma das charqueadas e a outra, embora ainda conserve as estruturas de alvenaria, tem sua sede bastante modificada (GUTIERREZ, 2001).

³⁵ Idem.



Figuras 25 e 26: Modificações na fachada dos fundos da sede. Fonte: (20) Foto de Cíntia Essinger, 2006 (Pelotas, historia_do_charque s.d.); (21) <https://fbcdn-sphotos-a.akamaihd.net/hphotos-ak-snc7>

A antiga sede da charqueada de Boaventura Barcellos funciona hoje como um espaço para eventos, e por esse motivo, suas áreas internas foram completamente transformadas e seu entorno impactado pela plantação de jardins e gramados para atrair o público visitante.

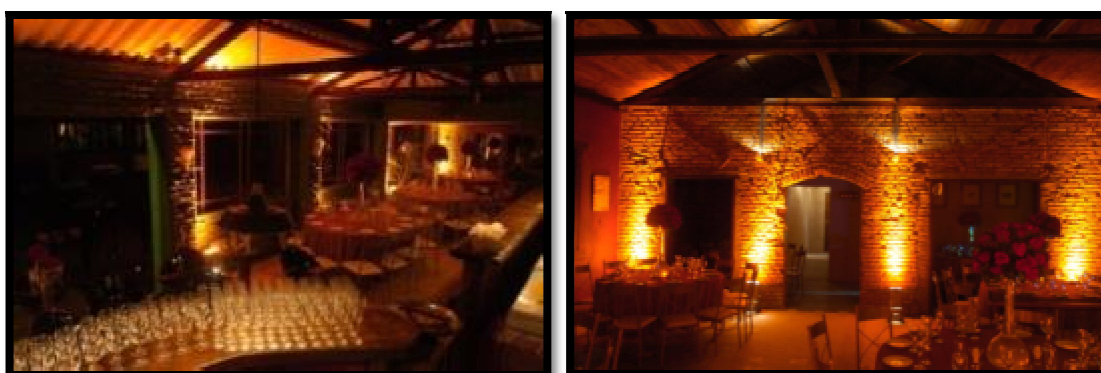
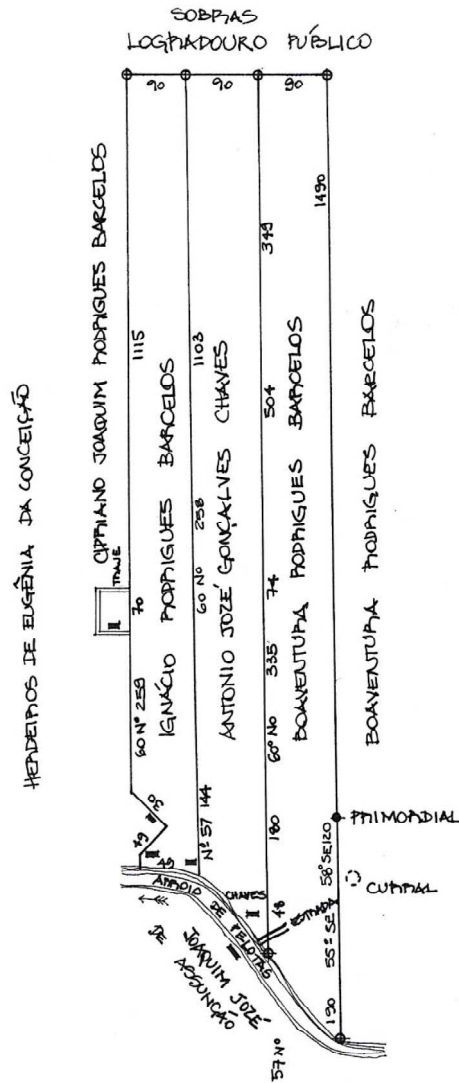


Figura 27 e 28 - Fachada e espaço interno da charqueada Costa do Abolengo. Fonte: <https://fbcdn-sphotos-a.akamaihd.net/hphotos-ak-snc7>

Mesmo assim, seguramente algumas áreas ainda preservem substratos do período charqueador. Embora os terrenos mais próximos à margem do arroio tenham sofrido alterações, o restante dos terrenos onde se situavam as duas charqueadas que pertenceram a Boaventura Rodrigues Barcellos apresentam-se pouco impactados, conservando extensas áreas verdes que, com a realização de prospecções e sondagens sistemáticas, podem evidenciar estruturas e áreas de descarte de materiais remanescentes do antigo estabelecimento saladeril (Figura 31 e 25)



Figuras 29 e 30 – Limites das propriedades de Boaventura Rodrigues Barcellos, comparação entre o extrato de medição de terras e uma imagem de satélite atual, apontando as áreas preservadas.
 Fonte: Ilustração de Ognibeni, 2005, p. 54; Google Earth, 2012.

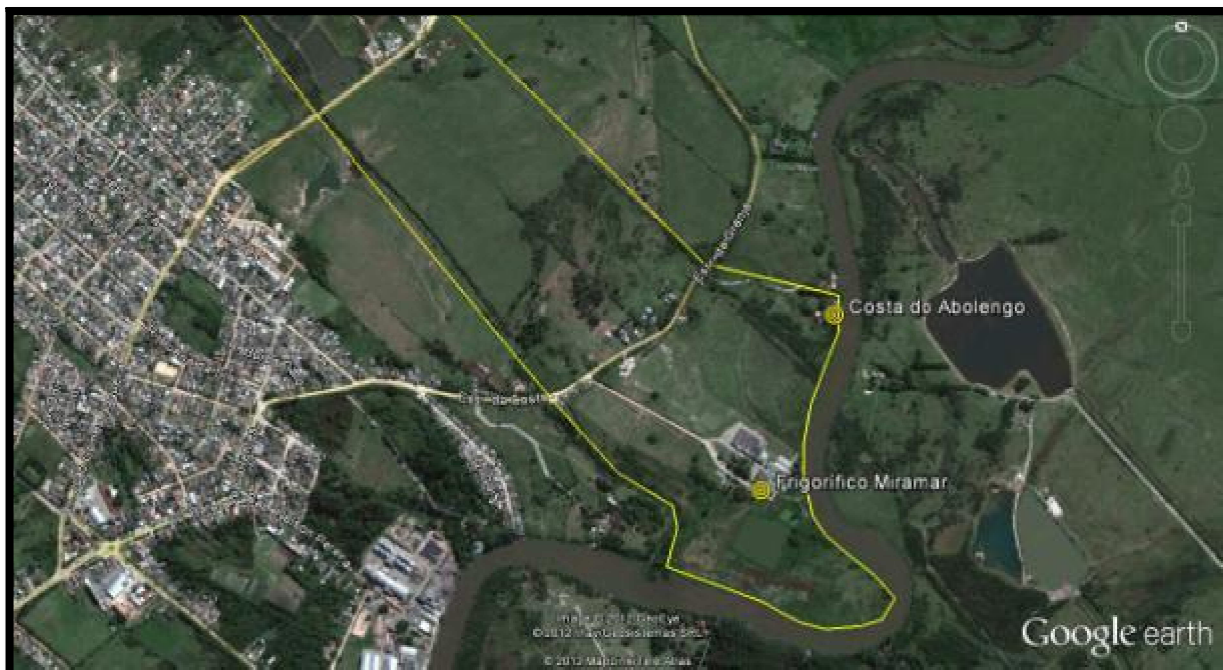


Figura 31 – Imagem de satélite da área das antigas charqueadas de Boaventura Rodrigues Barcellos. Fonte: Google Earth, 2012.

Observando as imagens de satélite da área é possível perceber ainda os resquícios dos antigos valos abertos para marcar os limites das propriedades, pois, como salientou Ognibeni (2005, p. 51) “os limites entre as propriedades eram marcados, principalmente por valos e cercados vegetais.”

Em suma, o espaço que abrange os antigos limites dos estabelecimentos de Boaventura Barcellos constituem uma área potencial para estudos arqueológicos futuros.

3.3 A charqueada do Barão de Butuí

As divisões de terras da antiga sesmaria Pelotas deram origem às estâncias e charqueadas da margem esquerda do arroio Pelotas, entre estas está o estabelecimento do casal José Antonio Moreira e Leonídia Gonçalves Moreira, Barão e Baronesa de Butuí.

Um estabelecimento de charqueada situado na margem esquerda do arroio Pelotas com casa de moradia, armazéns, galpão, barraca, graxeira e todos os mais utensílios, pronto a se trabalhar e o terreno em que se acha edificado que se divide pelo sul com terrenos pertencentes a Antonio José de Oliveira Castro pelo norte com os de Malaquias de Borba, e pelos fundos com o de José Maria da Fontoura e de seu irmão Manoel.³⁶



Figura 32 - Sobrado da charqueada do Barão de Butuí. Fonte: Banco de dados do LÂMINA, 2010

De acordo com Ognibeni (2005), o Barão de Butuí e sua esposa possuíam uma das maiores fortunas do período. Isso pode ser constatado na análise de seus inventários, os quais mostram que o casal possuía inúmeras propriedades, dentre elas estâncias, residências urbanas, terrenos, ações e charqueadas, situadas em

³⁶ APERS. Inventário de José Antonio Moreira (Barão de Butuí). A. 647, M, 41. E. 25 – Pelotas, 1877.

idades como Rio Grande, Jaguarão, Bagé e Pelotas.³⁷ Em vista disso, Leonídia e José Antonio Moreira eram senhores de um grande plantel de escravos, com, respectivamente, 107 escravos em 1867 e 142 no ano de 1877.

Contrariando os dados apresentados pela historiografia, os números observados nos inventários não correspondem ao total de escravos que viviam na charqueada da margem esquerda do arroio Pelotas, pois esses grupos estavam divididos entre as várias propriedades pertencentes ao barão e baronesa de Butuí, conforme podemos observar no gráfico abaixo.

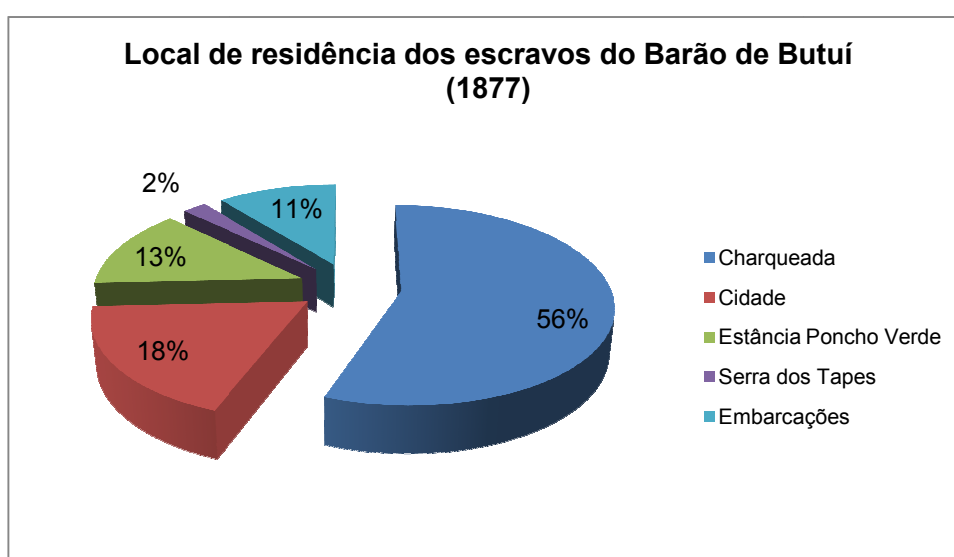


Figura 33 - Localidade onde os escravos residiam. Fonte: APERS. Inventário de José Antonio Moreira (Barão de Butuí). A. 647, M. 41, E. 25 – Pelotas, 1877.

Desse modo, dos escravos pertencentes ao Barão de Butuí, apenas 78 viviam na charqueada em Pelotas, número que se enquadra no padrão das demais charqueadas da região, evidenciando que, na verdade, não existiam grandes distinções entre os plantéis das margens direita e esquerda do arroio Pelotas³⁸.

Analisando os inventários dos charqueadores de Pelotas percebemos que a riqueza desses homens não provinha unicamente de seus estabelecimentos saladeris. Afinal, por mais rentável que fosse a produção do charque, esses

³⁷ APERS. Inventário de Leonídia Gonçalves Moreira A.677, N.41, E.6. 1º Cartório de Órfãos e Prov. Pelotas, 1867; Inventário de José Antonio Moreira (Barão de Butuí). A. 647, M, 41. E. 25 – Pelotas, 1877.

³⁸ Sob esse ângulo, podemos refletir que, se essas charqueadas apresentavam um mesmo padrão tipológico de benfeitorias e uma mesma média de produção, não seria lógico manter um número tão elevado de cativos, uma vez que os charqueadores empregavam apenas uma quantidade suficiente para atender as demandas produtivas.

negócios estavam suscetíveis às oscilações do mercado, às intempéries das safras e às instabilidades políticas e econômicas que porventura poderiam influenciar na indústria de charque e derivados. Dessa forma, observamos que muitos charqueadores também se dedicaram a outros negócios, ligados à agricultura, à pecuária ou ao comércio.

O Barão de Butuí também se utilizou dessa estratégia para manter seu poderio econômico. Além da charqueada no arroio Pelotas, possuía armazéns, imóveis urbanos e embarcações nas cidades de Pelotas e Rio Grande, terras na serra dos Tapes, propriedades no município de Jaguarão com estabelecimento de charqueada, estâncias em Bagé, na campanha gaúcha, entre outros bens de raiz. Nesses negócios, a pecuária parece ter ocupado uma parcela importante da renda do Barão, uma vez que este era detentor de um número substancial de animais em suas propriedades, como mostra a tabela abaixo.

Tabela 5 - Animais existentes nas propriedades do Barão e da Baronesa de Butuí

1867	1877
Animais na Estância Poncho Verde	
10.000 reses de crias	1.000 reses mansas de crias
1.000 ditas mansas	300 novilhos
400 novilhos	34 touros caracús
80 bois mansos	40 bois mansos
250 cavalos mansos	9164 reses xucras
1.200 éguas e potros	350 éguas
Uma cria de mulas que se compõe de 200 animais	238 cavalos mansos
3.000 ovelhas	537 ovelhas
Na Estância Nova Poncho Verde	
2.000 reses de criar	150 reses de crias
60 cavalos	6 cavalos mansos
172 ovelhas	Duas parelhas de cavalos
60 éguas	
Na charqueada	

Fonte: APERS. Inventário de Leonídia Gonçalves Moreira A.677, N.41, E.6. 1º Cartório de Órfãos e Prov. Pelotas, 1867; Inventário de José Antonio Moreira (Barão de Butuí). A. 647, M, 41. E. 25 – Pelotas, 1877.

Embora o estudo da escravidão nas estâncias não seja o foco deste trabalho, aproveitamos os dados do inventário do Barão de Butuí para analisar algumas diferenças entre os plantéis da Estância Poncho Verde e da charqueada da margem esquerda do arroio Pelotas. De acordo com os estudos historiográficos,

mesmo inseridos em um contexto sócio-político singular, a exploração do trabalho cativo nesses estabelecimentos ocorreu de forma distinta: as charqueadas necessitavam de grandes plantéis masculinos trabalhando diretamente na produção saladeril (GUTIERREZ, 2001; OGNIBENI, 2005); já as estâncias mantinham um número menor de escravos, os quais atendiam também as atividades subsidiárias da propriedade, como a produção de subsistência e os serviços domésticos (TARGA, 1991; FARINATTI, 2005). Essas diferenciações certamente se refletiram nos modos de vida desses grupos escravos.

Segundo alguns autores, nas estâncias, a escravidão não era essencial na criação bovina, as atividades de peonagem eram exercidas principalmente por trabalhadores livres, pois os estancieiros não achavam seguro deixar cavalos³⁹ à disposição de escravos, o que facilitaria as fugas. Portanto, estes trabalhavam em outras atividades como na agricultura de subsistência, no plantio de pomares, no corte de lenhas, bem como nos serviços domésticos e em outras atividades complementares (CARDOSO, 1979; TARGA, 1991; FARINATTI, 2005). A manutenção de um número menor de escravos nas estâncias favoreceu, por vezes, a formação de famílias (FARINATTI, 2005), bem como a plantação de hortas e a criação de animais como galinhas, perus e marrecos (TARGA, 1991).⁴⁰

Essas diferenciações entre o sistema escravista das estâncias e charqueadas também puderam ser constatadas a partir dos dados do inventário do Barão de Butuí⁴¹. A análise do plantel de escravos destes estabelecimentos mostrou algumas diferenças no perfil dos trabalhadores escravos. Na estância Poncho Verde trabalhavam apenas 18 escravos, entre estes 12 homens, 2 mulheres e 4 crianças, as quais eram filhas da escrava Michaela, pertencente ao mesmo proprietário. As profissões exercidas pelos escravos da estância eram campeiro, roceiro, cozinheiro e costureira e 72% deles eram crioulos nascidos no Rio Grande do Sul. Nota-se que

³⁹ Principal veículo de trabalho dos peões.

⁴⁰ Essas particularidades do sistema escravista nas estâncias levaram viajantes como August Saint-Hilaire a afirmar que a escravidão na região da campanha era mais “branda” que nas charqueadas e outras regiões escravistas do Brasil, por estes terem mais “liberdade” e serem mais bem alimentados (SAINT-HILAIRE, 1822). No entanto, os estudos historiográficos mais recentes refutam esse tipo de argumento, pois, mesmo em condições distintas, estes indivíduos continuavam subjugados por um sistema de trabalho compulsório e tinham sua liberdade cerceada por meio da opressão (CUNHA & SILVA, 2007).

⁴¹ APERS. Inv. José Antonio Moreira (Barão de Butuí) – N°. 647; M. 41; E. 25 – Cartório de Órfão e Provedoria de Pelotas, 1877.

a existência de crianças, filhas de uma mesma escrava, corrobora a idéia de que os cativos da campanha podiam constituir família.

Já na charqueada constatou-se um número superior de escravos, somando-se 78 cativos, entre os quais 92% eram homens. Dentre as atividades profissionais se arrolou 69 trabalhadores nos serviços da charqueada e apenas 1 cozinheiro; os demais escravos eram crianças⁴² sem ofício. No plantel da charqueada havia uma quantidade maior de africanos, somando-se 51%, enquanto o restante consistia em crioulos de províncias como Bahia, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Desse modo, fica claro que as charqueadas necessitavam de um número elevado de escravos na manutenção de suas atividades econômicas, diferente do que ocorria nas estâncias onde a mão de obra escrava era mais reduzida.

Os escravos que viviam na cidade também apresentavam perfil diferenciado dos cativos que trabalhavam nas estâncias e charqueadas. De acordo com seu inventário, o Barão de Butuí possuía 26 escravos em suas propriedades urbanas, entre os quais⁴³ todos possuíam especialização profissional (Figura 34 - Profissões dos escravos que viviam na cidade. Fonte: APERS. Inventário de José Antonio Moreira (Barão de Butuí). A. 647, M, 41. E. 25 – Pelotas, 1877.), trabalhando em atividades domésticas, artesanais e na construção. Diante desse quadro, podemos levantar algumas questões acerca da escravidão urbana. Por exemplo: esses cativos provavelmente habitavam a mesma residência que a família do barão, e, embora devessem ficar nos porões e nas áreas térreas dos sobrados, certamente havia uma “proximidade física” maior entre senhores e escravos do que nas estâncias e charqueadas. Dessa forma, e levando em consideração também que estes escravos tinham mais mobilidade, podemos supor que a escolha desses escravos era mais “criteriosa”, ou seja, escolhiam os escravos mais habituados com a família e melhor adaptados ao sistema. Corroborando com essa hipótese, observamos que 85% do plantel era formado por afro-brasileiros, os outros quatro africanos possuíam idades entre 45 e 57 anos, sugerindo que já viviam há algum tempo na região.

⁴² As crianças que viviam na charqueada também eram “crias da casa”. Dentre essas, três eram filhas da escrava Augusta que vivia na cidade, duas eram filhas de Carlota, que no ano do inventário estava forra, e quatro eram filhos da escrava Regina, que trabalhava nos serviços da charqueada.

⁴³ Com exceção de quatro crianças.

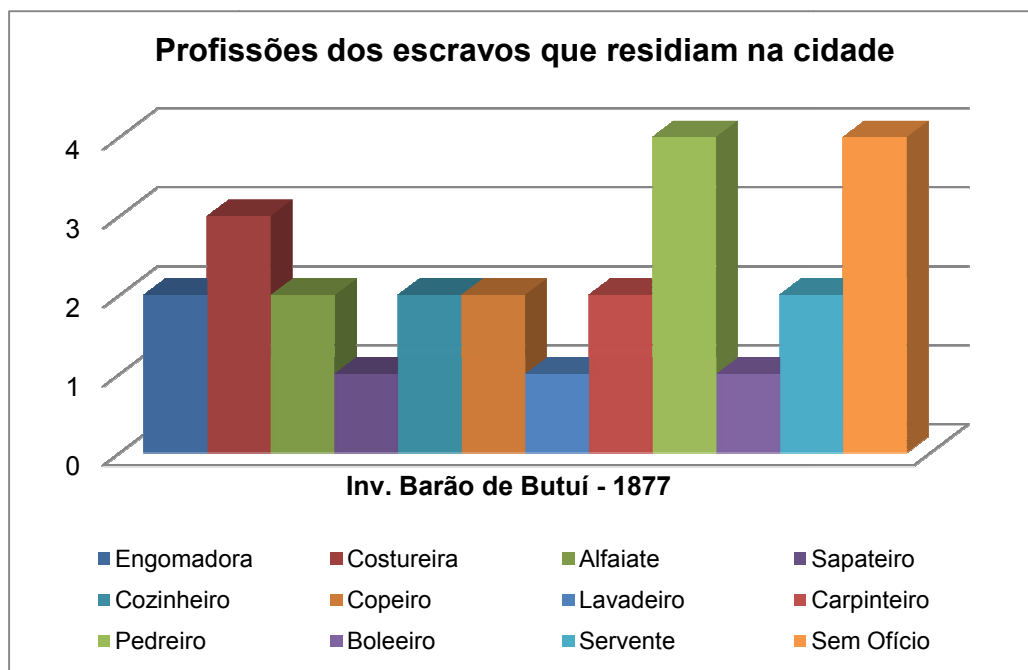


Figura 34 - Profissões dos escravos que viviam na cidade. Fonte: APERS. Inventário de José Antonio Moreira (Barão de Butuí). A. 647, M, 41. E. 25 – Pelotas, 1877.

Por outro lado, não podemos afirmar que esses escravos aceitavam a opressão de forma pacífica. Em vista disso, observamos nos registros de processos crime vários delitos envolvendo os escravos do Barão de Butuí. Dentre eles, nos chamou atenção o assassinato de Bento Vieira, capataz da charqueada, em 1856⁴⁴. Esse crime, no entanto, foi cometido pelo escravo de José Maria dos Santos Carneiro, denominado Inácio, pedreiro, com 27 anos, natural de Pernambuco. Segundo o documento, após uma discussão o escravo assassinou o capataz e foi condenado à pena de morte. Essa informação reforça a idéia que estes escravos não viviam restritos ao ambiente da charqueada. A proximidade com outras propriedades e a mobilidade propiciada pelo período entressafra permitia um contato maior entre estes, reforçando, por vezes, o sentido de resistência desses grupos. Para exemplificar, podemos observar o caso abaixo:

Frutos da escravidão – ontem, circulou na cidade o boato de um levantamento de escravos na charqueada do Exm. Sr. Barão de Butuhy. Procurando informações do acontecimento, soubemos apenas o seguinte: um escravo tinha resistido ou declara que resistiria a um castigo disciplinar que lhe estava imposto. Para sujeitá-lo e evitar qualquer conflito, o Exm. Sr. Barão de Buthuy reclamou ao Sr. delegado de polícia dois soldados, ao quais se apresentaram, à paisana, na charqueada e deram-lhe voz de

⁴⁴ Processo nº 788, ano 1856 In: Pessi, B. S. & Souza e Silva, G. Documentos da escravidão: processos crime: o escravo como vítima ou réu. Porto Alegre: Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2010, p. 211.

prisão. Em socorro dele veio um parceiro, com pretensões de opor-se a execução da ordem. Nisto, o Exm Sr., intimando a um deles que entregasse a faca de carnação, procurou tirar-lhe e feriu-se mui levemente nos dedos a mão direita. Os outros escravos vieram pedir por aqueles dois que se mostravam recalcitrantes; porém eles aproveitando um momento oportuno, fugiram inopinadamente, internando-se no mato. Não foram perseguidos. Mas a tarde apresentaram-se na charqueada do Sr. Heleodoro filho, implorando a este cavalheiro que os apadrinha-se perante ao Exm e afirmando-se sujeitarem-se a todo trabalho. Foi o que nos informaram e no que se cifrou o acontecimento.⁴⁵

Esse é um dos vários exemplos de crimes envolvendo escravos de charqueadas. Embora nossa intenção não seja aprofundar essa discussão aqui, evidenciamos que a leitura dos inventários remete a uma informação estática, e por isso, não podemos dissociar sua análise de leituras mais abrangentes sobre o cotidiano das sociedades escravistas.

Dessa forma, retornando ao inventário do Barão de Butuí, notamos que este charqueador, assim como outros que já mencionamos, também concedeu cartas de liberdade em seu testamento. Entretanto, levando em conta o período que este foi escrito, observamos que havia uma predisposição deste em libertar todos seus escravos. Isso provavelmente ocorria não por questões “humanitárias”, mas, sim, por influência das discussões abolicionistas que já eram efervescentes naquela época.

Um ano depois do meu falecimento meus testamenteiros darão carta liberdade aos meus seguintes escravos: Fortunato crioulo, pardo João meu bolieiro; preta Maria crioula minha engomadeira, Carolina costureira; e a seu filho João, ao Tertuliano, carpinteiro, ao pardo Félix pedreiro e José carpinteiro, as pretas Regina, crioula e Josepha que estão na charqueada a cada um dos quais darão na mesma ocasião trinta mil réis: a quantia de dez mil réis para empregarem em roupa será dada um de todos os mais escravos, sem exceção de classe alguma. No termo do prazo, que adiante estabeleço para execução de minhas posições testamentárias, darão também carta de liberdade a todos os meus escravos maiores de sessenta anos e um ano depois do dito prazo aos maiores de quarenta anos, e dez anos decorridos depois do referido prazo da testamentária, a todos mais que existirem. Neste mesmo prazo de dez anos He que deverão ser contemplados os que tenho comprado desde mil oitocentos e setenta e quatro e os que forem comprados até a data do meu falecimento qualquer que seja alias a sua idade.⁴⁶

Atualmente, o sobrado remanescente da antiga charqueada do Barão de Butuí ainda se mantém preservado na margem esquerda do arroio Pelotas. Até há alguns anos atrás a propriedade encontrava-se em estado de abandono e o prédio estava praticamente em ruínas. No entanto, com a valorização desses imóveis,

⁴⁵ *Correio Mercantil*, 27 de fevereiro de 1875 *apud* SILVA, 2010, p. 222.

⁴⁶ APERS. Inventário de José Antonio Moreira (Barão de Butuí). A. 647, M, 41. E. 25 – Pelotas, 1877.

decorrente da exploração turística da área, o prédio foi comprado e reformado, sendo hoje propriedade particular. Embora bastante modificado, o antigo sobrado e seu entorno constituem uma das áreas de interesse arqueológico para os estudos da escravidão.



Figuras 35 e 36 – Sobrado da Charqueada Barão de Butuí antes da reforma. Fonte: Cíntia Essinger, 2006 (Pelotas, historia_do_charque s.d.).



Figuras 37 e 38 – Sobrado e pátio da Charqueada Barão de Butuí após a reforma. Fotos: Banco de dados do Lâmina, 2010.

3.4 A Charqueada do Barão do Jarau

A charqueada da família Assumpção consiste em um dos exemplares da antiga paisagem saladeril que se mantêm preservado na margem esquerda do arroio Pelotas. Esta propriedade pertenceu ao casal Maria Augusta da Fontoura e Joaquim José Assumpção e, posteriormente, ao seu filho, também chamado Joaquim José Assumpção, o Barão do Jarau, homônimo da charqueada.



Figura 39 – Sobrado da Charqueada do Barão do Jarau. Fonte: Foto da autora, 2007.

De acordo com a análise do inventário de Maria Augusta da Fontoura, este casal possuía inúmeras propriedades urbanas nos municípios de Pelotas e Rio Grande, e ainda, uma charqueada no distrito Carreiros, uma chácara na Ilha dos Marinheiros, datas de matos na serra dos Tapes, embarcações, terrenos e uma charqueada no arroio Pelotas. Em vista disso, era necessário um grande número de escravos para trabalhar na manutenção dessas propriedades, e assim, foram arrolados 119 cativos no inventário de Maria Augusta, datado de 1845.

A exemplo do plantel do Barão de Butuí, devemos considerar que, embora o inventário não especifique os locais onde residiam, esses escravos não eram

provenientes apenas da charqueada da costa do arroio Pelotas, mas, sim, estavam distribuídos entre as demais propriedades do casal. Para compreender melhor essa dinâmica e na tentativa de identificar o número aproximado de escravos que viviam no estabelecimento, dividimos o grupo de acordo com as funções que exerciam, conforme mostra o gráfico abaixo.

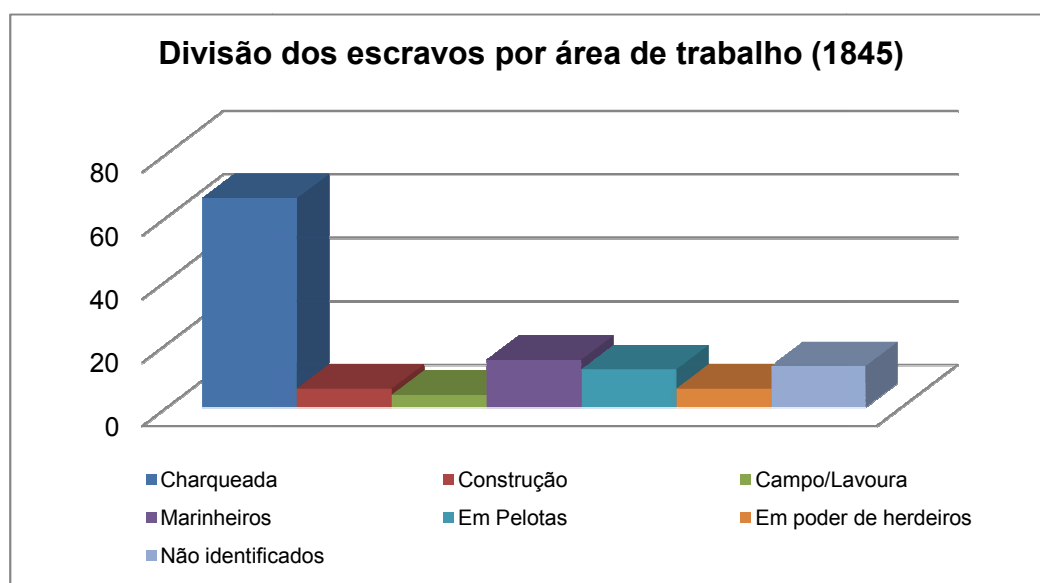


Figura 40 - Divisão dos escravos por área de trabalho. Fonte: APERS. Inventário de Maria Augusta da Fontoura. A. 514; M. 22; E.12. (4). 1º Cartório de Órfãos e Provedoria de Rio Grande, 1845.

De acordo com essa divisão notamos que havia 66 escravos trabalhando diretamente na produção de charque, exercendo atividades de carneador, salgador, graxeiro e chimango. Os demais escravos trabalhavam como pedreiro, carpinteiro, cozinheiro, campeiro, calafate e marinheiro. Devemos ressaltar, entretanto, que o casal também possuía uma charqueada no Carreiros, mas considerando que esta estava em poder do co-herdeiro José Victorino de Rezende, é plausível que a maioria dos escravos que trabalhavam nas atividades da charqueada se encontrassem no arroio Pelotas. Nesta relação, as mulheres e crianças não apresentam informações sobre suas especializações, logo, alguns desses também deviam residir na charqueada. Dessa forma, é possível que esta charqueada tivesse uma média de 70 a 80 escravos.

Na área de produção essa charqueada se enquadrava no padrão das indústrias mais modernas de sua época, contando com armazéns, galpão, guindaste

e graxeira com cinco caldeiras⁴⁷, e possuía, ainda, uma olaria e currais para os animais. Para residência, havia no estabelecimento um sobrado e uma casa térrea, ambos descritos como novos⁴⁸. Não há referências sobre a moradia dos escravos.

Diante da falta de informações sobre o local a que os escravos pertenciam, analisamos o perfil demográfico do total de indivíduos presentes no inventário de Maria Augusta da Fontoura. Assim como observado nas demais relações de charqueadores, esse plantel era composto em sua maioria por homens adultos, os quais representavam 88 % dos trabalhadores da família, sendo que 81% eram africanos. As origens da maioria é definida apenas como “africano”, porém, algumas etnias foram citadas, entre essas, seis escravos registrados com origem Nagô, um Congo, um Mina, um Benguela e um Monjolo.

Entre as mulheres, entretanto, encontramos uma informação excepcional, a escrava Eufrásia, crioula de 25 anos, é descrita como casada e mãe de três filhos, entre eles Suzana de 7 anos, Maurício de 5 e Vasco de 3 anos de idade. Não há referências sobre quem era seu marido e nenhum dos cativos do sexo masculino apresenta informação sobre seu estado civil. Segundo Pessi (2010), essa informação geralmente está ausente nos inventários porque não é uma descrição necessária na valoração dos escravos, como ocorre com as características de sexo, idade e profissão, que interferem diretamente no seu valor de compra e venda. Contudo, esse autor argumenta que a presença constante de escravas com filhos é um indicativo que a união entre cativos não foi tão rara nas charqueadas pelotenses⁴⁹. Além de Eufrásia, a escrava Victoria de 30 anos, crioula, tinha quatro filhos declarados no inventário, com idades entre 11 meses e 15 anos, contudo, seu estado civil não é informado⁵⁰.

Analisando as faixas etárias dos grupos de escravos percebemos que as crianças, com idades entre 0 e 14 anos, representavam 9% do plantel, seguidos dos idosos (acima de 51 anos) que consistiam em apenas 4%. O estudo das fontes revelou também que os escravos dessa charqueada não foram passivos ao sistema, pelo contrario, eles resistiram à opressão e buscaram meios para se opor ao

⁴⁷ APERS. Inventário de Maria Augusta da Fontoura. A. 514; M. 22; E.12. (4). 1º Cartório de Órfãos e Provedoria de Rio Grande, 1845.

⁴⁸ Idem

⁴⁹ Todavia, ressaltamos que não temos como afirmar se a escrava Eufrásia vivia na charqueada ou em outro estabelecimento da família Assumpção.

⁵⁰ APERS. Inventário de Maria Augusta da Fontoura. A. 514; M. 22; E.12. (4). 1º Cartório de Órfãos e Provedoria de Rio Grande, 1845.

domínio senhorial. Como exemplo, podemos citar o assassinato do capataz do Barão do Jarau em 1873, um ato costumeiramente presente nos processos-crime de Pelotas do século XIX.

Ano: 1873 – Processo n°: 965

Réu: **Feliciano**, solteiro, preto, 25 anos, Crioulo de Jaguarão, trabalhador de charqueada, Antônio e Maria, Sr. Joaquim José de Assumpção.

Vítima: João Paredes Villas.

Crime: Homicídio.

Descrição: O réu foi acusado de, no dia 18 de dezembro de 1872, assassinar a vítima, seu capataz, com uma facada no ventre.

Conclusão: Condenado à galés perpétua.⁵¹

Atualmente, a antiga charqueada do Barão do Jarau se mantém sólida às margens do arroio Pelotas, consistindo em um dos exemplares mais extraordinários desse conjunto, pois além do sobrado imponente, a propriedade preserva o pátio interno murado, bem como galpões e casas anexas. Além disso, a área apresenta vestígios arqueológicos em superfície, como louças, cerâmicas e grés, atracadouro de tijolos, figueiras centenárias, etc. Nos anos 2000, o sobrado serviu de cenário para o filme “Concerto Campestre”, sofrendo algumas modificações estruturais, contudo, essas intervenções não comprometeram a originalidade do prédio (GUTIERREZ, 2004, p. 50). Posteriormente o sobrado foi sendo abandonado e hoje é uma das poucas charqueadas do arroio Pelotas que não está aberta aos turistas.

Em vista disso, a charqueada do Barão do Jarau representa uma “parada no tempo”, ou seja, seu estado de abandono cristaliza na paisagem os resquícios de sua antiga funcionalidade (Fig. 41 a 44) Figuras 41 e 42 – Sede da charqueada Barão do Jarau. Fonte: Banco de dados do LÂMINA, 2010.

⁵¹ Pessi, B. S. & Souza e Silva, G. Documentos da escravidão: processos crime: o escravo como vítima ou réu. Porto Alegre: Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2010, p. 430.



Figuras 41 e 42 – Sede da charqueada Barão do Jarau. Fonte: Banco de dados do LÂMINA, 2010.



Figuras 43 e 44 – Pátio interno e prédios anexos da charqueada Barão do Jarau. Fonte: Banco de dados do LÂMINA, 2010.

Contudo, observando as imagens de satélite do local percebemos que esta área está sob ameaça do avanço imobiliário. Em poucos anos a paisagem do entorno dessa charqueada se modificou e novos empreendimentos estão sendo construídos na área, comprometendo a integridade dos sítios arqueológicos presentes nas áreas adjacentes ao sobrado.



Figuras 45 e 46 – Imagens de satélite de 2002 e 2011 evidenciando os impactos na paisagem da charqueada do Barão do Jarau. Fonte: Google Earth, 2012.

Diante desse quadro, acreditamos que essa área deveria ser alvo de um levantamento arqueológico em caráter emergencial, garantindo, assim, a proteção dos contextos arqueológicos da antiga charqueada do Barão do Jarau.

3.5 O passo dos Negros e as charqueadas da Boca do Arroio Pelotas

O local denominado “boca do arroio”, na confluência entre o arroio Pelotas e o canal São Gonçalo, foi uma área estratégica na ocupação histórica do município de Pelotas, servindo como um “entreposto” comercial para compra e venda de gado, escravos e mercadorias entre o porto de Rio Grande, os campos neutrais e as charqueadas pelotenses. Em vista disso, o **Passo dos Negros** (também denominado como Passo Rico) funcionou como ponto de travessia de gado, porto e praça de fiscalização, cobrança de impostos e comercialização de escravos (GUTIERREZ, 2001; AGUIAR, 2009).

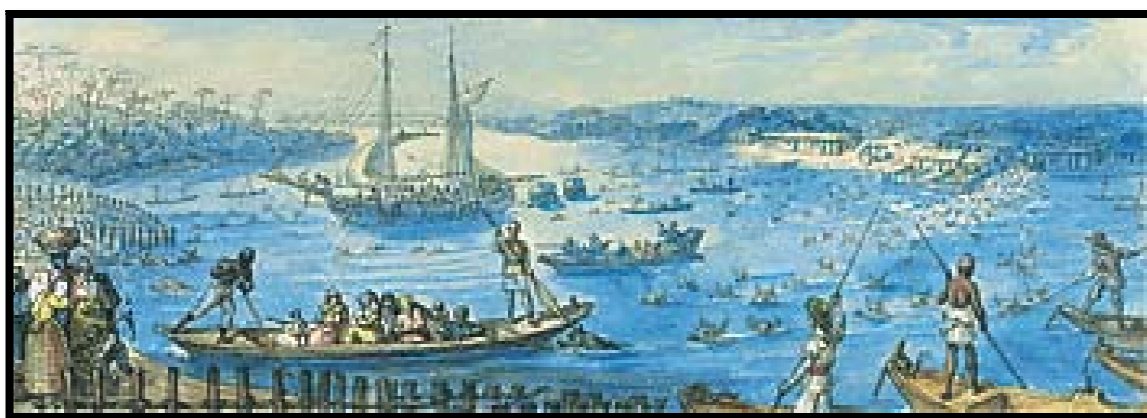


Figura 47 – Passo dos Negros no Canal São Gonçalo (1820). Fonte: Debret, 1989.

Para evitar o contrabando de gado e de escravos na região, a Coroa portuguesa criou em meados de 1803 o “Passo dos Neves” (LEÓN, 2001), posteriormente denominado “Registro do Passo Rico” (AGUIAR, 2009), uma praça de pedágio que taxava o gado que entrava no território, sob a justificativa de proteger os produtores locais da concorrência platina. Além disso, segundo León (2001), esse Passo tornou-se o primeiro porto e o primeiro povoado da região, pois possuía um grande contingente populacional, formado principalmente de escravos africanos, os quais desembarcavam do porto de Rio Grande e ficavam no Passo aguardando por compradores. Por essa razão o Passo Rico começou a ser chamado de Passo dos Negros, denominação que se popularizou, persistindo até os dias atuais.

A intensa movimentação do Passo dos Negros chegou a cotejar o local para abrigar o primeiro loteamento urbano da recém criada freguesia, em 1812, tanto que

foi apresentada uma planta com um traçado de 6 quarteirões no Passo dos Negros, sugerindo-se o local para o estabelecimento da cidade de Pelotas (GUTIERREZ, 2001; AGUIAR, 2009). Segundo Gutierrez, o mau cheiro provocado pela proximidade das charqueadas, a insegurança devido ao grande número de escravos no local, bem como as forças políticas atuantes naquele momento impossibilitaram a implantação da cidade no encontro do arroio com o canal (GUTIERREZ, 2001, p. 157). Menegat (2009) complementa ainda que as forças políticas e eclesiásticas rejeitaram a proposta para evitar uma ingerência da Coroa Portuguesa nas decisões do incipiente povoado.

Além do Passo dos Negros, essa área abrigou em torno de três charqueadas, as quais se localizavam na margem norte do canal São Gonçalo, na área situada entre o arroio Pelotas e a “Estrada das Tropas”, no Passo dos Negros (GUTIERREZ, 2001, 2004). Segundo Gutierrez (2001), os terrenos da “boca do arroio”⁵² eram retangulares e possuíam aproximadamente 660m de frente para o canal São Gonçalo e 4.136 de fundos. A venda desses terrenos resultou na criação do Passo dos Negros e em algumas charqueadas, as quais se estabeleceram nos terrenos comprados por Luís Pereira da Silva, em 1788.

Nesse sentido, e diante dos indícios arqueológicos encontrados, analisamos o inventário *post-mortem* de um charqueador que possuía terras na boca do arroio, no intuito de compreender as benfeitorias presentes no local e o perfil dos trabalhadores escravizados deste proprietário.

Charqueada de Manoel Soares da Silva

Manoel Soares da Silva e sua esposa Clara Barbosa Soares foram proprietários de uma charqueada na boca do arroio Pelotas. Em 1850, ano do inventário de Manoel, o estabelecimento não estava mais em funcionamento. Contudo, as residências e benfeitorias remanescentes de sua fábrica ainda encontravam-se edificadas e foram deixadas aos seus herdeiros. Dentre as estruturas descritas no inventário constavam:

⁵² Resultantes da segunda divisão de terras das “sobras” da sesmaria do Monte Bonito (GUTIERREZ, 2001)

Um terreno que abrange a propriedade de casas térreas e em que existiu o estabelecimento de charqueada que pertenceu ao casal de duzentas e trinta braças de frente ao norte pelo arroio de Pelotas contadas do lugar aonde o dito arroio faz barra e trezentas e cinquenta e três braças de fundos ao sul que correm pela margem do rio São Gonçalo até encontrar um valo. (...) Uma propriedade de casas térreas com seis portas de frente edificadas no terreno acima referido; (...) A casa no mesmo existente com **senzala** e cozinha.⁵³ (*Grifo nosso*)

Junto a essa propriedade, Manoel Soares da Silva possuía um terreno na margem do arroio Pelotas, fazendo divisa com a charqueada de Cipriano Rodrigues Barcellos, e, também, um terreno no Canal São Gonçalo na localidade do Passo dos Negros. Este, por sua vez, estava em processo de litígio com o confinante João Jacintho de Mendonça⁵⁴.

Manoel Soares da Silva possuía 23 escravos em 1850, sendo que 15 destes estavam em poder de seus herdeiros. Embora as profissões destes cativos não sejam citadas no inventário, com exceção do escravo Manoel, de 50 anos, que exercia atividades de pedreiro, é plausível que estes consistiam em escravos domésticos, artesãos ou campeiros⁵⁵, pois, com a charqueada desativada, o inventariante não necessitava mais manter um grande plantel em sua propriedade⁵⁶. Corroborando essa afirmativa, notamos que a senzala citada no inventário localiza-se junto a casa e a cozinha, sugerindo que esta moradia deveria abrigar os oito escravos existentes na propriedade, e ainda, que estes deveriam exercer atividades domésticas, já que os escravos que trabalhavam na matança geralmente residiam em áreas mais distantes, principalmente nos galpões da área de produção.

Após sua morte, os bens de Manoel Soares da Silva foram partilhados entre seus herdeiros⁵⁷, dentre estes, seu genro Antonio José da Silva Maia, casado com

⁵³ APERS. Inv. De Manoel Soares da Silva. A, 318. M, 22. E, 25 (06). 1º Cartório de Órfãos e Provedoria de Pelotas, 1850.

⁵⁴ Idem.

⁵⁵ Isso porque Manoel Soares da Silva também era proprietário de terras na serra dos Tapes.

⁵⁶ Não iremos abordar o perfil demográfico dos escravos desta propriedade, pois, os dados dos inventários são incompletos e não são passíveis de discussões mais abrangentes.

⁵⁷ Manoel Soares da Silva deixou seus bens aos seguintes herdeiros: Dona Clara Barbosa Soares, cabeça de casal; seus filhos Ismael Soares da Silva; Prudêncio Soares da Silva; D. Cristina Amália casada com João Gomes de Mello; D. Anna Soares casada com Nicolás Carneiro Rocha Mendes; D. Bernardina Maia casada com Antonio José da Silva Maia; D. Clara Soares casada com Antonio de Castro Antiquera; Manoel Soares da Silva casado que foi com D. Joaquina Rosa Soares a qual tendo falecido em 20/2/1847 são seus herdeiros sua referida mulher e ela inventariante sua mãe por não ter deixado filhos; D. Joaquina soares Leivas casada que foi com Luiz Gomes de Leivas de quem são representantes seu mencionado marido e seus nove filhos cujos nomes e idades se seguem: Antonio solteiro idade 29 anos; Francisco de Paula solteiro 22 anos; Luiz solteiro 21 anos; D. Maria solteira 17 anos; Joaquina solteira 15 anos; Joaquim Pedro solteiro 14 anos; Ismael solteiro 13 anos; Clara 11

Bernardina Maia, recebeu parte dos terrenos onde se situavam o estabelecimento de charqueada, as casas de moradia e a senzala. Segundo Gutierrez (2001), Antonio da Silva Maia foi proprietário de duas charqueadas, uma no canal São Gonçalo e outra na boca do arroio Pelotas, uma fábrica de sabão e velas, uma olaria, bem como chácaras e imóveis urbanos. Consultando a movimentação comercial do Porto de Rio Grande em 1876⁵⁸, constatamos que Antonio da Silva Maia era um próspero charqueador, pois em um curto período, entre os meses de janeiro e fevereiro de 1876, exportou 117.000 kg de charque, 93 barricas de sebo e 22 pipas de graxa, evidenciando que era um ativo negociante no ramo de charque e derivados.

Não temos como afirmar se Antonio da Silva Maia reativou a antiga charqueada de seu sogro ou se erigiu um novo estabelecimento, mas com certeza parte desta produção era proveniente de sua propriedade localizada “na margem do arroio Pelotas e do rio São Gonçalo, com casa de moradia, poteiros e todos os escravos contratados, digo, e serviços dos seus escravos”⁵⁹ (GUTIERREZ, 2001, p. 153).

A área onde existiram as charqueadas de Manoel Soares da Silva e Antonio José da Silva Maia passou por diversos usos no século XX. Vendida à Cia. de Obras da Barra Geral (MARQUES, 1987 *apud* GUTIERREZ, 2001, p. 151), a boca do arroio Pelotas foi explorada para a construção da linha férrea do Monte Bonito, cuja finalidade era escoar as pedras extraídas do maciço rochoso situado na serra dos Tapes até os molhes da barra em Rio Grande. A linha férrea foi construída entre os anos 1909 e 1910 e possuía 21 km, localizada entre o Monte Bonito e a margem esquerda do canal São Gonçalo⁶⁰. Posteriormente, em 1963, o local tornou-se propriedade da Brigada Militar, a qual instalou o *Centro de Treinamento Tático Militar “Ninho da Águia”*. Em vista disso, esta área, que hoje possui aproximadamente 60 hectares, ainda preserva a paisagem ribeirinha das margens do arroio Pelotas e do

anos; Manoela 10 anos. APERS. Inv. De Manoel Soares da Silva. A, 318. M, 22. E, 25 (06). 1º Cartório de Órfãos e Provedoria de Pelotas, 1850.

⁵⁸ Diário de Pelotas, jan-fev, 1876.

⁵⁹ Inventário de Antônio José da Silva Maia. Pelotas, nº 995. M. 57. E. 25. Cartório de Órfãos e Provedoria, 1884 *apud* GUTIERREZ, 2001, p. 153.

⁶⁰ As pedras eram transportadas em caixas pela linha férrea e descarregadas em um trapiche construído na boca do arroio Pelotas, onde um transportador elétrico pegava as caixas e as colocava em grandes chatas, as quais eram levadas por um rebocador em uma rota de 40km até o trapiche do Cocuruto. Atualmente esta linha está desativada, no entanto a boca do arroio apresenta resquícios das pedras retiradas do Monte Bonito, bem como das estruturas de carregamento e transporte das caixas. Consultado em <http://riograndevirtual.com.br/molhesdabarra/conteudo/historico.html>

canal São Gonçalo, a qual apresenta um terreno plano, com vegetação predominantemente rasteira e áreas alagadiças.



Figuras 48 e 49 – Paisagens do Canal São Gonçalo na Boca do arroio. Fonte: Fotos da autora, 2011.



Figuras 50 e 51 - Paisagens da Boca do arroio Pelotas. Fonte: Fotos da autora, 2011.

Além disso, este local conserva um prédio que, embora bastante modificado, apresenta formas arquitetônicas que remetem às edificações erigidas na região durante o século XIX. Observando atentamente os aspectos construtivos da edificação, é possível notar que a estrutura principal desta consiste em uma construção mais antiga, a qual foi reaproveitada recebendo reformas, ampliação e melhoramentos para formar o centro de treinamentos da Brigada Militar.

A análise de alguns detalhes da fachada, assim como das divisórias internas da casa evidenciaram uma mistura de materiais e técnicas construtivas comuns ao século XIX, tais como grandes tijolos maciços, aberturas em forma de arco e fundações de tijolos, com aspectos da arquitetura moderna. Essas características evidenciam que as modificações foram realizadas para reutilizar o prédio que, provavelmente, já se encontrava em ruínas. Isso talvez explique os melhoramentos como elevação da parte superior recebendo nova cobertura, modificação dos pisos,

novos compartimentos na área interna, ampliação do prédio e da fachada principal, enfim, é notório que o prédio recebeu uma nova configuração. Contudo, as características arquitetônicas, a localização e a tipologia do prédio indicam que a edificação consiste em uma antiga residência do período charqueador.



Figuras 52 e 53 – Centro de Treinamentos do CRPO/SUL, edificação combina elementos construtivos antigos e modernos. Fonte: Fotos da autora, 2011.



Figuras 54 e 55 – Detalhes da fachada da edificação evidenciando a mistura de elementos construtivos antigos e modernos. Fonte: Fotos da autora, 2011.



Figuras 56 e 57 - Detalhes da área interna da edificação evidenciando a mistura de elementos construtivos antigos e modernos. Fonte: Fotos da autora, 2011.



Figuras 58 e 59 - Detalhes da área interna da edificação evidenciando a mistura de elementos construtivos antigos e modernos. Fonte: Fotos da autora, 2011.

O conjunto de evidências materiais, somados aos dados históricos consultados em fontes primárias, qualificam esta área para o desenvolvimento de estudos arqueológicos da escravidão. A presença comprovada de senzalas, bem como a proximidade com o Passo dos Negros, potencializa a singularidade da boca do arroio, a qual deve preservar vestígios arqueológicos dos grupos escravos que habitaram as charqueadas, bem como daqueles que foram comercializados no entreposto da colônia. Entretanto, tudo isso corre o risco de desaparecer.

Esta área, conhecida em Pelotas como Chácara da Brigada, está na mira de empresas do ramo naval que vêem o local como um ponto estratégico para a instalação de indústrias subsidiárias aos estaleiros do porto de Rio Grande. A localização privilegiada, nas margens do canal São Gonçalo, com fácil acesso ao porto marítimo da cidade vizinha, aguçou a especulação da área, e assim, sob a promessa de investimentos milionários na cidade, a prefeitura de Pelotas mobilizou-se para reaver as terras que estavam sob a posse do governo estadual e assim cede-las às multinacionais que estão se instalando na região.

Depois de quatro anos de negociações com o governo do Estado, a prefeitura, através da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo (Sdet), deu mais um passo em direção à liberação da área onde é situada a Chácara da Brigada. A publicação saiu no Diário Oficial do Estado (DOE) na última segunda-feira com o Termo de Rescisão do convênio entre o Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais (atual SPH) e a Brigada Militar (BM). Agora, com a área livre e legitimada, será possível ofertá-la para que seja instalado um Distrito Industrial Naval que, além de complementar o Polo Naval do Rio Grande, deverá gerar desenvolvimento e

empregos no município. (...) A área nobre tem acesso facilitado ao canal São Gonçalo, o que permitirá a instalação de empreendimentos ligados ao desenvolvimento do polo naval. Três empresas estão interessadas no lugar, todas sistemistas, que produzem módulos de plataformas de petróleo. A produção será na cidade e, através do canal São Gonçalo, será levada até os estaleiros do Rio Grande, realizando a integração. Com o retorno da área à SPH, agora ela é livre para negociar a destinação prevista. (DIÁRIO POPULAR, 08/02/2012)⁶¹

Embora esta área seja protegida pela Lei nº 4.977 de 14 de outubro de 2003 e inclusa no *Roteiro das Charqueadas*⁶², assim como figura como uma *zona de interesse arqueológico* integrando a área temática do sítio charqueador no III Plano Diretor de Pelotas, nenhuma iniciativa foi tomada pelo governo local para impedir que a implantação desses empreendimentos ponha em risco a integridade dos sítios arqueológicos da Boca do Arroio.

Em 2009, a Universidade Federal de pelotas (UFPEL), em parceria com o Comando Regional de Policiamento Ostensivo (CRPO/Sul), pediu ao IPHAN o tombamento nacional do sítio histórico conhecido como Chácara da Boca do Arroio. A proposta deste documento é preservar o local como patrimônio histórico e transformar a área de 65 hectares em um parque histórico e natural, de uso público e compartilhado, destinado a atividades de educação e lazer⁶³. Contudo, essa proposta parece ter sido ignorada pelas autoridades locais e, ao que tudo indica, não corresponde aos interesses que se sobrepõem à área atualmente.

No próximo capítulo iremos analisar a formação espacial de uma charqueada desconhecida pela historiografia pelotense, a Charqueada Santa Bárbara, a qual consiste no primeiro sítio arqueológico charqueador escavado sob as perspectivas teóricas e metodológicas da arqueologia da escravidão.

⁶¹ Disponível em:

<http://www.diariopopular.com.br/site/content/noticias/detalhe.php?id=6¬icia=48199>. Consultado em 20/02/2012.

⁶² O Roteiro das Charqueadas é definido por uma rota terrestre e outra fluvial, onde a área citada é apresentada nos seguintes parágrafos: § 1º A rota terrestre é definida pelas seguintes vias públicas: (...) e) Estrada do Engenho; f) Estrada do Passo dos Negros até a Boca do Arroio Pelotas; (...) § 2º A rota fluvial é definida pelas seguintes vias públicas: a) Canal São Gonçalo, desde o Veleiros Saldanha da Gama até a Boca do Arroio Pelotas; b) Arroio Pelotas desde a sua foz até a Charqueada da Graça. Art. 4º São locais de referência no Roteiro das Charqueadas: (...) d) as Charqueadas; e) o Engenho Cel Pedro Osório; (...) g) a Ponte dos Dois Arcos, no antigo Corredor das Tropas; (...) j) o terminal ferroviário na Boca do Arroio; k) o Passo dos Negros, no Canal São Gonçalo; (Lei nº 4.977, 14/10/03)

⁶³ A entrega do documento foi selada com uma solenidade em agosto de 2009, a qual contou com a encenação de uma batalha entre farrapos e imperiais e a inauguração de um monumento em forma de réplica de um canhão farroupilha. Consultado em

<http://www.diariopopular.com.br/site/content/noticias/detalhe.php?id=6¬icia=2942>

CAPÍTULO 4 – ÀS MARGENS DO ARROIO SANTA BARBARA: RESQUÍCIOS DE UMA CHARQUEADA QUE EMERGIU DO ESQUECIMENTO

Conforme analisamos nos capítulos anteriores, as charqueadas ocuparam um papel central no desenvolvimento sócio-econômico do município de Pelotas entre os séculos XVIII e XIX. Por essa razão, a história desses estabelecimentos é basilar nas abordagens da historiografia local e tornaram-se um dos principais objetos de análise para os estudos arqueológicos da escravidão em Pelotas, pois, a partir desses lugares, será possível identificar os contextos escravos e nestes os vestígios arqueológicos da vida cotidiana desses grupos.

Nessa perspectiva, no ano de 2010 iniciamos as pesquisas arqueológicas no âmbito das charqueadas pelotenses. Nosso foco inicial foram os estabelecimentos do arroio Pelotas; no entanto, os empecilhos impostos pelos proprietários, os quais não foram receptivos às intervenções arqueológicas em seus terrenos, tornaram-se um entrave para o desenvolvimento do nosso trabalho.

Nesse íterim, ao saber que uma vistoria fora realizada nos terrenos comprados pela Universidade Federal de Pelotas, às margens do antigo leito do arroio Santa Bárbara, o arqueólogo Claudio Carle⁶⁴ identificou um conjunto de edificações cujas características remetiam ao estilo arquitetônico das charqueadas oitocentistas (Fig. 60). Em seguida, após algumas visitas ao sítio e em conversa com os moradores locais, chegamos à conclusão que aquela propriedade pertenceu a um complexo charqueador.

⁶⁴ Professor Adjunto do Departamento de Arqueologia e Antropologia do Instituto de Ciências Humanas da UFPEL; pesquisador do projeto O Pampa Negro.

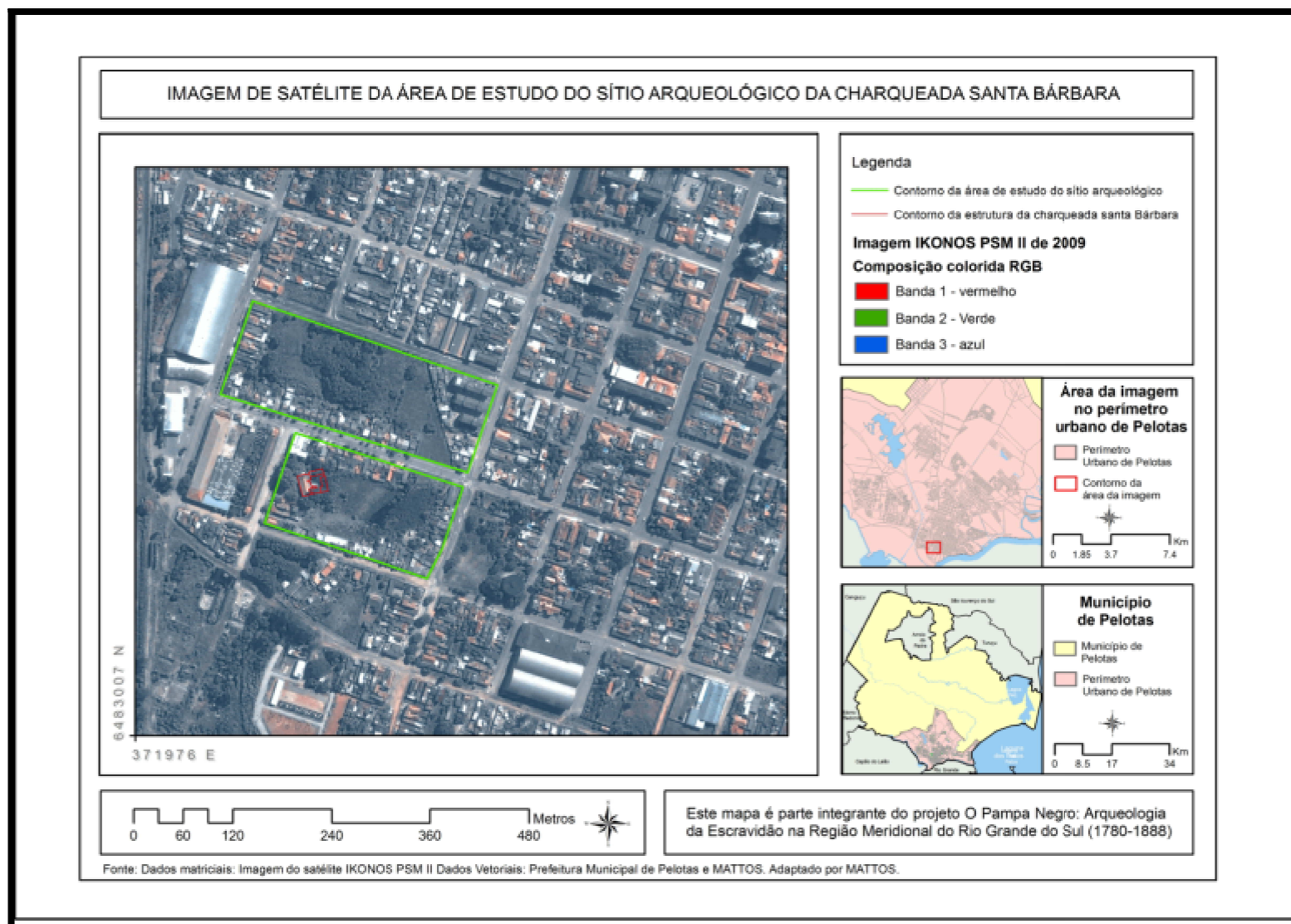


Figura 60 - Localização do sítio arqueológico Charqueada Santa Bárbara. Fonte: Banco de Dados do Projeto *O Pampa Negro: Arqueologia da Escravidão na Região Meridional do Rio Grande do Sul (1780-1888)*.

A área em questão é formada por dois terrenos adjacentes situados a Oeste da rua Marechal Deodoro, no centro de Pelotas. O primeiro caracteriza-se por um terreno baldio compreendido entre as ruas Benjamin Constant, Santos Dumont e Conde de Porto Alegre⁶⁵; e o segundo entre as ruas Barão de Santa Tecla, Conde de Porto Alegre e João Manoel, no qual encontra-se as edificações remanescentes da antiga charqueada (ver anexo 2). Essas edificações consistem em três prédios de alvenaria, um maior que faz frente para a rua Barão de Santa Tecla, e outros dois menores localizados aos fundos, formando um pátio interno.

Esses prédios são propriedade dos herdeiros de João Simões Lopes, e, atualmente, são alugados por quatro famílias que residem no local⁶⁶. Em vista disso, esse imóvel passou por várias modificações. Os moradores ocupam o prédio principal e, para manter a privacidade dos domicílios, fecharam as áreas interiores formando, assim, quatro casas. O mesmo ocorre com o pátio interno. Os prédios situados aos fundos se encontram em estado de ruína.



Figura 61 – Prédio principal localizado à rua Barão de Santa Tecla. Fonte: Foto da autora, 2010.

⁶⁵ Hoje propriedade da UFPEL.

⁶⁶ Retomaremos esse assunto mais adiante.



Figura 62 – Prédio dos fundos (vista externa). Fonte: Foto da autora, 2010.



Figura 63 - Prédio dos fundos (Vista interna). Fonte: Foto da autora, 2010.

Ainda no ano de 2010, iniciamos as pesquisas arqueológicas na área, as quais consistiram em prospecções em superfície e levantamentos topográficos dos terrenos. Além dos prédios remanescentes da charqueada, identificamos vestígios arqueológicos nas proximidades da casa, como louças, vidros, cerâmicas e moedas datadas do século XIX, confirmando a potencialidade do lugar para os estudos arqueológicos da escravidão. Todavia, as escavações arqueológicas na área só iniciaram no segundo semestre de 2011⁶⁷.



Figura 64 - Topografia do terreno dos fundos da casa. Fonte: Foto da autora, 2010.

⁶⁷ Devido à espera pela Portaria do IPHAN.



Figura 65 - Levantamento topográfico na área dos prédios. Fonte: Foto da autora, 2010.



Figura 66 - Vestígios arqueológicos em superfície. Fonte: Foto da autora, 2010.

A partir disso, procuramos informações na historiográfica local acerca das charqueadas do arroio Santa Bárbara. Dentre as poucas referências existentes no trabalho de Gutierrez (2001), identificamos os nomes de alguns proprietários, dentre eles José Vieira Vianna. Em consulta a outras fontes, encontramos indicações sobre outros proprietários, como a “*Revista do 1º Centenário de Pelotas*”, produzida por João Simões Lopes Neto, em 1912, que traz a seguinte informação: “*No arroio Santa Bárbara (m.d.⁶⁸): Jozé Vieira Vianna & Filhos, depois a Manoel Marques das Neves Lobo, deste ao Visconde da Graça, aos herdeiros deste. (E’ onde hoje existe a Villa da Graça)*”. (LOPES NETO, 1912, p. 45). Assim, esse dado foi nosso ponto de partida para compreender o processo de ocupação desta área, pois, a partir desses nomes, procuramos por medições de terras, inventários *post-mortem* e testamentos dos antigos proprietários da charqueada situada às margens do arroio Santa Bárbara.

Inicialmente, com base na observação empírica, logo relacionamos esse prédio a uma sede de charqueada do século XIX, pois a proximidade com o arroio, as dimensões da edificação, seu estilo arquitetônico e a disposição espacial das estruturas remetiam às tipologias existentes no arroio Pelotas. Entretanto, ao entrar em contato com as fontes escritas, verificamos que a sede do estabelecimento consistia na verdade em um sobrado. Sendo assim, uma questão tornou-se primordial na nossa pesquisa: qual a funcionalidade dos prédios existentes no terreno às margens do arroio Santa Bárbara?

Nessa perspectiva, investigamos, por meio de fontes documentais, os enlaces familiares e as partilhas de herança envolvendo essas terras, no intuito de compreender as formas de ocupação e a distribuição espacial das estruturas existentes nessa propriedade. Os dados levantados foram sistematizados em SIGs (*Sistemas de Informação Geográfica*), gerando mapas que mostram as sucessivas divisões da propriedade, bem como a possível localização das estruturas descritas nos inventários.

Além disso, por meio dessas fontes, analisamos também o perfil demográfico dos escravos que viviam nessa propriedade, apresentando algumas informações acerca do perfil etário e sexual, bem como sobre as origens étnicas e as profissões exercidas por estes cativos. Embora esses dados nos informe pouco

⁶⁸ Leia-se por m.d. margem direita. Os estabelecimentos referidos na margem esquerda do arroio Santa Bárbara encontram-se nas terras da antiga sesmaria do Monte Bonito.

acerca de suas ações cotidianas, consistem em importantes indicativos para compreender os contextos arqueológicos que estamos estudando.

Dessa forma, analisaremos agora o processo histórico de ocupação da antiga charqueada Santa Bárbara.

4.1. Sesmaria, Estância e Charqueada: A história de uma propriedade escravista às margens do Arroio Santa Bárbara

O espaço geográfico onde está situada a charqueada Santa Bárbara começou a ser povoado por volta de 1790. Nesse período, o charqueador Theodósio Pereira Jacomé fez o pedido de uma carta de sesmaria dos campos situados no “Forte de São Gonçalo”. Ele justificou o pedido por ter construído benfeitorias, criar mais de mil e quinhentos animais vacuns para a “charquia” e estava em condições de povoar e cultivar as terras com um empreendimento ainda maior (MONQUELAT & MARCOLLA, 2010). De acordo com Monquelat e Marcolla (2010)⁶⁹, Jacomé tinha adquirido essas terras por compra ou por ajuste de uma sociedade que teve com João Cardozo e, provavelmente, estava requerendo a carta de sesmaria após rescindir o negócio, pois queria garantir a posse dos campos onde se encontrava a sua charqueada (MONQUELAT & MARCOLLA, 2010, p. 2).

Alguns anos depois, as terras que outrora pertenceram a Jacomé foram vendidas a João Antonio Pereira de Lemos e sua esposa Rosália Maria Angélica. No intuito de garantir essas possessões, o casal requereu oficialmente uma carta de sesmaria para permanecer na fazenda, denominada então de São João de Boa Vista (MONQUELAT & MARCOLLA, 2010). A carta de sesmaria foi concedida pelo Marquês de Alegrete, em 1817. De acordo com o extrato de medição dessa sesmaria, anotada no Registro de Prédios e Terrenos do Município de Pelotas⁷⁰, a propriedade de Rosália consistia em “*uma sesmaria de terras com uma légua de frente e três de fundos, sita entre os arroios de Moreira e Santa Bárbara com frente a serra dos Tapes e fundos ao Sangradouro da Mirim, rio São Gonçalo*”. (RPTMP, 1817, p. 18). Posteriormente, essa sesmaria passou a ser chamada pela

⁶⁹ Carta de Sesmaria, Porto Alegre, 27 de dezembro de 1790. In: MONQUELAT & MARCOLLA, Sesmaria do Forte de São Gonçalo – Depois, denominada de Santa Bárbara, http://povoamentopelotas.blogspot.com/2010_06_01_archive.html, 22 de junho de 2010.

⁷⁰ BPP- RPTMP, Arquivo Histórico; BIC 007e, p.18-20.

historiografia de Estância Santa Bárbara (GUTIERREZ, 2001; MONQUELAT & MARCOLLA, 2010).

Rosália Maria Angélica e Antonio Pereira de Lemos tiveram uma filha chamada Rita Leocádia de Moraes, a qual foi casada com o português Manoel Alves de Moraes⁷¹. Provavelmente, após a morte de Antonio de Lemos, Manoel Alves de Moraes passou a auxiliar sua sogra na administração dos bens, conforme consta no extrato de medição de 1817⁷². E assim, com a morte de Maria Angélica, Rita Leocádia e Manoel herdaram o quinhão de terras situado ente os arroios Santa Bárbara e Moreira (Fig. 67).

Rita e Manoel tiveram três filhas, entre elas Rosália Alves Vianna, casada com José Vieira Vianna, Leonídea Leocádia de Moraes, casada com José Salsiccioni, e Augusta Manoela de Moraes, casada com o doutor Thomaz José Xavier⁷³.

Ao falecer em 1844, Manoel Alves de Moraes deixou de herança para sua esposa, filhas e genros, os bens que possuía em Pelotas, entre esses as terras da sesmaria que havia pertencido aos seus sogros Antonio Pereira de Lemos e Rosália Maria Angélica. Esta propriedade possuía os mesmos contornos espaciais, bem como um sobrado e benfeitorias

Uma fazenda de campo e matos denominada Boa Vista nas imediações desta cidade e em extensão de duas léguas e meia ou vinte e dois milhares de braças com casas de sobrado pomar e mais benfeitorias incluindo um potreiro cercado e dividido pelos arroios de Santa Bárbara e Moreira Rio de São Gonçalo estrada que segue para a campanha contendo um grande banhado de encontro ao mesmo rio.⁷⁴

⁷¹ Testamento de Rita Leocádia de Moraes Borges. N. 1872, M. 86, E. 13. Ano 1851. 1º Cart. Órfãos e Prov. Rio Grande.

⁷² BPP- RPTMP, Arquivo Histórico; BIC 007e, p.18.

⁷³ E também Augusta, que faleceu ainda jovem. Test. Rita Leocádia de Moraes Borges. N.1872, M.86, E.13, Ano 1851. 1º Cartório de Órfãos e Provedoria de Rio Grande; Inv. Rita Leocádia de Moraes Borges. N.334, M.24, E.25, Ano 1851. 1º Cartório de Órfãos e Provedoria de Pelotas.

⁷⁴ APERS. Inventário de Manoel Alves de Moraes. A. 231; M.16; E 25 (140ª). Pelotas, 1º Cartório de Órfãos e Provedoria, 1844.

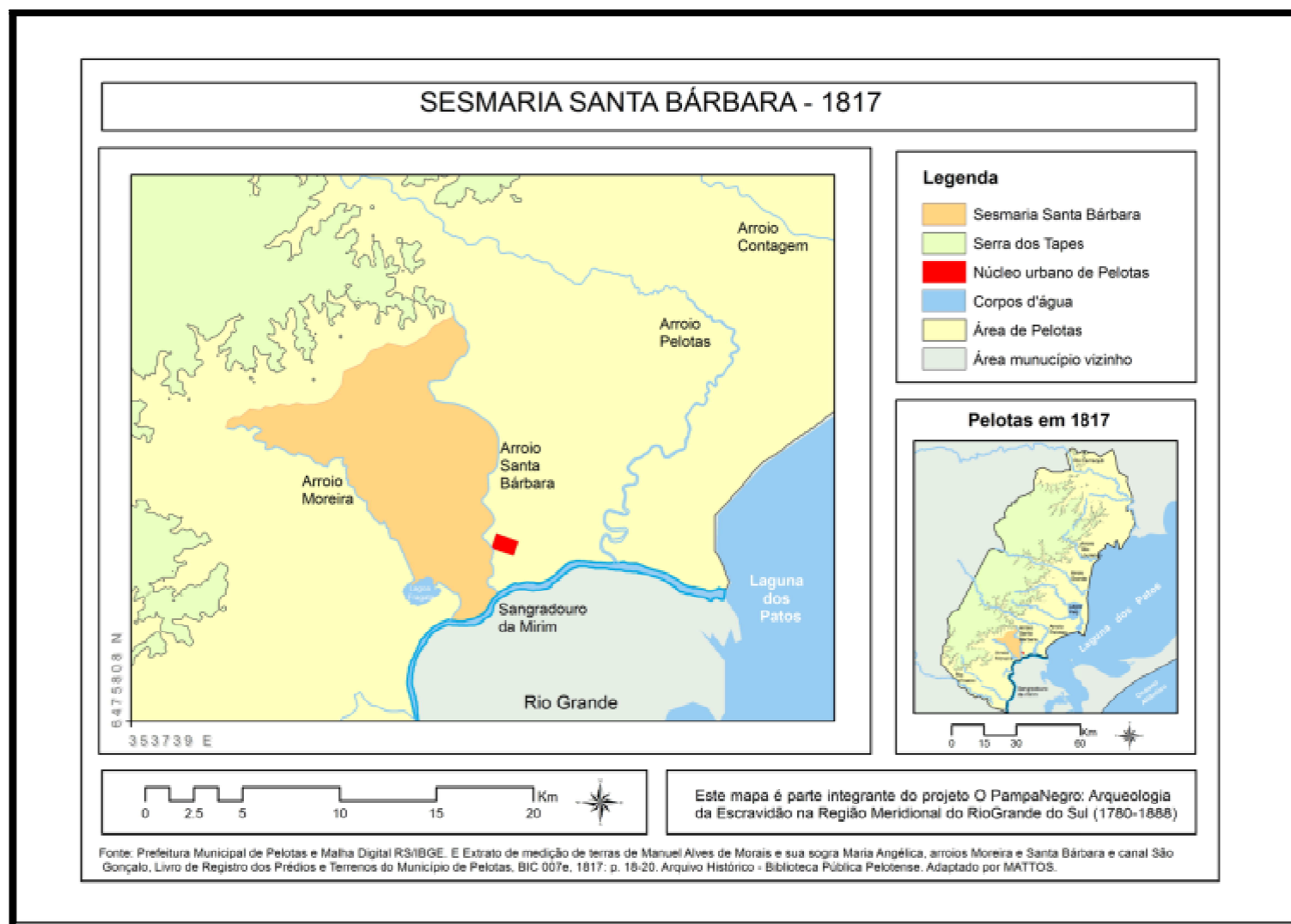


Figura 67 – Localização da Estância Santa Bárbara em 1817. Fonte: Banco de Dados do Projeto *O Pampa Negro: Arqueologia da Escravidão na Região Meridional do Rio Grande do Sul (1780-1888)*.

Dentre os bens de raiz de Manoel Alves de Moraes constavam ainda uma data de matos na serra dos Tapes, com casas de moradia, pomar, armazém e outros melhoramentos, cinco casas na rua do Comércio e uma na rua da Igreja e mais cinco terrenos na área urbana. Nesta lista, porém, não há referências sobre a existência de estabelecimentos de charqueada. Contudo, observamos no mesmo documento que esta informação havia sido omitida intencionalmente, na verdade, a charqueada, os escravos e os demais bens de Manoel Alves de Moraes estavam no âmago de uma disputa maior entre os seus herdeiros.

Embora nosso objetivo não seja analisar especificamente os conflitos de interesses entre os herdeiros de Manoel Alves de Moraes, o estudo da documentação gerada a partir desses processos propiciou o conhecimento de algumas questões envolvendo as unidades residenciais e produtivas presentes na propriedade, bem como sobre a situação dos escravos que pertenciam ao casal. Diante disso, nos deparamos com descrições ricas em detalhes sobre os terrenos e as benfeitorias da Fazenda Boa Vista, localizada no arroio Santa Bárbara, e nesse sentido, discutiremos a seguir as motivações que levaram os herdeiros de Manoel a contestarem os autos de partilha de seu inventário.

4.1.1 Conflitos e disputas entre os herdeiros do Potreiro de Santa Bárbara

Após inventariar o conjunto de bens pertencentes ao falecido Manoel Alves de Moraes, sua esposa Rita Leocádia e demais herdeiros concluíram rapidamente o processo alegando que não prosseguiriam a partilha judicial, pois haviam se acertado em uma divisão amigável, estando todos os herdeiros de acordo com tal resolução.

Ilmo Sr Dr Juiz municipal

Dizem a viúva e herdeiros do falecido Manoel Alves de Moraes, que havendo feito a inclusa partilha amigável dos bens do casal do mesmo falecido, cujo Monte-mor importa em cento e noventa e quatro contos seiscentos e sessenta e um mil, quatrocentos e oitenta e sete réis, a meação em noventa e sete contos trezentos e trinta mil, setecentos e quarenta e três réis, e cada um dos três quinhões hereditários em trinta e um contos seiscentos e vinte e nove mil e cinqüenta e quatro réis: desistindo os suplicantes do inventário e partilha judicial que haviam intentado por este juízo, requerendo a V.S. Pelotas, 27 de agosto de 1844.⁷⁵

⁷⁵ APERS. Inventário de Manoel Alves de Moraes. A. 231; M.16; E 25 (140ª). Pelotas, 1º Cartório de Órfãos e Provedoria, 1844.

De acordo com essa partilha, a herdeira cabeça de casal ficou em poder da Fazenda Boa Vista e suas benfeitorias, todos os escravos, móveis e objetos de prata, a data de matos na serra dos Tapes, a casa em que residiam na rua do Comércio, o dinheiro, dívidas e outros acertos. Os co-herdeiros José Vieira Vianna, Thomaz José Xavier e José Salsiccioni receberam os escravos que já estavam em seu poder, casas e terrenos na cidade, bem como dinheiro e dívidas que existiam em nome do casal. Além desses bens, José Vieira Vianna recebeu também “*mais cento e trinta e duas léguas de terreno enxuto e trezentas e dezessete e meia de banhado no potreiro de Santa Bárbara de que esta de posse na quantia de seis contos novecentos e noventa mil trezentos e setenta e oito réis*”⁷⁶.

A partilha amigável foi concluída em 27 de agosto de 1844 e assinada por Rita Leocádia, Vieira Vianna, o Dr. Thomaz e José Pereira de Azevedo Castro, procurador de José Salsiccioni e sua esposa. Não obstante, José Salsiccioni recorreu novamente à justiça embargando a partilha amigável, alegando que esta se encontrava “desordenada”, acusando a Rita e Vianna de usarem “artimanhas” para se favorecerem.

Essa contestação não se deu ao acaso. Rita e Vianna eram os sucessores naturais do patrimônio de Manoel, como ocorria na época. Além disso, esse era o desejo do falecido, conforme expressou em seu testamento, escrito no Rio de Janeiro, em 1838. Neste, instituiu sua esposa Rita Leocádia como herdeira de sua terça, e ainda, declarou “*que todos os bens do meu casal estão na Província de Rio Grande, entregues ao meu genro José Vieira Vianna, e deles tem pleno conhecimento minha mulher excetuando-se alguns escravos que dali trouxe em minha companhia.*”⁷⁷ Dessa forma, com a morte de Manoel, José Vieira Vianna tornou-se seu sucessor “por direito”, apoiando assim, os negócios de sua sogra.

José Salsiccioni, por sua vez, não desfrutava dos mesmos privilégios do cunhado. Segundo o que pudemos observar no documento pesquisado, José Salsiccioni não era possuidor de muitos bens, pois, ao casar com Leonídia Leocádia, recorreu aos sogros para obter uma casa para morar e alguns escravos para lhe servir. Assim, o dote⁷⁸ recebido consistia em uma parte considerável de suas posses

⁷⁶ Idem.

⁷⁷ Idem

⁷⁸ Embora Salsiccioni argumente que os bens em sua posse foram recebidos em dote, e por isso não deveriam compor os bens da partilha, Rita Leocádia contestou afirmando que “os escravos adjudicados aos embargadores bem como as casas que acusaram nunca lhes foram doados e

e, diante da perda da casa e dos escravos, Salsiccioni contestou a partilha, alegando que alguns bens estavam avaliados em baixo valor e outros simplesmente foram omitidos no inventário. Em vista disso, ao descrever esses bens, os suplicantes apresentaram uma informação valiosa à nossa pesquisa:

P.P ainda os mesmos embargadores que a fazenda da Boa Vista adjudicada à cabeça de casal embargada em 23:333/333, a casa e pomar por 12:000/000, o potreiro da mesma fazenda por 11:009/622 e a data da serra por 3:000/000 farão acreditados por mais diminutos preço, quando a primeira vale mais de 40:000/000 e a segunda mais de 20:000/000 e a terceira mais de 40:000/000 **por ter charqueada que maliciosamente se omitiu, com porto de embarque e próximo a cidade e a 4º finalmente vale muito mais de 6:000/000 por ter casas de moradia, galpões e outros estabelecimentos, que lhe dão muito valor havendo uma diminuição de 56:657/045 a que mais deverão subir as quatro propriedades.**⁷⁹ (*Grifo nosso*)

Essa informação é muito elucidativa, pois, em um dado momento chegamos a crer que a charqueada ainda não existia em 1844, já que na relação dos bens não constam informações sobre a área de produção, ou mesmo sobre as especializações dos escravos nos serviços do charque. A partir desses dados, notamos que a charqueada não só existia nas proximidades do arroio, como também possuía casas de moradia, consistindo em um indício relevante para compreendermos a funcionalidade do sítio Santa Bárbara, conforme argumentaremos mais adiante.

Seguindo o processo de embargo ao inventário, encontramos outras informações acerca dessa charqueada. Em defesa, Rita Leocádia alegou que o estabelecimento citado não pertencia ao casal, mas sim estava arrendado a outro charqueador da região sendo este o motivo da charqueada estar ausente na relação de bens de raiz.

menos dados em dote em auto de casamento: as casas foram cedidas para morarem as rogativas dos embargadores. Atenta as suas poucas circunstancias; e os escravos estavam a seu serviço, sem que a senhora embargada e seu falecido marido perdessem o direito de tomarem, tendo a si quando lhes precisasse. (...) favorecidos foram os embargadores, que sem mais, por anos tiveram casa de graça para morarem, com o dispêndio somente de insignificantes concertos além da quantia de doze contos pouco mais ou menos por negociarem sem permissão por espaço de doze anos, no entanto, que os outros herdeiros não coube igual sorte e nem por isso se tornaram o flagelo da senhora embargada.” In: APERS. Inventário de Manoel Alves de Moraes. A. 231; M.16; E 25 (140ª). Pelotas, 1º Cartório de Órfãos e Provedoria, 1844.

⁷⁹ Idem.

Porque não se omitiu maliciosamente como dizem os embargadores a circunstancia de ter o estabelecimento da Boa Vista terrenos para charqueada e um pequeno rio por perto com porto de embarque, os avaliadores tiveram isso em vista porque ninguém melhor do que eles conhece essa localidade, com mais malícia ocultaram os embargadores a circunstancia de não ser o estabelecimento da charqueada ali colocado do casal e sim de João Guerino Vinhas a quem a 1ª embargada tem de pagar todas as benfeitorias bem como as modificações que o mesmo tiver nas casas de moradia.⁸⁰

De fato, dentre os bens herdados por Rita Leocádia na partilha amigável constava um *“arrendamento vendido da fazenda da Boa Vista em dois contos e trezentos mil réis”*⁸¹. Dessa forma, a existência desse arrendamento novamente nos oferece algumas pistas para analisar a distribuição espacial das estruturas existentes nos terrenos do arroio Santa Bárbara. Entretanto, antes de aprofundarmos essa discussão, é necessário analisar a situação litigiosa de outro terreno existente no referido potreiro. Trata-se da porção de terras herdada por José Vieira Vianna na partilha amigável:

P.P que da mesma forma o termo que tocou no potreiro de S. Bárbara ao co-herdeiro Vieira Vianna foi avaliado em 6:990/378 quando é certo valer mais de 12:000/000 de réis com razão de ser uma propriedade da cidade bem perto do mar e **da ótima posição para o estabelecimento de charqueada.**⁸²

Notemos que a declaração anterior não especificava a localização da charqueada arrendada. Embora comentasse que esta possuía um *“pequeno rio com porto de embarque”*, não deixa claro se este se situava no arroio Santa Bárbara. Entretanto, observando a descrição do terreno de Vianna percebemos que a charqueada mencionada estava, sim, às margens desse arroio, já que se encontrava próximo à cidade e bem posicionado em relação à charqueada.

Com base nessas descrições, podemos analisar a distribuição espacial das estruturas que existiam na propriedade naquele momento. Isso porque, para compreender a funcionalidade dos prédios que atualmente compõem o sítio Santa Bárbara, é necessário conhecer todas as unidades residenciais e produtivas que formavam o estabelecimento, bem como as modificações que ocorreram nele ao longo do tempo.

⁸⁰ APERS. Inventário de Manoel Alves de Moraes. A. 231; M.16; E 25 (140ª). Pelotas, 1º Cartório de Órfãos e Provedoria, 1844.

⁸¹ Idem

⁸² Idem

4.2 A distribuição espacial das estruturas do potreiro Santa Bárbara

Para compreendermos melhor o processo de divisão das terras da antiga Estância Santa Bárbara, bem como analisarmos as estruturas que compuseram a propriedade no decorrer do século XIX, apresentaremos os dados pesquisados mostrando os diversos usos dos terrenos, bem como as construções descritas nos inventários de seus antigos proprietários. Com base nisso, elaboramos alguns mapas em SIG com as divisões da propriedade e a distribuição hipotética das estruturas, seguindo a periodização conferida pelos documentos. Como dissemos, é necessário analisar as modificações que transcorreram ao longo dos anos para, assim, compreendermos não só a funcionalidade dos prédios do sítio Santa Bárbara, como também identificarmos o período de ocupação e os grupos que ali viveram.

Dessa forma, abordaremos a distribuição espacial das estruturas presentes nas terras da margem direita do arroio Santa Bárbara, seguindo a cronologia da documentação pesquisada.

4.2.1 A estância de Manoel Alves de Moraes, 1844

Conforme pudemos analisar no inventário de Manoel Alves de Mores, a porção de terras situada entre o arroio Santa Bárbara, o Canal São Gonçalo, o arroio Moreira e a estrada do Passo do Fragata, foi explorada para duas finalidades: para a pecuária e para a produção de charque. Essa área, denominada Potreiro Santa Bárbara, possuía então as seguintes estruturas (Fig. 68):

- A) Um potreiro cercado para criação de gado, um sobrado para moradia, um pomar e benfeitorias, as quais não são especificadas;
- B) Um estabelecimento de charqueada com porto de embarque e casas de moradia. Os quais eram arrendados por João Guerino Vinhas;
- C) Um terreno ocupado por José Vieira Vianna.

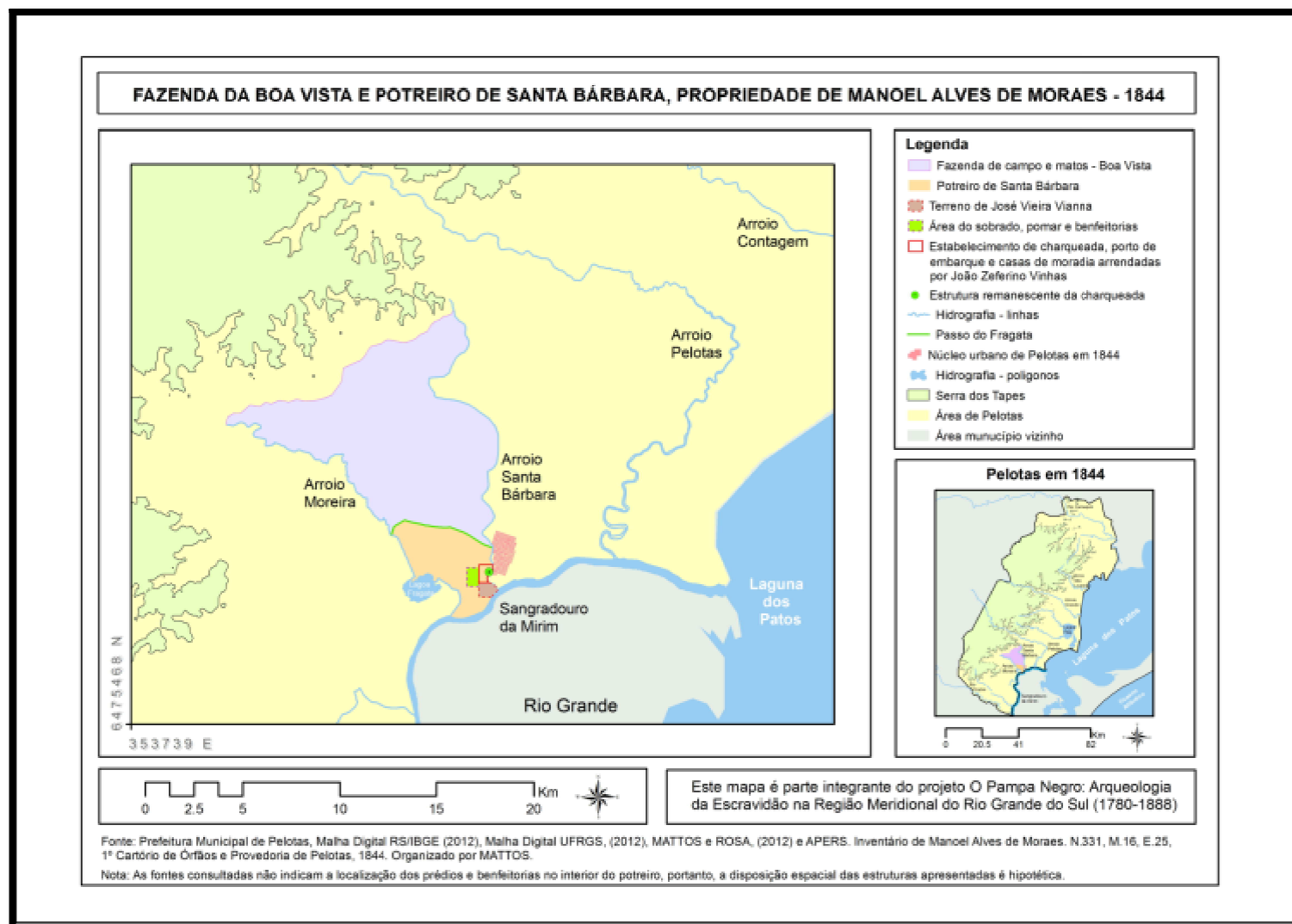


Figura 68 – Estruturas do potreiro de Santa Bárbara, 1844. Fonte: Banco de Dados do Projeto *O Pampa Negro: Arqueologia da Escravidão na Região Meridional do Rio Grande do Sul (1780-1888)*.

O conjunto A consiste no patrimônio de Manoel Alves de Moraes, onde este se dedicava à criação de gado. Contudo, segundo as descrições do inventário, estes bens não estavam em suas melhores condições em 1844, pois, de acordo com os relatos de Rita Leocádia, o potreiro havia sido abandonado⁸³ por anos, e por essa razão, estava em mal estado e depredado pelos constantes furtos. Além disso, devido à proximidade com a cidade, a área não era propícia para pastagens, pois estava a mercê de *“continuados roubos que dão causa aos repetidos arrombamentos”*⁸⁴. A situação decadente da propriedade é corroborada pela descrição do sobrado e do pomar, que *“pelo abandono, sem portas e janelas no interior e exterior com o soalho, forro e telhado em ruínas e parte do soalho e forro queimado, isto a tempo da avaliação e o pomar com pouco arvoredo e este pouco quase perdido.”*⁸⁵

Entretanto, essa situação devia-se certamente ao contexto beligerante da época, marcado pelos conflitos da Guerra Farroupilha, onde muitos estancieiros e charqueadores foram impedidos de seguir seus negócios, abandonando suas propriedades e fugindo com suas famílias dos perigos apresentados pela Guerra.

Fica evidente nessas informações que a área dedicada à pecuária funcionava de forma independente do conjunto B, onde se encontrava o estabelecimento de charqueada. Contudo, o fato desta estar arrendada não significa que sempre funcionou dessa maneira. É possível que a charqueada tenha sido explorada anteriormente por Manoel Alves, porém, como este não estava atuando em suas terras, supõe-se que, em razão da guerra, arrendou seu estabelecimento para João Vinhas.

O que nos interessa saber é que a área da charqueada possuía casas de moradia independentes do sobrado, e assim, pelas descrições apresentadas no inventário essas construções podem consistir no prédio em que hoje estamos trabalhando. Mesmo não sendo a sede do proprietário, esta casa pode ter abrigado a família do arrendatário, e posteriormente, capatazes e agregados. Seguindo essa hipótese, é possível que os prédios anexos, situados aos fundos, podem ter funcionado como galpões, ou mesmo como senzala. Em suma, essa é uma das

⁸³ O documento não especifica o motivo do abandono, mas podemos supor que isso ocorreu no período em que Manoel se encontrava no Rio de Janeiro.

⁸⁴ APERS. Inventário de Manoel Alves de Moraes. A. 231; M.16; E 25 (140ª). Pelotas, 1º Cartório de Órfãos e Provedoria, 1844.

⁸⁵ Idem.

questões para serem constatadas a partir das escavações arqueológicas realizadas no local.

Devemos levar em conta também que a área C, que estava em poder de José Vieira Vianna, situava-se nas proximidades do arroio Santa Bárbara e também podia apresentar algumas construções. Embora isso não fique claro no inventário, nem mesmo para qual finalidade explorava o terreno, percebemos que Vianna ocupava a área, conforme podemos observar na declaração abaixo.

Porque não é menos infundada a alegação sobre avaliação de parte do potreiro de Santa Bárbara, que foi adjudicada o co-herdeiro José Vieira Vianna pela quantia de 6:990/378, se atender que há nessa parte do potreiro uma pequena extensão de terreno enxuto aproveitável em todo ano e deste mesmo uma parte se compõem de um areal, que nada produz, e muito incomoda, sendo o restante, e maior parte, banhado que por meses se acha debaixo d'água na estação invernososa, **causando não pequeno prejuízo ao mesmo co-herdeiro** e o bom porto de mar alegado é o pequeno arroio de Santa Bárbara que no tempo de verão fica e dois ou três palmos d'água. A proximidade da cidade, longe de ser uma conveniência, tem inconvenientes que ninguém ignora e **o proprietário experimenta**.⁸⁶
(Grifo nosso)

Conforme comentamos, o texto não deixa clara a forma em que Vianna “experimentava” os incômodos causados pelo banhado e pela proximidade com a cidade, contudo, a alegação que “nada se produz” suscita a idéia de que ele poderia utilizar o terreno para outras finalidades, como por exemplo, uma fábrica de beneficiamento de subprodutos do charque ou uma olaria. Enfim, são apenas hipóteses, mas que não podem ser desconsideradas ao analisarmos os usos dos terrenos das margens do arroio Santa Bárbara nesse período.

Vejamos que em 1851, seis anos após o fim dos conflitos farroupilhas, as características espaciais da propriedade já tinham se transformado, apresentando um novo contexto para análise.

⁸⁶ APERS. Inventário de Manoel Alves de Moraes. A. 231; M.16; E 25 (140ª). Pelotas, 1º Cartório de Órfãos e Provedoria, 1844.

4.2.2 As terras de Rita Leocádia de Moraes, 1851

Após a morte de Manoel Alves de Moraes, Rita Leocádia fez partilha com suas filhas *“das duas terças partes da meação de seu pai, por ter ele me deixado a sua terça como tudo consta do inventário competente que há muitos anos se fez e cujas decisões já partirão em julgado nas formas das leis do Império.”*⁸⁷

Viúva, Rita Leocádia casou-se novamente em 1848 com Zeferino de Carvalho Borges, com o qual viveu até o fim de sua vida⁸⁸. Dessa forma, quando Rita Leocádia faleceu em 1851, Zeferino foi seu inventariante, tendo ainda como herdeiros suas filhas, genros e netos⁸⁹. É importante compreender esses enlaces familiares, pois estes foram responsáveis pelas sucessivas divisões da Estância Santa Bárbara ao longo das partilhas de heranças.

No inventário de Rita Leocádia de Moraes Borges, datado de 1851, percebemos que José Vieira Vianna mantinha suas posses na área situada entre o Canal São Gonçalo e o arroio Santa Bárbara (Fig. 69).

Um campo de crias com alguns matos, situado nas imediações d'esta cidade e entre os arroios de Moreira pelo oeste e Santa Bárbara por leste, com a serra dos tapes pelo norte, e com vales e estrada que seguem d'esta cidade para o arroio e passo do Fragata pelo sul, contendo segundo sua respectiva medição judicial duas léguas e quinhentas trinta e uma braças de frente com uma légua de fundos.

Um potreiro situado dentro dos vales e a esquerda da estrada que segue desta cidade para o passo do fragata e se divide por leste com terras do co-herdeiro José Vieira Vianna, e pelo oeste pelo arroio do Moreira pelo sul com o mesmo arroio e lagoa que ela forma, e pelo norte com a dita estrada e contendo, segundo suas respectivas medições 551 braças de frente com uma légua de fundos.⁹⁰

⁸⁷ Idem.

⁸⁸ Idem.

⁸⁹ Os netos de Rita Leocádia beneficiados no seu inventário eram filhos da falecida Augusta Manoela de Moraes com o doutor Thomaz José Xavier: Maria da Conceição Xavier, de 12 anos, Manoel Alves Xavier, de 10 anos, e Maria Isidora Xavier, de 7 anos. (Inv. Rita Leocádia de Moraes Borges. N.334, M.24, E.25, Ano 1851. 1º Cartório de Órfãos e Provedoria de Pelotas.)

⁹⁰ Inv. Rita Leocádia de Moraes Borges. N.334, M.24, E.25, Ano 1851. 1º Cartório de Órfãos e Provedoria de Pelotas.

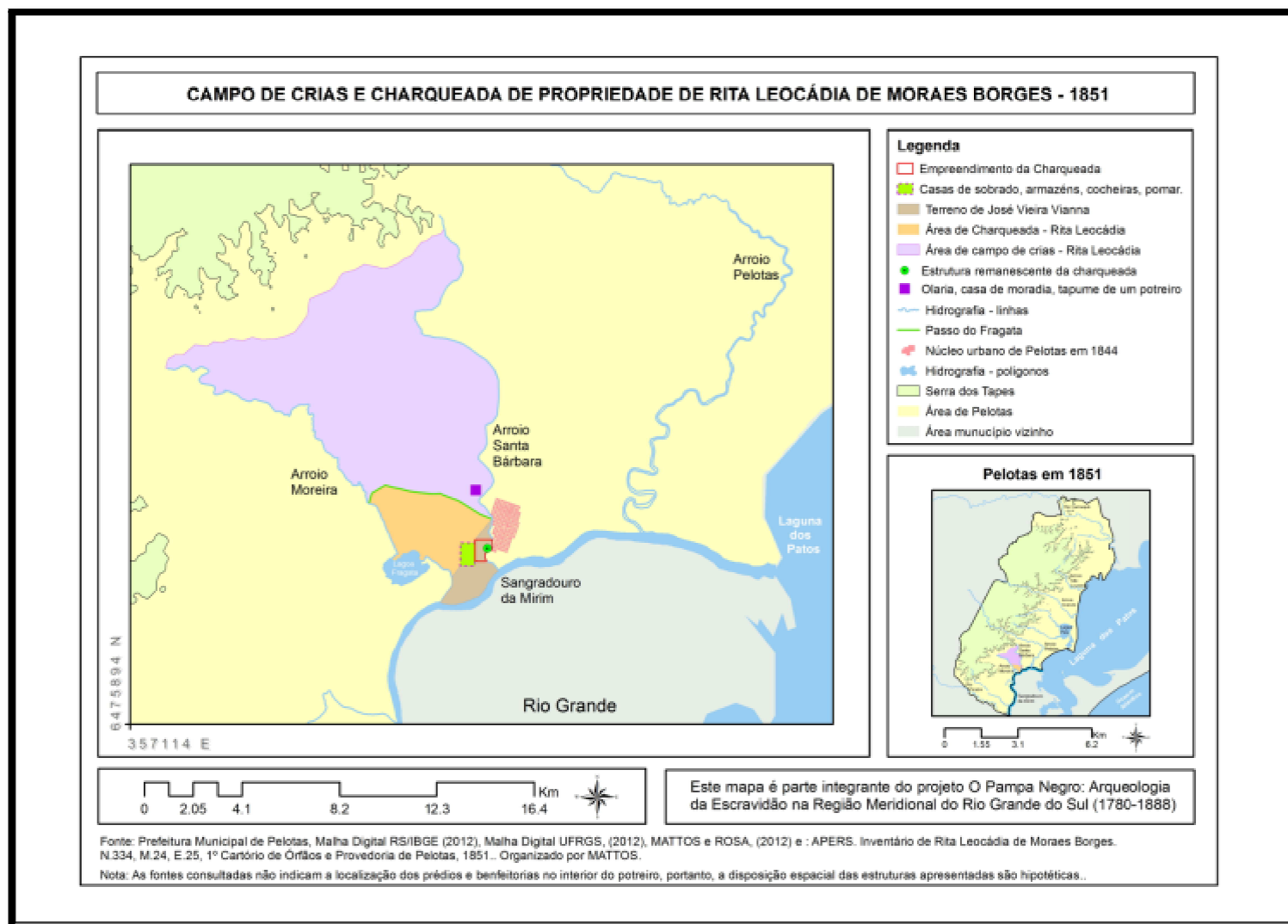


Figura 69 – Estruturas do poteiro de Santa Bárbara, 1851. Fonte: Banco de Dados do Projeto *O Pampa Negro: Arqueologia da Escravidão na Região Meridional do Rio Grande do Sul (1780-1888)*.

De acordo com esta descrição, podemos observar que a Estância Santa Bárbara era explorada conforme o padrão tipológico das propriedades da época⁹¹, uma vez que os campos de crias situavam-se ao norte em direção à serra dos Tapes, nas proximidades do Logradouro Público, enquanto o potreiro situava-se ao sul, nas áreas ribeirinhas próximas a cidade. Dentro deste potreiro, Rita Leocádia possuía uma propriedade de casas de sobrado com armazéns, cocheiras, pomar e um estabelecimento de charqueada. No campo de crias havia uma olaria com galpões e casas de moradia, localizadas na lomba do arroio Santa Bárbara⁹² (Fig. 69).

Dessa forma, notamos que o estabelecimento de charqueada não estava mais arrendado nesse período e que continuava funcionando em poder da família de Manoel de Moraes. Entretanto, neste inventário não aparecem casas de moradia associadas ao estabelecimento de charqueada.

Com a partilha dos bens de Rita Leocádia, a área total da antiga estância foi desmembrada e dividida entre os herdeiros. O campo de crias ficou sob a propriedade de Leonídea Leocádia de Moraes e seu marido José Salsiccioni (os quais ficaram com 1881 braças de frente com uma légua de fundos, na porção norte situada entre a serra dos Tapes e o arroio Santa Bárbara), de José Vieira Vianna e sua esposa Rosália Alves Vianna (ficaram com 3329 braças de frente com uma légua de fundos na parte norte, situada entre o arroio Moreira e a serra dos Tapes) e, finalmente, das netas Maria da Conceição Xavier e Maria Isidora Xavier (as quais ficaram com a parcela de 1321 braças de frente com uma légua de fundos dos terrenos localizados na porção sul)⁹³.

Já o potreiro foi dividido entre o inventariante Zeferino de Carvalho Borges, o testamentário Manoel Marques das Neves Lobo e seu sogro José Vieira Vianna. O inventariante herdou as propriedades que pertenciam a sua esposa, como o sobrado, a charqueada e as demais benfeitorias que compunham a sede da estância. O testamentário Manoel Marques das Neves Lobo recebeu uma porção de terras nas proximidades do arroio Moreira, como pagamento por cumprir as disposições testamentárias da falecida. José Vieira Vianna, por sua vez, recebeu a

⁹¹ Ver GUTIERREZ, 2001; 2004

⁹² Inv. Rita Leocádia de Moraes Borges. N.334, M.24, E.25, Ano 1851. 1º Cartório de Órfãos e Provedoria de Pelotas.

⁹³ Idem.

porção que fazia divisa “*com as terras do estabelecimento de sua própria moradia*”, a qual havia herdado de seu sogro Manoel Alves de Moraes.⁹⁴

Nota-se que, nesse ponto, fica claro que Vianna possuía benfeitorias no terreno, incluindo sua moradia. Logo, retomando as hipóteses anteriores, novamente devemos considerar que este poderia ter edificações no terreno às margens do arroio Santa Bárbara, em 1844. Ou ainda, como a charqueada não estava mais arrendada em 1851, Vianna poderia estar residindo na casa que outrora serviu de morada a João Vinhas.

Assim, para compreendermos melhor o contexto das estruturas pertencentes a José Vieira Vianna, vamos analisar a relação de bens presentes em seu inventário em 1854.

4.2.3 A charqueada de José Vieira Vianna, 1854

Conforme analisamos até aqui, José Vieira Vianna herdou dois quinhões de terras no arroio Santa Bárbara, primeiramente de seu sogro Manoel em 1844 e, em seguida, após a morte de Rita Leocádia, ficou em poder de outra porção contígua às mesmas terras no potreiro de Santa Bárbara. Este potreiro foi dividido ainda com os co-herdeiros Zeferino de Carvalho Borges e Manoel Marques das Neves Lobo. Três anos após a partilha, Vianna veio a falecer, e em seu inventário, iniciado em 1854, a propriedade apresentava a seguinte configuração:

Um potreiro situado entre a esquerda da estrada que segue desta cidade para o passo do Fragata e desdobra entre o Arroio Santa Bárbara ao Rio São Gonçalo, que contem quatrocentos e trinta e seis braças de frente com uma légua de fundos, já de divisa a porção pertencente ao herdeiro Manoel Marques das Neves Lobo, [avaliado] em trinta contos de réis.⁹⁵

O inusitado neste documento é que Zeferino Carvalho Borges, também herdeiro de uma parte do potreiro Santa Barbara, não figura como confinante da propriedade de Viana e Manoel Lobo. Do mesmo modo, o sobrado e a charqueada que pertenciam a Zeferino aparecem listados entre os bens de Vieira Vianna.

⁹⁴ Inv. Rita Leocádia de Moraes Borges. N.334, M.24, E.25, Ano 1851. 1º Cartório de Órfãos e Provedoria de Pelotas.

⁹⁵ Inv. José Vieira Vianna. N. 382, M. 26. E. 06. Ano 1854. 1º Cartório de Órfãos e Prov. De Pelotas.

Um estabelecimento de charqueada com todas as benfeitorias prontas a trabalhar, existente no mesmo potreiro atrás declarado. Uma propriedade de casas de sobrado que serve de moradia à viúva inventariante e conjuntamente com outras pequenas casas próximas do dito sobrado, tudo edificado no referido potreiro.⁹⁶

Diante disso, levantamos a hipótese de que, após o inventário, Zeferino Borges vendeu sua parte da herança, e assim, o sobrado, a charqueada e benfeitorias, bem como o restante dos terrenos do potreiro, foram incorporadas ao patrimônio de José Vieira Vianna. Além disso, como, ao que parece, Vianna passou a administrar os bens da sogra após a morte de Manoel Alves de Moraes, é presumível que tenha continuado conduzindo os negócios mesmo depois de a viúva ter se casado novamente com Zeferino⁹⁷. Isso porque, de acordo com seu testamento, Rita Leocádia e Zeferino estavam morando na Freguesia Santo Armando Cajueiro, na Bahia. Mesmo assim, antes de falecer, Rita nomeou seu marido como *“herdeiro universal de todo o remanescente da minha terça (...) a quem se dará com preferência na partilha competente por conta da mesma terça que lhe deixo a charqueada e o potreiro.”*⁹⁸ Dessa forma, Zeferino pode ter seguido morando na Bahia, vendendo sua parte na propriedade para José Vieira Vianna.

Além dessas propriedades, José Vieira Vianna possuía outros prédios edificados nesse potreiro, os quais, provavelmente, consistem nos bens que lhe pertenciam quando herdou o terreno de Manoel Alves de Moraes (Fig. 70):

Uma pequena casa de paredes de tijolos e coberta de palha que serviu de fábrica de sabão, também edificada no citado potreiro.

Uma outra casa construída de paredes de tijolos e coberta de telha edificada dentro do mencionado potreiro com frente à estrada que desta cidade segue para o passo do Fragata.

Uma outra pequena casa colocada no potreiro que serve de moradia ao capataz.

Um galpão de olaria coberto de palha e forno de cozer tijolos edificado no mesmo potreiro.⁹⁹

⁹⁶ Idem.

⁹⁷ Outro elemento que corrobora com esta hipótese é a análise das profissões dos escravos. No inventário de Rita Leocádia apenas 37% dos seus cativos trabalhavam diretamente na charqueada, enquanto no inventário de Vianna ocorre o inverso: 87% dos escravos eram especializados na produção de charque. Essas disparidades mostram que os plantéis de escravos de Rita Leocádia de Moraes e de José Vieira Vianna não estavam mobilizados para a mesma atividade. Os escravos de Rita Leocádia deviam ser responsáveis pelos campos de crias, enquanto Vianna administrava a produção da charqueada de sua sogra.

⁹⁸ Test. Rita Leocádia de Moraes Borges. N.1872, M.86, E.13, Ano 1851. 1º Cartório de Órfãos e Provedoria de Rio Grande.

⁹⁹ Inv. José Vieira Vianna. N. 382, M. 26. E. 06. Ano 1854. 1º Cartório de Órfãos e Prov. De Pelotas.

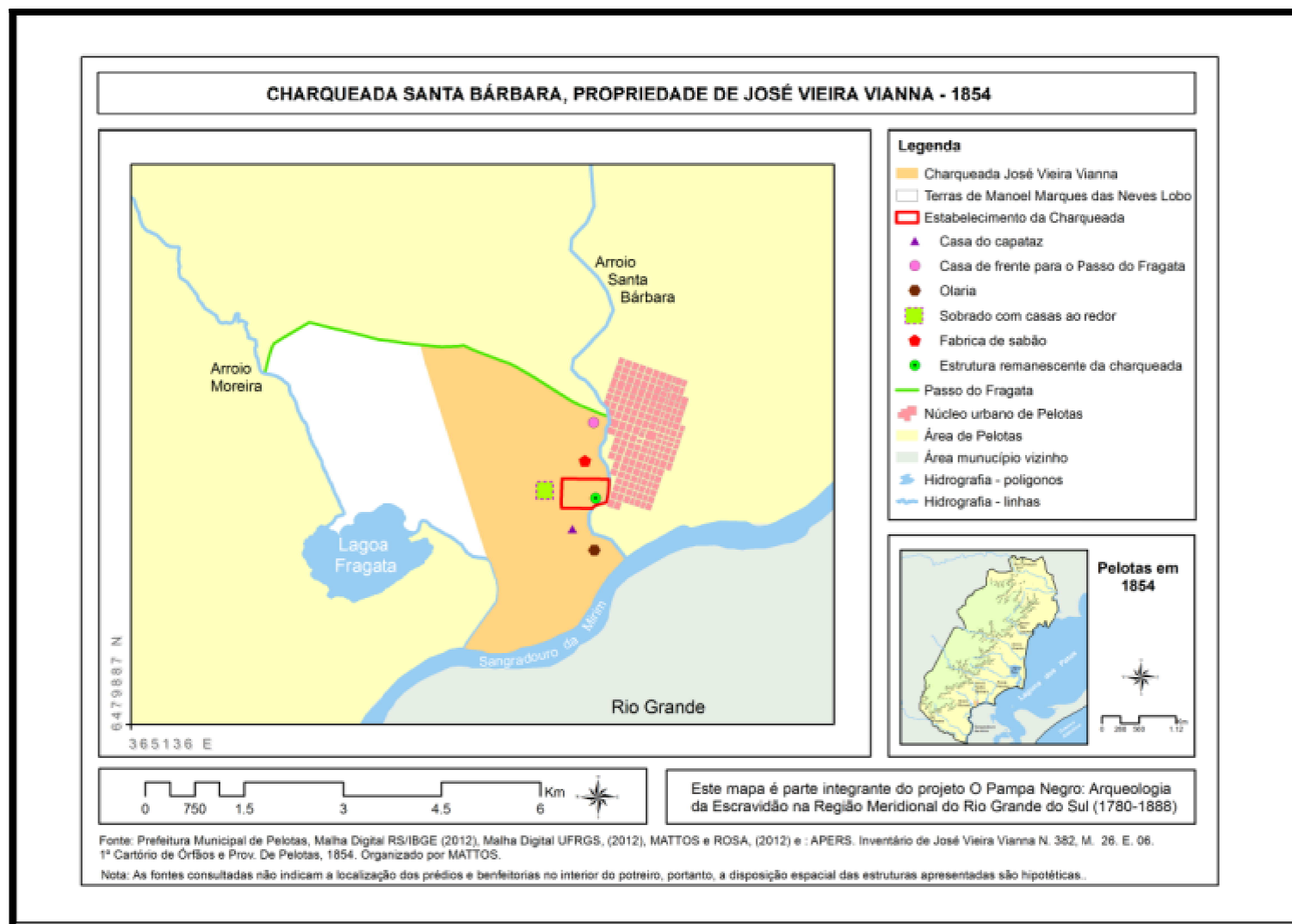


Figura 70 – Estruturas da propriedade de José Vieira Vianna, 1844. Fonte: Banco de Dados do Projeto *O Pampa Negro: Arqueologia da Escravidão na Região Meridional do Rio Grande do Sul (1780-1888)*.

Essas informações sugerem que antes de tornar-se proprietário do sobrado e da charqueada, José Vieira Vianna dedicava-se a fabricação de outros produtos como sabão, telhas e tijolos, os quais consistiam em outra fonte de renda, além da parte que lhe cabia na administração da charqueada de sua sogra. Por essa razão, é plausível que as demais casas descritas no inventário também podem ter servido de moradia para Vianna e sua família, bem como aos seus agregados e escravos, em um período anterior à compra do sobrado. Assim, voltando ao que estávamos discutindo anteriormente, os prédios remanescentes da Charqueada Santa Bárbara podem consistir nos bens que pertenciam a Vianna em 1844, como a fábrica de sabão, a casa do capataz e a olaria, excetuando-se a casa localizada de “frente à estrada que desta cidade segue para o Passo do Fragata”, pois esta se situa em um ponto mais distante do local onde trabalhamos atualmente.

Em 1854, os bens de José Vieira Vianna foram divididos entre os seus herdeiros. Eram eles: a sua esposa Rosália Alves Vianna e seus filhos Joanna Sabrina Vianna Lobo (casada com Manoel Marques das Neves Lobo), Manoel Alves Vianna, José Vieira Vianna, Candido Vieira Vianna de 19 anos, Faustino Alves Vianna de 13 anos, Rita Alves Vianna de 12 anos e João Evangelista Vianna de 10 anos¹⁰⁰. Na partilha dos bens Rosália herdou o potreiro com a charqueada, o sobrado e todas demais casas e benfeitorias. Assim, o estabelecimento de charqueada continuou sob o domínio da família, passando a ser conduzido pela firma “Viúva Vianna & Filho”.¹⁰¹

José Vieira Vianna era comendador e atuou na câmara legislativa de Pelotas por dois mandatos, entre os anos de 1844 e 1848¹⁰². Além disso, possuía um vasto patrimônio composto por chácaras, terrenos, armazéns e imóveis urbanos. Dessa forma, a herança deixada por Vieira Vianna representava uma grande soma de bens móveis e imóveis. O valor total de todos os bens inventariados foi de 224.387.711 (duzentos vinte quatro contos trezentos e oitenta e sete mil setecentos e onze réis), uma quantia significativa na época. Contudo, poucos anos depois a viúva Vianna faliu e a charqueada foi desativada.

¹⁰⁰ Idem.

¹⁰¹ Idem.

¹⁰² Consultado em: <http://www.camrapel.rs.gov.br/historia/legislaturas-da-camara-de-vereadores-de-pelotas>

4.2.4 O declínio e a desestruturação da charqueada na década de 1860

Após a morte de Vianna as terras do potreiro de Santa Bárbara passaram por sucessivas disputas e processos de litígio. Uma das razões devia-se justamente à sua proximidade com a cidade. Após os anos 1850 a cidade estava em pleno desenvolvimento; sua malha urbana expandia-se e as terras do entorno tornavam-se alvo de interesse para a administração pública.

Assim, em 1856, a Câmara Municipal de Pelotas requereu a Rosália Alves Vianna e herdeiros uma porção de terras situada no arroio Santa Bárbara, alegando que necessitava medir e desapropriar aqueles terrenos para utilidade pública.

Alguns anos depois, emerge outro conflito envolvendo as terras do arroio Santa Bárbara. Em 1864, João Mendes de Arruda fez o pedido de uma medição¹⁰³, requerendo as terras que estavam em poder de Rosália Alves Vianna e seu genro Manoel Marques das Neves Lobo. Nesse documento, Arruda alegava que as havia comprado de Zeferino Borges e que os limites da propriedade não estavam de acordo com o que constava na escritura. Essa disputa desenrolou um longo processo, culminando, posteriormente, em uma nova medição de terras requerida por Manoel Lobo.

Primeiramente, Manoel Marques das Neves Lobo fez um pedido de medição das terras que ele havia herdado de Rita Leocádia de Moraes Borges e que estava embargada por Arruda. Essas terras faziam divisa com a propriedade da família Vianna, e com a morte de Rosália, seu genro quis reaver a parte que lhe cabia.

(...) quer o suplicante fazer medir e demarcar judicialmente a parte de campo cito além do arroio de Santa Bárbara em um potreiro dentro dos vales, e a esquerda da estrada, que vai desta cidade para o passo Fragata, e se divide a leste com herdeiros do co-herdeiro José Vieira Vianna, hoje falecido, pelo oeste com o Arroio do Moreira, pelo sul com mesmo arroio e a lagoa que ele forma, contendo quinhentas e cinquenta e uma braças de frente com uma légua de fundos¹⁰⁴.

¹⁰³ APERS. Medição de Terras. João Mendes de Arruda. Passo do Fragata. A.628; M.16A; E.30, 1º Cartório Civil e Crime, Pelotas, 1864.

¹⁰⁴ Medição de Terras. Manoel Marques das Neves Lobo. N.630, M.16ª, E.30, Ano 1865. 1º Cartório Civil e Crime de Pelotas.

No documento de medição de terras, Manoel Lobo declarou que Rosália Alves Vianna havia morrido em estado de falida, e, portanto, ele estava reclamando a posse das suas terras que estavam nas mãos dos “administradores da massa falida da viúva Vianna e filho”¹⁰⁵. Manoel Marques das Neves Lobo apresentou os autos de testamento e inventário de Rita Leocádia de Moraes Borges, comprovando a legitimidade de suas possessões. Em vista disso, o autor do processo ganhou judicialmente o direito de retomar suas terras.

Todavia, mesmo após a sentença favorável, Manoel Marques das Neves Lobo deu continuidade ao processo, desta vez com o intuito de peticionar os bens da falecida Rosália Alves Vianna, os quais se encontravam nas mãos de seus administradores João Vieira Pimenta, João Rodrigues Saraiva e Antônio Joaquim Dourado. Esses bens integravam a massa falida da charqueada da viúva Vianna e consistiam nos terrenos e prédios situados no potreiro além do arroio Santa Bárbara¹⁰⁶. De acordo com as declarações do documento, a “massa falida” da viúva Vianna estava em estado de abandono, e, por essa razão, o co-herdeiro Manoel Marques das Neves Lobo recorreu à justiça retomando a propriedade das mãos dos administradores. Ao final do processo Manoel Lobo foi favorecido e os terrenos do arroio Santa Bárbara passaram por uma nova medição judicial.

Manoel Marques das Neves Lobo conseguiu reaver a propriedade da família; entretanto, seus esforços não tiveram a intenção de reerguer a charqueada. Manoel Lobo era um negociante português radicado no Brasil desde 1844; morador em Rio Grande, possuía um estabelecimento mercantil chamado Lobo & Cia. nesta cidade¹⁰⁷ e, portanto, é possível que não tinha interesse em dedicar-se a produção de charque. Por essa razão, em 1878, Manoel Lobo tratou de vender os terrenos remanescentes do espólio da família.

¹⁰⁵ Medição de Terras. Manoel Marques das Neves Lobo. N.630, M.16^a, E.30, Ano 1865. 1^o Cartório Civil e Crime de Pelotas.

¹⁰⁶ Idem.

¹⁰⁷ Consultado em <http://www.bibliotecariograndense.com.br/historico/index.htm>; e em Portugueses no Brasil, Cartas de naturalização disponível em http://www.geneall.net/P/forum_msg.php?id=265059&fview=e

Quando João Simões Lopes Filho¹⁰⁸, o visconde da Graça, comprou a propriedade de Manoel Lobo em 20 de abril de 1878, a charqueada não existia mais: restavam apenas as terras, o sobrado e algumas casas que ainda permaneciam edificadas. No inventário do Visconde da Graça consta o registro de oito lotes de terrenos vendidos por Manoel Lobo, todos localizados na área que corresponde à antiga propriedade de Vieira Vianna. Neste período, esses terrenos já estavam divididos por várias ruas da cidade de Pelotas. Dos oito lotes de terrenos arrolados no inventário, pelo menos três apresentavam edificações que integravam a antiga propriedade de Vianna.

Um campo aramado com oito centos vinte sete metros mais ou menos frente norte para onde se divide com terras de Francisco Antunes Maciel (...) em fundos de mil oito centos metros mais ou menos ao rio São Gonçalo e arroio Fragata, dividindo-se a leste com a linha da estrada de ferro do Rio Grande a Bagé, e a oeste com herdeiros de Manoel Marques das Neves Lobo **com uma pequena casa**. (...) Um terreno com trezentos e trinta e sete metros mais ou menos de frente norte pelo prolongamento da rua Conde de Porto Alegre, com mil metros mais ou menos de fundo ao rio São Gonçalo, limitando-se a leste com o arroio Santa Bárbara e a oeste com a estrada de ferro do Rio Grande a Bagé **com uma casa de sobrado e dois galpões**. (...) Um terreno compreendido no prolongamento das ruas de São Domingos e São Joaquim com cem metros mais ou menos de frente oeste a estrada de ferro do Rio Grande a Bagé e fundos ao arroio Santa Bárbara dividindo-se ao sul e ao norte com a herança, **com uma pequena propriedade**. (...) Parte dos terrenos comprados de Manoel Marques das Neves Lobo em vinte de abril de mil oito centos e setenta oito conforme escritura lavrada no segundo cartório desta cidade.¹⁰⁹ (*Grifo nosso*)

Esses lotes de terrenos foram divididos entre os herdeiros do Visconde da Graça¹¹⁰, na partilha de sua herança, em 1893. A partir desse momento o

¹⁰⁸ João Simões Lopes Filho foi um homem importante e influente em Pelotas no século XIX. Destacou-se na política ao lado dos republicanos e recebeu os títulos de barão e visconde da Graça. Além disso, possuía um vasto patrimônio e dedicava-se ao negócio mais rentável da época, a produção de charque e derivados (GUTIERREZ, 2001; OGNIBENI, 2005).

¹⁰⁹ Inv. Visconde da Graça. N.1254, M.69, E.06, Ano 1893. 1º Cartório Civil e Crime de Pelotas

¹¹⁰ João Simões Lopes possuía muitos herdeiros, entre eles sua esposa, filhos do primeiro e segundo casamento e netos. De acordo com o inventário os bens foram divididos entre os "herdeiros do primeiro matrimônio do inventariado com a finada Dona Euphrásia Gonçalves Lopes: Catão Bonifacio Lopes, maior, viúvo e atualmente na Uruguaiana; Dona Maria Joaquina Lopes & Almeida, casada com o Coronel Junius Brutus Cassio de Almeida; Francisco de Salles Lopes, maior, casado e residente nesta cidade; Evaristo Lineu Lopes, maior, casado e residente nesta cidade; Major José Simões Lopes, maior, casado e residente nesta cidade; Dona Eufrásia Lopes Baptista, casada com Pedro Nunes Baptista, maior e residente nesta cidade; Netos: Filha do finado herdeiro filho do inventariado e do referido primeiro matrimônio Vicente Simões Lopes; D. Haydé Vinhas Lopes, solteira, dezesseis anos de idade e residente nesta cidade. Filhos do segundo casamento do inventariado com a inventariante: Dona Arminda Lopes Braga, casada com o capitão Alfredo Augusto Braga, maior e residente nesta cidade; Dom Antonio Simões Lopes, maior casado e residente nesta cidade; Major Ismael

antigo potreiro de Manoel Alves de Moraes e de José Vieira Vianna prestou-se a novos usos. As terras situadas entre o Canal São Gonçalo, o arroio Pelotas e o arroio Moreira foram incorporados à área urbana de Pelotas; destas, restam apenas os resquícios da antiga charqueada de Vieira Vianna, a qual atualmente denominamos “Charqueada Santa Bárbara”. Essa propriedade, segundo o relato dos moradores do local, pertence hoje aos netos do Visconde da Graça, herdeiros de seu filho Augusto Simões Lopes.

“(...) essa casa, esses terrenos, aliás, e a casa pertencem à família Simões Lopes, tá, inclusive a dona Suely, ela é uma das senhoras bastante idosa que ainda é da família né (...)” (Gilberto Pedra)¹¹¹

“(...) eu tenho mais contato com a dona, com uma das donas que é a dona Suely Simões Lopes, isso aqui tem muitos herdeiros né, de terras de prédios, do castelo Simões Lopes ali, e essa senhora tá com oitenta e tantos anos, é uma das herdeiras também.” (Hector Queirós)¹¹²

A dona Suely Simões Lopes, citada nos depoimentos do Sr. Gilberto Pedra e do Sr. Hector, nasceu em 1919, é a quinta filha do casal Augusto Simões Lopes e Hilda Campello Duarte. Augusto Simões Lopes (1880-1941) é o filho caçula do Visconde da Graça com sua segunda esposa Zeferina Antonia da Luz¹¹³. Dona Suely, portanto, é neta de João Simões Lopes Filho, o Visconde da Graça (1817-1893). Embora dona Suely não seja a única herdeira da charqueada Santa Bárbara, ela é responsável pelo aluguel das casas, uma vez que todos os moradores a apontam como proprietária do imóvel.

Dessa forma, o atual sítio arqueológico Santa Bárbara consiste em um “fragmento” da história do potreiro Santa Bárbara. Essa área sofreu grandes impactos desde o final do século XIX com a expansão da malha urbana, as

Simões Lopes maior, casado e residente nesta cidade; Justiniano Simões Lopes maior, casado e residente nesta cidade; Dom Ildefonso Simões Lopes maior, casado e atualmente em São Paulo; Manuel Simões Lopes, maior, solteiro, e residente no Rio Grande; João Simões Lopes, solteiro, de dezenove anos de idade e atualmente em São Paulo; Augusto Simões Lopes, solteiro, de treze anos, e residente nesta cidade. Meeira, ela inventariante, hoje cabeça de casal e na posse da herança. (Inv. Visconde da Graça. N.1254, M.69, E.06, Ano 1893. 1º Cartório Civil e Crime de Pelotas.)

¹¹¹ PEDRA, Gilberto dos Santos. Entrevista concedida a DA ROSA, Estefânia Jaékel e FERREIRA, Lucio Menezes, Pelotas, 14 de dez., 2010.

¹¹² QUEIRÓS, Hector Marques. Entrevista concedida a DA ROSA, Estefânia Jaékel, Pelotas, 17 de dez., 2010.

¹¹³ (Para maiores informações consultar:

<http://simoelopes.blogspot.com/search/label/Augusto%20Sim%C3%B5es%20Lopes>

<http://br.oocities.com/josimo70/simoelopes1-22.html#suelyDSL>)

instalações industriais e os empreendimentos imobiliários dessa área. Isso implicou no desaparecimento da maior parte da antiga charqueada; até mesmo o sobrado cercado por pomares, galpões e demais casas de moradia.

No mapa urbano de Pelotas de 1922, parte da área da antiga charqueada aparece preservada na margem direita do arroio Santa Bárbara. Nesse período já existiam pontes sobre o arroio e ruas que se estendiam pela outra margem. Essa localidade era chamada de Vila da Graça em 1992, conforme a referência apresentada por João Simões Lopes Neto no texto já comentado (Figura 71).

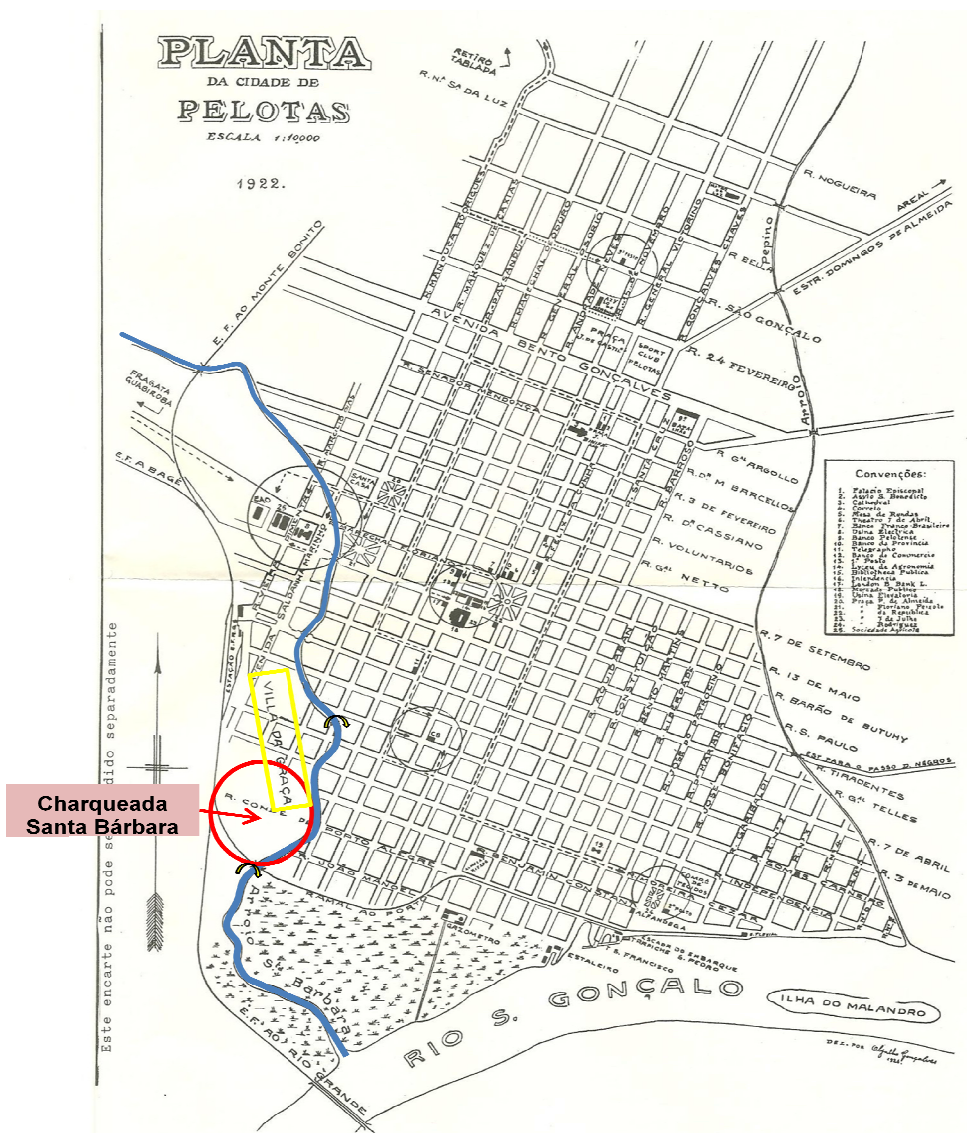


Figura 71 – Planta da cidade de Pelotas com destaque à área da charqueada Santa Bárbara. Fonte: Pelotas, 1922.

Nesse trabalho percebemos que, mesmo analisando o desenrolar dos conflitos familiares, das divisões das terras nas partilhas de herança, bem como os diversos usos e estruturas construídas nesses terrenos, não podemos afirmar com exatidão a funcionalidade do prédio remanescente da antiga charqueada. Entretanto, todos os indícios apontam que essa edificação consistiu em uma unidade residencial, composta por um pátio interno e dois prédios anexos que serviam para subsidiar a casa principal, fosse para o armazenamento ou para moradia de escravos. Segundo o que apontou as fontes documentais, essa edificação foi construída no início do século XIX e estava associado ao estabelecimento de charqueada. Posteriormente, com a construção do sobrado, esse prédio deixou de ser a sede da propriedade, mesmo assim continuou em atividade, abrigando o arrendatário João Vinhas e, logo após, José Vieira Vianna.

A proximidade desses prédios com o arroio Santa Bárbara reforça o argumento de que a casa serviu de moradia para os administradores da charqueada e, logo, pode-se afirmar que as estruturas da produção saladeril encontram-se nas áreas circundantes. Nesse sentido, essas hipóteses já estão sendo averiguadas, e em breve, poderão ser respondidas com o trabalho que está sendo realizado no sítio Santa Bárbara.

4.2.5 As pesquisas arqueológicas do Lâmina na charqueada Santa Bárbara

Esse trabalho consiste em escavações arqueológicas nos prédios localizados aos fundos da propriedade, bem como no entorno das edificações.



Figura 72 – Prédio dos fundos (galpão 1) após coleta de superfície. Fonte: Banco de dados do LÂMINA, 2011.



Figura 73 – Escavação das quadrículas 1 e 2 no interior do galpão 1. Fonte: Banco de dados do LÂMINA, 2011.



Figura 74 – Ambiente da escavação na área do entorno da casa, pátio lateral. Fonte: Banco de dados do LÂMINA, 2012.

A primeira área escavada consistiu no prédio em ruínas que possivelmente serviu de senzala. Com base nessa hipótese realizamos a abertura de duas quadrículas no local, no intuito de analisar a formação estratigráfica, os vestígios estruturais e os artefatos existentes no local. A partir disso, identificamos diferentes períodos construtivos dos pisos, e ainda, diversos fragmentos de cultura material, tais como louças, vidros, metais, ossos, cerâmicas, entre outros, dos quais se destaca a presença de contas de colar (uma negra e uma azul), um cachimbo cerâmico e uma moeda imperial datada de 1869. Esses materiais foram conduzidos ao LÂMINA e estão processo de consolidação e conservação, etapa competente à equipe especialista em restauro do laboratório, coordenada pelo Prof. Dr. Jaime Mujica.



Figura 75 – Cachimbo cerâmico encontrado na quadrícula 1, galpão 1. Fonte: Banco de dados do LÂMINA, 2011.



Figura 76 – Moeda Imperial (1869) encontrada no galpão 1. Fonte: Banco de dados do LÂMINA, 2011.

No entanto, tendo em vista que a análise desses materiais encontra-se em fase inicial, não dispomos de dados suficientes para aprofundar a discussão acerca dos artefatos citados. Até mesmo, para não cair no erro de fazer analogias e associações simplistas, as quais dão ênfase à cultura material em detrimento de seus contextos, essencializando, assim, as interpretações acerca da vida cotidiana dos escravos. Dessa forma, mesmo compreendendo que esses materiais são fortes indicadores da presença escrava no local, acreditamos, com base na leitura teórica apresentada no primeiro capítulo, que ainda são necessários estudos mais aprofundados, contemplando a abertura de outras áreas e uma análise mais densa da estratigrafia e dos artefatos identificados no sítio.

Por ora, podemos analisar questões sobre a escravidão na charqueada Santa Bárbara, a partir de uma leitura crítica das fontes documentais.

4.3 A escravidão na charqueada Santa Bárbara

A charqueada Santa Bárbara integrava um grande complexo produtivo no século XIX. De acordo com os inventários analisados, esta propriedade desempenhou diversas atividades como a produção de charque e derivados, a fabricação de sabão e de tijolos, a criação de animais, o cultivo de horta, pomar e chácara, além de outros serviços ligados à subsistência e à vida doméstica do estabelecimento. Em vista disso, o funcionamento deste complexo dependia diretamente do trabalho cativo, uma vez que todas estas atividades eram desempenhadas pela mão-de-obra escrava.

Levando em conta que a charqueada funcionava desde o início do século XIX, compreendemos que esta área foi ocupada por muitos africanos e afrodescendentes desde os primórdios da fundação da propriedade. Entretanto, a escassez de fontes sobre os escravos do complexo Santa Bárbara limita a compreensão das relações que se estabeleceram sobre este espaço, e, dessa forma, são poucas as informações que dão conta dos aspectos da vida cotidiana desses grupos até o momento.

Dos documentos pesquisados, apenas três fornecem dados sobre os escravos que trabalhavam nessa propriedade. Esses documentos consistem

nos inventários *post-mortem* de Manoel Alves de Moraes¹¹⁴, de Rita Leocádia de Moraes Borges¹¹⁵ e de José Vieira Vianna¹¹⁶. Os dados obtidos referem-se principalmente à demografia (idade, sexo, origem) e as funções que os escravos desempenhavam. Esses dados, portanto, revelam apenas uma parcialidade dos escravos que viveram e trabalharam na propriedade, pois representam somente o conjunto de bens desses proprietários e um momento específico da história do local, ou seja, o ano de falecimento desses.

Dessa forma, tendo em vista as diferenças apresentadas entre os três inventários analisados, abordaremos primeiramente o plantel de Manoel Alves de Moraes, dadas as especificidades do contexto no qual estava inserido, e, em seguida, discorreremos sobre as relações de escravos de Rita Leocádia e de Vianna em conjunto, levando em consideração que os escravos que trabalhavam nos serviços da charqueada naquele momento deveriam pertencer a ambos os proprietários.

No inventário de Manoel Alves de Moraes, datado de 1844, a relação de escravos era composta de 53 cativos, mais 16 que estavam em poder dos herdeiros¹¹⁷. Este inventário, no entanto, não é muito elucidativo, pois as informações sobre origem, idade e profissão são incompletas, apenas alguns escravos apresentam essas descrições.

Segundo a alegação de José Salsiccioni e sua esposa, as idades e qualificações dos escravos foram omitidas intencionalmente, pois, assim, a viúva inventariante pôde diminuir-lhes o valor, o que igualou os escravos independente do sexo, origem, idade e ofícios destes, prejudicando os herdeiros. Seguindo a contestação do inventário, os suplicantes afirmaram ainda que não foram mencionados os 18 escravos fugidos e capturados pelos rebeldes durante a Guerra Farroupilha.

Dessa forma, podemos perceber mais uma vez os impactos causados pelos conflitos farroupilhas na propriedade de Manoel Alves de Moraes. Como

¹¹⁴ APERS. Inventário de Manoel Alves de Moraes. A. 231; M.16; E 25 (140ª). Pelotas, 1º Cartório de Órfãos e Provedoria, 1844.

¹¹⁵ Testamento de Rita Leocádia de Moraes Borges. N. 1872, M. 86, E. 13. Ano 1851. 1º Cart. Órfãos e Prov. Rio Grande. e Inv. Rita Leocádia de Moraes Borges. N.334, M.24, E.25, Ano 1851. 1º Cartório de Órfãos e Provedoria de Pelotas.

¹¹⁶ Inv. José Vieira Vianna. N. 382, M. 26. E. 06. Ano 1854. 1º Cartório de Órfãos e Prov. de Pelotas.

¹¹⁷ APERS. Inventário de Manoel Alves de Moraes. A. 231; M.16; E 25 (140ª). Pelotas, 1º Cartório de Órfãos e Provedoria, 1844.

vimos no capítulo 2, naquele momento de instabilidade muitos escravos aproveitaram para fugir ou mesmo aliaram-se às tropas rebeldes, uma vez que estes prometiam liberdade aos escravos que lhes apoiassem.

Por que durante a revolução da província (e foi nela para que o inventário foi feito) e antes dela fugiram porção de escravos pertencentes ao casal que com notícias vagas sabia a 1ª embargada e alguns dos co-herdeiros que muitos dos ditos escravos sem especificação de nomes, serviam nas fileiras rebeldes, que alguns tinham morrido em ataques e outros noticia alguma havia, nesta perplexidade deixou de escrever os nomes desses escravos, mesmo por que não podiam ser avaliados e partilhados por muito justas reclamações.¹¹⁸

A análise do perfil demográfico do plantel de escravos de Manoel de Moraes revelou que 69% eram homens, 24% eram mulheres e 7% eram crianças, sendo essas as únicas que possuem suas idades mencionadas. As origens étnicas dos escravos também não são informadas em sua totalidade, pois apenas 29 escravos apresentaram essa informação, como podemos observar no gráfico abaixo.

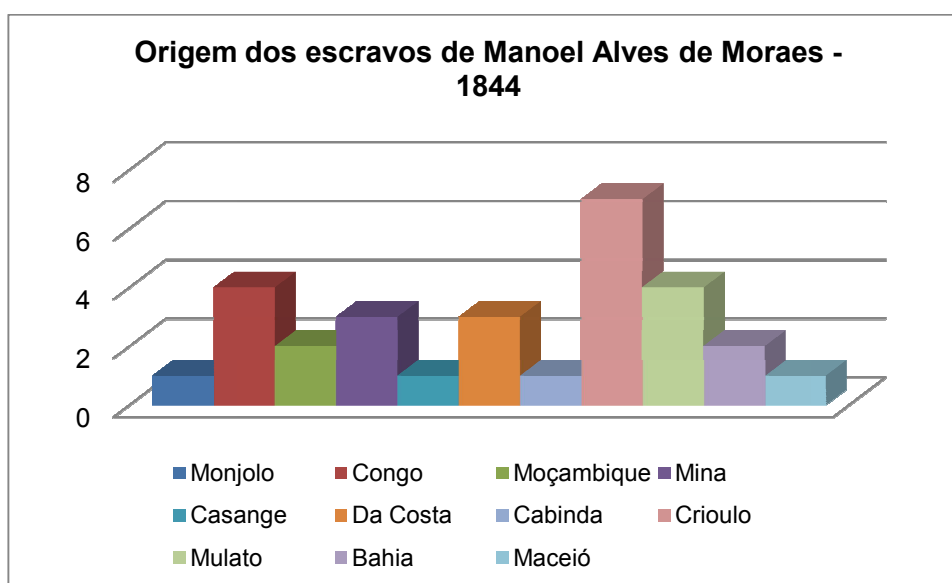


Figura 77 – Origem dos escravos de Manoel Alves de Moraes. Fonte: APERS. Inventário de Manoel Alves de Moraes. A. 231; M.16; E 25 (140ª). Pelotas, 1º Cartório de Órfãos e Provedoria, 1844.

¹¹⁸ Idem.

Dos escravos presentes no inventário de Manoel apenas 10 apresentam referências sobre seus ofícios, dos quais: 2 cozinheiros, 1 alfaiate, 1 sapateiro, 1 carpinteiro, 3 pedreiros, 1 tanoeiro e 1 campeiro. Nota-se que nenhum possui ofício relacionado com os serviços da charqueada, no entanto, segundo a alegação de Salsiccioni havia “*muitos com ofícios de pedreiros, carpinteiro, tanoeiro, oleiro, carneador.*”¹¹⁹ Esse dado corrobora a idéia de que Manoel devia dedicar-se aos negócios da charqueada antes da Guerra, e é possível que tenha arrendado seu estabelecimento por encontrar-se ausente naquele momento.

A partir da análise dos inventários de Rita Leocádia e de José Vieira Vianna foi possível observar o perfil demográfico dos escravos que habitaram a propriedade entre os anos de 1851 e 1854. Apesar de existir um pequeno intervalo de tempo entre ambos, a análise revelou algumas diferenças marcantes entre os plantéis dos proprietários, os quais apresentaram variações significativas, corroborando a hipótese de que os cativos de ambos não eram empregados nas mesmas funções.

Rita Leocádia possuía 38 escravos: estes integravam a terça parte da herança de seu marido Manoel Alves de Moraes, cujos bens também foram divididos com as filhas Rosália, Leonídia e Augusta, após seu falecimento, em 1844. Esse número, portanto, não corresponde ao total de escravos que trabalhavam na propriedade, pois, conforme já observado, é provável que, após a morte de Manoel Alves de Moraes, José Vieira Vianna tenha se tornado administrador da propriedade da sogra.

As charqueadas que tinham muitos escravos ao morrer um dos proprietários, estes acabavam por serem divididos entre o sobrevivente e os filhos herdeiros e em inventário posterior do outro cabeça de casal o número de escravos poderia então ser muito reduzido mormente a charqueada, enquanto empresa também estar dividida entre vários proprietários. (OGNIBENI, 2005, p. 72)

No inventário de José Vieira Vianna foram arrolados 61 escravos, destes um era “meia escrava denominada Lourdes”, três estavam em poder de sua filha Joana Sabrina Vianna Lobo, casada com Manoel Marques das Neves

¹¹⁹ APERS. Inventário de Manoel Alves de Moraes. A. 231; M.16; E 25 (140^a). Pelotas, 1^o Cartório de Órfãos e Provedoria, 1844.

Lobo, e um escravo estava em poder de seu filho José Vieira Vianna. Assim, quatro dos escravos arrolados no inventário não trabalhavam efetivamente para Vianna, embora também pudessem viver na propriedade.

Um elemento importante para compreender a escravidão é a origem dos cativos. Os inventários estudados datam da década de 1850, coincidindo com a suspensão do tráfico transatlântico de escravos (PESSI, 2008); dessa forma, grande parte dos cativos arrolados nesses documentos ainda perfaz o grupo de escravos africanos que eram vendidos para o trabalho nas charqueadas, tendo em vista que estes foram comprados antes da proibição. Por essa razão, o percentual de escravos africanos é superior ao de crioulos nos dois inventários analisados.

Nos documentos pesquisados 18% dos escravos não apresentam descrições em relação a cor ou a origem, enquanto 82% apresentam descrições como “de Nação”, crioulo, pardo, preto ou mulato. Essas descrições não indicam as etnias dos escravos, apenas os classificam como crioulos ou africanos, ou mesmo em relação a suas cores.

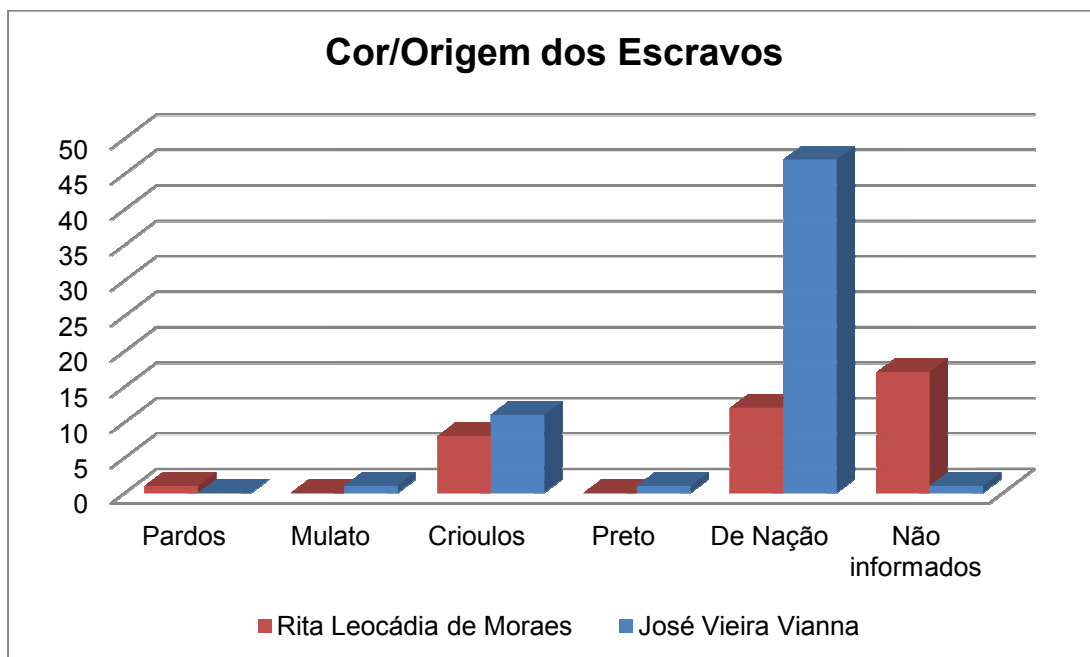


Figura 78 – Cor/Origem dos escravos de Rita Leocádia de Moraes e José Vieira Vianna.
Fonte: APERS, inventários *post-mortem*, Pelotas.

Seguindo essas descrições, consideramos como africanos todos os escravos “de Nação” e como afro-brasileiros as demais descrições (crioulo, pardo, mulato e preto). Do total de escravos arrolados nos dois inventários, apenas 82% apresentam alguma descrição relacionada com a origem, onde 60% consistem em africanos e 22% em afro-brasileiros.

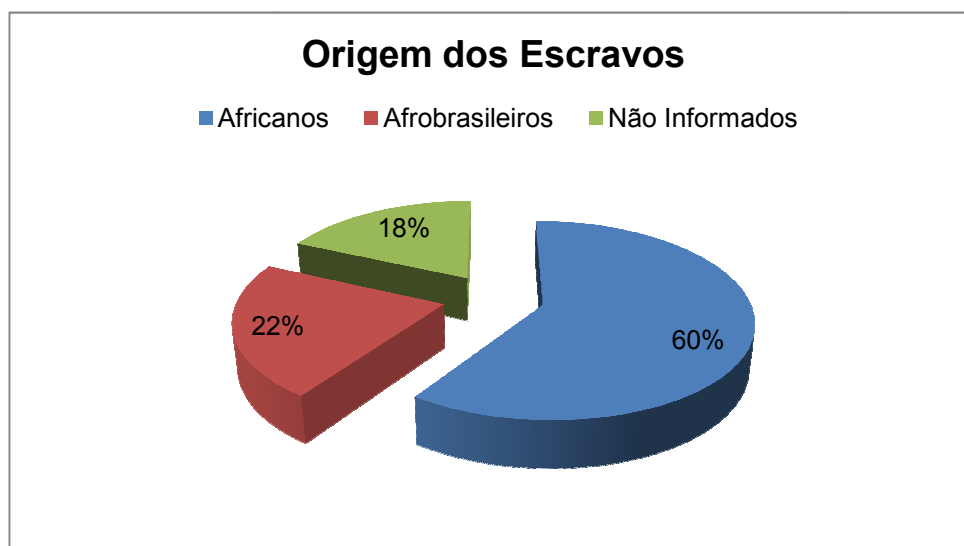


Figura 79 – Origem dos escravos de Rita Leocádia de Moraes e José Vieira Vianna. Fonte: APERS, inventários *post-mortem*, Pelotas.

Analisando separadamente os dois plantéis, constatamos que o inventário de Rita Leocádia apresenta um índice maior de escravos que não teve sua origem mencionada, totalizando 45%; já entre os escravos de Vianna, apenas 2% não tiveram suas origens mencionadas. Assim, no inventário de Rita Leocádia, 31% dos escravos são africanos e 24% eram afro-brasileiros. Vieira Vianna possuía 77% de escravos africanos e apenas 21% de afro-brasileiros. Contudo, embora existisse um índice alto de escravos africanos nessa charqueada, apenas 6% indicam uma etnia africana, e 5% apresentam denominações que remetem a outros estados do Brasil.

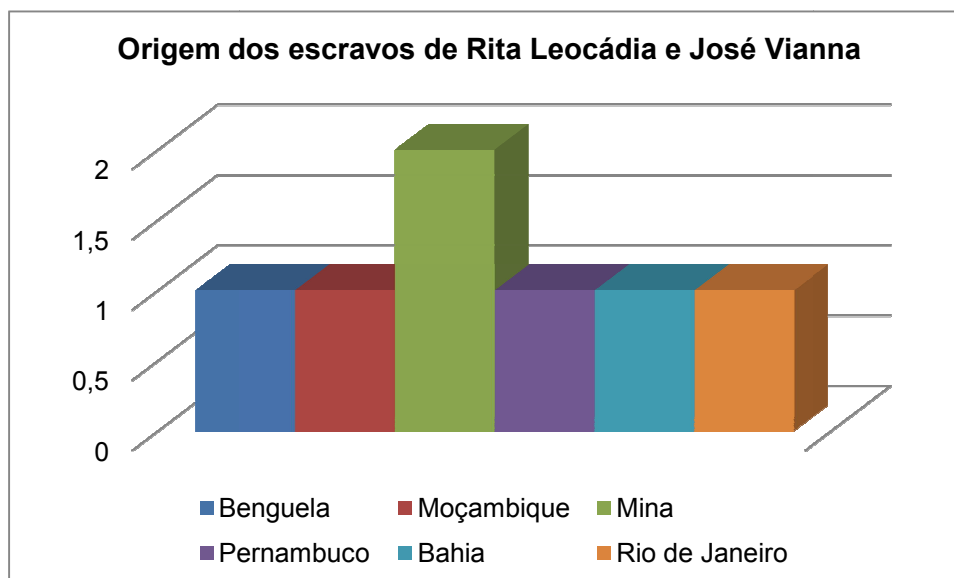


Figura 80 – Nações africanas e estados brasileiros citados nos inventários de Rita Leocádia de Moraes e de José Vieira Vianna. APERS, inventários *post-mortem*, Pelotas.

Esses são apenas alguns indícios das prováveis etnias dos escravos africanos que viveram nesta propriedade; no entanto, devemos levar em conta que esses dados nem sempre são confiáveis. Isso é válido também para as referências sobre os estados brasileiros, por exemplo, o escravo denominado Antônio Pernambuco é de origem “de Nação” e não crioula, isso mostra que os escravos ganhavam essas denominações como adjetivos, os quais remetem à região de onde vieram e não necessariamente ao local onde nasceram.

É importante destacar que essas informações não são por si só inteiramente confiáveis. A descrição da nação informada é uma atribuição muitas vezes baseada nos portos africanos de embarque, que não reconhecia diferenciações étnicas, políticas, culturais e religiosas das sociedades africanas. Sendo assim, a origem geográfica indicada por *mina*, *gege*, *angola*, etc., não constitui uma informação necessariamente indicativa do local de nascimento do indivíduo escravizado. (PESSI, 2008, p. 42)

Em relação ao gênero, observamos que a charqueada Santa Bárbara se enquadra no padrão dos demais estabelecimentos escravistas (GUTIERREZ, 2001; ASSUMPÇÃO, 1991; PESSI, 2008). A maioria dos escravos apresentados nos dois inventários é do sexo masculino. No entanto, percebemos que essa proporção varia de acordo com o proprietário. Rita Leocádia possuía um percentual grande de escravas mulheres: 32% para 68% de homens. Já o plantel de José Vieira Vianna contava com 16% de mulheres

para 84% de homens. Essa diferença provavelmente está relacionada com as necessidades de cada proprietário, ou seja, Rita Leocádia devia precisar de mais escravos domésticos, logo, assim se explica a proporção maior de mulheres, enquanto José Vieira Vianna, que precisava de mais trabalhadores na produção da charqueada, tinha uma quantidade maior de escravos do sexo masculino.

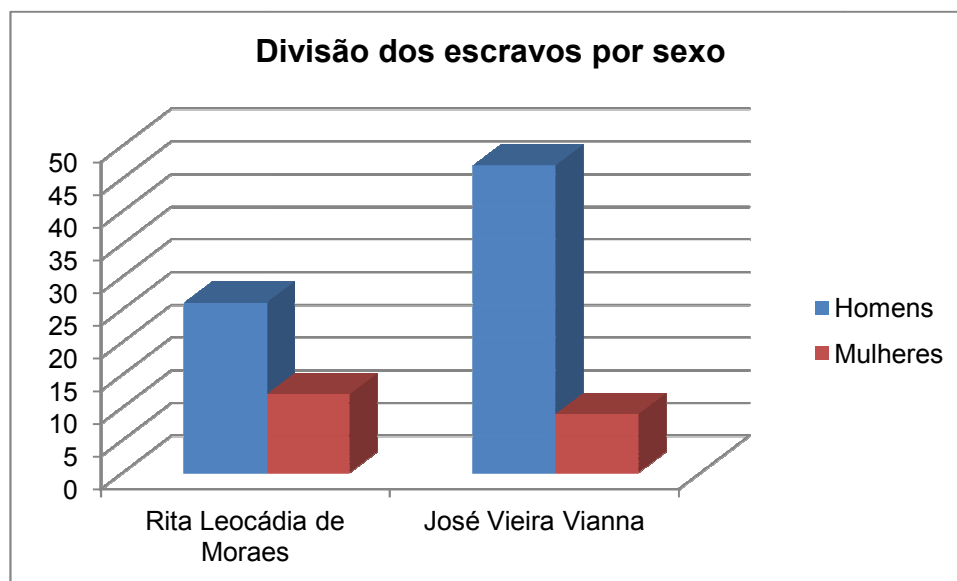


Figura 81 – Divisão por sexo dos escravos de Rita Leocádia de Moraes e José Vieira Vianna.
Fonte: APERS, inventários *post-mortem*, Pelotas.

A idade é um atributo relevante para compreender a disponibilidade de mão-de-obra produtiva na charqueada. Nos inventários analisados, todos os escravos são apresentados segundo sua faixa etária, que varia entre 1 e 60 anos.

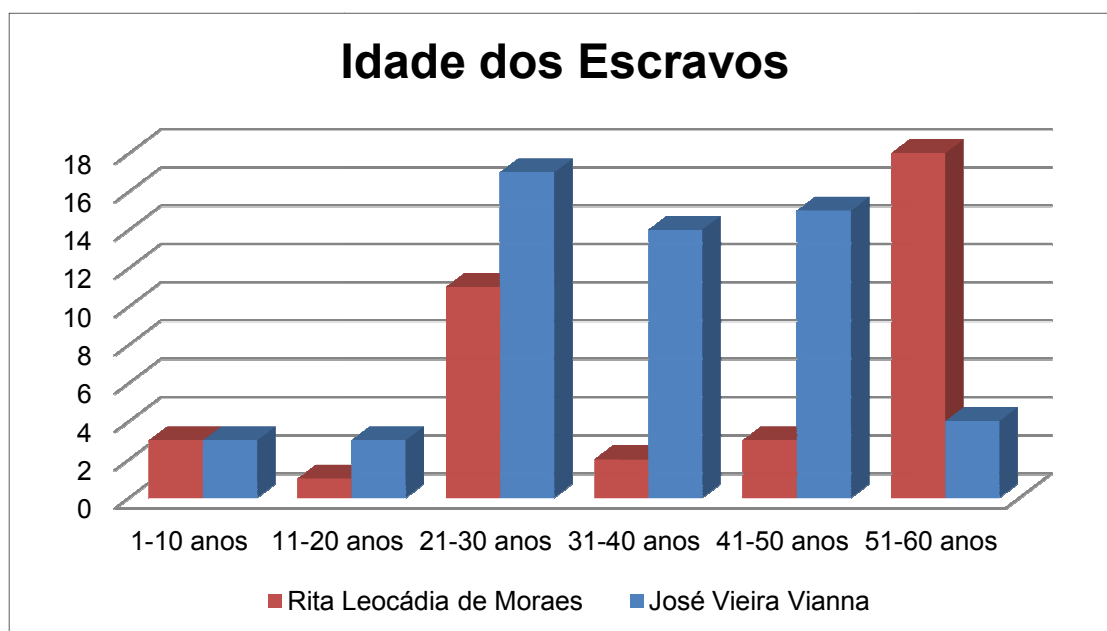


Figura 82 – Idade dos escravos de Rita Leocádia de Moraes e José Vieira Vianna. Fonte: APERS, inventários *post-mortem*, Pelotas.

No entanto, esses números nem sempre eram precisos. Grande parte dos documentos pesquisados por historiadores apenas apresentam uma “idade descritiva” (BERUTE, 2006) como, por exemplo, moleque, menor, “cria de peito”, rapaz, velho, etc. (SCHWARTZ, 2001, BERUTE, 2006, PESSI, 2008). Mesmo quando atribuída, a idade podia não corresponder à realidade do indivíduo. De acordo com Schwartz (2001), as idades eram suposições ou estimativas feitas pelos senhores com base na aparência dos escravos.

Ao comparar os dois inventários analisados neste trabalho, logo constatamos que essa premissa é verdadeira. Isso porque 10 dos 61 escravos de José Vieira Vianna foram herdados de sua sogra Rita Leocádia de Moraes Borges¹²⁰. Esses 10 escravos estão presentes em ambos os inventários e apresentam os mesmos nomes e origem, no entanto, as idades são muito variadas.

¹²⁰ Inv. Rita Leocádia de Moraes Borges. N.334, M.24, E.25, Ano 1851. 1º Cartório de Órfãos e Provedoria de Pelotas.

Tabela 6 – Relação das idades dos escravos de Rita Leocádia de Moraes herdados por José Vieira Vianna.

Inv. Rita Leocádia de Moraes (1851)			Inv. José Vieira Vianna (1854)		
Nome	Origem	Idade	Nome	Origem	Idade
Frederico	De Nação	60	Frederico	De Nação	54
Antonio		60	Antonio		60
Antonio	De Nação	40	Antonio	De Nação	50
Felisberto	De Nação	60	Felisberto	De Nação	52
Louzada	De Nação	60	Louzada	De Nação	50
Maria da Piedade		60	Maria da Piedade		50
Gestrudes	De Nação	30	Gestrudes	De Nação	36
Emília	Crioula	14	Emília Carioca	Crioula	14
Gabriela	Crioula	5	Gabriela	Crioula	6
Sara		1	Sara	Crioula	4

Fonte: APERS, inventários *post-mortem*, Pelotas.

Entre os adultos as idades aumentaram de 6 a 10 anos, como mostra a escrava Gertrudes, que tinha 30 em 1851 e 36 em 1854. No caso dos escravos idosos, a discrepância é muito maior, por exemplo, os escravos Louzada e Maria da Piedade, que apresentam 60 anos no inventário de 1851, diminuem em 10 anos a sua idade, aparecendo com 50 anos em 1854. Poderíamos supor que esta seria uma estratégia para valorizar o escravo diminuindo sua idade, contudo, o contrário também foi observado: o escravo Antonio de Nação “envelheceu” 10 anos entre o período de 1851 e 1854. Esses exemplos corroboram com a idéia de que a maior parte dos escravos não tinha como comprovar sua idade, mas como este era um atributo importante na compra e venda dos cativos, os senhores lhe designavam uma “idade aproximada”.

Dessa forma, utilizamos essas estimativas para analisar o quadro de escravos da Charqueada Santa Bárbara de acordo com faixas etárias, agrupando os escravos em três categorias: crianças, adultos e idosos. Para isso seguimos os padrões estabelecidos pelos demais trabalhos que estudam a demografia da escravidão (SCHWARTZ, 2001; BERUTE, 2006; PESSI, 2008), considerando como crianças os escravos que apresentam até 14 anos de idade, como adultos os indivíduos acima de 15 e até 49 anos, e como idosos os escravos com mais de 50 anos.

A análise das idades dos escravos de acordo com essas categorias etárias revelou algumas diferenças no perfil do plantel de ambos os proprietários. O número de crianças é similar em ambos os inventários: Rita

Leocádia possuía 4 escravos com menos de 14 anos e José Vieira Vianna possuía 5, sendo que destes 3 ele havia herdado da sogra, dos quais duas meninas estavam em poder de sua filha Joana Lobo. O que mostra um desinteresse de Vianna em manter em sua propriedade escravos que ainda não estavam em idade produtiva.

Em relação aos escravos maiores de idade, foi possível perceber que Rita Leocádia de Moraes possuía um número pequeno de escravos adultos, apenas 34%, enquanto os idosos representavam 55% de sua mão-de-obra. Já o plantel de José Vieira Vianna era majoritariamente adulto, pois estes representavam 71% dos escravos para apenas 20% de idosos com mais de 50 anos.

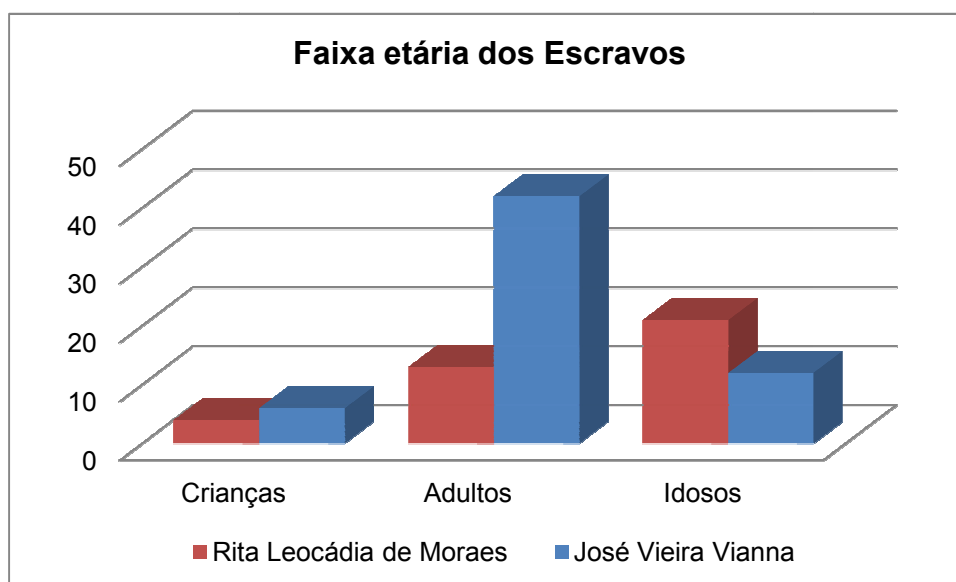


Figura 83 – Faixa etária dos escravos de Rita Leocádia de Moraes e José Vieira Vianna.
Fonte: APERS, inventários *post-mortem*, Pelotas.

A predominância de escravos idosos no inventário de Rita Leocádia de Moraes sugere que ela não investiu na compra de novos escravos após o falecimento de seu marido. Provavelmente, apenas manteve o plantel que havia herdado. Uma das razões para isso, conforme já comentado, é que Rita Leocádia não ficou responsável pela produção da charqueada e, portanto, não tinha a necessidade de “repor” as baixas de seus cativos. Conforme as palavras de seu testamento

“Não possuo dinheiro em moeda e sim os bens que herdei ou me tocarão tocaram de inventário do meu primeiro marido, e estes são os que constituem ainda a minha casa, a exceção do dinheiro em moeda que já gastei, e de algum escravo que tenho cedido ou tem morrido.”¹²¹

José Vieira Vianna possuía um percentual de 71% de escravos adultos, o que apóia a idéia de que ele mantinha um elevado número de escravos voltados para a produção da charqueada. Essa afirmação é corroborada pela estimativa das profissões dos escravos.

A análise comparativa do perfil produtivo dos escravos de Rita Leocádia e de Vianna mostra que 55% dos escravos possuíam uma especialização, enquanto 45% não tiveram sua profissão informada. Dentre as profissões descritas nos inventários constatamos que havia escravos que trabalhavam diretamente na produção de charque, como carneador, salgador, tripeiro e graxeiro; os escravos que exerciam atividades artesanais e na construção como pedreiro, carpinteiro, cozinheiro, carreteiro, marinheiro e servente; os escravos que trabalhavam no campo e no cultivo de hortas e chácaras como campeiro e roceiro e, por fim, aqueles que trabalhavam nas atividades domésticas como lavadeira, costureira, alfaiate e mucamo.

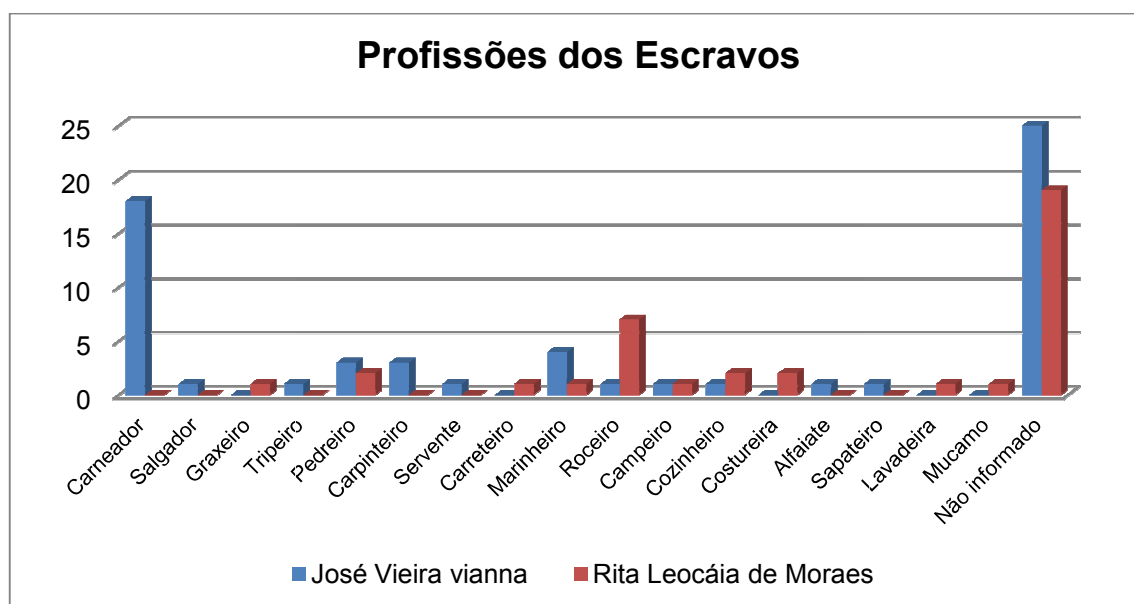


Figura 84 – Profissões dos escravos de Rita Leocádia de Moraes e José Vieira Vianna. Fonte: APERS, inventários *post-mortem*, Pelotas.

¹²¹ Testamento de Rita Leocádia de Moraes Borges. N. 1872, M. 86, E. 13. Ano 1851. 1º Cart. Órfãos e Prov. Rio Grande. e Inv. Rita Leocádia de Moraes Borges. N.334, M.24, E.25, Ano 1851. 1º Cartório de Órfãos e Provedoria de Pelotas.

As profissões listadas nos inventários demonstram que havia um elevado índice de especialização nos planteis analisados. Essas especializações estavam presentes em diversas atividades, nos serviços da charqueada, nos serviços de campo e lavoura, nas atividades domésticas e artesanais, sugerindo que esses escravos deviam se dividir entre o trabalho na charqueada, nas datas de matos, nas residências urbanas, conforme abordamos no capítulo 3. A profissionalização dos escravos nos serviços da charqueada é observada, sobretudo, no inventário de José Vieira Vianna, que contava com 87% de seu plantel trabalhando nas atividades diretas ou de apoio à charqueada.

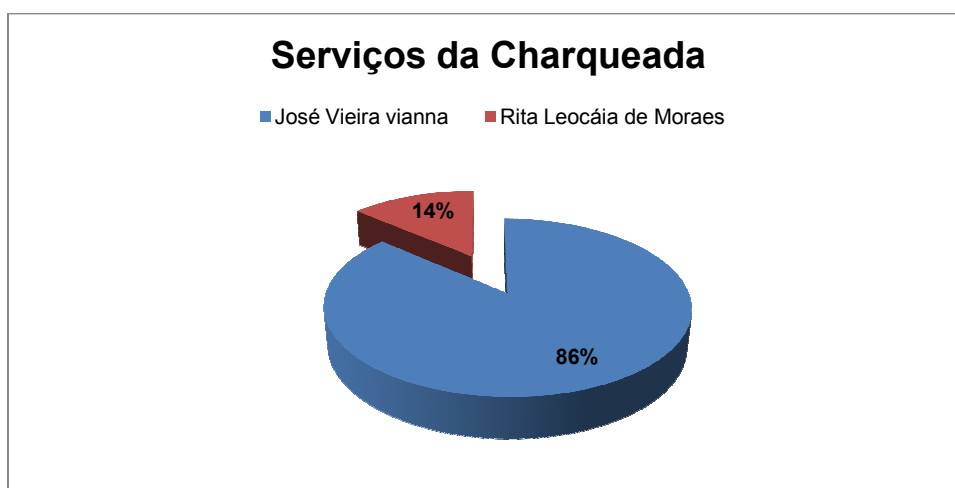


Figura 85 – Trabalho escravos nos serviços da charqueada. Rita Leocáia de Moraes e José Vieira Vianna. Fonte: APERS, inventários *post-mortem*, Pelotas.

Em suma, os dados apresentados nessa pesquisa consistem em uma análise do perfil demográfico dos escravos da charqueada Santa Bárbara. Por esta razão, um estudo baseado nos pressupostos teóricos e metodológicos da Arqueologia da Escravidão será fundamental para compreender questões ligadas ao cotidiano dos escravos, tais como o espaço de habitação e produção sobre o qual estavam condicionados, os hábitos de consumo e a dieta alimentar dos escravos, as esferas funcional e simbólica da cultura material produzida e utilizada pelos africanos e afrodescendentes que habitaram o local; enfim, é necessário um estudo minucioso dos espaços e vestígios materiais encontrados na charqueada Santa Bárbara, os quais possibilitarão uma leitura mais abrangente da vida cotidiana deste estabelecimento escravista.

CONCLUSÃO

Essa dissertação apresentou alguns dos primeiros resultados das pesquisas arqueológicas da escravidão desenvolvidas nas charqueadas pelotenses. Esta pesquisa teve por finalidade analisar a estrutura interna desses estabelecimentos e evidenciar o papel do escravo na manutenção do sistema saladeril. O diálogo entre as fontes escritas e as materializações da antiga paisagem charqueadora, abordados a partir de mapas elaborados em SIG, propiciaram uma nova discussão acerca do tema escravidão nas charqueadas, que há muito é conhecido pela historiografia, lançando parâmetros arqueológicos para discutir essa ocupação às margens dos arroios pelotenses.

Assim, revisitando as charqueadas que hoje são conhecidas pela historiografia, enaltecidas como patrimônio cultural de Pelotas, e ainda, consagradas como epicentro da indústria turística local, notamos que os discursos produzidos acerca desses bens persistem focados na cultura material da elite charqueadora, evidenciando as sedes, os móveis, os objetos e as indumentárias das famílias aristocráticas. Os escravos, ainda que citados, não são devidamente representados no que tange a materialidade de sua vida cultural e cotidiana, pois são observados sempre pelo viés de sua condição subordinada.

Constatamos que as fontes escritas apresentam indícios sobre a vida dos escravos. Analisando-as a partir de uma leitura arqueológica, encontramos informações sobre os objetos domésticos, os instrumentos de trabalho, as famílias, as moradias, etc.. Tudo isso possibilita a compreensão resulta em “pistas” para compreender a vida sócio-cultural dos escravos, sem pensá-los apenas como “mercadorias quantificáveis” e oprimidas, mas sim como sujeitos de ações de resistência e de estratégias cotidianas para melhorarem sua vida em cativeiro.

No primeiro capítulo, apresentamos as bases teóricas e metodológicas que embasaram os objetivos e os argumentos tecidos ao longo da dissertação, mostrando como as nossas questões se inserem em um plano mais geral das pesquisas arqueológicas sobre a escravidão no continente americano. Nessa perspectiva, discorreremos sobre a produção arqueológica de vários países,

demonstrando como estes lugares já lançaram uma variada gama de interpretações sobre as condições de vida dos escravos e as re-configurações da cultura africana no contexto escravista americano. Tomando como base as pesquisas arqueológicas desenvolvidas nos Estados Unidos e no Caribe, países onde a arqueologia da escravidão é um campo do conhecimento já consolidado há décadas, apontamos alguns questionamentos para os estudos arqueológicos da escravidão nas charqueadas pelotenses.

Evidentemente, ainda não é possível fazer um diálogo mais abrangente entre os contextos escravistas das charqueadas e a produção arqueológica das *plantations* do Caribe e Estado Unidos, isso porque os estudos conduzidos pelo projeto O Pampa Negro estão apenas iniciando. Mas, em breve, as pesquisas arqueológicas nas charqueadas pelotenses produzirão dados suficientes para inserir-se em discussões mais amplas acerca da Arqueologia da Diáspora Africana.

Após explanar sobre as abordagens que embasaram nossas pesquisas, apresentamos no segundo capítulo uma caracterização geral acerca do tema escravidão nas charqueadas, mostrando os principais trabalhos historiográficos produzidos no âmbito desse assunto. Algumas questões tomadas pela historiografia foram rediscutidas ao longo da dissertação sob uma perspectiva arqueológica, como: o comércio de escravos em Pelotas; as redes de abastecimento da indústria charqueadora; a produção interna das charqueadas e sua atuação no município no período de safra; e, por fim, a dinâmica comercial de exportação desses produtos. Com essa análise foi possível caracterizar o sistema charqueador, bem como as relações econômicas e sociais imbricadas nesse processo.

Dessa forma, depois de contextualizar nosso objeto de análise, apresentamos o estudo arqueológico desenvolvido em algumas unidades remanescentes do antigo núcleo charqueador pelotense. Assim, no terceiro capítulo refutamos algumas noções consolidadas entre os historiadores, como o número de escravos das charqueadas, a divisão do trabalho no interior destas e a exclusividade da produção do charque e derivados em um estabelecimento.

Não obstante, as generalizações feitas sobre o plantel de escravos nas charqueadas induzem a equívocos, principalmente no que concerne ao número

de escravos e às atividades exercidas por esses nos estabelecimentos escravistas. Vimos que as listas de escravos apresentadas nos inventários contem o número total de escravos de um proprietário, incluindo os cativos de todas as suas propriedades, na cidade, na campanha, na serra, etc.. Portanto, o número de cativos que atuavam no interior dos estabelecimentos era menor do que imaginávamos, principalmente nas charqueadas da margem esquerda do arroio Pelotas, que são apontadas pela historiografia com planteis de mais de 100 escravos. Vimos então, que os planteis de produção das charqueadas seguiam uma mesma média de indivíduos, o restante dos escravos estavam trabalhando nas residências e nas atividades do meio urbano, nas estâncias e nas chácaras.

Isso também suscitou uma abordagem diferenciada sobre as especializações dos escravos. Alguns estudos historiográficos mostram os escravos trabalhando em serviços domésticos, artesanais, na construção, no campo, enfim, como se todas essas atividades fossem desenvolvidas no âmbito interno das charqueadas. Mas, tomando como base o inventário do barão de Butuí, o qual mostra que os escravos que viviam nas charqueadas trabalhavam diretamente na produção (com exceção de alguns escravos domésticos, mulheres e crianças), vimos que alguns escravos especializados, como sapateiros, carpinteiros, copeiros, alfaiates, etc., trabalhavam na cidade e não na charqueada. O mesmo ocorre com os escravos campeiros e roceiros, os quais, por sua vez, atuavam nas datas de matos na serra dos Tapes, nas chácaras e nas estâncias.

As diferenciações entre as atividades exercidas pelos escravos nas diversas propriedades do senhor também nos fez rever as noções de hierarquia e mobilidade social entre os escravos das charqueadas, um tema que já vem sendo discutido a nível nacional, mas que ainda é pouco explorado pela historiografia pelotense. Nessa perspectiva, percebemos que alguns escravos tinham “tratamentos diferenciados”, exercendo ofícios menos penosos, residindo em propriedades cujas lidas eram menos extenuantes, e alguns, ainda, recebiam cartas de liberdade quando do falecimento dos seus donos. Da mesma forma, contrastando os dados dos inventários com documentos paroquiais e processos-crime, observamos as diversas formas que os escravos encontravam para resistir ao sistema, desde a constituição de

famílias e a construção de casas monoparentais, o fortalecimento de alianças por meio de laços de compadrio com outros escravos, e também, os atos de violência e de rebeldia como fuga, roubos, homicídios, etc., que são apontadas como freqüentes entre os escravos das charqueadas.

Além disso, outra questão evidenciada nos inventários é que o patrimônio dos charqueadores não era restrito aos estabelecimentos saladeris. Isso mostra que os charqueadores possuíam outras propriedades produtivas, como armazéns, estâncias, chácaras, etc.. Assim, seu patrimônio e sua renda eram complementados por outras unidades produtivas, e também, providenciavam sua produção de subsistência no plano interno ou subsidiário das charqueadas.

A análise apresentada no terceiro capítulo também buscou caracterizar o potencial arqueológico das charqueadas cujos resquícios materiais se preservam na paisagem costeira do arroio Pelotas. Evidenciamos vários locais propícios aos estudos arqueológicos da escravidão, os quais merecem ser estudados mais profundamente a partir de escavações arqueológicas.

No último capítulo analisamos o processo de ocupação das terras da margem direita do arroio Santa Bárbara, demonstrando as transformações que ocorreram no local desde a doação da sesmaria em 1817 até os usos de seus remanescentes no século XX. Nesse ínterim, analisamos as diferentes estruturas que existiram na propriedade, bem como sua distribuição espacial e sua inserção na paisagem. Essa abordagem levantou a questão sobre a funcionalidade dos prédios remanescentes da charqueada Santa Barbara, no intuito de compreendermos os usos da área em que hoje estamos realizando escavações arqueológicas.

Assim, concluímos que os prédios existentes entre as ruas Conde de Porto Alegre e João Manoel, que outrora pertenceram à estância Santa Barbara, consistiram no passado em casas de moradia atreladas ao estabelecimento de charqueada, podendo inclusive ter consistido na primeira sede da propriedade, que mais tarde foi substituída por um sobrado. O sobrado figura na documentação a partir de 1844, período em que é apontado como principal residência da família proprietária.

Assim, acreditamos que os prédios atuais serviram como uma primeira sede, depois, ao longo da revolução farroupilha, quando a charqueada foi

arrendada, a casa continuou servindo de moradia para a família do arrendatário. Alguns anos depois, a charqueada deixou de ser arrendada e voltou às mãos da família do falecido Manoel Alves de Moraes. Além disso, a casa pode ter servido de moradia para a família de José Vieira Vianna que possuía algumas benfeitorias nas proximidades, e que, depois, passou para a sua propriedade.

Resumindo, mesmo não sendo a única residência da propriedade, o prédio atual serviu de moradia para os charqueadores, enquanto seus prédios anexos podem ter servido como galpões e senzala. Como esses prédios apresentam dimensões pequenas para abrigar a totalidade de escravos que aparecem nos inventários, é provável que existiram outras estruturas que serviram de moradia para os demais escravos. Até mesmo porque, como existiam vários senhores de escravos na mesma propriedade, certamente o número de escravos que circulavam na área era maior que aquele compulsado nos documentos pesquisados.

Em suma, a análise dessas charqueadas revelou diversos aspectos que, até então, não eram discutidos pela historiografia, levantando algumas questões que subsidiarão escavações arqueológicas futuras nas áreas estudadas nessa dissertação. Isso porque este trabalho, longe de ser conclusivo, apresenta questões iniciais de uma pesquisa que está apenas começando a descortinar a materialidade do passado escravista pelotense.

Esperamos que os estudos posteriores não só aprofundem as discussões levantadas nessa dissertação, como também insira as charqueadas em uma análise comparativa com outras tipologias de sítios, como, por exemplo, as estâncias da campanha. Estas tinham laços estreitos com as charqueadas, pois, além de abastecê-las com matéria-prima no período de safra, retornava provida com os produtos importados que entravam pelo porto de Rio Grande e eram comercializados no núcleo urbano de Pelotas. Assim, essa análise relacional poderá gerar dados acerca da circulação da cultura material no âmbito interno e trilhar suas rotas no interior do Rio Grande do Sul. E ainda, analisar a circulação dos escravos entre essas regiões e as diferenciações nos modos de vida desses indivíduos nesses diferentes contextos.

REFERÊNCIAS

FONTES PRIMÁRIAS

Arquivo Histórico da Biblioteca Pública Pelotense (BPP)

Fundo: Jornais

Jornal do Comércio, jan a fev de 1875;
Correio Mercantil, jan de 1875; fev de 1876;
Diário de Pelotas, jan a fev de 1876;
A Reforma, 04 de Nov. de 1879 (avulso);
Onze de Junho, jan a fev de 1882.

Centro de Documentação e Obras Valiosas

NETO, João Simões Lopes. *Revista do 1º Centenário de Pelotas*. nº 7 e 8. Pelotas: 1912.

Livro de Registro dos Prédios e Terrenos do Município de Pelotas

Manuel Alves de Moraes e sua sogra Maria Angélica, arroios Moreira e Santa Bárbara e canal São Gonçalo, 1817. BIC 007e, p. 18-20.

Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS)

Inventários

Boaventura Rodrigues Barcellos. A: 409; M: 28; E: 06(140). 1º Cartório de Órfãos e Provedoria, Pelotas, 1856.

José Antonio Moreira (Barão de Butuí). A. 647, M, 41. E. 25 – Pelotas, 1877.

José Vieira Vianna. N. 382, M. 26. E. 06. Ano 1854. 1º Cartório de Órfãos e Prov. De Pelotas.

Leonídia Gonçalves Moreira A.677, N.41, E.6. 1º Cartório de Órfãos e Prov. Pelotas, 1867;

Manoel Alves de Moraes. A. 231; M.16; E 25 (140ª). Pelotas, 1º Cartório de Órfãos e Provedoria, 1844.

Manoel Soares da Silva. A, 318. M, 22. E, 25 (06). 1º Cartório de Órfãos e Provedoria de Pelotas, 1850.

Maria Augusta da Fontoura. A. 514; M. 22; E.12. (4). 1º Cartório de Órfãos e Provedoria de Rio Grande, 1845.

Maria Luiza Chaves, A. 770, M. 46, E. 06; Pelotas, 1º cartório de Orphãos e Provedoria, 1872.

Rita Leocádia de Moraes Borges. N.334, M.24, E.25, Ano 1851. 1º Cartório de Órfãos e Provedoria de Pelotas.

Visconde da Graça. N.1254, M.69, E.06, Ano 1893. 1º Cartório Civil e Crime de Pelotas

Testamento

Antônio José Gonçalves Chaves. N.1791, M.87, E.06, Pelotas, 1º Cartório de Órfãos e Provedoria, 1871.

Rita Leocádia de Moraes Borges. N. 1872, M. 86, E. 13. Ano 1851. 1º Cart. Órfãos e Prov. Rio Grande.

Medições de terras

João Mendes de Arruda. Passo do Fragata. A.628; M.16A; E.30, 1º Cartório Civil e Crime, Pelotas, 1864.

Manoel Marques das Neves Lobo. Campo sobre o Arroio Santa Bárbara. N.630, M.16ª, E.30, Ano 1865. 1º Cartório Civil e Crime de Pelotas.

Entrevistas

PEDRA, Gilberto dos Santos. Entrevista concedida a DA ROSA, Estefânia Jaékel e FERREIRA, Lucio Menezes, Pelotas, 14 de dez., 2010.

QUEIRÓS, Hector Marques. Entrevista concedida a DA ROSA, Estefânia Jaékel, Pelotas, 17 de dez., 2010.

BIBLIOGRAFIA

AGOSTINI Camilla Resistência cultural e reconstrução de identidades: um olhar sobre a cultura material de escravos do século XIX. Revista de História Regional. Vol. 3, n.2. 1988, pp. 115-137.

AGUIAR Marlise S. de Um olhar sobre o palimpsesto urbano: processo de formação e diferentes construções no tempo de um patrimônio arquitetônico às margens do Canal São Gonçalo (Pelotas/RS) - Porto Alegre : PUCRS (Dissertação de Mestrado), 2009.

AL-ALAM Caiuá. C. A Negra Forca da Princesa: Polícia, Pena de Morte e Correção em Pelotas (1830-1857). São Leopoldo : UNISINOS (Dissertação de Mestrado), 2007.

ANJOS Marcos Hallal dos Italianos e modernização: a cidade de Pelotas no último quartel do século XIX. História em Revista. n. 5. NDH/UFPEL. 1999. pp. 33-47.

ARMSTRONG Douglas V. y KELLY Kenneth G. Settlement Patterns and the Origins of African Jamaican Society: Seville Plantation, St. Ann's Bay, Jamaica. Ethnohistory, Vol. 47, n.2. Spring 2000, pp. 369-397.

ARRIADA Eduardo. Pelotas: Gênese e Desenvolvimento Urbano (1780-1835). Pelotas : Editora Armazém Literário, 1994.

ASSUMPTÃO Jorge Euzébio. O negro nas charqueadas pelotenses. In: TRIUMPHO Vera, Rio Grande do Sul, Aspectos da Negritude. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1991, pp. 117-127.

BERUTE Gabriel. Dos escravos que partem para os portos do sul: Características do tráfico negreiro no Rio Grande de São Pedro do Sul. Porto Alegre : IFCH/URGS (Dissertação de Mestrado), 2006.

BLAKEY Michael L. Bioarchaeology of the African Diaspora in the Americas: Its Origins and Scope. Annual Review of Anthropology. Vol. 30. 2001, pp. 387-422.

BORUCKI Alex, CHAGAS Karla y & STALLA Natalia *Esclavidud y Trabajo: um estúdio sobre los afrodescendientes em la frontera uruguaya (1835-1855)*. 2 ed. Montevideo: Mastergraf, 2009.

CARAVANTES Roberto R. y DALMAZO Renato A. *As relações de comércio do Rio Grande do Sul — do século XIX a 1930*. Porto Alegre: FEE, 2004.

CARDOSO Fernando Henrique *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CARLE Claudio Baptista . *A organização dos assentamentos de ocupação tradicional de africanos e descendentes no Rio Grande do Sul, nos séculos XVIII e XIX*. Porto Alegre: PUC/RS (Tese de Doutorado), 2005.

CATHCART Danielle *Identity and Place Making: A Study of Colonoware at Fairfield Plantation. The African Diaspora Archaeology Network*. - March de 2009, pp. 1-12.

CORMELATO Fabiana *A Experiência das Oficinas de Arqueologia e Populações de Origem Africana. Percursos*. vol.6. UDESC, 2005.

CORSETTI Berenice. *Estudo da charqueada escravista gaúcha no século XIX*. Niterói: Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense. (Dissertação de Mestrado), 1983.

CORZO Gabino *La Roza La subsistencia del cimarrón: estudio arqueológico*. Gabinete de Arqueología: 2007, pp. 45-54.

_____. *Subsistence of Cimarrones: An Archaeological Study*. In: CURET L. Antonio, DAWDY Shannon Lee y CORZO Gabino La Rosa. *Dialogues in Cuban Archaeology*. Tuscaloosa: The University of Alabama Press, 2005, pp. 163-180.

DALLA VECHIA Agostinho M. *Os Filhos de Escravidão*. Pelotas. Pelotas : Editora da UFPEL, 1994a.

_____. *Vozes do Silêncio: Depoimentos de Descendentes de Escravos do Meridiano Gaúcho*. Pelotas : Editora da UFPEL, 1994b.

DEBRET Jean Baptiste *Passo dos Negros In: Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989.

DELLE Caribbean archaeology. *Encyclopedia of Historical Archaeology*. In: ORSER Jr. Charles. London and New York: Routledge, 2002, pp. 96-99.

DOMINGUEZ Lourdes *Historical Archaeology in Cuba*. In: CURET L. Antonio, DAWDY Shannon Lee y CORZO Gabino La Rosa. *Dialogues in Cuban Archaeology*. Tuscaloosa: The University of Alabama Press, 2005, pp. 62-71.

FARINATTI Luis Augusto *Criadores de Gado na Fronteira Meridional do Brasil (1831-1870)*. (s/i), 2005.

FAUSTINO Gitibá G. *O negro gaúcho e suas origens*. In: TRIUMPHO Vera. *Rio Grande do Sul, Aspectos da Negritude*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1991, pp. 97-103.

FERREIRA Lucio Menezes Arqueologia da Escravidão e Arqueologia Pública: Algumas Interfaces. [Conferencia]. I Semana Acadêmica de Arqueologia da FURG – 15 a 19 de junho, 2009a. Rio Grande : FURG, 2009. pp. 1-17.

_____. Sobre o conceito de arqueologia da diáspora africana. MÉTIS: história & cultura. v. 8, n. 16. jul./dez. de 2009b, pp. 267-275.

_____. O Pampa Negro: Arqueologia da Escravidão na Região Meridional do Rio Grande do Sul (1780-1888). Projeto de Pesquisa. Pelotas: UFPEL, 2009c.

FERREIRA Luis. Dimensiones Afro-céntricas en la cultura performática uruguaya. In: GOLDMAN Gustavo. Cultura y Sociedad Afro-rioplatense. Montevideo: Perro Andaluz Ediciones, 2008, pp. 91-126.

FOUNTAIN Daniel L. Historians and Historical Archaeology: Slave Sites. Journal of Interdisciplinary History, vol. 26, n.1. Summer 1995. pp. 67-77.

FREGA Ana Sitios de memoria de la esclavitud en el Uruguay In: PINEAU Marisa. La Ruta del Esclavo en el Río de la Plata: Aportes pra El diálogo intercultural. Buenos Aires: EDUNTREF, 2011, 389-398.

FUNARI Pedro Paulo Abreu A "República de Palmares" e a arqueologia da serra Barriga. Revista USP. - São Paulo : Vol. 28, Dezembro/Feveireiro de 1996, pp. 6-13.

_____. Heterogeneidade e Conflito na Interpretação do Quilombo dos Palmares. Revista de História Regional. Vol. 6, n.1. Verão de 2001, pp. 11-38.

GALKE Laura J. Colonowhen, Colonowho, Colonowhere, Colonowhy: Exploring the Meaning behind the Use of Colonoware Ceramics in Nineteenth-Century Manassas, Virginia. Int J Histor Archaeol, vol.13. 2009, pp. 303-326.

GALLOWAY, Patricia. Material Culture and Text: Exploring the Spaces Within and Between. In: HALL, Martin & SILLIMAN, Stephen W. Historical archaeology - Blackwell studies in global archaeology, 2006.

GUTIERREZ Ester J.B. Negros, Charqueadas e Olarias. Um estudo sobre o espaço pelotense. 2 ed. Pelotas: Ed. Universitária/UFPEL, 2001.

_____. Pelotas: palco da manufatura escravista das carnes na fronteira meridional do Brasil. Pelotas: Curso Internacional de Especialização: Gestão do patrimônio cultural integrado ao planejamento urbano da Universidade Federal de Pernambuco, (Monografia de Especialização), 2004.

HANDLER Jerome S. Aspects of the Atlantic Slave Trade: Smoking Pipes, Tobacco, and the Middle Passage. The Diapora African Archaeology Network. June, 2008, pp. 1-12.

HAVISER Jay African sites: archaeology in the Caribbean. Princeton : N.J: Markus Weiner, 1999.

KELLY Kenneth G. Historical Archaeology In The French Caribbean: An Introduction to a Special Volume of The Journal of Caribbean Archaeology. Journal of Caribbean Archaeology, Special Publication. Vol.1, 2004, pp. 1-10.

LANGE Frederick W. & HANDLER Jerome S. The Ethnohistorical Approach to Slavery. In: SINGLETON, Theresa. The Archaeology of Slavery and Plantation Life. New York: Academic Press, INC, 1985, pp. 15-32.

“Lei nº 4.977.” 14 de outubro de 2003.

<http://www.leismunicipais.com.br/cgi-local/showinglaw.pl> (acesso em 14/01/2012).

LEÓN, Zênia de. Pontes. Cenários. A memória do ciclo do charque em Pelotas. Viva o charque. ago de 2011.

<http://www.vivaucharque.com.br/cenarios/pontes.htm> (acesso em 15/04/2011).

LEONE, Mark, Cheryl Janifer LA ROCHE, e Jennifer J. BARBIARZ. The Archaeology of Black. The Annual Review of Anthropology. Vol. 34, 2005, pp. 575-598.

LIMA, Tânia Andrade, Maria Cristina BRUNO, e Marta P.R. FONSECA. “Sintomas do modo de vida burguês no Vale do Paraíba, Séc.XIX: Fazenda São Fernando, Vassouras, RJ: Exploração arqueológica e museológica.” Anais do Museu Paulista, História e Cultura Material (Nova Série) vol.1. 1993, pp. 170-206.

MACHADO, Neli Teresinha. Entre Guardas e Casarões: Um pouco da História do Interior do RS - Uma perspectiva Arqueológica. São Paulo: MAE/USP, (Tese de Doutorado), 2004.

MAESTRI, Mario. O Escravo no Rio Grande do Sul. A charqueada e a gênese do escravismo gaúcho. . Porto Alegre: EST, 1984.

MAESTRI, Mário. História e Historiografia do Trabalhador Escravizado no RS: 1819-2006. In: G. LECHINI, Los estudios afroamericanos y africanos en América Latina : herencia, presencia y visiones del otro. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2008, pp. 53-88

MAGALHÃES, Mário O. Opulência e Cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: Um Estudo sobre a História de Pelotas (1860-1890). Pelotas: Pelotas: EDUFPEL/Livraria Mundial, 1993.

MARQUES, Alvarino da F. Evolução das Charqueadas Rio-Grandenses. . Porto Alegre: Martins Livreiro, 1990.

MELLO, Marco Antonio L. Reviras, Batuques e Carnavais: A Cultura de Resistência dos Escravos em Pelotas. Pelotas: Editora da UFPEL, 1994.

MENEGAT, Carla. O tramado, a pena e as tropas: família, política e negócios do casal Domingos José de Almeida e Bernardina Rodrigues Barcellos (Rio Grande de São Pedro, século XIX). Pelotas: IFCH. Pós-graduação em História. URGs, (Dissertação de Mestrado), 2009.

MEYERS, Allan. West African Tradition in the Decoration of Colonial Jamaican Folk Pottery. International Journal of Historical Archaeology, v.3, n. 4, 1999, pp. 201-223.

MONASTÉRIO, Leonardo M. FHC errou? A economia da escravidão no Brasil meridional . História e Economia Revista Interdisciplinar. Vol. 1, n. 1 , 2005, pp. 13-28.

MONQUELAT, Adão, e V. MARCOLLA. Sesmaria do Forte de São Gonçalo - Depois, denominada de Santa Bárbara. Povoamento de Pelotas. 22 de 06 de 2010.

http://povoamentopelotas.blogspot.com/2010_06_01_archive.html (acesso em 15/02/2011).

MOTTA, Ivana. Uma análise dos suicídios cometidos pelos negros escravos em Pelotas (1871-1884). Pelotas: Lic. em História/UFPEL (Trabalho de conclusão de Curso), 1994.

OGNIBENI, Denise. Charqueadas Pelotenses no Século XIX: Cotidiano, Estabilidade e Movimento. Porto Alegre: PUC (Tese de Doutorado), 2005.

OLIVEIRA, Fernanda Silva. Os negros, a constituição de espaços para os seus e o entrelaçamento desses espaços: associações e identidades negras em Pelotas (1820-1943). Porto Alegre: FFCH, Pós-graduação em História, PUCRS, (Dissertação de Mestrado), 2011.

OLIVEIRA, Vinicius P. de, & Daniela V. CARVALHO. Os lanceiros Francisco Cabinda, João Aleijado, preto Antonio e outros personagens negros na guerra dos Farrapos. In: SILVA, Gilberto F. da & SANTOS, José Antonio dos. RS Negro: cartografias sobre a produção do conhecimento. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009, pp. 63-82

ONEGA, Elizabeth. El casarío de los negros: Investigación Arqueológica del contacto Afro-americano. In: BETANCUR, Arturo; BORUCKI, Alex e FREGA, Ana. Estudios sobre la cultura afro-rioplatense: Historia y Presente. Segunda entrega de las Actas del seminario realizado en la Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación los días 8, 9 y 10 de octubre de 2003. Montevideo: Departamento de Publicaciones de la Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, 2005, pp. 13-27.

ORSER Jr., Charles. The archaeology of the African diaspora. Annual Review of Anthropology, vol. 27, 1998, pp. 63-82.

_____. African American Archaeology. Encyclopedia of Historical Archaeology. New York: Rotledge, 2002, pp. 11 -14.

PACHECO, Roberto. Bibliografía Afro-rioplatense (1999-2003): Invisible, pero no olvidada. In: GOLDMAN, Gustavo. Cultura y Sociedade Afro-rioplatense. Montevideo: Perro Andaluz ediciones, 2008, pp. 11-45.

PALERMO, Eduardo. Negras historias: trabajadores esclavizados en la frontera uruguaya. Presencia africana en el norte del Uruguay. In: PINEAU, Marisa. Ruta del Esclavo en el Río de la Plata: Aportes pra El diálogo intercultural. Buenos Aires: EDUNTREF, 2011, pp. 255-282.

Pelotas, Prefeitura de. "historia_do_charque."
http://www.pelotas.com.br/politica_desenv_economico/ste/atracoes_turisticas/c_harqueadas/historia_do_charque.pdf (acesso em 28/02/2012).

_____. "III Plano Diretor de Pelotas."
http://www.pelotas.com.br/politica_urbana_ambiental/planejamento_urbano/III_plano_diretor/plano_diretor/_introducao.htm# (acesso em 02/02/2012).

PESSI, Bruno Stelmach. O Impacto do fim do Tráfico na Escravaria das Charqueadas Pelotenses (C. 1846 – C. 1874). . Porto Alegre: URGS, (Trabalho Conclusão de curso), 2008.

_____. A família escrava em Pelotas na segunda metade do século XIX a partir de inventários post-mortem. In: Anais Produzindo história a partir de fontes primárias - 9. Mostra de Pesquisa do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Porto Alegre: Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2011, pp. 245-264.

PESSI, Bruno S., e Graziela SOUZA E SILVA. Documentos da escravidão: processos crime: o escravo como vítima ou réu. Porto Alegre: Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2010.

PINTO, Natália G. Bênçãos, Laços e Alianças Sociais: A Família Escrava em Pelotas, 1830/1850, Século XIX. In: Anais Produzindo história a partir de fontes primárias - 9. Mostra de Pesquisa do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2011, pp. 227-244.

PONSNASKY, Marrick. Toward of the Black Diaspora. *Journal of Black Studies*, vol.15, n.2, 1984, pp. 195-205.

RAHMEIER, Clarissa Sanfelice. A Experiência da Paisagem Estancieira: Um estudo de caso em arqueologia fenomenológica. Estância Vista Alegre, Noroeste do Rio Grande do Sul, séc. XIX. Porto Alegre: PUCRS (Tese de doutorado), 2007.

SAMFORD, Patricia. The Archeology of African-American Slavery and Material Culture. *The William and Mary Quaterly*, vol.53, n.1: 1996, pp. 87-114.

SANTOS, Júlio Ricardo Q. dos. Reverso da trajetória historiográfica do negro sul-rio-grandense: a face oculta da escravidão. In: TRIUMPHO, Vera. Rio Grande do Sul, Aspectos da Negritude. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1991, pp. 131-142.

SANTOS, Roberto dos. O Negro no Rio Grande do Sul: Uma realidade além do mito. In: TRIUMPHO, Vera. Rio Grande do Sul, Aspectos da Negritude. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1991, pp. 107-114.

SCHÁVELZON, Daniel. Buenos Aires Negra. Arqueología Histórica de uma ciudad silenciada. Buenos Aires: Emecé, 2003.

SILVA, Roger C. da. Muzungas: consumo e manuseio de químicas por escravos e libertos no Rio Grande do Sul (1828-1888). Pelotas: EDUCAT, 2001.

_____. Quem me acode que me matam: crimes escravos em Pelotas na segunda metade do século XIX. In: Anais Produzindo história a partir de fontes primárias - 9. Mostra de Pesquisa do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2011, pp. 213-226.

SIMÃO, Ana Regina F. Resistência e Acomodação: a escravidão urbana em Pelotas, RS (1812-1850). Passo Fundo: UPF, 2002.

SINGLETON, Theresa. The Archaeology of Slavery in North America. *Annual Review of Anthropology*. vol.24, 1995, pp. 119-140.

_____. Slavery and Spatial Dialectics on Cuban Coffee Plantations. *World Archaeology*. Vol.33, n.1: 2001, pp. 98-114.

_____. Investigando la vida del esclavo en el Cafetal. *Gabinete de Arqueología*, 2007, pp. 4-13.

SINGLETON, Theresa, e Marcos André Torres SOUZA. Archaeologies of the African Diaspora: Brazil, Cuba, and the United States. *International Handbook of Historical Archaeology*: 2009, pp. 449-469.

SOARES, Paulo Roberto. Modernidade Urbana e dominação da natureza: o saneamento de Pelotas nas primeiras décadas do século XX. *História em Revista*, Pelotas, v.7: 2001, pp. 65-91.

SOUZA, Marcos André Torres. Uma outra escravidão: a paisagem social no Engenho de São Joaquim, Goiás. *VESTÍGIOS – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*. Belo Horizonte: Argumentvm. Vol.1, n.1. janeiro-junho, 2007, pp. 59-92.

SPEIGHT, Joe L. Artist-Archaeologist Shines New Light on Slave Life. 2002. <http://historiccamdencounty.com/ccnews32.shtml> (acesso em 10 de 06 de 2010).

SYMANSKI, Luis Claudio. O Domínio da Tática: práticas religiosas de origem africana nos engenhos de Chapada dos Guimarães (MT). *Vestígios - Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica*. Belo Horizonte: Argumentvm. Vol.1, n.2, 2007, pp. 7-36.

_____. Alcronismo y Cultura Material: Discursos de Dominación y la Utilización de los Bienes Materiales en la Sociedad Brasileira del Siglo XIX. In: ACUTO, Félix & ZARANKIN, Andrés. *Sed nos Satiata II: acercamientos sociales en la arqueologia latinoamericana*. Buenos Aires: Encuentro Grupo Editor, 2008, pp. 255-275.

_____. Arqueologia Histórica no Brasil: uma revisão dos últimos vinte anos. In: MORALES Walter & MOI, Flávia Prado. *Centenários regionais em Arqueologia Brasileira*. São Paulo: Annablume, 2009, pp. 279-310.

SYMANSKI, Luis Claudio, e Marcos André Torres SOUZA. O registro arqueológico dos grupos escravos: questões de visibilidade e preservação. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. Vol.33: 2007, pp. 215-244.

TARGA, Luiz Roberto Pecoits. As diferenças entre o escravismo gaúcho e o das plantations do Brasil - incluindo no que e por que discordamos de F. H.C.. Porto Alegre: *Ensaio FEE*.v.12, n.2, 1991, pp. 445-480.

TAVARES, Aurea Conceição Pereira. *Vestígios Materiais nos Enterramentos na Antiga Sé de Salvador: Postura das instituições religiosas africanas frente à igreja católica em Salvador no período escravista*. Recife: Programa de Pós-Graduação em Arqueologia. Universidade Federal de Pernambuco, (Dissertação de Mestrado), 2006.

TEDESCO, Gislaine Valerio de Lima. Do Lado de Lá e do Lado de Cá de Vila Boa de Goiás: Fronteiras Culturais e espaciais entre negros e brancos no século XIX. In: 4º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. Curitiba, 2009, pp. 1-10.

THIESEN, Beatriz Valladão, Claudia Daiane MOLET, e Marcia Naomi KUNIOCHI. Charqueada e escravidão em Rio Grande. In: 5º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. Porto Alegre: URGs, 2011, pp. 1-15.

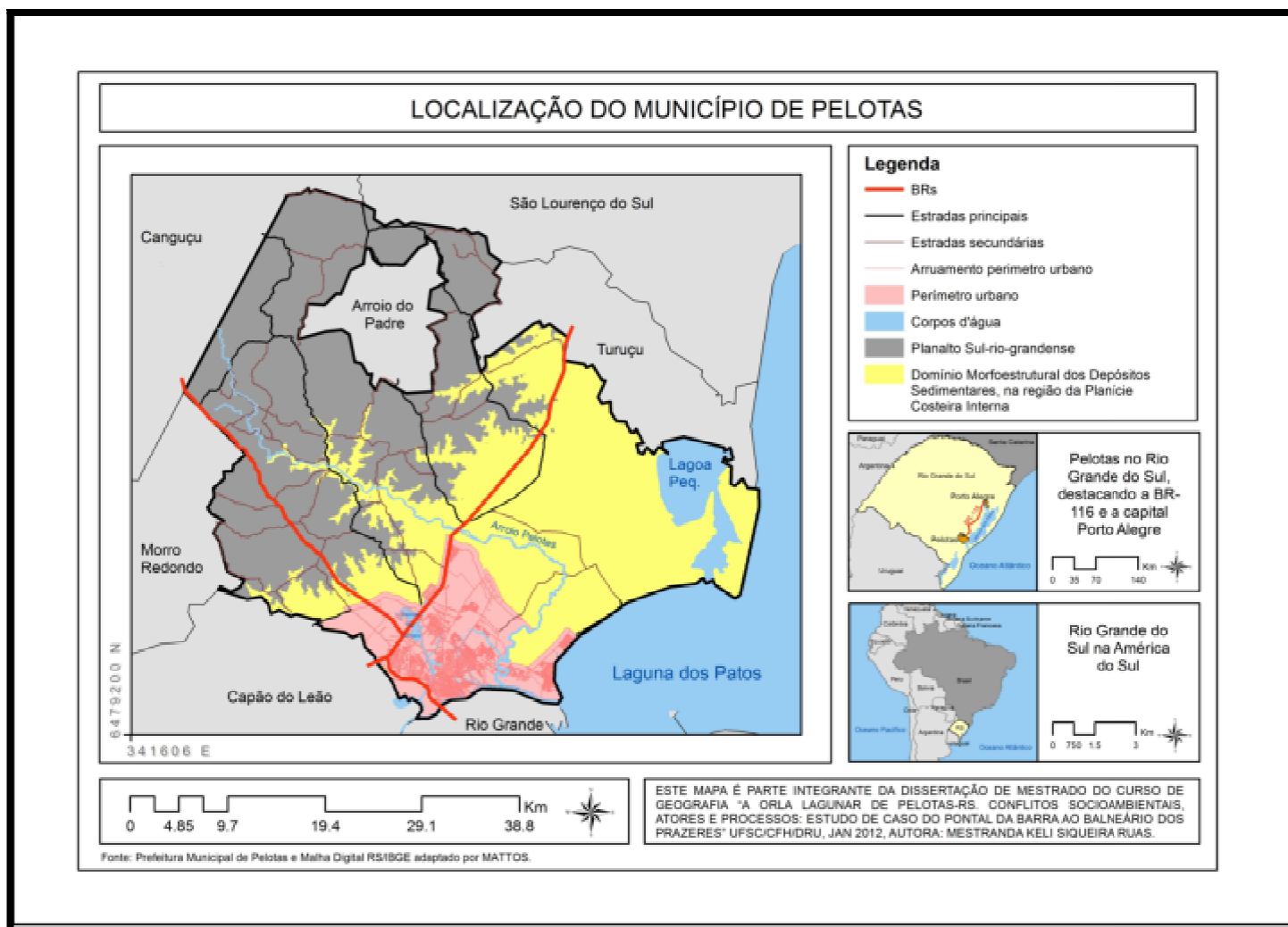
XAVIER, Regina Célia L. A escravidão no Brasil Meridional e os desafios historiográficos. In: SILVA, Gilberto F. da. & SANTOS, José A. dos. RS Negro: Cartografias sobre a produção do conhecimento. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009, pp. 15-31.

ZANETTINI, Paulo Eduardo. Maloqueiros e seus Palácios de Barro: o cotidiano doméstico na casa bandeirista. São Paulo: MAE/USP, (Tese de Doutorado), 2005.

ZARANKIN, e SALERNO. El Sur por el Sur: una revisión sobre la historia y el desarrollo de la arqueología histórica en América meridional. VESTÍGIOS - Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica. Belo Horizonte: Argvmentvm. Vol. 1, n.1. Janeiro-Junho de 2007, pp. 15-48.

ANEXOS

Anexo 1 – Localização do Município de Pelotas, RS, Brasil.



Anexo 2 – Localização da Charqueada Santa Bárbara na malha urbana atual.

